

CLAUDETE CAMARGO PEREIRA BASAGLIA

MATERNIDADES LÉSBICAS: clivagem entre as
tensões sociais e políticas do tornar-se mãe na
contemporaneidade

CLAUDETE CAMARGO PEREIRA BASAGLIA

MATERNIDADES LÉSBICAS: clivagem entre as
tensões sociais e políticas do tornar-se mãe na
contemporaneidade

Tese de Doutorado, apresentada ao Conselho,
Departamento, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras
– Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Doutora em Sociologia.

**Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e
Direitos**

Orientadora: prof^a Dr^a Lucila Scavone

ARARAQUARA – S.P.
2017

Basaglia, Claudete Camargo Pereira

Maternidades Lésbicas: clivagem entre as tensões
sociais e políticas do tornar-se mãe na
contemporaneidade / Claudete Camargo Pereira
Basaglia – 2017

244 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Lucila Scavone

1. Maternidade. 2. Maternidades lésbicas. 3. Tensões
sociais. 4. Tensões políticas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CLAUDETE CAMARGO PEREIRA BASAGLIA

MATERNIDADES LÉSBICAS: clivagem entre as tensões sociais e políticas do tornar-se mãe na contemporaneidade

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Diversidade, Identidades e Direitos

Orientadora: Profª Drª Lucila Scavone

Data da defesa: 30/03/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profª Drª Lucila Scavone

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro Titular: Profª Drª Maria Dolores Aybar Ramires

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro Titular: Profª Drª Maria Alves Jardim

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro Titular: Profª Drª Maria José Rosado-Nunes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

Membro Titular: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Universidade de São Paulo (USP)

Conceito Final: Aprovada

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Para minha filha Thaís e meus filhos Leonardo e José de quem sou mãe para sempre e com quem aprendo, todos os dias, a difícil tarefa de ser mãe.

Para minha mãe Laide com quem continuo aprendendo a ser filha.

Para meu pai Spina, *in memoriam*.

Para minhas vós Nona e Rosa (*in memoriam*) que contribuíram para que eu percebesse que existem diversos tipos de mães e diversas soluções para criar filhas e filhos.

Para as mulheres lésbicas que participaram desta pesquisa e que ensinaram-me, talvez sem saber, a decifrar um pouco mais de minha escrita interior.

AGRADECIMENTOS

Como a produção de conhecimento é obra coletiva, tenho a oportunidade de agradecer, diretamente, a muitas pessoas. Caso os agradecimentos se estendessem às ajudas indiretas, todo espaço disponível seria insuficiente. Que bom iniciar agradecendo por um período em que encerro o curso de doutorado, não no sentido de cumprir uma formalidade, mas, no sentido de que para o fazer científico e sua divulgação, é preciso que exista colaboração entre as pessoas e as colaborações necessárias são de várias procedências.

É assim que agradeço à minha orientadora Lucila Scavone, uma mulher destemida e professora comprometida intelectual e socialmente com suas alunas e seus alunos, que proporcionou-me uma oportunidade única, ao estender-me o seu compromisso social de professora. Nosso convívio trouxe novos sentidos para minha vida e eles reverberam em todas as minhas (inter)ações.

Agradeço à minha filha Thaís e aos meus filhos Leonardo e José que desde o momento em que foram concebidos, contribuíram para despertar em mim reflexões sobre a maternidade e o conviver em família.

Agradeço à Rosa Maria, minha irmã semi-gêmea de sangue e de coração, por estar ao meu lado e por despender cuidados à nossa mãe.

Agradeço ao Paulo, mano caçula, por ter torcido por mim.

Agradeço a todas as professoras que ao longo de minha vida de aluna, proporcionaram a oportunidade do diálogo gerador da construção de conhecimentos. Mirella Grecco está entre elas. Também vai agradecimento para as professoras e os professores do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, Campus de Araraquara/SP, pela convivência, pelo diálogo, pela oportunidade de ampliação de conhecimento. Em especial para as professoras Maria Jardim, Maria Teresa Kelbury e Ana Lúcia de Castro e para o professor Paulo Santilli. Embora não tenha sido minha professora em sala de aula, agradeço à Renata Paoliello pelas boas conversas espalhadas por vários recantos do campus.

Agradeço à Célia Reily Rocha, Clarisse Bombonato Prado e Nancy Coutinho Marinelli pela amizade e pelas leituras cuidadosas e comentários sensíveis do meu texto, que muito contribuíram para os significados da minha palavra escrita.

Agradeço à Silvana Zamproneo e à Silvia Beatriz Adoue, amigas admiráveis. Duas mulheres acolhedoras que conheci nas lidas de professora e que em Araraquara ofereceram-me cama, banho e mesa e com quem compartilhei conversas tão necessárias. Nos momentos

vividos na casa da Silvana, fortaleceu-se uma nova amizade com a Livia Laila que, aliás, há anos já se anunciara.

Felizmente, são muitas as amigas para agradecer. Todas elas, aquelas que já estavam presentes e aquelas que chegaram, foram e são fundamentais para que eu possa manter meu equilíbrio vital. Agradeço à Ieda Cabral, Denise Lellis, Nainôra Freitas, Sarah Dias, Irana Ferracioli, Érika Araújo, Cristina Pedroso, Pricila Bertanha, Karina Serrazes, Gisela Bozon e Fabiana Marino, Ana Cláudia Patrocínio, Maria Teresa Olivério Lemos, Ivone Botelho amigas de longas datas, com muitos caminhos percorridos, muita cumplicidade. Por essas e por outras, juntamente comigo, estão encerrando curso de doutorado. Acredito que estejam aliviadas.

Com a jornada do doutorado novas pessoas foram entrando em minha vida. Pelas amizades que concretizaram-se, agradeço. Elas vieram carregadas pela alegria e pelos bons ventos da juventude soprando ao nosso favor. Assim foi com Lenina Vernucci da Silva, Aline Shaaban Soler, Janaina Oliveira e Natália Casagrande, Bianca Dantas Gomes da Silva e Janaina Aparecida Alves de Oliveira, Bianca Ceron (Tatu), Ligia Marisa B. Barbosa, Helenira Porfírio de Souza, Mariana Fernandes e Isabel Campos e com a Ana Carolina dos Reis Fernandes (Guaxu), ao lado de quem usufruí de bons debates, alguns com muita emoção, outros regados a boas comidas e bebidas, ouvi boa música e fiz passeios instigantes. Desta lista consta Priscila Cristina da Silva que ensinou-me, entre outras coisas, um caminho inesquecível para a rodoviária. Consta também, Flávia de Jesus Andrade, com quem aprendi a ver algumas faces de Araraquara.

Tenho muito que agradecer à Fernanda Feijó e às irmãs Cristiane e Eliane Silva, companheiras de doutorado e de moradia que tornaram-se amigas e com quem compartilhei momentos marcantes nas tristezas e nas alegrias que, felizmente prevaleceram. Navegamos nas mesmas águas, remamos no mesmo barco, sem perder o rumo, diga-se de passagem.

Há dois amigos que, por serem de longa data, também acompanharam passo a passo a minha trajetória no doutorado e a quem agradeço a disponibilidade para ouvir, em circunstâncias nas quais falar foi fundamental para mim. Grata Osmair Botelho e Jeová Nina Rocha.

Agradeço a todas as funcionárias e todos os funcionários do campus da Unesp de Araraquara que ofereceram-me, gentilmente e com precisão, as respostas procuradas. Foi comum chegar ao Campus, passar pela portaria e dar um dedo de prosa com a Lourdes Rodrigues de Oliveira Derissi, carinhosamente chamada de Lurdinha, a quem, em nome das demais atendentes, agradeço pela atenção e pelos receptivos bons dias e boas tardes, ao

entregar a chave da salinha 18 do NEGAr. Agradeço também às pessoas que na biblioteca, atenderam-me entregando e recebendo os livros que li, sendo que nessas entradas e saídas foram marcantes, as conversas sobre a importância em nossas vidas dos livros impressos, trocadas com o Zé, que recebe meu agradecimento especial. Não pode faltar o agradecimento às pessoas que atenderam no balcão da secretaria da pós, um lugar importante, onde fui buscar tranquilidade para as ações a serem feitas com o intuito de acertar um lado da vida acadêmica o qual tendi a esquecer, envolvida pela vida dos estudos e das pesquisas.

Agradeço, em especial, às mulheres lésbicas que se dispuseram a participar das entrevistas e assim, tornaram-se fundamentais nessa trajetória emocionante das causas que envolvem as vivências lésbicas e que não permitem a indiferença.

Agradeço às bancas pela disponibilidade. Ao aceitarem o convite, Maria Dolores Aybar Ramires, Maria Ribeiro do Valle, Maria Chaves Jardim, Maria José Rosado-Nunes, Marcos César Alvarez, Renata Paoliello, Cristina Cinto Araújo Pedroso e Cláudia Elizabeth Pozzi, tornaram-se pessoas importantes como leitoras e comentadoras, contribuindo para as finalizações, concretizadas nos rituais de passagem do exame de qualificação e da defesa. Sem essas pessoas, nenhuma dessas duas etapas teria sido concluída.

VERDADE

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E a segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
Diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Carlos Drummond de Andrade *in* Corpo,
1998)

RESUMO

Proposto para a Linha de Pesquisa Diversidade, Identidades e Direitos, este texto diz respeito às reflexões em torno do desenvolvimento de uma pesquisa com base qualitativa, sem que isso impeça o recurso quantitativo. Trata-se de uma pesquisa que tem como tema a interface da maternidade voltada para a homossexualidade lésbica em nuances que acompanham a dinâmica social das maternidades no limiar do século XXI. Tem como pressuposto que a escolha entre ser ou não ser mãe é um fenômeno que se consolidou no decorrer do século XX e esboçou o processo social de transformações que permitiu às mulheres firmarem-se em suas lutas pela igualdade, às crianças serem vistas como sujeitos e às lésbicas a busca por direitos, o que passou a provocar tensões sociais e políticas dando origem a desafios impensáveis dos quais a Sociologia não está isenta. É uma pesquisa pautada pelos objetivos de realçar formas de maternidade lésbica e de considerar as configurações familiares contemporâneas que se constituem a partir desses novos estatutos sociais. Pretende-se, desse modo, contribuir para o debate sobre questões relativas às maternidades, ao ser lésbica, às configurações familiares de mulheres lésbicas e ampliar a compreensão da dinâmica da transversalidade das igualdades e das diferenças entre as pessoas, sem desconsiderar o que está consolidado por estudos realizados pelas Ciências Sociais nesse campo de pesquisa.

Palavras-chave: Maternidade. Maternidades lésbicas. Tensões sociais. Tensões políticas.

RÉSUMÉ

Proposé par la Ligne de Recherche, Diversité, Identité et Droits, ce texte traite des réflexions sur le développement d'une recherche qualitative sans que cela empêche le recours à la méthodologie quantitative. Il s'agit d'une recherche sur l'interface de la maternité concernant l'homosexualité lesbienne avec des nuances qui accompagnent la dynamique sociale des faces des maternités au seuil du XXI^e siècle. On a comme présupposé que le choix entre être ou ne pas être mère est un phénomène qui s'est consolidé pendant le XX^e siècle et cela a ébauché le procès social de transformations aux femmes d'affermir leurs luttes pour l'égalité, aux enfants d'être envisagés comme sujets et aux lesbiennes la recherche des droits ce qui a provoqué des tensions sociales et politiques en créant des enjeux impensables dont la Sociologie n'est pas exempte. Ce travail a pour but mettre en relief les formes de maternité lesbienne et considère les configurations familiales contemporaines qui se constituent à partir de ces nouveaux statuts sociaux. On voudrait donc contribuer au débat sur les questions concernant les maternités, à être lesbienne, aux configurations familiales de femmes lesbiennes et élargir la compréhension de la dynamique de la transversalité des égalités et des différences parmi les personnes, en tenant compte de ce qui est consolidé par les études faites dans ce domaine en Sciences Sociales.

Mots-clés: Maternité. Maternités lesbiennes. Tensions sociales. Tensions politiques.

LISTA DE FIGURAS E FOTOS



Figura 1 Arte Naif de Ilton Silva, Coleção Mitos e Cores **19**



Figura 2 Arte Naif de Ilton Silva, Coleção Mitos e Cores **19**



Figura 3 Arte Naif de Ilton Silva, Coleção Mitos e Cores **19**



Figura 4 Pintura de Joan Miró, Maternidade (1924) **99**



Figura 5 Pintura de Nuit, maio de 2007. Liga Brasileira de Lésbicas-DF **132**

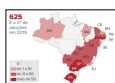


Figura 6 O retrato da Adoção no Brasil **168**



Figura 7 Bilhete escrito por uma filha de mães lésbicas participantes da pesquisa. Utilizada com permissão **189**



Foto 1 Agnes, Honorata e Natalie em foto de Anna Liminowic **158**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	“Nunca imaginei passar por tanto terror”	111
Quadro 2	Sobre ser lésbica e negra	117
Quadro 3	Bebê vendido pela mãe é recuperado pela Polícia Civil catarinense, no Paraná	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Proporção de Famílias com Mulheres Responsáveis pela Família do total de 57, 3 milhões de domicílios brasileiros – 2010	161
Gráfico 2	Distribuição dos Tipos de Violações – 2013	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de Casamentos entre Cônjuges do Mesmo Sexo, por Sexo, Totais e Percentuais, Segundo Grandes Regiões	42
Tabela 2	Mulheres Lésbicas Participantes das Entrevistas (2014-2015)	55
Tabela 3	Dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2005 a 2013)	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

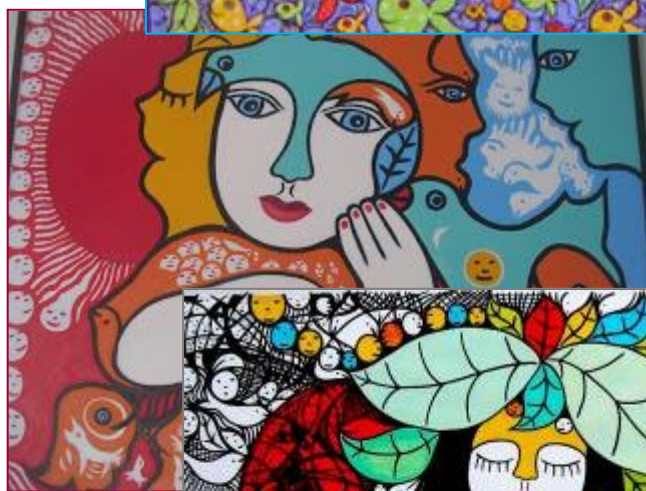
ABGLBT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANGAAD	Associação Nacional de Apoio à Adoção
CLB	Coordination lesbienne en France
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFP	Conselho Federal de Psicologia
FIV	Fertilização <i>In Vitro</i>
GGB	Grupo Gay da Bahia
GRUDAA	Grupo de Apoio à Adoção de Araraquara
IBFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros
NTRs	Novas Tecnologias Reprodutivas
NEGA_r	Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RA	Reprodução Assistida
SPM	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade São Paulo

SUMÁRIO

1ª PARTE	19
INTRODUÇÃO	20
METODOLOGIA: POSSÍVEIS CAMINHOS E ENCRUZILHADAS PARA A PESQUISA	32
Fontes bibliográficas, documentais e orais	35
Pesquisas qualitativa e quantitativa: consonâncias, dissonâncias	41
As entrevistas e as entrevistadas	46
Vivências lésbicas vistas além de...	56
LEITURA COMPREENSIVA: REVISÃO DE LITERATURA PERTINENTE AO TEMA DA PESQUISA	59
Incursões compreensivas nos textos: <i>A parentalidade em famílias homossexuais com filhos e Necessidade de Filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade</i>	61
Incursões compreensivas no texto: <i>Mamãe e... Mamãe? Apresentando as famílias homomaternais</i>	72
Incursões compreensivas nos textos: <i>Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade e Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju-Se</i>	77
Incursões compreensivas nos textos: <i>Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil e Enfim mães! Da Experiência da Reprodução Assistida à Experiência da Maternidade Lésbica</i>	84
Encerrando para seguir em frente, mas, não sem antes expor algumas considerações	97
2ª PARTE	99
VIVÊNCIAS LÉSBICAS E MATERNIDADES: INTERDEPENDÊNCIAS E DINÂMICAS	106
Invisibilidade Lésbica: uma prática define o ser?	101
Invisibilidade Social, Visibilidade Sexual	109
Lesbianismo Enegrecido: mulheres periféricas	117
Polissemia das Maternidades Lésbicas	127
3ª PARTE	132
EXPLORANDO DIMENSÕES DAS MATERNIDADES LÉSBICAS	133
Maternidade e Maternidades Lésbicas: conceitualizações norteadoras	136
Tornar-se Mães	148

4ª PARTE	158
DELINEAMENTOS DAS MATERNIDADES LÉSBICAS: ENTRELAÇAMENTO DO CONJUGAL, DO SOCIAL, DO POLÍTICO	159
Vias Legais e Grupos de Apoio: aspectos da adoção no Brasil	163
Mulheres Lésbicas e o Aprender a Ser Mãe pela Adoção	170
A opção da Maternidade pela Reprodução Assistida – RA	172
Maternidade entre Lésbicas com Filhos de Relação Heterossexual	177
Maternidade Conjunta: aprender a ser mãe e sentir-se mãe	179
5ª PARTE	189
CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: RESSIGNIFICAÇÃO E MULTIPLICIDADE DE LAÇOS FAMILIARES ENTRE CASAIS DE MULHERES LÉSBICAS	190
As famílias de origem e as filhas lésbicas	191
As famílias formadas por casais de mulheres lésbicas e os termos para sua designação	194
Dinâmicas sociais familiares	203
CONCLUSÕES	207
REFERÊNCIAS	212
APÊNDICE	225
APÊNDICE A – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido	226
APÊNDICE B – Roteiro de Questões para a Entrevista	228
ANEXO	231
ANEXO A – Juiz autoriza duas mães em certidão e mudança de identidade de gênero	233
ANEXO B – Como a Ciência Explica Mulher Grávida de Quadrigêmeos aos 65 anos	234
ANEXO C – Corregedoria Nacional de Justiça. Provimento nº 52, de 14 de março de 2016	236
ANEXO D – Passo a passo da adoção	239
ANEXO E – Ficha de cadastro de pretendentes	241
ANEXO F – The Lesbian, Gay and Bisexual Map of Word Laws	244

PRIMEIRA PARTE



Figuras 1, 2 e 3: Arte Naif de Ilton Silva, Coleção Mitos e Cores. Disponível em: http://artenaifrio.blogspot.com.br/2012/11/01_archive.html. Acesso 22 set.



INTRODUÇÃO

Ventana sobre la utopia

—Ella está en el horizonte (...). Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré.

¿Para qué sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar. (Eduardo Galeano in Las palabras andantes.)

Estes escritos compõem uma proposta de pesquisa que destaca o qualitativo sem deixar de lado o aspecto quantitativo, sempre que se julgar necessário. Têm como ponto de partida o intuito de sistematizar um debate de ideias, uma troca de conhecimentos, reflexões, estudos e análises, leituras e de discussões em torno do tema da maternidade¹ na interface voltada para a homossexualidade lésbica, em nuances que acompanham a dinâmica social das faces das maternidades no limiar do século XXI, destacando-se as configurações familiares decorrentes das novas formas de união entre as pessoas, com relevância para as uniões lésbicas.

A maternidade como categoria é aqui considerada, tendo-se em conta os significados contextualizados no verbete de Françoise Collin e Françoise Laborie (HIRATA *et al.* 2009, p.133) segundo o qual ela “constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes de opressão”. Sendo assim, tratar do estatuto da maternidade envolve duas tensões: uma que atravessa a história dos movimentos feministas e outra de mulheres que se encontram diante de contradições muitas vezes insuperáveis.

Ligada a uma história social na qual não há evidências de um instinto de amor materno desde sempre presente na natureza feminina, a maternidade teve na década de 1970 o marco de um novo regime, estabelecido pela ação das militantes do movimento de liberação das mulheres, que reivindicaram a obtenção de meios que permitissem recusar a maternidade não desejada, afirmam Collin e Laborie (HIRATA *et al.* 2009). Pela primeira vez o desejo de paternidade dos homens fica na dependência do desejo de maternidade das mulheres. A partir de então, surgem situações em que se opõem o direito da mãe, da criança de conhecer suas

¹ A expressão maternidades lésbicas é apresentada no seu plural considerando-se que a condição de ser mãe está vinculada a múltiplas faces, como propõe Scavone (2004).

origens e do pai, exemplificadas pelo parto sob X, que dá à mulher o direito de ter a criança no anonimato, no caso da França, pelos direitos à inseminação artificial de doador anônimo e ao aborto nos países que os adotaram.

Collin e Laborie (HIRATA *et al.* 2009) chamam a atenção para o fato de que mesmo sob o novo regime da maternidade mantém-se uma tendência que pode ser observada inclusive em alguns textos feministas, de se considerar a maternidade apenas pela vertente de valores e condutas positivas. Este posicionamento pode reforçar um encaminhamento para que as leis privilegiem para a mãe o recurso ao critério fisiológico na definição das relações de filiação que se efetuam no parto e, para o pai o critério social. No Brasil, essa tendência reflete-se nas decisões legais sobre a guarda de crianças e adolescentes quando há separação dos pais.

A literatura jurídica aponta que nas decisões sobre a guarda de filhas e filhos de pais divorciados, mesmo existindo uma determinação legal – regida pela Lei 13.058/2014 – que acata o maior interesse da criança e do adolescente e que garante a guarda compartilhada mesmo que não haja acordo entre as partes, os resultados mantêm prevalência de decisão para a guarda materna. A série das Estatísticas do Registro Civil (BRASIL, 2014) indica que houve predominância das mulheres na responsabilidade pela guarda dos filhos menores de idade a partir do divórcio. Em 1984 houve um percentual de 78,9% dos casos, aumentou para 88,0% em 1994, 89,7% em 2004 e 85,1%, em 2014. Maria Lygia Quartin de Moraes (2014) chama a atenção para o fato de que houve aumento da guarda compartilhada entre 1984 e 2014 que passou de 3,5% para 7,5% nos casos de divórcio, dados que refletem o contexto histórico que durante anos atribuiu a guarda à mãe e revelam a importância de uma mudança definitiva do paradigma tradicional da exclusividade da guarda materna.

Outra circunstância que trouxe fortes componentes para o novo regime da maternidade foi o desenvolvimento de tecnologias reprodutivas que permitiram, através da inseminação artificial, mães de aluguel, úteros solidários, Fecundação *In Vitro* (FIV) e que também não deixaram de trazer perturbações nas definições das relações de filiação e na distinção entre o biológico e o simbólico, todas elas indicando a necessidade de se pensar o lugar da experiência da maternidade na vida da mulher sob nova ótica, a começar pela possibilidade de afastamento do caráter opressor da geração biológica acedendo simultaneamente à geração simbólica do viver com as crianças, perspectiva sociológica diante da qual pode-se colocar as maternidades lésbicas.

Bem, mas do que decorre acatar essas concepções? Acatá-las é uma decorrência da minha trajetória de professora na confluência entre manter ativo o compromisso social

assumido e deparar-me com questões sociais relacionadas à maternidade, que conduziram até os resultados de pesquisas apresentadas no livro *Dar a vida e cuidar da vida*, de Lucila Scavone (2004). A ocasião surgiu quando comecei um levantamento de dados sobre as parteiras de Batatais-SP, procurei fontes bibliográficas que indicaram essa obra, cujos resultados de estudos e pesquisas chamaram minha atenção. Na sequência, em função de questionamentos sobre o aborto, em sala de aula, nos Cursos de Licenciatura, nos quais lecionava Sociologia da Educação, foi na mesma obra que encontrei os subsídios conceituais para aprofundar a reflexão em torno do tema.

O que esteve na pauta das conversas com alunas e alunos em sala de aula foram problemas relacionados à reprodução, à condição de mãe, às políticas de controle da natalidade, aos métodos contraceptivos, à maternidade compreendida como uma fatalidade biológica, sem contar o caráter religioso que, muitas vezes, acalorou os debates sobre o aborto, a contracepção e a homossexualidade lésbica e gay, entendidas como impedimentos para a procriação, como determinam as leis divinas.

Como comer pelas bordas não basta, aflorou a necessidade de entrar em contato com a produção científica sobre a maternidade, reforçada pela convicção de que o estudo formal é fundamental para alimentar a autonomia intelectual. Em 2012, iniciados os estudos sistematizados, eles conduziram-me à inserção no universo de problematizações que, como deve ocorrer, refletiu-se no cotidiano com questionamentos mais específicos em torno das lésbicas, provocados pelos debates nos encontros do Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGA_r), pelas participações no Conselho Municipal do Direitos das Mulheres de Araraquara, pelas leituras de resultados de pesquisas em Ciências Sociais, pelas notícias transmitidas mediante os grandes meios de comunicação: revistas e jornais impressos, televisão, rádio, rede virtual – Internet.

Notícias que perpassam a crise existencial de mulheres quando precisam tomar uma decisão com relação à sua corporeidade e ao uso de métodos contraceptivos, que passam pela gravidez inesperada ou indesejada, como os casos noticiados em 2014 de Jandira Magdalena, 27 anos e mãe de dois filhos, Elizangela Barbosa de 32 anos e três filhos e de Josicleide Souza com 37 anos, mãe de dois filhos, que recorreram ao aborto clandestino e perderam suas vidas. São situações de dificuldades e riscos que no processo de decisão e realização do aborto as mulheres assumem, solitárias. Além do que, há a condenação moral e social pelo fato de não terem previsto a contracepção e recusado a maternidade, como indicaram os resultados do projeto integrado de pesquisa *A mulher e o aborto: da decisão à prática*, realizado na década

de 1990, nas cidades de Araraquara, Ribeirão Preto e São Paulo (SCAVONE, 2004) e que de acordo com o teor das notícias sobre o assunto, continuam atuais.

Acompanhar casos relativos às repercussões da orientação sexual na convivência familiar no programa popular Casos de Família pelo canal de TV SBT, considerando-se sua dimensão teatralizada², também ofereceu subsídios para reflexão, sobretudo, quando o tema especificou a existência lésbica nas relações familiares, como ocorreu no dia 3 de fevereiro de 2016 com o título, *Filha: eu queria um genro e não uma nora!* e que apresentou um aspecto problemático do cotidiano de filhas lésbicas junto de suas mães: o conflito interior que uma filha provoca em sua mãe quando não corresponde a duas expectativas: ter um relacionamento heterossexual e ser mãe.

Diante das câmeras, esteve o caso em que a mãe de duas filhas lésbicas invocava o fato delas estarem contrariando os desígnios bíblicos de Deus de que toda mulher seja mãe. Além do que, essa mãe de três mulheres acreditava que a filha do meio foi influenciada pela mais velha que se descobriu lésbica aos quinze anos e temia pelo futuro da filha mais nova que, também influenciada pelas duas irmãs, poderia tornar-se lésbica. Aliás, esses pontos levantados pela mãe estão entre os argumentos apresentados para justificar o preconceito contra as lésbicas como indica a exposição de Luiz Mott (1987) quando se refere às dificuldades de se chegar à maturidade da auto-aceitação e da revelação da orientação sexual para familiares ou colegas. Quando isso ocorre, é comum haver entre as mães a expectativa de uma mudança na orientação sexual, o que provoca intolerância e inconformismo.

São essas circunstâncias que constituem a família como a principal preocupação, considerando-se que pode ela tornar-se a primeira fonte de repressão ao cobrar comportamentos sociais heterossexuais ao cultivar a crença de que todos os filhos serão heterossexuais, pois, assim nasceram, assim crescerão e viverão. Mantendo-se essa visão, experiências de imposição, mal-entendidos, isolamento, solidão e auto-recriminação acontecem e pioram caso não ocorra uma reciprocidade de esclarecimento das famílias em relação às suas expectativas acerca de seus filhos e desses em relação aos seus pais para que uma aceitação mútua possa ser alcançada, resultando um relacionamento pautado pela compreensão (SANDERS, 1994). Há, nos arquivos do Grupo Gay da Bahia (GGB), registros de inúmeras agressões físicas por parte de pais e mães quando seus filhos revelaram a

² Derivação do verbo Teatralizar utilizado no sentido que lhe dá o Dicionário Aurélio Básico de Língua Portuguesa de dar feição teatral ao cotidiano (FERREIRA, 1995). O programa Caso de Família se apresenta como sendo baseado em conflitos interpessoais que acontecem entre membros de uma mesma família, entre vizinhos ou no ambiente de trabalho, no cotidiano de qualquer pessoa, independente da classe social (ROCHA, 2016).

homossexualidade (MOTT, 2003), contexto do qual a homossexualidade feminina não está isenta e sim permeada de preconceitos, medos e dificuldades de ambas as partes.

Há as pesquisas científicas, há as notícias e programas de TV, há as conversas informais que apontam as dificuldades, muitas vezes insuperáveis para as mulheres, como o exemplo daquelas que dependem da ajuda social de quem possa cuidar de suas crianças enquanto trabalham para ganhar o sustento. Há as mobilizações pelo direito ao aborto, pela escolha de como será o parto ou contra a violência obstétrica que tomam vulto no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Há o acompanhamento do desenrolar dos processos de registro civil em nome de duas mães, há os embates sociais e legais sobre a adoção por lésbicas, assim como há o debate social sobre o preconceito contra homossexuais.

Há as indicações dos altos índices de complexidade da maternidade e suas múltiplas faces nas formas de cuidar ou de criar, na persistência do fenômeno sociológico do não-reconhecimento paterno, que persiste reafirmando a prerrogativa masculina do não-reconhecimento das maternidades, das filhas e dos filhos. Caso em que, embora as mulheres se insurjam e reivindiquem o que já sabem, a participação do homem-pai na concepção e os laços consanguíneos não são confirmados, até mesmo quando demandados pela justiça. Para Thurler (2009), no Brasil, a palavra da mulher-mãe é desacreditada, o homem-pai conta com a benevolência social e legal, que permite a protelação do reconhecimento da paternidade.

O Estado, que ainda oferece poucas garantias institucionais e cartoriais para assegurar a inclusão identitária das cidadãs-crianças, exige da mãe provas da paternidade de sua criança. A dominação masculina está presente tanto na recusa do pai em reconhecer sua condição de genitor, quanto na exigência à mulher-mãe de provas para que sua criança não permaneça somente *filha da mãe*. (BANDEIRA in THURLER, 2009, p. 20)

Para ilustrar o quanto são complexas e amplas as circunstâncias que se referem às maternidades, menciono uma situação vivenciada na Faculdade onde lecionava em 2009, que chamou minha atenção. A volta antecipada da licença maternidade tanto de professoras, duas neste caso, quanto de quatro alunas, justamente, no momento em que, no Brasil, iniciavam-se as negociações políticas para a sua ampliação de 120 para 180 dias, havendo Estados da Federação que anteciparam essa política com base no incentivo fiscal para as instituições contratantes. Minha pergunta era: por que retornaram antes que se cumprisse o período regular da licença? Houve unanimidade nas respostas das alunas de que a volta às aulas as liberava dos cuidados com o bebê e por ser uma volta aos estudos não havia conflito com as pessoas que contribuiriam na divisão dessa tarefa, sobretudo, quando se tratava de familiares. Quanto às professoras que voltaram ao trabalho dois meses depois do parto, alegaram que, no período da licença maternidade, havia uma diferença salarial para menos o que dificultava a

vida. Ao decidir acompanhar um pouco mais de perto essa situação, tomei conhecimento junto à secretaria da escola de que, para poderem retornar antes do vencimento da licença, condição a qual a administração escolar não assumiria para não infringir a lei trabalhista, as professoras apresentavam um atestado médico que afirmava estarem aptas ao retorno antes do tempo legal. Essa situação manteve-se até o ano de 2012, quando encerrei minhas atividades profissionais nessa Faculdade.

A relevância dessa narrativa vem ao caso porque o direito à licença maternidade resulta de uma luta das mulheres por direitos maternos que se mantém em causa. Ele amplia o leque de vitórias como a lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002, que estendeu às mães adotivas o direito à licença maternidade e ao salário maternidade, como a decisão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que em 10 de dezembro de 2010, anunciou pela Portaria 220 a inclusão das alunas de cursos de pós-graduação bolsistas ao direito à licença maternidade. Por outro lado, há indicadores que demonstram a necessidade da continuidade da luta pelos direitos maternos, como o conteúdo da entrevista do deputado federal Jair Bolsonaro³ do Partido Progressista (PP), o mais votado no estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2014 no Brasil.

O senhor, como deputado progressista, não tem o papel de trazer a discussão sobre os direitos das mulheres à tona? Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? "Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade..." Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano.

Mas qual seria a solução? Por isso que o cara paga menos para a mulher! É muito fácil eu, que sou empregado, falar que é injusto, que tem que pagar salário igual. Só que o cara que está produzindo, com todos os encargos trabalhistas, perde produtividade. O produto dele vai ser posto mais caro na rua, ele vai ser quebrado pelo cara da esquina. Eu sou um liberal, se eu quero empregar você na minha empresa ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser ganhar isso, que procure outro emprego! O patrão sou eu.

Mas aí a mulher se ferra porque engravida? É liberdade, pô. A mulher competente... Ou você quer dar cota para mulher? Eu não quero ser carrasco das mulheres, mas, pô... (FOSTER, 2014).

Outra situação vivenciada que se acrescenta a esse universo de problematizações é a concepção de família desestruturada, presente entre professoras e professores, colegas, assim como entre alunas e alunos, mencionada para justificar toda série de questões sociais

³ Reeleito para deputado federal pela quarta vez, Jair Bolsonaro é militar da reserva e conhecido por integrar a chamada bancada da bala, ligada a ex-policiais e militares. Ele se declara publicamente contra uso de cotas

relacionadas com qualquer tipo de entrave nas relações sociais, dos mais leves aos mais altos graus de violência. Aliada à essa concepção, a resistência aos meios para a reflexão – fossem leituras com resultados de pesquisa científica, palestras, notícias da imprensa – que pudessem contribuir para a desnaturalização da ideia de família nuclear com a tríade mãe, pai e filho. Pelo contrário, tanto na sala de aula como na dos professores e professoras, mantinha-se a desconsideração aos diversificados arranjos familiares que se constituem, seja a partir da morte de um dos cônjuges ou da separação de casais, de mães solteiras, de avós responsáveis por netos, de pais e mães adotivas, de casais homossexuais gays ou lésbicas e tantas outras configurações que podem fugir do que é idealizado pela sociedade, mas, são reais.

Por sentir-se insatisfeita com essa ótica da desorganização familiar que, em geral, pode agradar educadores quando explicam suas atividades, que pode oferecer justificativas para as pessoas que pretendem adotar crianças, foi que a antropóloga Claudia Fonseca (2002) realizou pesquisas nas quais se estabeleceram os caminhos da adoção no Brasil, traçados a partir do que ela convencionou antropológicamente de circulação de crianças, onde aparecem mães que, em algum momento, deram seus filhos para criação e mulheres que, em um momento ou outro, receberam uma criança para criar, originando o que ficou categorizado como formas de adoção à brasileira, formas que demonstram o quanto podem variar as visões que se tem para formar uma família.

Essa amplitude de situações extrapolou a empiria e germinou questionamentos norteados em grandes linhas para as maternidades como fenômeno social múltiplo, conforme define Scavone (2004). Mas, os questionamentos pautados nesses anseios, nessas percepções e nas suas expectativas constituíram-se na necessidade de reconhecê-los, buscando algumas respostas sobre a dinâmica social das maternidades e especificações de que aspectos do tema abordar, no projeto de pesquisa sobre maternidade na interface voltada para a homossexualidade lésbica.

Para essa definição, pesou o contexto da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁴ que em maio de 2013, determinou a todos os cartórios do Brasil realizar o casamento civil entre homossexuais, assim como converter a união estável autorizada desde 2011 em casamento. Pesou a convivência com uma colega de curso que sendo lésbica, decidiu casar-se com sua namorada e logo após, entrar na lista de adoção para assim tornarem-se mães, o que

raciais ou sociais, defende a pena de morte, é contrário à legalização da maconha e opõe-se ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

⁴ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Resolução no 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre

de fato ocorreu juntamente com a luta pelo direito à licença maternidade como preconiza a lei. Pesou também o contexto dos debates sobre inseminação artificial e adoção como possibilidades do tornar-se mãe, ocorridos no Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGAr). Debates fundamentados em leituras de textos científicos que não deixaram de considerar a literatura, o cinema, as revistas e jornais, as notícias diárias dos grandes meios de comunicação de massa como televisão e Internet.

Outro componente que decorreu dessas circunstâncias foi o conjunto de reflexões resultantes das leituras em torno das configurações familiares contemporâneas, sobretudo, considerando-se os questionamentos sobre o que, no Brasil, denominou-se, em termos jurídicos, família homoafetiva⁵ e, na França, família homoparental em termos sociais, denominação aceita pelo cânones das Ciências Sociais porque foi criada pela *Association des Parents et futurs parents Gays et Lesbiens*⁶ (APGL) e que tem sido utilizada no Brasil por pesquisadoras como Miriam Grossi (2003) e Anna Paula Uziel (2007).

Família homoparental, aqui definida de um modo simplificado, traduz a noção de um conjunto de pessoas constituído de dois grupos. De um lado, uma estrutura parental formada por uma única pessoa ou um casal em que a orientação sexual homossexual é individualmente clara e coletivamente reconhecida e de outra parte, uma ou mais crianças legalmente consideradas filhas de uma das pessoas, pelo menos. Quanto aos neologismos homoafetivo e homoafetividade, foram cunhados juridicamente por Maria Berenice Dias (2009) em nome do Direito da Família e deles decorre a caracterização da família homoafetiva.

Impondo a Constituição respeito à dignidade humana, são alvos de proteção os relacionamentos afetivos independentemente da identificação do sexo do par: se formado por homens e mulheres ou só por mulheres ou só por homens. Mesmo que, quase intuitivamente, se conceitue família como uma relação interpessoal entre um homem e uma mulher tendo por base o afeto, é necessário reconhecer que há relacionamentos que, mesmo sem a diversidade de sexos, são cunhados também por um elo de afetividade. (DIAS, 2009, p. 46)

Entende-se que há no Brasil, uma preocupação social com os estatutos das famílias e suas novas configurações, embora essas ações e mesmo a homologação de leis mantenham a

pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: CNJ, 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf. Acesso em 22 nov. 2015.

⁵ A relação entre homossexuais ganhou o novo vocábulo criado pela desembargadora e jurista Maria Berenice Dias que defende que o afeto é o fator mais relevante na atração que uma pessoa sente pela outra do mesmo sexo. Para ela a homoafetividade vai além da relação sexual, é um vínculo criado pela afetividade, pelo carinho e pelo desejo de estar com o outro em uma convivência harmônica.

⁶ A expressão homoparentalidade é um neologismo criado em 1966 na França pela APGL – *Association des Parents et futurs parents Gays et Lesbiens*. Disponível em: <http://www.wapgl.fr/>. Acesso em 20 dez. 2014.

questão: Com as leis que homologaram as famílias homoafetivas, qual tem sido a reação social, a aceitação, a rejeição, a tolerância?

Na Suíça é a denominação família arco-íris que tem sido utilizada e, segundo Hermann-Green (2010), ela refere-se a uma família na qual pelo menos uma das pessoas responsáveis é homossexual, bissexual ou transgênero, conceituação que é aceita em Portugal onde a denominação família arco-íris também é utilizada (MENDONÇA, 2013).

Dessa profusão de questões originaram-se os objetivos propostos para o estudo: realçar a nuance da maternidade lésbica, entendida como uma interface das maternidades; compreender o tornar-se mãe lésbica pela adoção, pela inseminação artificial, pela relação heterossexual; contribuir para o debate em torno de estatutos atribuídos à maternidade, assim como ampliar a compreensão da dinâmica da transversalidade das igualdades e das diferenças entre os sujeitos, sem desconsiderar o que está consolidado por estudos realizados nas Ciências Sociais, nos campos de pesquisa das maternidades lésbicas.

O empenho para que as maternidades lésbicas sejam consideradas em seu universo empírico restrito deverá manter-se como preocupação contra as generalizações tendo em vista que, se em determinado momento, a maternidade aparece como um prazer indiscutível, em outros, ela pode revelar-se difícil de ser vivida, constatação de Scavone (2004), que suscita dúvidas das quais decorrem perguntas: Estariam aí imbricados o prazer da maternidade e a opressão que ela pode provocar nas mulheres lésbicas que decidem ser mães? E as mulheres que têm filhos de relacionamentos heterossexuais desfeitos e que seguirão a vida como lésbicas? Haverá conflitos próprios da vivência da maternidade lésbica?

O lugar desses questionamentos na ordem das ideias remete à proposta de Scavone (2004) de que metodologicamente o tema das maternidades aponta sempre amostras da realidade social e das estratégias que as mulheres encontram em seu cotidiano onde o respeito e o reconhecimento de resistências compõem uma história que deve ser permanentemente escrita e reescrita: a luta cotidiana e pertinaz das mulheres pelo cuidado com a vida. Nesse sentido, há que se lembrar de que toda opção metodológica tem implicações científicas e políticas e, em relação aos estudos da maternidade lésbica, não é diferente, uma vez que se trata da não-neutralidade de um tema que está imbricado no diálogo entre teorias e movimentos sociais.

No decorrer do século XX, as metodologias científicas aplicadas às Ciências Sociais passaram a expor uma crise de paradigmas dadas as constatações de que as bases tradicionais desse conhecimento deveriam ser permanentemente repensadas e as relações entre objetividade e subjetividade revistas com a proposição de novos enfoques para explorar as

relações entre pesquisador/a e sujeitos pesquisados. Em meio a esses questionamentos, encontra-se, em Guita Debert (2005) uma afirmação de que os avanços de uma área de conhecimentos são promovidos quando somos capazes de romper com o senso comum e, sobretudo, quando vemos e sentimos a força das convenções culturais no que acreditávamos serem conceitos e noções resultados de rigor científico.

Nessa direção, o feminismo e os estudos de gênero têm criado conteúdos bastante significativos ao tornarem evidente o caráter culturalmente construído do que se pensava ser pura natureza. Exigindo, desse modo, renovações no tratamento da divisão da humanidade entre homens e mulheres, problematização desses termos e sua implicação para a heterossexualidade compulsória, abalando essas concepções que a cultura ocidental ainda conserva sobre o que é a vida humana e o destino de cada indivíduo. Os estudos de parentesco, por exemplo, apresentam a alteração no rumo das forças que o sangue e outros elementos da anatomia fisiológica humana passaram a ter no estabelecimento de laços sociais e familiares nas sociedades ocidentais contemporâneas, conforme pode ser apreendido nos resultados de pesquisas de Mirian Pilar Grossi (2003) sobre gênero e parentesco em relação às famílias lésbicas e gays no Brasil.

Diante do que foi até aqui exposto, estabelecem-se os pressupostos, o problema e a hipótese. Os pressupostos firmam-se em que a opção pela maternidade é um fenômeno que se consolidou no decorrer do século XX e esboçou o processo social de transformações que permitiu às mulheres e às crianças serem vistas como sujeitos e às lésbicas a busca pela igualdade de direitos, e também, na existência de tensões sociais e políticas que aplicam-se de modo específico, às maternidades lésbicas seja no tornar-se mãe pela adoção, inseminação artificial ou relação heterossexual, enquanto o problema norteia-se pela interrogação de como é tornar-se mãe na sociedade contemporânea quando se é lésbica? Em referência à hipótese, subtrai-se que: na clivagem das tensões entre a opção por tornar-se mãe e a função social da maternidade, em nome das quais gravitam reivindicações e conquistas de direitos civis, políticos e sociais, encontram-se conflitos de difícil superação para as lésbicas dada a permanência da heterossexualidade compulsória, sustentada pelo quadro de heteronormatividade. Este, baseado na naturalização da heterossexualidade, cria expectativas, demandas, simbologias, normas, obrigações sociais que, nem mesmo a implementação de leis que a ele contrapõem-se, conseguiu eliminá-las.

Para o caminho metodológico da pesquisa, apresenta-se a abordagem qualitativa como um direcionamento, sendo entendido que essa abordagem não dispensa o ponto de vista qualitativo, o que conduz à necessidade de se recorrer aos métodos e às técnicas que ambas as

abordagens desenvolveram para serem consideradas científicas. Mas, como observa Maria Cecília de Souza Minayo (2007), é preciso registrar que a relação entre o qualitativo e o quantitativo, assim como entre objetividade e subjetividade, não se reduz a um *continuum* e também não pode ser pensada como oposição contraditória. O que se espera é que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos abrangentes, complexos e concretos e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, em um movimento de mão dupla, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e o estudo qualitativo pode gerar questões que precisam ser aprofundadas quantitativamente. Nesse sentido, a autora complementa que, do ponto de vista metodológico, não há contradição e não há continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa, pois, ambas são de natureza diferente. A primeira atua em níveis da realidade nos quais os dados se apresentam, enquanto a segunda lida com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes, opiniões.

Para atender a exigência de aproximação entre empírico e teórico-científico, como possibilidade de se constituir conhecimento a partir de um diálogo com as realidades presentes no campo, concebendo campo como um recorte em termos de espaço/tempo que representa determinada realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam os sujeitos de investigação, propõe-se, para verificar a hipótese, o recorte que estabelece a maternidade lésbica a partir do momento em que no Brasil é implantada a permissão para a união consensual em 2011 e a expansão desse direito para o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em 2013 estendendo-se até os dados coletados em 2016. Trata-se de um recorte que será ocupado por pessoas com as quais deverá ser cultivado o envolvimento com base em uma construção teórica que envolva os sujeitos de estudo.

Para fazer a mediação entre os marcos teórico-metodológico e a realidade empírica, o *corpus* constitui-se do resultado de entrevistas semi-estruturadas com mulheres lésbicas indicadas para convite a participar e a partir de uma rede de contatos que se inicia no NEGA^{Ar}, sem desconsiderar o teor de conversas informais sobre o tema e o fato de que nada impede que, no decorrer de uma pesquisa qualitativa, seja necessária uma reformulação dos caminhos previamente estabelecidos. Outras fontes de referência serão o estudo da literatura pertinente às pesquisas nesse campo de interesse, a consulta aos dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelas Varas da Infância e da Juventude (VIJ), pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e as notícias expressas pelos meios de comunicação de massa – televisão, rádio, jornais e Internet.

O trabalho compõe-se de cinco partes. Na Primeira Parte, além da introdução, apresentam-se dois eixos – metodologia e revisão de literatura. A apresentação da

metodologia decorre dos objetivos de contextualizar e expor os caminhos percorridos e os procedimentos adotados para a realização da pesquisa. A revisão de literatura, por sua vez, tem como propósitos compreender perspectivas das maternidades na sociedade contemporânea quando se é lésbica e identificar questões para a composição do referencial teórico da pesquisa.

Na Segunda Parte, está Vivências Lésbicas e Maternidade: Interdependências e Dinâmicas. Tem como objetivo expor aspectos da trajetória de mulheres lésbicas em elaborações teóricas sobre o definir-se lésbica e suas vivências nas sociedades Ocidentais onde prevalece a heterossexualidade como norma, circunstância que, tanto para as teóricas quanto para ativistas na defesa de direitos, as mantiveram e mantêm circunscritas à invisibilidade.

A Terceira Parte tem como título Explorando Dimensões das Maternidades Lésbicas. Os objetivos propostos para esta parte do estudo são dois: reconhecer aspectos teóricos em torno da maternidade e apresentar resultados sobre significados do desejo de ser mãe e a opção ou não por tornar-se mãe, que são levados em conta em razão do que foi declarado pelas mulheres lésbicas que colaboraram com a pesquisa, mediante relatos concedidos em entrevistas.

Na composição da Quarta Parte encontram-se os Delineamentos das Maternidades Lésbicas: entrelaçamento do conjugal, do social, do político para a qual colocam-se os objetivos: tratar dos modos como as maternidades lésbicas se constituem e identificar referências do aprender a ser mãe e do sentir-se mãe. A Quinta Parte, última do estudo, é Configurações Familiares: ressignificação e multiplicidade de laços familiares entre casais de mulheres lésbicas, diante da qual está o objetivo de apreender matizes das configurações familiares de mulheres lésbicas.

METODOLOGIA: POSSÍVEIS CAMINHOS E ENCRUZILHADAS PARA A PESQUISA

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? (FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**; o uso dos prazeres. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, p. 13)

A organização deste texto que discorre sobre metodologia é fundamentada em dois objetivos: contextualizar e expor os caminhos da pesquisa e os procedimentos adotados para a sua realização. Diante desses objetivos, a primeira ideia é a de que o desenvolvimento da pesquisa que se propõe a compreender as tensões que ocorrem na imbricação entre maternidade e condição de lésbica – por entender que se trata de tensões que geram conflitos impostos, dada a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade – fundamenta-se na metodologia qualitativa, que implica uma série de passos obrigatórios que se iniciam com a escolha do tema e sua delimitação, o levantamento de fontes bibliográficas e documentais que, uma vez estabelecidos e, se há pesquisa de campo, o próximo passo é definir a técnica a ser utilizada para a coleta de dados, tarefa multifacetada porque dela decorre a concretização de toda produção científica que é o amálgama teoria-prática.

O universo das pesquisas qualitativas, ao contrário do que se possa pensar, é complexo porque visa à compreensão interpretativa das experiências das pessoas, no contexto em que foram vivenciadas. Envolve compreensão de comportamentos, valores, crenças, motivações, sentimentos humanos, como foi demonstrado por pensadores das Ciências Sociais como Norbert Elias (1995), Pierre Bourdieu (2001), Howard Becker (1993), Mirian Goldenberg (2004), Giampietro Gobo (2005), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988).

Seu campo constitui-se de questões de difícil quantificação e não é passível de ser captado por hipóteses facilmente verificáveis. Sua condição é a imersão nas esferas das subjetividades, do simbólico, das representações enraizadas nos contextos sociais dos quais

emergem. É um universo que permite proximidade aos sentidos que motivaram ou motivam intensões, interações ou ações o que faz com que sua utilização seja indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo interpretativo, situação recorrente na Sociologia.

Como propõe Goldenberg (2004), suas características estão na imersão de quem pesquisa no contexto da pesquisa, sendo necessário o reconhecimento de atores sociais como produtores de conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo fundamentado na dinâmica entre quem pesquisa e quem é pesquisado; a aceitação de todos os acontecimentos como igualmente importantes: ocasionalidade e constância, frequência e interrupção, fala e silêncio, continuidade e ruptura, significado manifesto e o que permanece oculto.

Na obra *A aventura sociológica*, Gilberto Velho (1978) apresenta a identificação da antropologia com os métodos qualitativos de pesquisa e destaca que o envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos utilizados. Sendo o pesquisador um membro da sociedade, é da sua alçada o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Mesmo assim, a realidade familiar ou estranha será sempre filtrada por um determinado ponto de vista de quem observa, o que não invalida o rigor científico de uma pesquisa e sim remete à necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa e sempre interpretativa.

Na literatura sociológica, os conceitos de neutralidade e objetividade da ciência são tratados de forma interligada, considerando-se que adotar uma determinada concepção teórica e política não implica necessariamente, a renúncia à construção de conhecimentos objetivos em relação à realidade pesquisada. O que significa que o fato de adotar uma determinada concepção teórica e política, não implica necessariamente a renúncia à construção de conhecimentos objetivos em relação à realidade examinada (STEREN DOS SANTOS, 2009, p. 123). Não é demais lembrar que “não existe uma pesquisa social totalmente objetiva e sem algum tipo de interferência do contexto e da subjetividade e que o papel do pesquisador é o de tentar diminuir ao máximo as distorções que possam surgir em cada etapa da investigação”. Para a adequada apreensão de um objeto de pesquisa social, os procedimentos científicos tornam-se cada vez mais relevantes, pois, indicam que o estudo segue padrões científicos adequados.

Não é demais reiterar que inexistente uma pesquisa social totalmente objetiva e sem algum tipo de interferência do contexto e da subjetividade e que o papel de quem pesquisa é o de tentar diminuir ao máximo as distorções que possam surgir em cada etapa. São os

procedimentos científicos, cada vez mais relevantes, que pautarão a adequada apreensão do objeto de pesquisa, pois representam a certificação de que o estudo segue padrões acadêmicos adequados, possibilitam o afastamento do senso comum e a necessária interligação entre a epistemologia, a metodologia, a teoria e os dados empíricos, para que o conhecimento gerado não se limite à simples descrição empírica de aspectos da realidade social que podem ser superficiais, fragmentados e parciais.

Embora se aceite, como foi exposto, que a produção intelectual é sempre um ponto de vista a respeito do objeto e que a posição reativa, permitida pela interação entre os sujeitos da pesquisa afigura-se como particularmente relevante neste campo de estudo, Giampetro Gobo (2005) expõe que uma crítica constante à abordagem qualitativa diz respeito à falta de rigor do método utilizado, ou seja, à problemática da sua validade e da sua verificação, em outras palavras, da sua cientificidade e suposta fragilidade qualitativa nesta esfera. Na mesma linha, pesquisadores que utilizam as metodologias quantitativas não têm deixado de analisar seus problemas, como indicam publicações mais específicas sobre essa questão como *A aventura antropológica* (CARDOSO, 2004), *A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios* (CHIZZOTTI, 2003), *Desvendando máscaras sociais* (ZALUAR, 1990) e *A aventura sociológica* (NUNES, 1978).

Nas pesquisas qualitativas, o material selecionado pode ser denominado de *corpus*. A seleção de *corpus* para a pesquisa aparece como um processo cíclico que tem como critério selecionar, analisar a seleção, selecionar de novo. Para Bauer e Aarts (2004, p. 44), a expressão *corpus* é considerada mais adequada que amostra quando se trata de pesquisa qualitativa. Ele pode ser definido como coleção finita de materiais, determinada de antemão pela pessoa que pesquisa, “com (inevitável) arbitrariedade”, e com a qual se trabalhará.

Em relação à pesquisa empírica, técnicas tradicionais de coleta de dados como, planilhas de observação, questionários e entrevistas, filmes, estatísticas oficiais e dados documentais continuam sendo importantes. Nesse sentido, as orientações de Wright Mills em *Do artesanato intelectual* (1965), sobre estratégias de produção do conhecimento sociológico, seguem tão significativas quanto as orientações teórico-metodológicas da obra *O ofício de sociólogo* (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2004). Também é preciso considerar que os novos recursos tecnológicos de toda ordem, incluindo os registros fotográficos que se abrem como fontes potenciais de pesquisa, propiciam inovações nos procedimentos de investigação social levando à maior integração de textos, imagens e sons.

O desafio na pesquisa social é a flexibilidade para a utilização de formas diferentes de realizar o trabalho científico, incorporando as novas tecnologias desenvolvidas no mundo

virtual, em especial, os recursos digitais e audiovisuais. Contudo, as indicações de Mills (1965) para se perseguir as virtudes do artesão intelectual, paciente e detalhista a fim de se evitar o fetichismo do método e da técnica mantêm-se no sentido de que a importância de se relacionar os dados da pesquisa com sólidos conhecimentos epistemológicos e referenciais teórico-conceituais substantivos é mais necessária do que nunca. Assim como, para realizar-se estudos com maior poder explicativo, nas dimensões teóricas e metodológicas, é necessária a incorporação de uma problemática crítica e a análise das suas conexões com a totalidade.

Na pesquisa sociológica, o levantamento e a revisão bibliográfica – dados secundários – são fundamentais nas etapas iniciais da pesquisa para mapear e estabelecer uma adequada delimitação do tema. A pesquisa documental – dados primários – é uma das técnicas mais antigas na história do pensamento humano, tendo atualmente importante desenvolvimento pela digitalização e ampliação do acesso *on-line*, explica (STEREN DOS SANTOS, 2009). No caso da pesquisa bibliográfica *on-line*, há a necessidade de verificar se as fontes são confiáveis, eliminando o denominado lixo cibernético.

Fontes bibliográficas, documentais e orais

Quando, na opção da coleta, incluem-se as fontes orais, a primeira preocupação é como se dará a escolha do *corpus*. Nesta pesquisa, o meio a ser utilizado estabeleceu-se a partir da rede de relações do Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara (NEGA_r) de onde veio o encontro inicial e a partir daí as indicações para as mulheres que seriam convidadas a darem seus relatos orais mediante entrevistas. Daí decorreram conversas face a face, telefônicas e trocas de correspondências via *Internet*, todos meios que favorecessem, mas que respeitassem a disponibilidade das depoentes dada a intensidade das suas atividades cotidianas.

Em encontros iniciais, informais, foram feitos os esclarecimentos sobre o teor do estudo e o convite para a participação. O passo seguinte foi a assinatura do termo de compromisso (APÊNDICE A), no qual ambas as partes entraram em acordo sobre a ética que regeria as ações, ou seja, preservação dos nomes conforme a vontade manifesta das participantes, fidelidade na exposição dos relatos e o comprometimento de que uma cópia do texto resultante dos relatos seria oferecida a cada uma das participantes.

Concomitante a essas medidas, concretizou-se o roteiro de questões para a entrevista (APÊNDICE B) que seria levado em consideração no decorrer do encontro entre pesquisadora e participante e que estaria sujeito a retomadas na medida em que o texto com os resultados

dos relatos orais fosse sendo composto. Na sequência do trabalho de campo, estão as transcrições com o burilar da redação, nela incluindo da forma mais significativa possível, aquilo que se pretende ilustrar na análise de dados. Em seguida está a leitura e as releituras do material transcrito.

Foi das leituras e releituras que transbordou a diversidade de informações contidas nos relatos em seus diferentes níveis e à qual podem ser atribuídos significados que levaram à definição de categorias. Ela permitiu que se constituíssem as maneiras mediante as quais o dizível e o indizível se estabelecem diante, por exemplo, da justificação de certos acontecimentos ou do pedido de que algum trecho fosse retirado, como ocorreu no momento em que o texto resultante de um relato oral foi submetido à depoente. Esta é uma etapa em que isolamento e contato convivem. Se, de um lado, é necessário o isolamento e a abstração para transcrever os relatos, de outro, é preciso a atenção aguçada para ouvir, aliás, mais do que isso é fundamental que a pessoa que oferece seu depoimento sinta que está sendo ouvida, ela precisa sentir-se segura. A este momento está aliada a preocupação com os aspectos que se salientam na relação teoria e empiria. Também nele está contida a relação com a literatura pertinente ao tema sob investigação, e é ela que dá as diretrizes para a interpretação do que vai sendo constituído em função dos relatos.

Trata-se de um processo que se compõe em um movimento constante, traduzido pelo ir e vir entre o que foi transcrito, as pessoas que participam oferecendo seus relatos, a literatura e os dados de outras pesquisas sobre a mesma temática. Ele permite a formação de um quadro que visa representar a percepção que os informantes trazem da realidade, à luz do que se apreende e se reconstrói a partir da abordagem conceitual.

Cabe ainda uma observação relacionada aos limites da transposição das falas – perpassadas por sentimentos e emoções – em palavras transcritas. Este limite é apontado por Isaura Pereira de Queiroz (1988), quando diz da dificuldade de transformar o indizível em dizível. Considera a autora que a passagem da obscuridade dos sentimentos para a nitidez do vocábulo é um primeiro enfraquecimento da narrativa, uma vez que a palavra não deixa de ser um rótulo classificatório utilizado para descrever uma ação ou uma emoção. Lembra ainda que, assim como o desenho constitui uma reinterpretação do relato oral, a pessoa que entrevista, da mesma forma, reinterpreta aquilo que lhe foi narrado.

A opção pelas fontes orais deu-se impulsionada pela ideia de que, se não há respostas definitivas, se as perguntas também mudam incessantemente e se a história nunca para, mais do que nunca é preciso preparar-se para o novo que brota sem parar, não sendo possível prever como se apresentará, mas sua chegada deve ser esperada. É preciso esperar o

inesperado, como propõe Zeila de Brito Demartini (1995). Sendo assim, é necessário distanciar-se do definitivo, do convencional, das formas impostas; é necessário abrir-se para as divergências, é fundamental buscar modos de elaboração do conhecimento em um mundo organizado por meio da memória, da imaginação, da criatividade, do sentimento. Para isso, a reflexão ancorou-se nas contribuições dos relatos orais, no sentido que permitem estabelecer relações com as fontes escritas e iconográficas, além de oferecerem novas e diferentes perspectivas de reconhecimento para estas fontes usuais.

A complementaridade entre as fontes está presente mesmo porque ela já existe na própria construção dos documentos orais, seja antecedendo-os com questões que suscita, seja deles resultando, pelo processo de interação entre pesquisador-pesquisado que permite a exposição e utilização do que ficou guardado, ou, muitas vezes, até esquecido. (DEMARTINI, 1995. p. 8).

A fonte dos relatos orais também oferece oportunidade de ampliação nas investigações, sem, no entanto, ignorar que sua utilização complexifica, “dadas as especificidades de que se revestem sua obtenção e seu ‘manuseio’: estamos lidando com documentos criados no momento da pesquisa, com a participação do pesquisador” (DEMARTINI, 1995, p.9).

Recorrer às fontes orais pode ser entendida como uma atividade de pesquisa de campo cooperativa entre a pessoa que é solicitada a relatar e a ouvinte, porque trata-se de depoimentos recolhidos a partir de negociações baseadas na disponibilidade das pessoas em participar e relembrar o vivido por si e pelas pessoas com quem conviveu e convive, incluindo temporalidades e lugares.

Mesmo levando em conta as dificuldades que as fontes orais podem apresentar: *corpus* de um aspecto parcial da realidade, subjetivismo do narrador, dificuldade de localização de pessoas que preencham os requisitos necessários à pesquisa, impossibilidade de contato com as pessoas indicadas que podem trazer informações importantes ao estudo, além de aspectos problemáticos dos contatos iniciais, situações que foram discutidas por pesquisadores como Simson (1988), Queiroz (1988), Demartini (1992), Cipriani (1988), Macioti (1988), neste estudo, ao lado de outras fontes, o relato oral apresenta-se como um instrumento valioso, uma vez que pode situar-se na imbricação das relações entre o que é exterior à pessoa e o que traz em seu íntimo.

Queiroz (1988) apresenta o relato oral como a maior fonte humana de difusão e conservação do saber, importante fonte de dados para as ciências em geral. Argumenta que ao longo da história da humanidade, a formação de hábitos e a transmissão de conhecimentos baseavam-se na narrativa que se refere, tanto ao legado dos antepassados, quanto à

comunicação da ocorrência próxima no tempo. Para a autora, o relato oral veicula noções adquiridas diretamente pelo narrador, agente daquilo que está relatando, além de transmitir noções adquiridas por meios que não são da experiência direta.

Nem mesmo a utilização de recursos mais atuais como a entrevista gravada pelo *Skype*⁷ anula o que Queiroz (1983) escreveu sobre o uso do gravador, um instrumento técnico incapaz de desqualificar ou diminuir as possíveis inferências da intermediação de quem pesquisa e de manter a ilusão de que a narrativa deveria conservar-se a mais próxima possível de seu registro pois, logo se percebeu que a necessidade de transcrever como uma exigência para a utilização das informações nas pesquisas e a passagem da oralidade para a escrita provocava perda de parte dos registros o que aproxima o texto transcrito de outros documentos quaisquer. Embora a gravação tenha a vantagem de conservar com maior nitidez a linguagem de quem relata, há a ressalva de que, mesmo com o avanço tecnológico pode ocorrer a impossibilidade da gravação, seja por condições locais seja pelo impedimento das pessoas entrevistadas, como aconteceu em duas entrevistas, quando foi preciso prevalecer a capacidade de ouvir e de anotar porque não era possível interromper as entrevistadas a todo momento para pedir que repetissem o que foi dito, dada a interferência de sons externos.

Quando a pessoa convidada dispõe-se a participar, é comum ocorrer que procure relatar, independentemente de qualquer desejo de colaborar com quem está pesquisando, fatos correspondentes aos seus intentos, cabendo a quem pesquisa avaliar o que lhe convém, reconduzindo-a ou não ao assunto em questão.

No momento da utilização dos relatos, prevalecem as preocupações de quem pesquisa que, nessas circunstâncias, mesmo com todo cuidado e empenho, provoca uma transformação do material coletado ao recuperar e mesmo recriar os relatos vivos que perdem sua vivacidade, o que marca a passagem para a nova atividade que envolve dois materiais distintos: o oral e o escrito que passam a coexistir, sendo aí incluídas as imagens registradas mentalmente, que também comporão as elaborações das análises escritas, formando elos de ligação entre a utilização do material escrito e os relatos registrados em suas próprias memórias. Integrando esse pensamento, há o exemplo de dois materiais distintos resultantes da experiência vivida na transcrição da entrevista com Ana que foi indicada por uma funcionária da Vara da Infância e da Juventude de Araraquara para falar sobre o Grupo de Apoio à Adoção de Araraquara (GRUDAA). No decorrer de suas explicações sobre o

⁷*Skype*: software tecnológico que possibilita comunicações de voz e vídeo via Internet, permitindo a chamada gratuita entre usuários em qualquer parte do mundo.

encerramento das atividades do grupo, ela foi rápida e categórica na resposta, mas, em seguida, refez sua explanação com mais vagar e pediu que apenas a segunda versão fosse registrada. Acrescentou que se tratava de um cuidado necessário.

Essa ocorrência deixa visível a dupla atividade de trabalho distribuída entre a observação que marca o momento em que o material é coletado e sua construção, quando é revisto, preparado ou reescrito. Trata-se de uma dupla atividade com o resultado de experiências vividas que efetivamente possibilitam o desenvolvimento e a concretização da pesquisa, portanto, não são tarefas vazias.

Quando inicia-se a coleta de material para a pesquisa, passa-se a ter o comando da atividade, pois, mesmo quando quem narra interfere ao transmitir sua experiência por meio do que considera digno de ser registrado, prevalece o interesse específico que determinou a pesquisa. Deste modo, quando os relatos orais são reorganizados de acordo com as preocupações, observando as finalidades que melhor convenham, a pessoa que pesquisa nada mais estará fazendo do que reafirmando o domínio da atividade a que se propôs para a realização da pesquisa. Na sua relação com quem narra tem, em certa medida, uma posição de superioridade e dominação porque conhece o objetivo da pesquisa, propõe o encontro e vai constituir o resultado da investigação. (TRIGO e BRIOSCHI, 1999; QUEIROZ, 1988).

Uma vez transcrito, o material apresenta-se em seu conjunto e é nessa circunstância que deixa transparecer a dinamicidade do conteúdo ao permitir que as várias informações elaboradas a respeito de determinado assunto sejam visualizadas simultaneamente. No entanto, uma vez transcrita, a narrativa oral transforma-se em um documento escrito semelhante a outros, contemporâneos ou não – recortes de jornal, documentos históricos, correspondência, registros em geral, estatísticas – diante do qual se encontra o pesquisador para realizar a análise. Análise que, essencialmente, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, ou seja, desmembrar, recortar os diversos componentes com a finalidade de usar apenas o que é compatível com o que se deseja estudar.

Dentre as inúmeras questões julgadas mais adequadas e que delinearam a sistemática do trabalho, destaca-se em linhas gerais as diretrizes que guiaram o processo da pesquisa quanto à organização do texto:

1. Tendo em vista as questões a serem investigados, tornou-se necessária a utilização de trechos dos depoimentos coletados, pois a extensão e variedade dos assuntos abordados impossibilitaram a utilização das entrevistas como um todo;
2. A utilização dos trechos, por sua vez, não eliminou o contexto global da entrevista que funcionou sempre como uma referência para o entendimento das colocações. Não

eliminou também a visão global sobre a problemática pesquisada, formada e discutida na dinâmica dos quadros teóricos e renovada na realização de cada entrevista em um processo cumulativo e contínuo.

Definir a fonte oral como instrumento de coleta de dados, levou ao conhecimento de que trata-se de uma fonte que se constrói por meio de um jogo de tensões tanto sociais, quanto pessoais, onde estão presentes os valores dos diversos grupos aos quais as pessoas estão ligadas. Assim sendo, as negociações preliminares que envolveram o acordo para a realização da entrevista e que foram, desde o que levou a marcar a entrevista com determinada pessoa, num determinado momento, para tratar de assunto determinado, até a aceitação da pessoa e a concretização da entrevista podem dar uma dimensão da complexidade, não obstáculo, de uma fonte onde está presente a vida real das narradoras e da pesquisadora que interpreta os depoimentos.

Os depoimentos pessoais, as histórias de vida, as biografias, as autobiografias, embora se diferenciem em suas definições e características, são formas de coleta que, por meio da entrevista, fornecem informações captadas oralmente e sobre as quais Queiroz (1988) fez análises detalhadas, apresentando definições e características que as envolvem. No caso desta pesquisa, os depoimentos pessoais coletados pela técnica da entrevista em que se registrou os relatos de vivências das depoentes, algo que presenciaram, experimentaram ou, de alguma forma, conheceram, tiveram seu crédito, não pela credibilidade da depoente mas, pelo paralelo de seu relato com outros relatos e com as informações de outras fontes o que faz com que percam o significado de estabelecimento da verdade.

Ao recolher o depoimento pessoal, houve o esforço durante a entrevista para a condução dos relatos aos acontecimentos relacionados com o estudo em questão, na tentativa de obter-se o essencial, afastando-se do desnecessário. Uma tarefa que, diga-se de passagem, nem sempre é fácil porque exige atenção e gentileza de quem pesquisa, pois, a retomada a todo momento da pauta desejada pode ser necessária, dada a condição que o relembrar oferece de trabalhar o vivido e com isso, quem lembra precisa ir selecionando o que será exteriorizado ou ocultado e esse exercício pode conduzir ao distanciamento do pensamento do assunto proposto pela pergunta. Trazer o assunto de volta à pauta desejada é um momento delicado tanto para a pessoa que realiza a entrevista como para aquela que está sendo entrevistada.

Outro ponto a ser considerado é que, embora o momento da entrevista adquira um sentido próprio em que se vive a memória, ao mesmo tempo em que se cria um acontecimento, recolher um depoimento pessoal não demanda necessariamente um tempo

longo. Muitas vezes, a entrevista pode esgotar-se em um só encontro, os depoimentos podem ser curtos. Neste processo de coleta de dados de campo as duas situações foram experimentadas. Houve diálogos que estabeleceram-se e perduraram por vários encontros e outros em que a forma como as participantes responderam as questões ocuparam curto tempo.

É importante registrar que o fato de se recorrer aos relatos orais não eliminou a utilização de outras fontes escritas e virtuais. No decorrer da pesquisa, o diálogo entre essas fontes intensificou-se mediante os conteúdos de livros, reportagens dos meios de comunicação de massa, levantamentos de dados estatísticos, que remeteram às mulheres lésbicas entrevistadas e conduziram a novas leituras, novas buscas, em uma dupla mão.

Pesquisas qualitativa e quantitativa: consonâncias, dissonâncias

Responder à pergunta pesquisa quantitativa ou qualitativa não é algo simples porque os resultados devem representar categorias e conceitos e foi levando-se isso em conta que a escolha pautou-se pela qualitativa, ponderando-se a utilização de dados quantitativos, uma vez que as quantidades não estão descartadas para desenvolver a compreensão do conteúdo em conjunto com as palavras. Apesar de que muito já se debateu e escreveu sobre a dissociação entre pesquisas qualitativa e quantitativa considera-se aqui – dada a complexidade da vida em sociedade e o acelerado ritmo de transformações – a dificuldade de se adotar uma abordagem que trabalhe exclusivamente com técnicas estatísticas ou exclusivamente com depoimentos, uma vez que ambos os tipos de dados não são excludentes.

É preciso esclarecer, como propõe Ecléa Bosi (1998), que, no caso deste estudo exploratório que teve seu material tratado qualitativamente, as informações estatísticas que geraram tabelas servem como expediente didático, sem nenhum comprometimento de ordem estatística, como ocorre com as quantidades de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo a partir da implementação desse direito em 2013⁸, que tornou possível ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2013) computar, a partir de dados obtidos junto aos cartórios de registros civis de todo o país, os números relativos a esses casamentos exclusivamente, não sendo consultados os registros de união estável.

⁸No Brasil, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo foi implementado em todo o país desde maio de 2013, quando entrou em vigor a Resolução 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo essa Resolução os cartórios de todo o país não podem se recusar a celebrar casamentos civis de pessoas do mesmo sexo. Antes disso, já havia decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que vigoraram em diversos estados.

Entre os resultados dos registros civis no primeiro ano da implementação do direito ao casamento civil para homossexuais, o perfil que prevaleceu foi o de mulheres com 35 anos e os cálculos gerais, considerando-se as cinco macro regiões do país, indicam a proporcionalidade relativa à concentração populacional: a Região Sudeste, sendo a mais populosa apresentou a maior proporção de casamentos homossexuais (65,1%), concentrada no estado de São Paulo que conta com a maior população e onde houve a mais alta incidência desse tipo de união, com 80,8% do total da região e mais da metade do país, o que equivale a 1.945 ou 52,5% do total nacional de 3.701 casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo. (TABELA 1).

TABELA 1: Distribuição de Casamentos entre Cônjuges do Mesmo Sexo, por Sexo, Totais e Percentuais, Segundo Grandes Regiões – 2013

Grandes Regiões	Casamentos					
	Cônjuges do mesmo sexo					
	Total	%	Masculinos		Femininos	
			Total	%	Total	%
Brasil	3.701	100	1.775	48,0	1.926	52%
Norte	56	100	31	100	25	100
Nordeste	497	100	233	100	264	100
Sudeste	2.408	100	1.129	100	1.279	100
Sul	525	100	290	100	235	100
Centro-Oeste	215	100	92	100	123	100

Fonte: Tabela gerada no decorrer da pesquisa a partir do IBGE – Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil, 2013.

Compondo os índices quantitativos relativos ao estado de São Paulo, na região Sudeste estão Lana e Luna, Fábila e Gabi, Mônica e Marta, Jéssica e Juliana, Catiane e Doralice, Norma e Ana dentre as pessoas casadas no civil com cônjuges do mesmo sexo. Elas fazem parte do grupo de 20 mulheres lésbicas que participaram da pesquisa com depoimentos orais recolhidos mediante entrevistas, fato que dá suporte para a afirmação de que os números não são necessariamente frios, posto que se referem a conteúdos que fazem parte das análises. Dois, desses seis casamentos, foram registrados em Araraquara/SP, onde ocorreram 13 casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo sendo 11 entre mulheres (BRASIL, 2013). Assim considerando, caso se tomasse apenas o casamento civil como um parâmetro, haveria nesse município um *corpus* de 22 lésbicas que também poderiam representar a complexidade da vida em sociedade e o ritmo acelerado do processo de transformação que exigem superação de posturas reducionistas em termos de compreensão de sua dinâmica, continuidades ou conquistas, permanências ou mudanças.

Nesta pesquisa, o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo não foi o critério previamente estabelecido para compor o *corpus* que deveria ser de mães lésbicas, ele apenas foi tomado como o marco temporal a partir do qual organizou-se o trabalho de campo, encerrado nos primeiros meses de 2016. Ocorreu que, em 2013 conheci o casal Lana e Luna que relatou ter sido protagonista do primeiro casamento de pessoas do mesmo sexo em Araraquara/SP. Nessa ocasião, houve o entendimento de que essa poderia ser a circunstância demarcadora da temporalidade para o desenvolvimento do trabalho de campo e assim foi.

O encontro com as mulheres lésbicas que foram entrevistadas ocorreu por meio de indicações de uma rede de comunicações que se iniciou com a Inês e a Joana. A partir do depoimento das duas, para a continuidade das entrevistas, serem ou não casadas no civil não foi o critério determinante. Sendo assim, nem todas as entrevistadas são casadas, como se constatará. Há casais de namoradas, há também casais convivendo mediante acordo mútuo ou registro de união estável, há casais com filho ou filha ou mesmo sem e aqui cabe uma explicação. Os depoimentos dos casais sem filho ou filha não foram descartados porque há manifesto, o desejo da maternidade, há menção às negociações entre o casal, não apenas para que ela aconteça, mas, sobre o modo como acontecerá. Também o depoimento de quem manifestou o desejo de não ser mãe acabou permanecendo por ter sido considerado um dado relevante, uma vez que o ato de poder escolher foi ressaltado como um diferencial, nesses depoimentos. De fato, a ideia de poder optar em ser ou não ser mãe é uma conquista que dada sua relevância foi tomada como premissa nesta pesquisa, considerando-se que, em muitas sociedades, dada a pressão social, esse foi e continua sendo um direito negado às mulheres diante da exigência de procriar, parir e educar.

No Brasil, o universo homossexual da população brasileira está referido em dados de 2008, quando a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), naquele momento engajada na luta pelo reconhecimento da união estável, realizou um levantamento segundo o qual essa parcela era de cerca de 17,9 milhões de pessoas (9,42%) para um total de cerca de 92,4 milhões de homens e 97,5 milhões de mulheres, conforme projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2009). Tratava-se de um levantamento que foi apresentado junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2008) quando este admitiu a possibilidade de análise pela Justiça do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Embora a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) (BRASIL, 2014), na mostra da diversidade das mulheres, tenha apontado a existência de 60 mil casais homossexuais, não há dados oficiais em relação à

população de mulheres lésbicas, parcela da qual brotam as questões que perpassam este estudo.

Quanto à utilização da estatística, ela foi considerada em alguns segmentos das ciências sociais, um instrumento de manipulação e dominação até o final da década de 1980, mesmo que a partir das décadas de 1950 e 1960, tenha ocorrido considerável desenvolvimento da metodologia de pesquisa, sobretudo em Sociologia. A partir da década de 1990, essa visão teve mudança apoiada no fato de que, as técnicas estatísticas adquiriram maior poder de generalização e precisão, o que motivou maior consenso entre pesquisadores das ciências sociais. Aqui recorre-se aos dados estatísticos como ilustrativos das questões relativas às dinâmicas das quantidades.

Embora ainda existam defensores inflexíveis da pesquisa quantitativa que consideram os estudos qualitativos como mera pesquisa exploratória ou descritiva, com pouca capacidade de generalização, conforme registra Giampetro Gobo (2005), salienta-se que mesmo este tipo pesquisa é dotado de elevado padrão científico, com utilização de técnicas de coleta de dados adequadamente escolhidas e testadas, aliado à incorporação de teorias explicativas substantivas. O fato de ser uma pesquisa exploratória não diminui a sua importância, pois, estudos exploratórios são fundamentais nas etapas iniciais de qualquer pesquisa social e, caso seja adotada uma postura flexível nas primeiras observações, elas possibilitarão melhor inserção de quem pesquisa, na realidade empírica. O contato informal e a observação do contexto propiciam o aperfeiçoamento das técnicas de coleta de dados, apreendendo aspectos relevantes no início do levantamento.

Foram os exercícios de observação e o contato informal que pautaram os primeiros passos das saídas de campo desta pesquisa, caso das conversas informais com mulheres adultas de estado civil, idades e raça variadas. Nesta etapa, não necessariamente lésbicas falaram. As conversas informais resultaram de situações de espera de atendimento em banco ou pontos de ônibus, ainda no decorrer das viagens em ônibus suburbanos ou circulares urbanos. Assim que eram entabuladas, em algum momento, vinham à tona perguntas sobre estado civil e maternidade. Quando eu respondia que era mãe de uma filha e dois filhos adultos, um diálogo com poucas variações se estabelecia.

— Você já tem netos? É uma benção ter netos. É maravilhoso.

— Ainda não tenho.

— Mas, seus filhos já estão casados?

— Não estão casados e dizem que não querem ter filhos. E sempre digo que eu ser ou não ser avó é uma prerrogativa de minha filha e de meus dois filhos, não sou eu quem decide.

—Nem sua filha quer ter filho?

—Nem ela. O meu filho do meio diz que o mundo tem muita criança precisando de pai e de mãe, então, ele poderá adotar.

—Ah! Mas adotar não é mesma coisa que ser do nosso sangue. É bom ser da nossa família mesmo.

Nas conversas informais, como foi possível computar a partir do momento em que me dispus a considerar essas conversas como exercícios de campo e anotá-las, o tema da adoção restringia-se ao que foi exposto, com a limitação à adoção sendo pautada pela questão sanguínea, algo que Cláudia Fonseca (2002) registrou em sua obra *Caminhos da Adoção*, salientando a valorização da consanguinidade na sociedade brasileira. Mas, um registro é importante: a mudança de rumo nessas conversas no momento em que era apresentada a devolutiva com a justificativa de que eu realizava um estudo envolvendo a possibilidade da adoção para a concretização da maternidade desejada. A colocação era imediatamente modificada, passava a ser de aceitação, afirmação de que não havia nada contra a adoção, pelo contrário, era bom pensar em adotar uma criança.

Em relação ao contexto da adoção, a situação mais intensa, nesses primeiros exercícios de campo foi vivenciada no salão da cabelereira Nelly, quando conversávamos sobre adoção e ela com um tom de voz um pouco mais alta, referiu-se à sua condição de filha adotiva, o que provocou um minuto de silêncio absoluto entre outras cinco freguesas presentes. Ela, sem constrangimento algum, explicou a todas que havia sido adotada pela sua mãe Célia e pelo seu pai Geraldo e que soube disso desde pequena e que essa era a melhor coisa a ser feita, não esconder nada. Não houve mais comentários sobre o assunto. Nesse mesmo dia perguntei se estava disposta a relatar mais algumas questões e diante de sua aceitação ficou acertado que em um momento favorável conversaríamos, o que de fato ocorreu.

Desse modo, além das 20 mulheres lésbicas que se dispuseram a participar das entrevistas e compuseram o *corpus* da pesquisa, há os relatos de Ana sobre as atividades do Grupo de Apoio à Adoção de Araraquara (GRUDAA) e de Nelly sobre sua condição de filha adotiva.

Ainda com relação às conversas informais e iniciais, o posicionamento em relação à inseminação artificial foi favorável porque as mulheres com quem conversei entendiam que um casal procura esse recurso por querer e não poder ter filhos. No momento em que eu fazia uma interferência colocando a possibilidade da inseminação ser para uma mulher sem marido ou uma lésbica que deseja ser mãe, a conversa também mudava de rumo, a concordância deixava de ser certa e em todas as situações a dúvida instalou-se e os argumentos,

basicamente, traduziram-se em: “Mas, isso é contra a vontade de Deus” ou “Não sei se Deus quer essas coisas da gente”. Como tratava-se de conversas informais, com intencionalidade unilateral já que a outra pessoa desconhecia o porquê da interferência, quando o assunto chegava a esse ponto eu deixava de interagir, então, a conversa acabava por aí.

Cabem aqui duas observações. A alteração do teor das conversas nas duas situações informais narradas abre um sinal de alerta para quem pesquisa: o fato da pessoa depoente responder de acordo com que ela supõe que a outra pessoa quer ouvir. Assim, a possibilidade de abrir perguntas não previstas no decorrer da entrevista pode ajudar, caso haja alguma dúvida sobre o teor da resposta, embora a obtenção de respostas não estejam garantidas. Além disso, é importante ressaltar os contatos informais e a observação do contexto como elementos importantes de aperfeiçoamento das técnicas de coleta de dados.

Em 2014, concretizaram-se os contatos com mulheres lésbicas, o que ocorreu por meio de indicações que se sucederam e que se constituiu em um processo delicado, como é todo processo de aproximação com grupos aos quais não pertencemos.

As entrevistas e as entrevistadas

A técnica da entrevista foi escolhida considerando-se que possibilita um encontro entre as pessoas – pesquisadora e pesquisadas – é flexível, oferece meios de recolher um conteúdo que de outra forma poderia ser mais difícil. Na entrevista é possível tranquilizar as entrevistadas esclarecendo os propósitos da pesquisa. Também é possível perguntar quando há dúvidas sobre alguns pontos. Essas condições foram respeitadas e as entrevistas ocorreram em uma atmosfera de confiança.

Para o andamento da coleta de dados a primeira entrevista foi realizada com o esclarecimento às participantes de que as perguntas estariam sendo experimentadas e que por esta razão, caso houvesse alguma dúvida elas poderiam ser refeitas. As entrevistadas foram gentis e um clima de confiança estabeleceu-se. Elas vivem juntas há quatro anos, mas ainda não formalizaram a união, embora estejam decididas a fazê-lo para alcançarem certos direitos de partilha e, posteriormente, pensam em adotar uma criança. São elas Joana e Inês que se dispuseram a realizar essa entrevista, com idas e vindas para avaliar a pertinência, organização, clareza das questões, de modo a corrigi-las e/ou melhorá-las, reformulando perguntas.

O intuito dessa experimentação foi checar as perguntas e, caso necessário, reformulá-las com o objetivo de encontrar subsídios para estabelecer um rol de questões mais próximo

possível da necessidade de respostas para a pesquisa. Foi com esta a motivação que estabeleceu-se a última pergunta: Há alguma pergunta que eu não fiz e que você acha importante ser feita? Qual é? Ressaltando-se que para esta pergunta não houve resposta alguma entre as entrevistadas.

O resultado da rede de indicações para participação não veio com facilidade. Inicialmente foram dificuldades para agendar os contatos dado o fato de que as pessoas convidadas a participar precisavam saber quem era a interessada e o porquê de seu interesse. Quando a conversa para as apresentações ocorria, surgia outro desafio pautado pela justificativa de dificuldades de abrir espaços em horários ou pedidos para mudança de dia, local ou hora do encontro até chegar à desistência, o que ocorreu várias vezes.

A composição dos encontros para colher relatos orais mediante as entrevistas deu-se a partir de 2014 e perpassou o ano de 2015. Chegou ao final formada por mulheres com margem entre 22 e 51 anos de idade sendo que, dentre o grupo daquelas que aceitaram o convite e participaram da pesquisa, duas não têm curso universitário, um resultado previsível, uma vez que a rede de indicações formou-se a partir do NEGA_r, que é ligado à Universidade Estadual Paulista (UNESP). O que explica o distanciamento de duas depoentes desse padrão de escolaridade é que o contato com elas deu-se a partir da leitura de uma reportagem fugindo, portanto, da rede de indicações.

Com os depoimentos resultantes das primeiras entrevistas de Joana e Inês, que se dispuseram a viver a experiência em dois encontros, foi possível avançar e constituir o roteiro de questões semiestruturadas a serem respondidas na sequência de entrevistas. Ocorreu que, durante a transcrição desses dois relatos orais, houve a obrigatória reflexão sobre o teor do conteúdo que, em princípio, seria descartado uma vez que eram entrevistas exploratórias e que elas ainda não eram mães e uma dúvida sobre a sua não utilização instalou-se pois ali estavam expressos os desejos de serem mães e as preocupações com a maneira de como pensavam que a maternidade poderia concretizar-se. Dada essa compreensão, a dúvida dissipou-se e a partir de então as entrevistas com as mulheres lésbicas que desejam ser mães foram incluídas no rol de interesse para os resultados da pesquisa porque seu contexto também apresenta depoimentos sobre o descobrir-se lésbica e as reações familiares, assuntos presentes nos demais depoimentos e que tiveram seu lugar no momento das formulações teóricas sobre a existência lésbica.

Outra interação para recolher depoimentos foi com o casal Lana e Luna. Elas casaram-se no civil em 2013, tendo a certidão número um de casamento entre pessoas do mesmo sexo de Araraquara/SP. Com isso tiveram uma exposição nos meios de comunicação e essa

visibilidade foi considerada necessária, não apenas por elas, mas por todas as entrevistadas, para que a existência de mulheres lésbicas seja reconhecida e aceita. Com Lana e Luna, vários diálogos estabeleceram-se por um período que percorreu toda extensão do trabalho de campo porque depois do casamento veio a decisão de adotar filhos.

No mesmo ano de 2013, entraram com o pedido de adoção na Vara da Infância e da Juventude de Araraquara/SP e fizeram uma única restrição: não queriam adolescentes. Queriam crianças, não importando idade ou cor porque acreditavam que teriam dificuldades em lidar com adolescentes sem terem passado pela experiência de acompanhar o crescimento. Com os critérios que apresentaram logo surgiram os filhos: duas crianças, dois irmãos, uma menina de 8 anos e um menino de 5 anos com os quais encontraram-se no abrigo ainda em 2013 e foram busca-los em maio de 2014. Em 2016, passaram a ter a guarda definitiva da filha e do filho.

Assim como Inês e Joana, elas também são ativistas da causa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis Transexuais e Transgêneros (LGBTTT)⁹, com isso têm sítios nas redes sociais da Internet onde expõem muitas de suas vivências – por escrito e oralmente¹⁰ – em benefício da luta, como meio de ajuda para as pessoas que estão em uma situação difícil e têm dificuldades de ordem íntima, familiar, amorosa, no trabalho e entre amigos. Em uma das nossas interações, foram solicitadas a confirmação da veracidade do que expõem e a permissão para a utilização desse material. Confirmada a veracidade e dada a autorização, parte desses depoimentos também foi incorporada à pesquisa, como a explicação de Lana sobre as reações de seus familiares que optaram por romper laços com ela ao saber que era lésbica: “... são pessoas bonitas, não são monstros, mas não souberam lidar com isso. Houve muito choro, muito luto, muita dor. Mas manter a distância foi a única solução”.

Catiane e Doralice formam outro casal que deu seu depoimento. Elas estão juntas há 8 anos e também tornaram-se mães pela adoção de um menino em 2011, portanto, há 4 anos. Catiane contou que antes de se conhecerem ela teve um casamento heterossexual que terminou com um divórcio e que sua opção já era que não seria mãe biológica, embora ainda não soubesse como. Quando se conheceram descobriram que tinham o mesmo desejo.

De sua parte, Doralice relatou que, desde mocinha, soube que ia ser mãe – atualmente está com 42 anos. Ela também teve um casamento heterossexual antes de conhecer sua companheira e percebeu que com ela poderia dividir essa responsabilidade porque sentiu-se

⁹ As siglas referentes aos grupos ativistas das causas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, serão utilizadas de acordo com o mencionado pelas participantes das entrevistas e conforme foram referenciadas nas fontes utilizadas. Portanto, haverá variações no seu uso.

mais segura e declarou: “a insegurança sempre me batia quando pensava na adoção porque eu sempre tive muito medo de discriminação” com o que tanto Catiane quanto Lana concordaram. Em relação ao medo, Lana declarou que este é um sentimento que tem acompanhado as lésbicas.

Como elas tinham medo em relação à discriminação, ficaram surpresas com a boa aceitação de ambas as famílias. Elas disseram que não deram explicações antecipadas sobre a adoção e quando apresentaram o filho todos tiveram reações favoráveis. Confessaram que não esperavam essa reação por tratar-se de casal homossexual adotando uma criança, modelo completamente desconhecido pelas famílias.

Outro casal que se dispôs a dar relatos de suas vivências lésbicas foi Jéssica e Juliana¹¹ que também se casaram no civil em 2013, depois de quatro anos morando juntas. Julgaram ser mais simples casar no civil do que fazer um contrato de união estável. São mães de uma menina de um ano e cinco meses e contaram que o sonho de ser mãe sempre existiu, para Jéssica mas como ela não podia gestar, Julian tornou-se barriga de aluguel através da FIV, com óvulo de Jéssica e sêmen de doado por um amigo. Julian é mãe de mais um filho de 12 anos, fruto de uma relação sexual aos quinze anos, por vontade própria. Declarou que não conseguiu segurar seu desejo de ter filho e por isso teve relação sexual com um homem mais velho, por sua livre vontade.

Ambas relataram que as famílias aceitaram bem a relação das duas e que o filho de Julian tem afinidade com a irmãzinha. Afirmaram que, até aquele momento, o único problema que tinham era o de colocar seus nomes no registro de nascimento da menina do qual constava apenas o nome de Julian por ser a mãe biológica.

Norma e Ana, foi outro casal que deu depoimentos e que recorreu à FIV e tornaram-se mães de uma menina e um menino gêmeos, que estão com seis anos de idade. Elas conheceram-se depois que o casamento heterossexual de Norma terminou. Até então ela nunca havia namorado mulheres e, no início, a Ana foi considerada uma amiga. Quando Ana declarou-se, percebeu que estava diante de uma situação nova, mas pensou e decidiu experimentar, então: “eu me descobri lésbica com mais de trinta anos”, afirmou.

Ana contou que se descobriu lésbica aos 16 anos e assim que conheceu Norma já sabia que era uma questão de amor, queria namorar. Além disso, desde a adolescência cultivava a

¹⁰ Através do Canal *Youtube*

¹¹ Durante a entrevista, Juliana expôs sua vontade de se assumir transexual e disse que já havia conversado sobre isso com sua companheira Jéssica e com seu filho de 12 anos e que a reação dele foi boa, pelo menos de aparente aceitação. Passados alguns dias do encontro, retomei contato via *Facebook* atendendo seu pedido e sua

ideia de ser mãe e, por muito tempo, conviveu com a dúvida de como poderia ser mãe se gostava de mulheres. Com o tempo foi procurando mais informações até chegar à inseminação artificial com doador anônimo. A partir daí, sua preocupação passou a ser de como realizá-la, até que se apaixonou pela Norma. Namoraram, foram morar juntas e tudo foi resolvido porque a Norma também carregava a vontade de ser mãe, o que ocorreu é que não houve oportunidade em seu casamento anterior, conforme relatou.

Apesar de ter tido namorados e ter sido casada com um homem e da Ana ser seu primeiro relacionamento homossexual, Norma afirmou que sua família aceitou bem, desde o começo. O mesmo acontecendo com Ana que revelou que sempre teve ajuda de seus pais, inclusive financeira quando houve necessidade, e para os netos “eles dão todo carinho”. Nesse sentido, elas consideram-se privilegiadas.

Outras duas depoentes foram Ana Rita e Zélia, são enfermeiras, ativistas da causa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis (LGBT) e vivem juntas há cinco anos. Casaram-se no civil em 2014 porque Ana Rita era solteira e Zélia divorciada de um casamento heterossexual, sendo mãe de uma filha de 25 anos e um filho de 27 anos.

Zélia descobriu-se lésbica quando estava casada, um pouco antes do casamento terminar, sendo assim, quando houve a separação já sabia que gostava de mulheres. Relatou que passou por um dilema interior porque tinha dois filhos e ficou com medo das coisas não darem certo, mas, quando viu-se apaixonada pela Ana Rita e sentiu que havia retribuição do sentimento, não segurou mais: “Foi tenso assumir para mim mesma, mas, acho que depois que isso aconteceu tudo caminhou naturalmente e decidimos morar juntas”. No começo não deu explicações para ninguém e em momento algum deixou de conviver com os filhos.

Com Ana Rita foi diferente. Descobriu-se lésbica na adolescência.

Acho que foi tão evidente que não precisei contar pra minha mãe. Ela sacou e sempre tratou do assunto com naturalidade. Antes de morar junto com a Zélia, já tinha namorado outras meninas e quando contei que a gente decidiu morar juntas, minha mãe apoiou. (Relato de ANA RITA)

Zélia explicou que não precisou contar tudo para seus filhos, ela acredita que eles foram percebendo aos poucos e quando foi dar a notícia de que iria morar com a Ana Rita, seu filho perguntou:

— Mas ela não é só sua amiga, né mãe?

— Eu respondi, não meu filho ela é mais do que amiga. Foi só. Como eles já moravam fora, no lugar de ir na minha casa passaram a ir na nossa casa. A Ana Rita, acho que ela é amiga deles, não madrasta. Minha filha convive

assinatura da mensagem apareceu como Julian. Perguntei se esse era um sinal de que estava se assumindo trans e a resposta foi sim. Desse modo, atendendo à sua vontade será chamado de Julian daqui em diante.

mais com a gente porque mora mais perto. Agora, vou falar uma coisa, medo a gente tem. Medo pelos filhos, mas, eles sabem se defender. (Relato de ZÉLIA).

Ao serem perguntadas sobre atos de discriminação, elas afirmaram que não vivenciaram. Contaram que por onde andam, com quem convivem, nunca sentiram recriminação expressa. Ana Rita relatou que ouviu indiretas “coisas que alguém fala pra outra pessoa pra você escutar, mas, até agora não reagi porque não foram diretas”.

Houve também os depoimentos de duas mães lésbicas que criam seus filhos sozinhas. Trata-se de Alessandra, mãe de um menino de 9 anos que nasceu do que ela chama de produção independente e Marina, que nunca havia pensado em ser mãe e que tem uma filha de 6 anos que “veio por acaso, foi um descuido”.

Essas duas mulheres relataram que desde a adolescência são interessadas por mulheres. Alessandra não se referiu a medo, mas, Marina sim, disse que teve medo de se assumir. Sua família nunca aceitou que ela goste de mulheres e atribui essa condição a uma doença, por isso vive distante com a filha. Alessandra relatou que teve a primeira namorada aos 14 anos, foi uma colega de escola, mas não contaram para ninguém.

“Estou vivendo agora o que considero meu primeiro relacionamento sério e longo. Então, é a primeira vez que meu filho se relaciona com uma namorada minha [...]”, foi o relato de Alessandra. Marina não tem namorada no momento e pensa que está sozinha porque as lésbicas preferem namoradas sem filho. Contou que teve uma experiência ruim com a última namorada porque ela tinha ciúmes de sua filha, motivo pelo qual terminaram.

Elas acreditam que as mães lésbicas sofrem mais preconceito da sociedade do que lésbicas que não têm filhos porque precisam conviver diretamente com as pessoas que trabalham na escola, que cuidam da saúde, e também têm mais interferência da família. “Infelizmente, as pessoas do meu convívio não aceitam a minha condição”, conta Alessandra que quer ser respeitada pelo que é e afirma que tem que mudar são as pessoas que precisam aprender “a lidar com a diferença”. Marina concorda mas, relatou que ainda não sofreu preconceito porque não gosta de falar da sua vida pessoal com as pessoas no trabalho. Disse não lembrar-se de ouvir de suas amigas lésbicas que têm filhos e filhas que tenham sofrido algum preconceito.

Ao encerrar seu depoimento, Alessandra falou que “de qualquer forma, o mais importante é nunca deixar de ficar com quem se ama. Todos os tipos de amor são válidos. Preconceito é coisa de gente limitada. A gente não pode se limitar”. Marina declarou:

“Precisamos lutar pelos nossos direitos e ser mais unidas porque precisamos vencer todos os preconceitos que existem”.

Mônica e Marta, por sua vez, compõem um casal que ainda não tem filhos, porém, o depoimento que deram não foi descartado pela manifestação do desejo de maternidade na revelação de Mônica de que ela sempre cultivou o sonho de ser mãe. Foi Marta quem contou que de sua parte nunca teve manifesta a vontade de ter filhos, mas, quando passou a namorar com a Mônica “ela reforçou tantas vezes que queria ser mãe até que eu entrei na dela”.

Depois de dois anos morando juntas elas casaram-se no civil em 2014 e contaram que até aquele momento não haviam pensado em oficializar a união, mas consideraram que foi uma oportunidade que não quiseram deixar passar motivadas pelos direitos que teriam por terem casa própria e uma poupança para pagar a futura inseminação artificial da Mônica.

Marta é ativista da causa LGBT e relatou que sente o preconceito no ar embora nunca tenha sido diretamente discriminada. Perguntada se a discriminação não ocorreria quando se expõe em atividades voltadas ao ativismo em relação às doenças sexualmente transmissíveis, ela afirmou que, sobretudo nessas ocasiões nunca foi diretamente discriminada. Seu depoimento provoca reflexão.

As doenças sexualmente transmissíveis têm sido alvo de grandes ataques, ao longo de sua existência, sendo essa a razão que explica a organização de grupos em movimentos de ativismo para, justamente, tirar o estigma que recai, sem exceção, sobre todo o grupo inserido no arco-íris. Não fosse assim, Marta e tantas outras pessoas apontadas pela medicina como pertencentes ao grupo de risco, não precisariam mobilizar-se por essa causa. Diante disso, problematiza-se: sendo Marta componente do grupo que a medicina classifica como de risco, um argumento do qual a sociedade apropria-se, utilizando-o para afastar e isolar pessoas, com atos que vão dos mais corriqueiros xingamentos, olhares e risos zombeteiros, chegando ao extremo do assassinato, o que explicaria sua afirmação de nunca ter sido diretamente discriminada?

Quanto à Mônica, embora tenha falado pouco porque se disse envergonhada e com receio de não saber responder às perguntas da entrevista, contou que também sente o preconceito no ar e tem medo de ser discriminada e não poder ou não saber reagir. Ela não participa diretamente do ativismo da companheira, mas apoia.

Assim como Mônica e Marta, Fabiana e Gisela não têm filhos, embora suas questões com relação à maternidade diferenciem-se. Seus relatos orais resultantes das entrevistas foram mantidos porque ilustram as vivências lésbicas e trazem a perspectiva da dúvida de ambas entre ser ou não ser mãe, assunto sobre o qual pensaram “mas ainda não definimos nada”

disse Gisela complementando, “às vezes brincamos imaginado, mas não é uma realidade palpável porque a gente mora juntas, mas não mora. Estamos esperando definir a nossa vida.” Mas, diante da pergunta se nessas brincadeiras de imaginação pensaram em adoção ou inseminação artificial, Fabiana respondeu “acho que não quero adotar. Acho que é um capricho, é atender um capricho” e Gisela complementou: “eu não faria inseminação artificial e se fosse adotar uma criança seria como: caiu no meu colo”.

Fabiana foi criada pela mãe, mas a avó e o avô paternos também tiveram participação e como foi criada solta na fazenda “então, tinha participação de muita gente”. Ela tem uma irmã e a convivência familiar foi muito boa, mas,

[...] havia divergências com meu avô que queria um neto e eu, por muito tempo me senti um menino, eu tinha uma confusão. Por que você não gosta de saia? Eu queria a liberdade masculina que eu via na família. Minha mãe só foi referência pra mim depois da separação. A separação dos meus pais foi um choque de realidade, assim como a venda da fazenda pelo meu avô. Depois disso tomei consciência mais crescente de mim. (Relato de FABIANA)

Elas conheceram-se na faculdade de enfermagem quando Fabiana estava recepcionando os calouros, mas, durante o período da graduação, houve apenas a vontade da parte da Gisela de ser sua amiga. Quando chegaram à pós-graduação foram se tornando amigas e

[...] eu não tinha consciência alguma até que um dia ela começou a me chamar de minha nega, pensei que ela estivesse brincando. No começo eu me permitia, não vou ficar com puritanismo religioso. Eu me permiti porque até então não tinha tido nenhuma experiência com mulher. Como vou reagir? No começo não sabia. (Relato de GISELA, 2015)

Finalmente foram registrados os relatos de Fabia e Gabi, duas ativistas que atuam em defesa do casamento homoafetivo e dos direitos da família homoafetiva e para isso fizeram o documentário *Vestidas de Noiva* (2015), uma produção feita para e sobre a população LGBT, que apresenta o histórico do casamento homoafetivo no Brasil e através de “histórias de amor homoafetivas celebra as conquistas já alcançadas e aponta o que ainda precisa ser feito para garantir direitos iguais às famílias homoafetivas.” O encontro com Fabia e Gabi foi possível graças ao debate que fizeram em Araraquara/SP quando da apresentação do documentário, momento em que declararam que vêm o casamento homoafetivo “como questão política porque ele ajuda nos processos de adoção e de fertilização, nos nomes dos dois pais e das duas mães”.

Fabia foi casada por 9 anos com um homem de quem gostou muito, segundo seu relato. Como eles tinham uma relação aberta, durante esse período ela vivenciou relações

bissexuais e foi depois de ficar viúva que se apaixonou pela Gabi que se reconheceu lésbica aos 18/19 anos quando estava entrando na faculdade.

Elas, que se conheceram em ambiente de trabalho, consideraram que tiveram poucas dificuldades com relação ao posicionamento das famílias em relação ao casamento. Para a mãe de Fabia foi um choque, no início, porque ela nunca havia considerado essa hipótese, “mas depois foi tudo normal com o restante da família”, há um senão com relação às suas amigas da igreja que, em conversa comentam: — “Ai, meu Deus! Deus me livre! Isso aí é contra a lei de Deus”.

Com Gabi a situação foi outra pois, seus pais não tiveram choque, estranharam mas não se opuseram e levantaram a bandeira da causa LGBT. Seu pai, em depoimento registrado no documentário, defendeu a ideia de que o bom será quando não houver nenhuma interjeição de espanto: — “Oh! Fulano vai casar com fulano, beltrana vai casar com beltrana” porque significará que isso estará inserido no contexto social dos direitos, dos deveres, estará na sociedade como um todo.

Quanto à maternidade, até se apaixonar por Gabi que “sempre quis ser mãe”, Fabia “nunca havia pensado em ser mãe”. Gabi relatou que, depois do casamento, em 2014, começou a se preparar para tornar-se mãe mediante adoção ou inseminação artificial mas, “ainda estou me preparando”.

Com essas 20 mulheres lésbicas entrevistadas estabeleceu-se o *corpus* da pesquisa. O delineamento do *corpus* constituiu-se como processo cíclico, portanto, aberto e com possibilidade de alteração, o que permitiu uma mudança no mapa preliminar da pesquisa que seria de mães lésbicas e que passou a contar também com as lésbicas que desejam ser mães, cujos relatos seriam descartados, dadas as respostas negativas à pergunta se a entrevistada era mãe, proposta no roteiro das primeiras entrevistas. Portanto, quando a seleção do *corpus* é proposta como um processo cíclico, como foi o caso da metodologia desta pesquisa qualitativa, ela deve ter como critério selecionar, analisar a seleção, selecionar de novo, o que de fato ocorreu e originou o *corpus* que continua aberto à possibilidade de mudança no mapa da pesquisa, que já não é o preliminar.

Após a transcrição dos relatos orais, das suas leituras e releituras e do estabelecimento do *corpus*, foi possível organizar uma tabela (TABELA 2) na qual os tipos de base de dados ficaram definidos em: **nome**; **idade**; **categoria** – no sentido de condição diante da maternidade; **maternidade** – expressando sua concretização ou seu desejo; **modo de concepção** apontando o realizado ou o pretendido.

TABELA 2: Mulheres Lésbicas Participantes das Entrevistas (2014 – 2015)

NOME	IDADE	CATEGORIA	MATERNIDADE	MODO DE CONCEPÇÃO
Joana	23	Deseja ser mãe		Adoção
Inês	22	Deseja ser mãe		
Lana	35	Mãe reconhecida legalmente	1 filha, 1 filho	Adoção
Luna	34	Mãe reconhecida legalmente		
Gisela	32	Não decidiu se será mãe		
Fabiana	31	Não decidiu se será mãe		
Catiane	51	Mãe reconhecida legalmente	1 filho	Adoção
Doralice	42	Mãe reconhecida legalmente		
Ana Rita	30	Não se reconhece como mãe	1 filha, 1 filho	Relação heterossexual
Zélia	44	Mãe reconhecida legalmente		
Alessandra	33	Mãe reconhecida legalmente	1 filho	Relação heterossexual
Marina	39	Mãe reconhecida legalmente	1 filha	Relação heterossexual
Fabia	39	Aderiu ao desejo da companheira		Adoção ou Reprodução Assistida
Gabi	24	Deseja ser mãe		
Ana	36	Mãe reconhecida legalmente	1 filho, 1 filha	Fertilização <i>in vitro</i> .
Norma	40	Mãe não reconhecida legalmente		
Juliana	29	Mãe reconhecida legalmente	1 filho, 1 filha	Relação heterossexual e Fertilização <i>in vitro</i>
Jéssica	25	Mãe não reconhecida legalmente		
Marta	33	Aderiu ao desejo da companheira		Reprodução Assistida
Mônica	29	Deseja ser mãe		

Fonte: Tabela gerada pela pesquisadora, no decorrer da pesquisa.

A opção pela categoria maternidades lésbicas ocorreu a partir de uma variedade de termos criados ou utilizados, sem consenso no plano teórico ou prático, para referir-se às diversas configurações originadas pelas relações entre ser mãe e ser lésbica: maternidade lésbica, maternagem lésbica, maternidade gay, parentalidade lésbica, maternidade *queer*,

mães que se encontram em relações lésbicas. As pesquisadoras Santos (2005), Souza (2005), Palma (2011), Correa (2012), Aires (2012), Amorim (2013) e Silva (2013) declararam ter passado por situação semelhante antes de definirem a categoria que adotariam para nomear a condição de mães, das mulheres que declaram-se lésbicas. Constataram críticas de teóricos, organizações políticas, organizações de apoio ou mesmo das próprias mulheres entrevistadas, o que as levou a adotar a categoria maternidade lésbica.

Dentre as vinte participantes nomeadas segundo sua vontade, Lana, Luna, Alessandra e Marina deram seus relatos orais individualmente, os demais encontros para as entrevistas ocorreram com a presença do casal. Outro ponto a ser esclarecido é a utilização do termo inseminação artificial pelas entrevistadas e sua manutenção no texto quando a ele se referem, sem deixar de ter conhecimento que a medicina e o judiciário adotam a especificação Reprodução Assistida (RA)¹² para denominar práticas médicas relativas às técnicas de Inseminação Artificial e Fertilização In Vitro (FIV).

Vivências lésbicas vistas além de...

Um primeiro ponto a ser retomado e reiterado mesmo considerando que se refere a algo que já foi escrito, reescrito e dito sobre a metodologia nas Ciências Sociais, diz respeito ao empenho sempre necessário para o distanciamento do fato de termos sido ensinadas(os) a pensar separadamente porque cada assunto é contemplado por uma disciplina diferente. A ausência desse cuidado pode levar à busca de uma simplicidade, de uma redução dos problemas a respostas definitivas e dar origem a estereótipos que se seguirem sem questionamento limitam a capacidade de pensamento, enxergando respostas simples para problemas complexos. Portanto, é preciso considerar em todas as circunstâncias que pergunta pode ser simples: por quê? como? Mas a resposta será sempre complexa.

Outra questão é que o conhecimento das várias linhas de pensamento e perspectivas metodológicas da sociologia contribui para o aprimoramento da capacidade analítica e competência científica dos pesquisadores, contudo, é preciso ter cuidado para não integrar pressupostos inconciliáveis. Isto não significa alinhamento incondicional a uma única perspectiva, pois como propõe Mills (1965, p.230), é importante que o pesquisador raciocine

¹² RESOLUÇÃO CFM – Conselho Federal de Medicina nº 2.121/2015. Publicada no D.O.U. – Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. Disponível em http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121_2015.pdf. Acesso em 27 out. 2015.

“em termos de vários pontos de vista” para possibilitar que a sua mente “se transforme num prisma móvel, colhendo luz de tantos ângulos quanto possível”.

A definição do *corpus* qualitativo, a coleta de dados, os procedimentos de validação, a mensuração e análise dos dados quantitativos, assim como, da estrutura narrativa, exigem um detalhamento de estratégias centradas nas peculiaridades do objeto de pesquisa. Os avanços no campo metodológico devem proporcionar a utilização de múltiplas fontes de evidências, maior transparência a respeito da natureza dos dados, assim como a explicitação das estratégias de pesquisa adotadas. Disso decorre uma situação mais favorável para avaliar se os resultados se adaptam aos requisitos de cientificidade esperados.

Aliadas a essas questões, estão as possibilidades de ampliação das interações entre pesquisadores e informantes e a construção de uma dimensão mais coletiva do conhecimento graças às novas tecnologias da informática e da comunicação, em especial a Internet, que geram diversificados padrões de comunicação com importantes impactos no trabalho de pesquisadores. Há ainda uma incontestável facilitação no acesso às fontes e dados para pesquisas e a ampliação do processo de difusão científica em conjunto com a valorização de estratégias de investigação que incorporam recursos inovadores disponíveis no mundo virtual. Mudanças nas técnicas de registro, armazenamento e divulgação de informações estão ampliando e modificando substancialmente o trabalho de pesquisadores.

Quando se sai a campo para colher informações, a experiência vivida pela pessoa que pesquisa para fazer uma dissertação ou uma tese é a da recepção do conteúdo que procura para produzir ciência, resultante de convívios, muitas vezes, em condições sócio-políticas divergentes e é preciso inteirar-se dessa condição. Viver a experiência de ir encontrar-se em seu local de moradia, por exemplo, com pessoas que aceitaram colaborar é ver-se diante do desconhecido, do inesperado, do adverso.

Dentre as 20 mulheres lésbicas entrevistadas, duas moram em Ribeirão Preto/SP, cidade distante 80 km de Araraquara/SP e para que o nosso contato inicial se estabelecesse, foram três meses de troca de mensagens virtuais. Como Lana e Luna em Araraquara/SP, elas estavam entre as primeiras que se casaram no civil em Ribeirão Preto/SP, no ano de 2013 e por isso foram motivo de reportagem em jornal local¹³ em dezembro de 2014, quando nasceu a filha pelo processo de FIV. O acesso a essa reportagem ocorreu durante os primeiros levantamentos sobre casamentos civis entre mulheres.

¹³LEPERA, Micaela. Mulheres lideram os casamentos gays em Ribeirão Preto. [Jornal A Cidade](#). Ribeirão Preto, 9 dezembro de 2014.

Alguns meses se passaram depois de iniciar os encontros com as participantes quando ficou claro que, sem alguns recursos virtuais, alguns corriam o risco de ser inviabilizados porque todas pediam que a comunicação se realizasse mediante a página virtual do *Facebook* ou por aplicativos aos quais eu ainda não tinha acesso. Foi preciso providenciá-los e, apenas depois disso, ocorreram os primeiros contatos com Jéssica e Julian que permaneceram no campo virtual por dois meses.

Inicialmente, foi uma mensagem virtual pelo *Facebook* para as duas, na qual me apresentei contando que realizava um estudo sobre maternidades lésbicas, que havia acompanhado a reportagem sobre elas e assistido ao casamento, disponível em filme no canal *Youtube* na Internet. Na ocasião em que essa mensagem foi enviada, ocorreu a morte da mãe da Jéssica e elas demoraram três semanas para responder. Jéssica respondeu explicando o luto que vivia, mas, mesmo assim elas se dispunham ao encontro. Entre troca de mensagens virtuais mais dois meses se passaram até que dia e hora fossem marcados e assim o endereço no Bairro Salgado Filho I, em Ribeirão Preto/SP, um bairro classificado como de periferia¹⁴, chegasse em mãos.

Foi desse convívio necessário para fazer ciência que se formou o que Ecléa Bosi (1998) denomina comunidade de destino, quando destinos divergentes confluem e passa a existir engajamento da parte de quem pesquisa. Isto ocorre porque, depois de descobrir as questões, é possível perceber que elas nos comprometem. É preciso conhecer o problema de perto, mas isso não é suficiente para que se fale em nome de alguém. Tendo em conta essas considerações ficou compreendido que esta pesquisa deveria dar voz às mulheres lésbicas e dialogar com elas, mas não falar por elas. Enxergar a realidade de sua perspectiva não é fácil, é sempre um caminho a percorrer, daí decorre que ter clareza disso é necessário porque a recepção do conteúdo deve ser o exercício da escuta, muito diferente de registro de informações.

¹⁴Periferia, aqui entendida com base no conceito que originou-se com a leitura da cidade, surgida de um desenvolvimento urbano que se deu a partir da década de 1960, apresentando um modelo de desenvolvimento que privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Periferia como conceito sociológico como propõe Lucio Kowarick (1979, p. 31): “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”. Estabelecendo desse modo que a periferia é marcada muito mais pela precariedade, pela falta de assistência e de recursos do que pela localização. Atualmente há condomínios de alta renda em áreas periféricas que não podem ser considerados da mesma forma que seu entorno, assim como há periferias em áreas nobres da cidade.

LEITURA COMPREENSIVA: REVISÃO DA LITERATURA PERTINENTE AO TEMA DA PESQUISA

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (Paulo Freire, **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam, 1989, p.9)

Apresentar a revisão de literatura que foi realizada a fim de se alcançar a percepção entre o texto e o contexto, como está proposto na epígrafe extraída da obra de Paulo Freire (1989), *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*, tem como objetivos compreender perspectivas das maternidades, na sociedade contemporânea quando se é lésbica, considerando-se a produção acadêmica brasileira de cursos de pós-graduação, e identificar as possibilidades existentes para compor o referencial teórico da pesquisa.

O conteúdo que foi submetido à leituras compreensivas como fonte para a revisão da literatura relativa ao tema da pesquisa resultou de um levantamento de trabalhos acadêmicos, pautado pelas indicações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) onde se encontra o repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT), disponível no espaço virtual <http://bdt.d.ibict.br/>. Nesse repositório duas buscas avançadas de termos foram concretizadas, a primeira em dezembro de 2014 e a outra em dezembro de 2015, portanto, um ano depois, ambas realizadas nas mesmas condições.

Nessas duas buscas, o termo utilizado foi <maternidade lésbica>. Em dezembro de 2014, encontravam-se cadastradas seis pesquisas, todas realizadas por mulheres: três dissertações e três teses, abrangendo o período de 2005 a 2013. Na segunda busca, em 2015, houve o acréscimo de uma dissertação apresentada em 2012 também por uma mulher, ficando então o resultado final com sete pesquisas. Permaneceram as três teses e as dissertações passaram para quatro, resultado que permitiu a elaboração de uma tabela para fins didáticos (TABELA 3) e que remete à relevância da temática na primeira década e meia do século XXI quando ela tem visibilidade acadêmica e de onde partem as incursões compreensivas em textos que têm na maternidade lésbica a palavra geradora.

Além disso, é preciso considerar que maternidade pode ser colocada entre os temas básicos de Sociologia porque seu significado e sua dinâmica social têm apresentado a necessidade de estudos permanentes, como indica, na contemporaneidade, a sua interface com a lesbianidade. Sendo assim, a relevância de estudos em torno da maternidade lésbica está na necessidade de estudos permanentes e não em ser um tema pouco ou muito estudado.

TABELA 3 – Dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (2005 a 2013)

RESULTADOS DE BUSCA DE TERMO: MATERNIDADE LÉSBICA					
Instituição	Grau	Ano	Palavras-chave	Título	Autora
USP-RP	Tese	2005	Parentalidade homossexual. Gays e Lésbicas com filhos. Fenomenologia. Buber.	A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas	SANTOS, Claudiene
UNICAMP	Tese	2005	Maternidade. Família. Gênero. Sexualidade.	Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade	SOUZA, Erica Renata de
PUC-RS	Dissert.	2011	Gênero. Família. Homomaternidade.	Mamãe e ... Mamãe? Apresentando as famílias homoparentais	PALMA, Yáskara Arrial
USP-SP	Tese	2012	Homoparentalidade . Mulheres lésbicas. Maternidade. Sexualidade. Direitos reprodutivos. Direitos sexuais. Tecnologia de reprodução assistida.	Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade	CORREA, Maria Eduarda Cavadinha
UFS	Dissert.	2012	Família. Lésbicas. Maternidade. Reprodução assistida.	Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju-Se	AIRES, Lídia Marcelle Arnaud
UFSC	Dissert.	2013	Lesbianidades. Maternidade. Reprodução assistida.	Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil	AMORIM, Anna Carolina Horstmann
UERJ	Dissert.	2013	Maternidade. Reprodução assistida. Homoparentalidade . Mulheres lésbicas. Biopoder.	Enfim Mães! Da Experiência da Reprodução Assistida à Experiência da Maternidade Lésbica	SILVA, Daniele Andrade da

Fonte: Tabela gerada no decorrer da pesquisa (2015)

Incursões compreensivas nos textos: *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos e Necessidade de Filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*

A tese que Claudiene Santos defendeu na Universidade São Paulo (USPRP) intitulada *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos*, aparece no ano de 2005 como a primeira data de registro do termo <maternidade lésbica> no repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT). Nessa pesquisa, a questão proposta foi: Se o eixo que sustenta a sociedade ocidental é o casamento monogâmico-família heterossexual-filhos qual será a opressão para quem sai desse padrão? Uma questão proposta considerando-se que o modelo de família cristã idealizada sobre os pilares do casamento indissolúvel e da procriação estabeleceu a visão sacralizada da família e a ideia de que a mulher completa-se na maternidade e o homem na paternidade, instalando assim o preconceito contra pessoas estéreis e homossexuais devido à impossibilidade biológica de reproduzir-se.

Apoiada nos resultados de sua pesquisa empírica, Claudiene Santos (2005) constatou que poucas eram as diferenças entre casais hetero e homossexuais na criação dos filhos e, diante disso, compreendeu que o preconceito desapareceria apenas quando a sociedade conseguisse entender que a orientação sexual dos parceiros não exclui a capacidade de ser bom pai ou boa mãe. Essa constatação não se confirmou em minha pesquisa que indicou muitas negociações conjugais na decisão de ser ou não ser mãe e, também em relação à criação de filhas e filhos, sobretudo o que diz respeito aos papéis que cabem à segunda mãe, todas elas consideradas como diferenciais entre casais do mesmo sexo e heterossexuais. Além do que, a sociedade heteronormativa, pautada pela heterossexualidade compulsória, estabelece diferenças fundamentais entre esses dois grupos de pessoas, não são iguais, nem parecidos, nem diversos, são desiguais.

Uma questão que coloca-se em relação à compreensão da autora é, uma vez que o preconceito foi constatado: criar crianças sob o signo dos preconceitos não é uma diferença significativa, para os casais lésbicos? Os relatos das mulheres lésbicas que participaram de minha pesquisa indicam que, com relação ao preconceito as dificuldades começam com suas famílias de origem.

Doze anos se passaram desde que a tese foi escrita e algumas reivindicações a direitos em relação aos casais homossexuais de gays ou lésbicas que não eram aceitas judicialmente avançaram no Brasil de lá para cá: aceitação do acordo de união estável, direito ao casamento civil, possibilidade de adoção de uma criança por duas pessoas do mesmo sexo. Mudanças

que, inclusive, foram verificadas no decorrer da pesquisa empírica centrada no recorte maternidade lésbica da totalidade social, efetuada para esta tese. Por outro lado, o que foi proposto e que pode ser considerado o desafio da permanência é a crença de que a orientação sexual seja o fator preponderante para o exercício da maternidade e da paternidade, concepção que reforça uma visão reducionista da vasta dimensão que engloba a família, afirmou Santos (2005).

Em relação aos múltiplos tipos de famílias homossexuais, Santos (2005) observou que havia escassez de trabalhos acadêmicos, fato ao qual ela atribuiu a forte presença de preconceito e discriminação nos mais diversos segmentos e contextos sociais, em especial em relação às questões homossexuais e de gênero.

O objetivo da pesquisa foi o de compreender como homossexuais entre 20 e 55 anos, vivenciavam a paternidade, a maternidade e/ou parentalidade e que significados lhe atribuíam. Seu referencial teórico-metodológico foi pautado pela fenomenologia ancorada na filosofia do diálogo de Martin Buber (1974). Foram entrevistados seis homens e nove mulheres homossexuais com filho, filha ou filhos biológicos e/ou adotivos aos quais ela denominou colaboradores e colaboradoras em função do método adotado.

As pessoas colaboradoras relataram que as situações de preconceito quanto à homossexualidade e ao exercício da parentalidade nas famílias de origem, no trabalho e entre amigos diminuíram com a convivência dado o reconhecimento das situações vivenciadas. Santos (2005) explicou que alguns colaboradores e colaboradoras deixaram entrever uma homofobia internalizada, principalmente em relação à sua própria homossexualidade o que as aproxima das palavras princípio EU-ISSO propostas por Martin Buber (1974).

Os resultados da pesquisa indicaram maior preparo psíquico e socioeconômico para a chegada de uma criança, em especial quando o desejo de ter filhos ocorre após a tomada de consciência da homossexualidade e/ou formação do vínculo conjugal homossexual. Indicaram também que as funções parentais são exercidas pelos colaboradores e colaboradoras com nuances da relação intersubjetiva EU-TU, segundo concepção de Buber (1974). Como consideração final, ficou estabelecido por Santos (2005) que o modelo heterocêntrico de família foi recorrente nos discursos de colaboradoras e colaboradores, assim como a falta de referenciais de famílias homossexuais.

No mesmo ano de 2005 em que Claudiene Santos defendeu sua tese na Universidade São Paulo (USP), Érica Renata de Souza também defendia, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a tese *Necessidade de Filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*.

Nessa tese, Souza (2005) analisou os encontros e desencontros entre a maternidade e a homossexualidade na vida de mulheres que articulavam essas práticas. Foi uma pesquisa comparativa entre mulheres que tiveram filhos nascidos de um passado heterossexual e envolveram-se em relações lésbicas trazendo os filhos para essas relações, classificadas no perfil 1 – famílias não planejadas e mulheres lésbicas que optaram pela maternidade mediante o recurso das Novas Tecnologias Reprodutivas (NTRs), classificadas no perfil 2 – famílias planejadas. Para a coleta de dados, Souza (2005) foi a campo em 2001 na região de Campinas-SP, no Brasil e em 2002 no Canadá, na região de Toronto, província de Ontário. Foram levantados seis casos no Brasil, sendo cinco correspondentes ao perfil 1 e um em que ambos os perfis articulavam-se e três casos no Canadá, todos correspondentes ao perfil 2.

A autora esclareceu que tanto no Brasil quanto no Canadá, as mulheres envolvidas na pesquisa eram brancas. Menciona que houve uma exceção com relação à cor que, de fato, não consta dos quadros que apresenta em anexo onde todas aparecem registradas com a cor branca. Entre todos os casos um casal foi apresentado na classe social média-alta, os demais na classe média. Dentre o total dos nove casos analisados, quatro mulheres tinham grau de escolaridade secundário e as demais nível superior.

Outra questão exposta por Souza (2005) foi de que não havia consenso sobre o uso de termos criados e utilizados no plano teórico ou prático para referir-se às diversas configurações que as relações entre ser mãe e viver uma orientação homossexual podem gerar: famílias lésbicas, famílias homossexuais, famílias alternativas, maternidade lésbica, maternagem lésbica, maternidade gay, parentalidade lésbica, maternidade *queer*, mães que se encontram em relações lésbicas. Havia sim, críticas de teóricos, organizações políticas, organizações de apoio ou mesmo das próprias mulheres entrevistadas o que a levou a optar pela categoria maternidade lésbica

[...] no sentido do englobamento de todas as possibilidades dadas a partir das relações entre a parentalidade e a vivência da homossexualidade em pelo menos algum período da vida das mulheres que a exercem, seja como mãe biológica, adotiva ou *co-parent* (parceira da mãe biológica envolvida, legalmente ou não na educação da criança). Dessa forma o termo maternidade lésbica não estará essencializando a lésbica como mãe, nem a mãe como lésbica. (SOUZA, 2005, p.3-4)

Sendo essa a proposta de Souza (2005), ela conflui para o foco desta pesquisa sobre a maternidade lésbica que também a enfoca como uma posição situacional em que as mulheres envolvidas lidaram, lidam ou lidarão com conflitos gerados social ou politicamente diante desses dois papéis sociais. Portanto, tal como em Souza (2005), o foco desta pesquisa são as maternidades no contexto em que estão as negociações, acordos ou desacordos entre os casais,

entre eles e as leis, as escolas, as suas famílias de origem, a sociedade, na luta pelo reconhecimento e pela igualdade mediante políticas identitárias.

Sua hipótese foi de que a maternidade lésbica ganha mais ênfase dentro das relações homossexuais do que a paternidade gay. Souza (2005, p. 49-50) sugere que “a maternidade lésbica é algo não somente incentivado (mesmo por pessoas heterossexuais) como esperado, uma vez que, independentemente da performance de gênero, a lésbica está enclausurada em um corpo denominado “feminino” e dotado de capacidade reprodutiva”.

Na primeira parte de seu estudo, Souza (2005) referiu-se à origem e ao desenvolvimento dos movimentos homossexuais em busca de políticas sociais, na América do Norte, no Canadá e no Brasil. Além disso, abordou questões relacionadas às identidades, às diferenças, às parentalidades. Ressaltou que a partir da segunda metade da década de 1990, as exigências e as demandas dos homossexuais tomaram mais vulto, sobretudo, diante das instâncias legislativas e judiciárias – caso da proposta do Projeto de Lei para a parceria civil e da polêmica gerada pela guarda do filho da cantora brasileira Cássia Eller após sua morte em dezembro de 2001. Casos também de mulheres que tiveram filhos durante relacionamentos heterossexuais e depois envolveram-se em relações lésbicas e da adoção de crianças por homossexuais.

Diante disso, Souza (2005) compreendeu que soluções judiciais para alcançar direitos, sobretudo em relação às famílias, vieram dos interstícios da lei na tentativa de firmar o que está previsto na Constituição brasileira de 1988, com destaque para a atuação da desembargadora Berenice Dias que levantou a bandeira em favor dos homossexuais criando a denominação família homoafetiva a partir de seus argumentos em defesa dos direitos das famílias dos homossexuais.

Com relação à denominação família homoafetiva cabe ressaltar uma experiência vivida durante a coleta de dados para esta pesquisa entre os anos de 2013 e 2015. Em dado momento lendo textos referentes ao tema, acompanhando manifestações nas redes virtuais, ouvindo ou lendo entrevistas cedidas por casais homossexuais nos meios de comunicação televisivos ou impressos, constatei seu uso frequente. Porém, a recíproca não ocorreu na mesma correspondência de frequência durante os depoimentos recolhidos nas entrevistas. A expressão família homoafetiva foi pouco utilizada, com a ressalva de que quando perguntadas se a conheciam, as participantes respondiam afirmativamente. Dois casais a utilizaram como autorreferência familiar e um casal a desconhecia, fato que levou-me a uma breve explanação sobre a origem do termo no Brasil, acrescentando que, na Suíça e em Portugal as famílias de homossexuais são conhecidas como famílias arco-íris, o que chamou a atenção de uma delas a

ponto de declarar que gostou muito mais dessa denominação e que a adotaria para se referir à sua família. Sendo essas circunstâncias indicadoras de que a denominação família homoafetiva, embora tenha sido adotada no âmbito jurídico como pode ser observado nos documentos publicados nos sítios eletrônicos do judiciário, não foi incorporada na mesma medida no cotidiano das famílias das mulheres lésbicas, pelo menos daquelas que colaboraram com seus relatos.

Voltando à pesquisa de Souza (2005), agora em referência à segunda parte a qual ela iniciou com a exposição de um caso que considerou ímpar: a trajetória judicial do processo de guarda do filho da cantora Cássia Eller que após sua morte foi reivindicada pela sua companheira em nome da convivência com o menino. O caso foi estudado em função da sua exposição nos meios de comunicação de massa. Jornais, revistas, televisão acompanharam-no do início até seu desfecho, uma postura da imprensa que, de alguma forma, interferiu na decisão judicial e deu reconhecimento e legitimidade às condições de mãe e lésbica.

São muitos os elementos que combinados e recombinaos, definiram o desfecho deste caso. Finalmente, Eugenia conseguiu a guarda definitiva de Chicão. Pela primeira vez no Brasil um caso de maternidade lésbica foi reconhecido e legitimado não apenas judicialmente mas, sobretudo, pela (e em alguma medida graças à) sociedade ampla. (SOUZA, 2005, p. 68)

Na continuidade da segunda parte, Souza (2005) apresentou os seis casos estudados no Brasil e a maternidade e a violência nas hierarquias. Registrou que a questão da violência contida nas relações domésticas e afetivas não estava prevista em seus objetivos mas que foi impossível ignorá-la, depois de realizadas as entrevistas, porque constituiu-se em um dado proeminente, um desafio que não foi possível ignorar. Suas preocupações a partir dessa constatação foram

[...] como tratar a relação entre homossexualidade e violência sem permitir que essa relação ganhe uma aparência de causa efeito por se tratarem de temas ainda pouco compreendidos pela sociedade em geral? Como expor a prática da violência entre lésbicas sem oferecer elementos para a leitura enviesada da construção de uma relação causal, essencialista, entre esses dois temas? Por que no Brasil, as relações afetivas são marcadas pela violência doméstica? (SOUZA, 2005, p. 125)

Diante dessas questões, Souza (2005, p. 126) concluiu que se as relações domésticas e afetivas entre as lésbicas enfrentam o problema da violência é porque são relações que “se encontram no campo dos embates de gênero, os quais, na prática ainda estão marcados por fortes estereótipos sobre maternidade e homossexualidade feminina”.

Os seis casos de mães em relações lésbicas foram levantados na região metropolitana de Campinas-SP, com destaque para o fato de que houve “grande número de contatos” com mulheres que eram mães e que se reconheciam lésbicas, mas que não viviam, necessariamente, “uma relação familiar de coabitação com a companheira”, sendo todas brancas e de classe média. A homogeneidade das características de raça e de classe foi atribuída às redes sociais às quais teve acesso. As apresentações dos casos não ocorreu na ordem cronológica, mas na tessitura de um diálogo entre eles de forma a facilitar a compreensão da leitura (SOUZA, 2005, p. 69).

- Caso 1 – Flávia (mãe biológica de duas filhas, um filho e avó), Nicole (companheira) – “Somos uma família feliz”. A maternidade de Flávia resultou de dois casamentos heterossexuais.
- Caso 2 – Roberta (mãe biológica de dois filhos) Ester (companheira atual), Livia (ex-companheira) – “Todos os adultos sabiam, menos as crianças”. Roberta foi casada com um homem e seus filhos nasceram desse relacionamento heterossexual. Caso marcado pela violência doméstica e afetiva entre o ex-marido e sua ex-companheira.
- Caso 3 – Andiará (mãe biológica de uma filha), Cristina (namorada) – “Não é como uma relação heterossexual”. Caso marcado pela violência doméstica e afetiva da parte da família de Andiará, de seu ex-marido e de sua namorada.
- Caso 4 – Ana (mãe biológica), Liza (namorada) – “Ela aniquilou meus amigos”. Caso marcado pela violência da namorada em relação à Ana e ao seu filho, nascido de uma relação heterossexual anterior ao seu relacionamento com Liza.
- Caso 5 – Glória (mãe biológica de uma filha e mãe adotiva de um filho), Fernanda (mãe adotiva de um filho em parceria com sua companheira Glória) – “Minha família: até quando?” A filha biológica de Glória, moradora da casa da avó materna, nasceu de uma relação heterossexual na juventude.
- Caso 6 – Maria (mãe biológica de uma filha e um filho e avó de um neto) – “Se fosse uma mulher muito amiga, ela era a minha amiga que estava dormindo lá”. Ela teve cinco casamentos heterossexuais e considerou casamento como “qualquer relação que se assume e vai tocar a vida juntos, com compromissos, projetos. Tem todas as implicações, as alegrias e as tragédias nas separações” (SOUZA, 2005, p. 115).

Sobre esses seis casos, Souza (2005, p.121-122) considerou que cada uma das mães desenvolveu seu próprio modo de articular homossexualidade e maternidade, o que tornava impossível responder à pergunta: Qual desses mecanismos favorecerá mães e filhos mais

satisfeitos? A impossibilidade da resposta residia no fato de que o que sabia até aquele momento é que mães e crianças estavam querendo viver em paz, embora entendesse que elas não sabiam como. Enquanto isso lidavam cada uma ao seu modo “com a homofobia ainda presente na sociedade, que ainda concebe a articulação da maternidade com a homossexualidade como algo ininteligível”.

Na finalização da segunda parte de sua pesquisa, Souza (2005) explicou que em todos os caso brasileiros levantados o que esteve sempre em questão de um modo ou de outro foi a maternidade. A maternidade como

motor das relações, dos prazeres e dos conflitos porque os filhos e a família se sobrepõem, na perspectiva das mães que se encontram em relações lésbicas, à conjugalidade e à individualidade. Nenhuma delas cogitou a possibilidade de construir uma relação de conjugalidade lésbica que implicasse a opção da exclusão de seus filhos. (SOUZA, 2005, p. 139)

O próximo assunto abordado na terceira parte do estudo apresentou-se com o título de Identidades e Parentalidades no Canadá, iniciado com a exposição de um caso de transgênero para tratar da impossibilidade de reconhecer-se uma categoria para pais transgêneros, dadas suas posições sugerirem movimento, processo inacabado. Um movimento que mantém estáveis e fixas as categorias de mãe e de pai, tanto biológica quanto socialmente, dado que as “orientações sexuais e de gênero desses atores são alocadas num segundo plano de caráter supostamente transitório e, portanto, ainda sem um nome que defina esses novos sujeitos nas relações sociais e de parentesco”, conforme explicitações de Souza (2005, p. 152).

Outros pontos tratados foram a valorização das relações entre mães e filhas e *stay at home mother* traduzido pela autora como maternidade doméstica.

Durante sua permanência no Canadá, Souza (2005, p. 155) filiou-se ao *Centre for Research on Mothering*, onde participou de seminários e grupos de leitura. No decorrer dessas atividades, percebeu que, nos estudos sobre a maternidade, independente da orientação sexual, etnia ou raça havia uma preocupação enfática com as relações entre mães e filhas. “A explicação para tal ênfase é ‘pseudo-feminista’: haveria um ‘laço’ inerente entre mulheres, pautado na solidariedade feminina, uma relação construída socialmente, baseada em uma história de opressão das mulheres” e, diante dessa perspectiva, havia uma vertente dos estudos sobre a maternidade lésbica que supervalorizava as relações entre mães e filhas.

Como exemplo dessa vertente, foi dada a publicação de uma antologia organizada em 2001 por Glória Kropf Nafziger, *Home Truths: Lesbian Mothers Come Out to their Daughters*, com o intuito de celebrar as relações entre mães lésbicas e suas filhas mediante poesias e histórias que expõem questões de família, homossexualidade e que celebram o amor

entre mulheres, não necessariamente o amor entre lésbicas, mas um amor solidário que tem a finalidade de unir e fortalecer mulheres de orientação sexual, idade, classe, raça ou credo distintos.

Em outros eventos dos quais participou – *Mothering and Teaching in the Academe e 6th Annual Conference: Mothering, Law, Politics and Public Policy* – Souza (2005, p. 156) descobriu a existência da categoria *stay at home mother*, um termo usado por feministas acadêmicas canadenses e pelas mães lésbicas entrevistadas como categoria política de mulheres que optaram pela dedicação exclusiva à educação de seus filhos, assumindo esse papel como escolha, “uma escolha que descaracteriza a origem fundamentalmente hierárquica dessa função, seja em relações heterossexuais ou lésbicas”.

Quanto à infra-estrutura legal para a parentalidade homossexual, a cidade de Toronto onde foi feita a pesquisa, apresentou diferenciais positivos, embora no Canadá como um todo, as leis não fossem as mesmas graças ao sistema de autonomia das províncias em que o país está organizado. A província de Ontário onde situa-se Toronto, era uma referência de liberdade homossexual no país, sendo assim, as mães lésbicas dessa cidade contavam com uma infra-estrutura educacional, legal e social que não existia em todo o país.

Essa infra-estrutura compunha-se de publicações que ofereciam respaldo às famílias LGBT, de vários grupos de apoio, cursos e atividades que funcionavam em Centros Comunitários, Associações, Clubes. Além dessas formas de apoio, o casamento homossexual fora legalizado em 2003, embora os homossexuais do país já se beneficiassem da *common law union* que garantia quase todos os direitos do casamento, sendo permitida a todas as pessoas homossexuais ou não.

De acordo com a *common law union* apenas a mãe ou o pai biológicos teriam o direito de registrar a criança. Sendo assim, a única opção quando apenas um dos parceiros era o *parent* biológico é a adoção pelo outro *parent*, recurso disponível desde 1995. A adoção por parceiros do mesmo sexo foi legalizada em 2000.

Os três casos estudados em Toronto foram de famílias lésbicas planejadas, sendo as informantes e um informante brancos, havendo uma exceção e todos pertencentes à classe média¹⁵, como no Brasil. A seleção não foi intencional, foi em decorrência da rede de relações iniciada no meio acadêmico.

Entre os casos pesquisados não houve mães lésbicas envolvidas em atitudes políticas contra o conceito hegemônico de família. Foram casos que revelaram a sua diferença

¹⁵A autora mencionou raça e classe média como classificações também das entrevistadas no Brasil, mas não discorreu sobre esses conceitos.

mediante a opção pela reprodução por métodos alternativos, pela exclusão da participação masculina e por adotar a co-parentalidade com uma parceira sem vínculo biológico com a criança. Diferenciais considerados por Souza (2005, p. 160) como “rearranjos num modelo muito específico, e muito semelhante ao da família nuclear heterossexual, onde o conceito de família é valorizado e a segmentação do núcleo doméstico também”.

Em dois dos casos, as mães viviam em uma casa com seus filhos, não permitindo muitas intervenções das famílias de origem ou mesmo de outras famílias lésbicas. A ênfase permanecia na relação de co-parentalidade com os filhos. Em outro caso, havia participação mais intensa do pai, amigo gay doador, embora fosse uma participação submetida a regras delimitadas pelas mães. Em todos os casos, as mães lésbicas consideraram suas famílias tão normais quanto as famílias heterossexuais. A intenção de adaptar-se a um modelo considerado normal ficou explicitada, assim como o desejo das mães não-biológicas de alcançarem o status de mãe (SOUZA, 2005).

- Caso 1 – Kimberley (mãe biológica), Cíntia (mãe adotiva) – “A comunicação é a chave para o entendimento entre os *parentes*”. O filho biológico de Kimberley foi concebido a partir de um acordo entre ela, Cíntia, David, o amigo gay doador e Clark seu companheiro, que seria o pai alternativo. O processo foi de inseminação caseira. Para que Cíntia pudesse adotar a criança, David abriu mão da paternidade em documento oficial, mas foi aceito como pai social e convivia com o filho, assumindo seus cuidados nos finais de semana.
- Caso 2 – Julie (mãe adotiva), Gillian (mãe biológica) – “Nunca me vi como mãe”. “Eu me considero incrivelmente *buth*¹⁶ mas, você entende...um pouco *buth* demais para ter filhos”, declarou Gillian em seu depoimento para Souza (2005, p. 171). Algo inconcebível para si mesma o que, em alguns momentos, a deixava pouco confortável na categoria mãe. Sua gravidez deu-se em decorrência de uma inseminação artificial com doador anônimo a qual realizou para atender aos anseios de sua ex-namorada.
- Caso 3 – Nadja (mãe biológica), Linda (mãe adotiva) – “Escolher um doador é eugenia” nas palavras de Linda. Nadja sempre pensou em casar-se e passar pelas experiências da gravidez e do parto com um homem, mas, aos 23 anos, descobriu-se atraída por Linda e entendeu que poderia, mesmo assim, concretizar seus planos. Linda, sempre relacionou-se com mulheres: “Eu nunca quis gerar filhos, eu sempre

¹⁶Em alguns momentos de sua pesquisa Souza (2005) traduziu a expressão *buth* como lésbica masculinizada.

quis a parentalidade”, sendo assim Nadja teve duas gestações com sêmen de doadores desconhecidos (SOUZA, 2005, p. 174).

Diante de todos os casos estudados, abrangendo Campinas/SP e região e Toronto, no Canadá, Souza (2005, p. 193) ponderou que, no Canadá, praticamente não havia a “interação entre as mães lésbicas e pais transgêneros e menos ainda com mães heterossexuais”. O convívio restringia-se a mães lésbicas e pais gays e essa convivência foi atribuída à infraestrutura, que criava normas e valores que geravam um sentimento de grupo, mas que, por sua vez, não favorecia a necessidade de interação com outros grupos. Em relação a essa questão, a autora concluiu que se tratavam de circunstâncias que geravam uma “fragmentação ou segregação cada vez maior”, mesmo entre aquelas pessoas que se consideravam sob a *umbrela queer*, na mesma luta e mesmo entre as mães lésbicas.

No Brasil, Souza (2005, p. 193-194) considerou a existência de um diálogo entre “as mães lésbicas e a sociedade não-homossexual”, que não foi atribuído ao fato de que para isso ocorrer as mães tivessem que suprimir a sexualidade em função do reconhecimento da maternidade. As mães que encontravam-se em relação lésbica, caso quisessem viver a sociabilidade, precisavam “circular entre o meio homossexual (no qual, segundo as entrevistadas, a parentalidade não é um tema privilegiado ou hegemônico) e o meio heterossexual (no qual a parentalidade é uma expectativa)”. Esse fluxo foi considerado como aquele que permitia uma reavaliação constante dos estereótipos de gênero e sexualidade sendo, então, uma prática que desfavorecia o aprisionamento em uma única categoria, visto que as mães lésbicas relacionavam-se “com outros grupos sociais, negociando a homossexualidade com a parentalidade, construindo configurações familiares e redes sociais muito particulares e abertas à diversidade, à interação e ao diálogo”. No entanto, este mesmo fluxo de articulação entre maternidade e homossexualidade transformava as mulheres em vítimas de hostilidade e violência.

Conforme consideração final de Souza (2005, p. 196), sua pesquisa revelou que as mães lésbicas – consideradas as diferenças entre as entrevistadas de Campinas/SP e de Toronto – estavam “explorando as ambiguidades de um lugar intersticial”. Sendo a maternidade a elas apresentada como um instinto sacralizado que pede “renúncia pessoal” para dedicar-se ao outro, suas práticas revelaram que mães são seres sexuais. Sendo a maternidade a elas apresentada “como um ideal moral a ser alcançado”, suas práticas revelaram que estratégias simbólicas podem driblar hierarquias. Enfim, mesmo considerando todos os constrangimentos sociais que passaram ou pudessem passar, eram capazes de lutar

pelo direito de vivenciar e ganhar o reconhecimento de “suas práticas articuladoras entre maternidade e (homo)sexualidade” com os recursos disponíveis.

Incursões compreensivas no texto: *Mamãe e... Mamãe? Apresentando as famílias homomaternais*

Houve um espaço de tempo entre 2005 e 2011 para nova localização do termo de busca <maternidade lésbica> na dissertação *Enfim mães! Da Experiência da Reprodução Assistida à Experiência da Maternidade Lésbica* de Yáskara Arrial Palma.

A dissertação de Palma (2011) foi estruturada em três artigos: *Família! Mostra as tuas caras! Diálogos entre gênero, linguagem e direito: apresentando a família homomaterna* e *Mamãe... E mamãe? As narrativas das famílias homomaternais*.

Na introdução ela tratou do interesse da Psicologia e de outras áreas de estudo pelo tema das famílias, argumentando que muito se tem para estudar sobre esse assunto, a começar pela forma da escrita que deveria ser sempre no plural, considerando-se que modelos únicos não são mais compatíveis com a atualidade e seus inúmeros arranjos e rearranjos familiares, pois, refletir sobre esse tema remete às famílias e suas pluralidades. Sendo assim, seu estudo abordou a diversidade familiar através de suas transformações ao longo do tempo, no primeiro artigo; um tipo de família, a homomaterna e seu entrelaçamento com as teorias de gênero, a linguagem e as questões legais, no segundo artigo e, no terceiro apresentou dados empíricos da pesquisa e estabeleceu o diálogo entre as participantes, suas narrativas e as teorias.

A relevância do estudo sobre famílias homomaternais, apoiou-se no “reconhecimento das diversas maneiras de ser família” e na “sua visibilidade”. Explicou que o termo homomaterna foi criado por ela e por Marlene Neves Strey em 2009, para representar as famílias constituídas por duas mulheres e seus filhos e filhas, através de uma linguagem não sexista (PALMA, 2011, p. 13).

O objetivo proposto foi o de contribuir para que outras possibilidades de ser e de viver possam ser pensadas, bem como compreendidas e respeitadas. Trata-se de um estudo feminista, dado que as autoras e os autores chamados ao diálogo são estudiosos de gênero em diversas áreas de conhecimento. Assim sendo, os conceitos, os marcos teóricos e as perspectivas apresentadas referem-se aos estudos feministas, aos estudos sobre famílias e aos estudos sobre lésbicas e gays, nos contextos da maternidade e da paternidade, considerou a autora.

No artigo *Família! Mostra as tuas caras!* os objetivos foram: “fazer uma reflexão acerca das famílias e suas questões e, através de momentos da História, pensar na construção das famílias que temos na contemporaneidade, identificando outros modelos que não o hegemônico, presente em nossa sociedade”. Uma vez alcançados os objetivos, as perspectivas sobre o tema serão ampliadas, permitindo maior entendimento das dinâmicas familiares e possibilitando que outros modos de família saiam da margem (PALMA, 2011, p.17).

Para alcançar os objetivos, apresentou uma explanação sobre as famílias através dos tempos, como forma de crítica à ideia de estagnação do modelo de família, em uma sociedade pautada pela norma heterossexual – um homem, uma mulher, crianças, preferencialmente, um menino e uma menina – que “finge não enxergar a existência da diversidade de constituições familiares”, explicou Palma (2011, p.18), complementando que, olhar com mais cuidado para essa ideia de família, levou-a à percepção de que havia relações de poder entre as pessoas que a compõem.

A partir dessa constatação discorreu sobre a relação de poder estabelecida pela subjugação do feminino pelo masculino e apresentou situações que demonstravam essa condição das mulheres. Referiu-se às atribuições do lar para as mulheres casadas, à estigmatização das mulheres que se tornavam públicas por precisarem sair de casa para trabalhar, ao fato das meninas e meninos serem estimulados com brinquedos diferenciados para que as brincadeiras sejam calmas para as meninas e que a coragem e o destemor fiquem com os meninos. Situações que resultam em modelos de famílias marcados pelo patriarcado, que tanto remetem ao passado quanto ao presente.

A exposição sobre as famílias e seus fluxos de movimento, como propôs Palma (2011), começou com a família nuclear nos moldes de Philippe Ariès (1981) em sua obra *História Social da criança e da família*, passou pela família patriarcal brasileira e seus abalos segundo a concepção de Maria Ângela D’Incao (1997), expressa no artigo *Mulher e família burguesa* e chegou a Göran Therborn (2006), mediante seu livro, *Sexo e poder: A família no mundo, 1900-2000*. O que levou a autora a perceber que

[...] o patriarcado ainda está presente em muitos lares e principalmente na cultura vigente. Mas, saber que ele foi abalado já traz algum conforto para as muitas mulheres que disseram não à hegemonia do masculino. Esses “nãos” se transformaram em ações, em movimentos sociais em que muitas mulheres foram em busca de seus direitos e lutaram por um espaço em nossa sociedade, assumindo, dessa maneira, papel de mulher, cidadã, mãe e trabalhadora. (PALMA, 2011, p.24).

Antes de expor os movimentos sociais e as lutas feministas que provocaram os abalos do patriarcado, Palma (2011) lembrou que as famílias detalhadas em seu texto eram caracterizadas como de camadas médias, heterossexuais e brancas.

No tópico dos movimentos sociais e lutas feministas, o ponto de partida foi o da primeira onda do movimento feminista – final do século XIX, início do século XX – marcada pela ação das sufragistas na luta pelo direito ao voto, com destaque para Mary Wolstonecraft. A segunda onda – entre as décadas de 1960 e 1970 – foi marcada pela luta por emprego, salário e liberdade sexual e, pelo acesso à pílula anticoncepcional. “O título de ‘rainha do lar’, já não satisfazia muitas mulheres, o direito de exercer a maternidade passou a ser uma opção e o sexo passou a ser visto como fonte de prazer e intimidade e não apenas com o intuito de procriação” (RAGO *apud* PALMA, 2011, p.26).

Esse momento das lutas feministas foi caracterizado como aquele das demandas das mulheres negras e das lésbicas. Nesse contexto, Palma (2011) afirmou que o movimento das mulheres lésbicas nasceu em uma atmosfera de prosperidade econômica, trocas políticas e sociais, desenvolvimento da sociedade de consumo, descolonização e várias perspectivas revolucionárias.

A década de 1980 marcou o início da terceira onda, centralizada nas diferenças, nas alteridades, na diversidade e na produção discursiva da subjetividade. Palma (2011) frisou que era importante ter clareza de que as três ondas do movimento feminista “tanto em seus aspectos políticos quanto teóricos – epistemológicos”, não deviam ser entendidas como lineares, uma vez que “as propostas presentes em cada momento coexistiram e ainda coexistem e continuam a se entrelaçar”. Lembrou que a terceira onda é discutida por muitas feministas que alegam que, pelo fato de ainda estar vigente, há dificuldades em enxergá-la.

Os movimentos sociais, as lutas feministas, as revoluções, romperam paradigmas e deram origem a questionamentos sobre o futuro da família, uma vez que a “família nuclear burguesa foi perdendo seu status de modelo”, em função da existência de outros modos de se constituir uma família, constatação que resultou em uma série de temáticas relativas à família e que tem a ver com “a abertura encontrada através das transformações da sociedade”, constatou Palma (2011, p. 29). Assim, recasamentos e famílias monoparentais, famílias de lésbicas e de gays, que não eram novidade, passaram a ter espaço nas pesquisas, no âmbito jurídico e nos meios de comunicação, ganhando visibilidade, mas, não tendo garantias de seu reconhecimento.

Para finalizar esse artigo, as considerações de Palma (2011), giraram em torno de que as reflexões ajudaram a pensar, com base em questionamentos que desconstroem ideias

naturalizadas. O tema principal foi famílias em retrospectiva histórica e para tecer uma rede de pensamentos complexa, utilizou premissas da Sociologia e da Antropologia.

Diálogos entre gênero, linguagem e direito: apresentando a família homomaterna, segundo artigo da dissertação de Palma (2011), teve como objetivo:

[...] convidar a leitora e o leitor a fazerem uma reflexão sobre temas cotidianos, como a linguagem e, através dessa reflexão, conhecer outra maneira de ser família e as questões legais implicadas a ela. Apresenta um diálogo entre as teorias de gênero e os pontos destacados [...] possibilitando que o que está ao nosso redor possa ser questionado. (PALMA, 2011, p.46).

Apresentado o objetivo, a autora discorreu sobre os significados e a importância da linguagem para as relações sociais e expôs usos da nomenclatura sexista, atendo-se às gramáticas das línguas de origens latina e anglo-saxônica, e explicou porque criou a expressão família homomaterna para significar a família constituída por um casal de mulheres e suas filhas e filhos.

Os argumentos para utilização de uma linguagem não sexista, uma linguagem que contemple a equidade social, em contraposição à “prática de reprodução da ideologia androcêntrica”, Palma (2011, p. 52) buscou no diálogo entre a linguagem e os estudos de gênero.

O uso da linguagem sexista acaba reforçando comportamentos estereotipados que vão incidir diretamente na cultura e formar homens e mulheres da sociedade, os quais continuarão reproduzindo ideias que lhes foram passadas e, assim, não se rompendo com essa cadeia sexista e patriarcal na qual ainda estamos vivendo. (PALMA, 2011, p.57).

A respeito do termo *homoparentalité*, criado pela *Association de Parents et Futurs Parents de Gays et lesbiennes (APGL)*, traduzido para o português como homoparentalidade, Palma (2011, p.61) considerou que deixou de ser neutro com a tradução porque parentalidade deriva da palavra pais, forma sexista de linguagem. Daí, a criação do termo homomaternidade “nos parece uma maneira não-sexista de nos referirmos às famílias constituídas por mulheres lésbicas”, pois, dá visibilidade às mulheres, não colocando-as em lugar de subordinação.

Nas finalizações sobre a importância da construção de uma linguagem não-sexista e como justificativa para a criação do termo família homomaterna, como um definidor específico de uma família constituída por duas mulheres e suas filhas e filhos, Palma (2011, p.70) afirmou que palavras novas, sugerem outras maneiras de como ser uma família, por exemplo, uma família de mulheres “que cuidam de seus filhos e filhas e que não sejam referidas através do masculino, mas simplesmente através do que são, mulheres.”

No terceiro e último artigo, *Mamãe... E mamãe? As narrativas das famílias homomaternais*, houve um convite para refletir sobre as constituições familiares da contemporaneidade e suas decorrências e sobre famílias constituídas por mulheres, como forma de contribuição para a sua visibilidade e reconhecimento enquanto configuração familiar.

Com os objetivos de conhecer e compreender as famílias homomaternais, mais especificamente, a temática referente à conjugalidade, à maternidade e à conjugalidade associada à maternidade, Palma (2011) realizou oito entrevistas com mulheres lésbicas que integravam um núcleo homoparental e que tinham filhas e filhos, independente da maneira como se constituiu a maternidade, sendo sete residentes em Porto Alegre/RS e uma no interior do estado de Santa Catarina.

A seleção das oito participantes deu-se pela técnica *Snowball Sampling* e a opção por essa técnica ocorreu por tratar-se de pessoas que convivem em grupo de referência o que facilita a indicação de uma pessoa pela outra.

Laura – comerciante, 29 anos, vivendo com uma companheira. Reconheceu-se lésbica aos 26 anos, depois da morte do marido com quem teve um filho e uma filha, que fazem parte de sua família homomaterna. Considerou sua família feliz e com as crianças, ela e sua companheira tratavam o assunto com normalidade. Sua família demorou para aceitar o relacionamento (PALMA, 2011, p.83).

Maria – 51 anos, companheira de Laura, com quem divide o trabalho de um bar, propriedade de ambas. O entendimento de seus sentimentos, surgiram quando ainda era bastante jovem, por isso, já relacionava-se com mulheres quando conheceu Laura. Para ela, as crianças não interferem no relacionamento do casal e tem os mesmos cuidados com as crianças que Laura: buscar no colégio, dar banho, cuidar da alimentação e outras atenções. Declarou ser feliz com sua família (PALMA, 2011, p. 84).

Ana – servidora pública de 43 anos de idade. Quando conheceu sua companheira no trabalho, já havia tido outros relacionamentos com mulheres. Estavam juntas há quinze anos, com uma filha de 9 anos, adotada aos 2 anos, estando sob sua tutela. Ana conheceu a filha ainda bebê, quando chegou ao abrigo onde ela trabalhava. As duas mães dividem as tarefas da casa e os cuidados com a filha (PALMA, 2011, p.84-85).

Júlia – assistente social e servidora pública, trabalhando no mesmo local de Ana, sua companheira. Com 39 anos, identificou-se como lésbica há quinze anos quando iniciou o relacionamento com Ana. Antes disso namorou um homem durante sete anos e estava noiva quando descobriu seus sentimentos. Foram sentimentos recebidos com sofrimento e angústia,

até serem entendidos e vivenciados. Sua família recebeu muito mal a notícia e por muito tempo foi contrária ao seu relacionamento, chegando a existir rompimento. Foi na convivência com Ana que conseguiu assumir seu relacionamento e deixar de apresentá-la como sua amiga. Ficou com muitas dúvidas sobre ser mãe no momento da adoção, mas a vinda da filha é considerada um dos momentos mais importantes de sua vida e agora sua mãe aceita a neta (PALMA, 2011, p.85).

Roberta – 40 anos, empresária, dona de um salão de beleza. Mãe de um filho de 16 anos, fruto de um namoro com um homem. Começou o relacionamento com sua companheira quando ainda estava grávida e as duas assumiram o menino. Embora vivam juntas há 17 anos, o relacionamento não é assumido no local de trabalho, somente com a família e amigos e amigas íntimas, porque considerou ser difícil para uma parte da sociedade, aceitar que duas mulheres vivam juntas. Teve relacionamentos com outras mulheres, mas nenhum importante como o que tem com sua companheira, que é a dinda, a madrinha de seu filho (PALMA, 2011, p.86).

Isabela – psicóloga com 38 anos. Professora universitária, também atendendo em seu consultório. Conheceu sua companheira em sala de aula, como sua aluna. Foi a primeira vez que interessou-se por uma mulher quando notou que a aluna a olhava “como se fosse um homem, com um olhar de desejo”. O sentimento entre elas foi fulminante e fez com que precisasse fazer terapia para entender-se. Foram morar juntas, mas, o fato de ter sentimentos confusos e de não conseguir abrir-se com sua família, amigos e amigas, acabaram separando-as por um ano. Após esse tempo foi possível organizar os sentimentos e decidiram voltar e oficializar o compromisso em cerimônia aberta. Depois disso veio o desejo de ter um filho ou uma filha e a decisão recaiu sobre a reprodução assistida. Tiveram um menino e uma menina, com 3 anos no momento e que as chamam de mãe e pami (PALMA, 2011, p.86-87).

Manuela – 34 anos, é juíza de direito e jogadora de futebol nas horas vagas. Mora há cinco anos com sua companheira e, antes disso, não teve relacionamentos com mulheres porque foi casada com um homem durante 6 anos e meio. Tornou-se amiga de sua companheira porque eram colegas no time de futebol e começaram a trocar confidências sobre suas dificuldades em manter-se casada. Em um determinado momento sentiu-se confusa em relação ao seu sentimento e assim permaneceu por seis meses, até que o desejo e o amor sobrepuseram-se. Foram morar juntas e oficializaram a união em casa com um juiz de paz. Depois veio o desejo da maternidade e a decisão de ambas foi de que gestaria através de reprodução assistida. Assim nasceu um menino que as chama de mami, mais a inicial do nome de cada uma (PALMA, 2011, p.87-88).

Bruna – tem 39 anos, é contadora e joga futebol nas horas vagas. É companheira de Manuela e foi casada com um homem por onze anos. Quando conheceu Manuela estava separada há 2 anos. Apesar de nunca ter tido relacionamentos anteriores com mulheres, logo entendeu o que sentiu por Manuela, com a ajuda de uma irmã mais velha. O período em que Manuela carregava suas dúvidas foi difícil, quase levando ao rompimento, mas, aguardou e depois foram morar juntas e oficializar a união. A vinda do filho trouxe alegrias porque sempre imaginou-se mãe, mas, nunca pensou em gerar uma criança, sendo assim, o desejo de Manuela trouxe satisfação (PALMA, 2011, p.88).

A proposta de Palma (2011), com as entrevistas, foi enfatizar a conjugalidade, a maternidade e a conjugalidade associada à maternidade. Em relação à conjugalidade, identificou a presença do preconceito no cotidiano, provocando sofrimento e impedimento para a realização de uma conjugalidade satisfatória.

Nunca, jamais, na verdade a gente não se assume, prá ninguém assim, sei lá, porque a gente não se assume, porque se a gente assumir, alguém vai estar criando alguma expectativa, vai estar falando alguma coisa, então a gente resolveu que vai ficar tranquila, vai ficar bem, com o preconceito. (ROBERTA *apud* PALMA, 2011, p.91).

Olha, a minha história com a M. não é uma história de amizade, é uma história de amor, porque eu sempre achei importante falar, porque é claro que as pessoas já sabiam, isso era óbvio, mas faziam de conta que não sabiam, então faz a diferença tu rominar, porque o que eu vejo nas relações homossexuais, tanto masculinas quanto femininas, é que fica muito velado, fica uma vida muito privada e quando circulam, circulam nos guetos, o que não produz inclusão social. (ISABELA *apud* PALMA, 2011, p.94).

Quanto à maternidade, ela foi descrita pelas entrevistadas como algo que trouxe satisfação e felicidade. Palma (2011) percebeu nas narrativas, a presença de uma ligação entre a maternidade e a lógica heteronormativa: “Maternidade foi um sonho, eu sempre, desde a adolescência, sempre tive vontade de ter filhos. Me descobri com dezesseis anos, que eu gostava de mulheres, mas mesmo assim quis ter uma relação para ter uma família” (LAURA *apud* PALMA, 2011, p.96).

Diante dos depoimentos das mulheres que adotaram ou recorreram à Reprodução Assistida (RA), a autora considerou que foram mulheres que conseguiram subjugar algumas regras, sobretudo, aquelas relacionadas à ideia de que para ter uma família é preciso que existam pai, mãe, filhos e/ou filhas.

Tínhamos uma relação muito intensa e então resolvemos. Achei muito natural, pois se casais heteros tinham, porque não poderíamos ter? A B. no princípio achou que era uma loucura da minha cabeça. Um dia eu estava almoçando com uma colega minha, juíza, e ela me contou a história da irmã

de um outro colega nosso que era casada com uma mulher e quiseram ter filhos. (MANUELA *apud* PALMA, 2011, p.98).

O trecho a seguir, com o depoimento de Laura, a autora analisou como aquele que representa a fixação de papéis estereotipados em relação à maternidade, levando as mulheres a agir e pensar de modo específico.

Eu acho assim, que, não tem mãe que não, mulher que não queira ser mãe, não existe isso, eu já encontrei bastante gente assim, elas querem, justamente porque já passam pelo preconceito sem ter filhos, acho que elas têm medo que os filhos passem pelo mesmo preconceito que a gente passa. (LAURA *apud* PALMA, 2011, p.98).

Há outros depoimentos que fazem contraponto ao depoimento de Laura e apontam que há pensamentos que não correspondem ao esperado, caso das mulheres que foram mães porque assim desejaram e entenderam a maternidade como algo de pontos positivos e negativos.

Eu diria que filho é para quem tem uma relação bastante forte, porque na verdade ele não vem para ajudar uma relação a dois, ele vem mesmo é para atrapalhar. Na verdade nós temos que ir para um motel uma vez por semana. (MANUELA *apud* PALMA, 2011, p.99).

A maternidade apareceu NE, comecei a ver que comecei a trocar a palavra psiquiatra por pediatra NE, e daí apareceu, uma coisa que eu nem sabia, e aí uma realização minha, eu tenho toda uma representação de coisas boas, apesar de todo o trabalho, de todo reordenamento de, tu é mulher, agora tu é mãe. (ISABELA *apud* PALMA, 2011, p.100).

A maternidade no contexto da conjugalidade lésbica foi o último ponto tratado e iniciou-se com a ideia de que as lutas feministas e os movimentos – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT), empoderaram mulheres lésbicas que passaram a lutar por seus desejos, inclusive o de ser mãe. Dadas essas condições, as famílias constituídas por duas mulheres e suas crianças, passaram a ter visibilidade, nas palavras de Palma (2011).

Diante dessa constituição familiar diferente, novas nomenclaturas passaram a ter a função de dar maior visibilidade, o que levou a estudos, inclusive alguns, detendo-se na temática dos filhos e das filhas dessas famílias, embora dúvidas e medos permaneçam no imaginário social.

Em relação ao cotidiano familiar associando maternidade e conjugalidade lésbica o que disse Ana é apresentado em caráter de esclarecimento:

Trabalho somente durante as manhãs, então fico com a A. à tarde ajudo ela com os temas, cuido dela. A J. chega somente à noite, lá pelas oito, então quando ela chega a A. já fez os temas, já está de banho tomado. Daí, quando

ela chega, a gente fica as três juntas, tem esse momento nós três. (ANA *apud* PALMA, 2011, p.102).

No exercício das funções é muito distribuído lá em casa, assim, quem leva, quem busca na escolinha, quem dá banho, as atividades são meio que distribuídas, daí não tem muito disso, masculino e feminino, não tem aquilo de pai e mãe, vai todo mundo no ritmo. (ISABELA *apud* PALMA, 2011, p.102)

Enfim, as famílias homomaternais possuem suas singularidades como todas as outras famílias. Não são piores nem melhores que as outras existentes. São diferentes, assim como cada família é, pois, cada pessoa também é diferente de outra, conclui Palma (2011).

Incursões compreensivas nos textos: *Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade e Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju-Se*

No ano de 2012, estão depositadas duas pesquisas no IBICT, a tese de Maria Eduarda Cavadinha Correa defendida na Universidade São Paulo (USP), *Duas mães?: mulheres lésbicas e maternidade* e a dissertação de Lídia Marcelle Arnaud Aires, *Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju-Se*, apresentada na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Nas palavras de Maria Eduarda Cavadinha Corrêa (2012) em sua tese *Duas mães?: mulheres lésbicas e maternidade*, na sociedade brasileira, a relação heterossexual ainda parece ser a única possibilidade legitimada para formação de um casal ou até mesmo de uma família, embora tenha considerado crescente o número de pessoas que desafia os discursos normativos ao procurar a constituição de parcerias afetivo-sexuais com outras do mesmo sexo que o seu, sendo que, muitas vezes, essas parcerias associam-se à experiência da parentalidade, seja com filhos biológicos ou adotivos.

A autora constatou aumento nas discussões sobre os direitos sexuais reprodutivos e o surgimento de novos arranjos familiares, entre eles o formado por casais homossexuais que começa a desconstruir o modelo ideal de família nuclear, abrindo caminho para a discussão de temas, como a maternidade lésbica. Diante dessa ideia, ela propôs que a pesquisa deveria contribuir com o debate da homoparentalidade, procurando demonstrar as especificidades existentes entre mulheres lésbicas e suas formas de construir sua cidadania íntima no contexto heteronormativo da sociedade brasileira. Para tanto, estabeleceu o objetivo de compreender as concepções sobre a parentalidade de mulheres lésbicas que buscam a gravidez por meio de

doadores de sêmen, sejam eles conhecidos ou desconhecidos. Um estudo baseado em pressupostos da pesquisa qualitativa, como forma de privilegiar os discursos dos sujeitos como fonte de informação.

Corrêa (2012) explicou que 12 mulheres lésbicas dispuseram-se a participar do estudo e foram entrevistadas entre os anos de 2009 e 2011. A partir dos resultados analisados, ela pode perceber que a vivência da maternidade por parte das mulheres lésbicas depende de fatores diversos como o histórico-cultural, o social, o jurídico-legal, o econômico e os relacionados às políticas públicas, além, das histórias de vida dessas mulheres. Por estas razões, para a mulher assumir a homossexualidade em uma sociedade heteronormativa e, ao mesmo tempo, optar pela maternidade, é necessário percorrer um árduo caminho. Uma das saídas parece ser a luta pela cidadania plena e consolidação dos direitos humanos, complementa a autora, que entende que são razões que apontam para a importância de se abordar o tema em estudos e discussões acadêmicas com outras esferas da política pública e da vida social, incluindo a saúde pública.

A maternidade é um direito de todas as mulheres e o sonho de algumas. Contudo, a pesquisa de Corrêa (2012) indicou que quando se trata de mulheres lésbicas que buscam a gravidez por meio de doadores de sêmen, sejam eles conhecidos ou desconhecidos, o preconceito fica evidenciado. Constatou casos de preconceito por parte de alguns profissionais da saúde em relação às mulheres lésbicas que buscaram o serviço de reprodução assistida, como constam dos relatos sobre um médico que se recusou a fazer o serviço por questões religiosas e outro que, ao ser procurado por uma mulher cuja parceira queria engravidar, foi chamada de gala-rala¹⁷.

Dentre as 12 entrevistadas, 11 disseram ter desejado, em algum momento da vida, serem mães e quando se assumiram como homossexuais não desistiram desse sonho. O preconceito também manifestou-se nas famílias de origem dessas mulheres e Corrêa (2012) estabeleceu três níveis de aceitação familiar à homossexualidade: famílias que aceitavam bem, aquelas que aceitavam razoavelmente e famílias que não aceitavam. Em relação às reações, ela explica que alguns familiares, ao verem as mulheres grávidas diziam: “que bom que você se curou”. Nestas circunstâncias, a homossexualidade é entendida como uma doença e a gravidez, a cura.

Os métodos conceptivos procurados foram variados: inseminação artificial, fertilização *in vitro* e a injeção intracitoplasmática do espermatozoide. Quando se tratava da

¹⁷Gala-rala: expressão utilizada no nordeste brasileiro que se refere pejorativamente a um homem infértil.

escolha de um doador de esperma anônimo, para que a experiência de criar uma família fosse exclusivamente do casal, a opção considerava aquele que tivesse algumas características físicas desejadas pelas futuras mães. O casal em que a mãe que não engravidaria tinha descendência japonesa escolheu um doador anônimo descendente de japoneses para que a criança parecesse fisicamente com as duas mães. Para a autora, essas são medidas que favorecem a criação da identidade do núcleo familiar e facilitam a aceitação da criança pelos familiares das mulheres.

Todos esses métodos são caros e exigem uma boa condição financeira de quem deseja utilizá-los, afirma Corrêa (2012) que avaliou em até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), cada tentativa de inseminação artificial. Este é o motivo que leva ao uso de outros métodos como a inseminação caseira ou a relação heterossexual ocasional para fins reprodutivos. Na inseminação caseira há a utilização da tabelinha para controlar o período fértil e também é preciso contar com a doação de esperma que é aplicado mediante utilização de seringa especial, neste caso o doador deve ser alguém de confiança.

Outro aspecto considerado positivo pelas entrevistadas foi a técnica de Recepção dos Óvulos da Parceira (ROPA), que permite a participação das duas mães na geração da criança. Uma cede o óvulo e a outra tem a gestação. Todas viam a ROPA como uma ótima possibilidade de as duas parceiras participarem da gravidez e assim amenizar um pouco as avaliações jurídicas de reconhecimento da maternidade, diante do que estabelece a legislação brasileira, segundo a qual mãe é aquela que gerou e pariu o filho. Com a ROPA, a maternidade genética é da mãe que cedeu o óvulo e a maternidade biológica é da mãe que gestou e pariu a criança.

Mas, observa Corrêa (2012), a ROPA não é garantia de que a dupla maternidade seja reconhecida e a dificuldade encontrada pelas lésbicas para exercer o direito à maternidade deve-se, em grande parte, à falta de uma legislação reguladora para o caso, pois, cada juiz, clínica ou cartório age de um modo diferente, dependendo da interpretação de quem arbitra. As clínicas podem, por exemplo, não aceitar realizar o processo de reprodução, fazendo que as lésbicas precisem procurar o serviço como solteiras. Quanto aos cartórios, há aqueles que aceitam que a criança tenha o sobrenome das duas mães e aqueles que não aceitam. Mas ter os dois sobrenomes não implica ganhos de direitos, complementa a autora.

E a pesquisa de Lídia Marcelle Arnaud Aires (2012), a que refere-se no que diz respeito à maternidade lésbica?

A autora parte da ideia de que ao longo das últimas décadas, a diversidade de arranjos familiares torna-se cada vez mais visível e a ideia de um modelo único e imutável de família é

cada vez mais questionada. Entre aquelas que compõem a diversidade estão as famílias formadas por casais de lésbicas e gays.

Na dissertação *Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju-Se*, nomeia-se uma das estratégias utilizadas por esses casais para superar a impossibilidade de reprodução imposta pela simetria do aparato sexual que é a reprodução assistida. Neste contexto, a família homoparental originada a partir de um par lésbico motivou-a para refletir sobre a valorização da maternidade biológica como um componente importante para a construção da identidade feminina, e se para as lésbicas, o desejo de ser mãe permanece como uma característica definidora do que é ser mulher. Considerando que devido à orientação sexual do casal, este desejo e a sua realização são experimentados com algumas questões que não se aplicam aos casais heterossexuais.

Aires (2012, p. 31), procurou entender quais os mecanismos utilizados para a construção da maternidade lésbica e em que medida ela seria distinta daquela experimentada por um casal heterossexual, pois, além dos vínculos consanguíneos, outros são construídos e valorizados com vistas a cimentar a relação de parentesco entre as mães e a criança. Sua dissertação foi apresentada na área de estudos antropológicos como um “desafio de estudar família, temperado pela escolha daquelas que estão no centro da família escolhida: mulheres lésbicas”. Chamou de tempero a dificuldade que se relevou tanto na procura pelas mulheres lésbicas como na disponibilidade destas em compartilhar suas experiências, “um espectro de segredo que figurava tentando ocultar o que não é possível ser ocultado, visto que a maternidade lésbica ou não é ‘denunciada’ em algum momento”.

Pesquisar na mesma cidade onde residia, ser mulher com a pretensão de estudar mulheres, falar a mesma língua que as informantes foram considerados pontos positivos, no entanto, outros tipos de obstáculos foram apresentados diante da “escolha de indivíduos que preferem descer um véu sobre sua identidade [...] a exemplo da invisibilidade que caracteriza as lésbicas e as famílias por elas compostas”. (AIRES, 2012, p. 34).

Trata-se de um estudo de caso do casal Nadime com 43 anos e Paula com 34 anos, categorizadas como

[...] mulheres de idade um pouco mais avançada e nível de instrução superior que se distingue pela ausência de pertencimento comunitário e pela inexistência da expressão de uma identidade lésbica. Elas agem de maneira a não pronunciar explicitamente sua orientação homossexual, comportando-se de maneira que foge aos estereótipos, facilitando sua inserção e aceitação em outros meios que não os exclusivamente homossexuais. (AIRES, 2012, p. 50)

São mulheres que caracterizam-se por relações distanciadas dos ambientes exclusivos para as pessoas homossexuais e pela convivência homo/hetero dos seus círculos de amizades. Aires (2012, p. 52) infere que essa convivência desde a descoberta da homossexualidade “parece se associar ao nível de instrução, pertencimento social e à tolerância da homossexualidade nas esferas familiares e estudantil que elas frequentam”, uma convivência que relega a orientação sexual a um lugar secundário, o que é fundamental para Nadine e Paula.

Como relegar a orientação sexual a um lugar secundário? Se isso significa não referir-se ao assunto, comportar-se como pedem as normas de tal ou qual convívio social: familiar, vizinhança, trabalho, lazer, os resultados de minha pesquisa indicam o oposto. Com exceção de uma mulher lésbica que declarou que diante de sua família prefere comportar-se com sua companheira como se fossem amigas, as demais almejam andar livres, de mãos dadas, juntas em cumplicidade poder deixar isso transparecer e onde quer que estejam, que isso seja-lhes facultado.

No entanto, para Nadine e Paula, a homossexualidade não se apresenta como componente essencial para a definição de si e sim como uma conduta de caráter íntimo e privado, enquanto a profissão, a idade ou o grau de instrução ocupam os primeiros lugares na apresentação de si: “morar juntas e a estabilidade conjugal desempenham um papel importante na dinâmica de normalização que parece ser buscada e reafirmada em todos os momentos por este casal” (AIRES, 2012, p. 51).

Quanto à maternidade, a decisão de ter filhos ocorreu depois de estarem mais ou menos há três anos juntas. A ideia partiu de Nadine que não pensou em ter filhos em sua relação anterior, enquanto Paula sempre nutriu esse desejo. Considerando a orientação sexual, Nadine julgou que a técnica da fecundação *in vitro* seria mais segura por tratar-se de um projeto que envolve apenas as duas parceiras.

A experiência de maternidade pelas lésbicas não é a mesma das mulheres heterossexuais e, mesmo no interior dos quadros homossexuais e heterossexuais, as experiências são diversas, pois são “corpos imersos em contextos que variam de acordo com a faixa etária, cor, religião ou classe social”, diferenças que anunciam que a maternidade é uma construção histórica e cultural (AIRES, 2012, p. 95). As mulheres lésbicas, representadas nessa pesquisa por Paula e Nadine, reivindicam uma condição que foi atribuída a todas as mulheres como sua função por excelência e, em um momento em que as mulheres se desvencilharam da maternidade compulsória, elas chamam para si um direito que lhes foi negado devido à homossexualidade.

São mulheres que contornam a “impossibilidade de reprodução devido à simetria do aparato sexual apropriando-se de recursos providenciados pela medicina para atender a outra população”, diante do que Aires (2012, p. 96) conclui que as lésbicas não apenas transgrediram a ordem reprodutiva heterossexual, como também “se utilizam da maternidade para sair da inferioridade que o estigma de ser homossexual lhes atribuiu”.

Incursões compreensivas nos textos: Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil e Enfim mães! Da Experiência da Reprodução Assistida à Experiência da Maternidade Lésbica

No ano de 2013, encontram-se duas dissertações que completam o levantamento do termo <maternidade lésbica>. *Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil* de Anna Carolina Horstmann Amorim, apresentada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)s e *Enfim mães! Da Experiência da Reprodução Assistida à Experiência da Maternidade Lésbica*, de Daniele Andrade da Silva, apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

As duas dissertações retratam um contexto social no qual as diretrizes para os procedimentos éticos no uso da Reprodução Assistida (RA) para casais do mesmo sexo ainda não estavam definidos no Brasil pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) (2015), o que pode explicar a correlação entre algumas questões levantadas pelas mulheres que participaram dessas duas pesquisas, como a insegurança em relação ao que interpretaram como desconhecimento das pessoas da área da saúde sobre a maneira de como comportar-se diante da RA para casais de lésbicas.

Marcela: [...] a gente vai para a clínica, preenche um cadastro e ele ficou: “**mas como eu vou preencher, porque aqui tem esposa e marido...**”.

Vivian: não, era companheiro.

Marcela: não, era marido. “E como eu preencho isso?” e a gente: ah, coloca “companheira” porque já vinha tudo impresso... Então, ele não sabia muito bem. Mas aceitou super bem, quando ele viu que estava difícil, ele também propôs fazer com os óvulos da Vivian, **mas ele só não sabia direito como lidar com isso, como falar abertamente, ele ficou mais tímido.** (SILVA, 2013, p. 63).

Ela também registrou que a maternidade lésbica não era novidade em razão de que sua visibilidade tem aumentado nos últimos anos, circunstância explicada pela ampliação da procura e pelo acesso aos serviços de medicina reprodutiva por casais de mulheres.

Daniele de Andrade Silva (2013) foi motivada por uma reportagem sobre a FIV do casal Adriana Maciel e Munira Khalil, publicada na revista *Época* em 2009 para estudar a maternidade lésbica, tendo como recorte metodológico a RA. O objetivo proposto foi o de observar como a maternidade atravessava e ressignificava as vidas das mulheres que acessavam as clínicas de RA, operadas por técnicos autorizados a transformar corpos dessas mulheres em corpos grávidos.

Considerando o tema: a parentalidade exercida por homossexuais ou a homoparentalidade possibilitada através da RA, deu-se a opção pelas lésbicas em razão de serem elas que quantitativamente, mais acessavam esse recurso.

Para chegar às mulheres lésbicas que comporiam sua pesquisa, ela entrou em contato com pesquisadoras e pesquisadores próximos que haviam realizado pesquisas acadêmicas sobre RA. Eles passaram os contatos e a partir deles ela entrevistou três casais de mulheres lésbicas, isso no estado de São Paulo. No estado do Rio de Janeiro, onde a pesquisa teve origem, entrevistou dois casais. Entrevistou também, funcionárias e funcionários de um centro de fertilização humana na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Entre as ideias expressas por Silva (2013, p.22), está a de que as mulheres lésbicas ao serem mães, “não abdicam de sua homossexualidade, tampouco precisam incluir uma figura de sexo oposto na relação para gerarem filhos”. Nessa circunstância, a medicina reprodutiva acrescenta ingredientes novos e dinâmicos a esse campo ao eliminar, para fins reprodutivos, a necessidade de inclusão da figura de sexo oposto nas práticas sexuais. Em relação a esse ponto, a maternidade lésbica representaria uma fuga dentre outras tantas fugas da sociedade heteronormativa, estatuto que extrapola, inclusive, as próprias práticas heterossexuais, constituindo normas, comportamentos, práticas, formas de agir e pensar e de legitimação social.

Para contemplar a experiência da maternidade, ocorreram as entrevistas com mães lésbicas a fim de estabelecer-se como a maternidade atravessava e modificava as relações; como havia sido a escolha de ser mãe e como a parceira vivenciou esse projeto. Com as/os profissionais da saúde, foi contemplada a sua percepção sobre a maternidade lésbica e as peculiaridades que atravessavam a medicina reprodutiva.

Carla e Helena – Carla psicóloga com 40 anos e Helena com 43 anos estão em relacionamento há 15 anos. Helena foi comerciante e na oportunidade da entrevista declarou

que seu trabalho era cuidar dos filhos gêmeos. Enfatizou que utilizou a palavra trabalho para definir os cuidados com os filhos, intencionalmente.

Ambas afirmaram que sempre quiseram ser mães. Carla queria partir da gestação até o parto e Helena, embora quisesse ser mães, nunca havia pensado em engravidar, assim sendo, não foi difícil decidir quem gestaria. A vontade de engravidar veio de Carla, depois de 10 anos de relacionamento. A possibilidade de recorrer a um irmão ou a um amigo para doação de sêmen chegou a ser ventilada, mas, não vingou e não veio a público.

A maternidade nesta família é dividida, esclarece Silva (2013, p. 25), pois, tanto “Carla quanto Helena se consideram mães dos gêmeos e assim também são chamadas por eles. A família mora em uma casa localizada em uma região nobre da cidade de Niterói”.

Jaqueline e Nádia – Jaqueline com 44 anos e Nádia com 46 anos, são comerciantes e mães de um menino de cinco anos. O casal estava junto há 13 anos e Nádia, que nunca imaginou ser mãe, soube do desejo de Jaqueline por filhos apenas cinco anos depois do início do relacionamento.

Antes de procurarem a clínica de RA, elas, assim como Helena e Carla, também chegaram a pensar em incluir um pai para a criança, alguém além de doador, mas, desistiram da ideia que permaneceu entre as conversas íntimas do casal.

Jaqueline denomina-se mãe do menino e assim é por ele chamada. Nádia denomina-se madrinha e assim é tratada por ele. Explicaram que a autoridade era proporcionalmente “dividida entre as duas, mas que a mãe, especialmente no tocante ao afeto, é apenas Jaqueline” (SILVA, 2013, p.25). Foram entrevistadas na própria residência, uma cobertura de um prédio localizado em área nobre da cidade do Rio de Janeiro.

Elizabeth e Gabriela – Elizabeth com 35 anos é contadora e Gabriela com 36 anos é professora de Educação Física. Conheceram-se em uma casa noturna em 2007 e ficaram juntas por dois anos antes de decidirem ter filhos. São mães de um menino que na época da entrevista estava com um ano e meio de idade e elas haviam acabado de ter a dupla maternidade reconhecida.

Para Elizabeth, o desejo de ser mãe sempre existiu e Gabriela, embora tivesse o desejo de ser mãe desde os 15 anos, não imaginava-se grávida. Decidiram iniciar o processo da RA a partir da FIV porque as chances de sucesso seriam maiores, dado o valor do procedimento.

Marcela e Vivian – Marcela, médica com 38 anos e Vivian musicista com 26 anos, conheceram-se em uma casa em São Paulo, durante uma apresentação musical de Vivian.

Juntas há quatro anos, elas sempre discutiram o assunto da maternidade, em especial pelo fato de Marcela ser 12 anos mais velha e manter a ideia de ser mãe, mesmo antes de se

conhecerem. Como apenas ela desejasse engravidar, embora ambas quisessem ser mães, Vivian assumiu o projeto da companheira.

Por indicação das amigas Elizabeth e Gabriela, foram à mesma clínica, mas, acabaram passando por várias outras porque os procedimentos não davam certo. Na décima tentativa foi utilizada a FIV e Marcela engravidou com um óvulo de Vivian fecundado. Nasceram duas crianças, uma menina e um menino que estavam com um ano.

Patrícia e Clarisse – Patrícia, 31 anos e Clarisse, 30 anos, ambas comerciantes, mães do casal de gêmeos Fabrício e Alice de três anos e meio, moravam juntas há seis meses em Osasco/SP quando Clarisse soube que tinha sério problema de útero.

Acreditando que poderia perder o útero, procurou uma clínica de RA e foi recomendada a FIV. Devido ao alto custo do tratamento, o médico sugeriu que Patrícia cedesse óvulos para um casal que custearia todo o processo. Assim procederam e a FIV concretizou-se. Depois de dois anos de processo elas conseguiram o registro da dupla maternidade.

Na clínica privada de medicina reprodutiva, situada na cidade do Rio de Janeiro, Silva (2013) conversou com seis pessoas para reconhecer como são recebidas, nomeadas e tratadas as mulheres lésbicas que lá estiveram.

Paula – 44 anos, administradora do centro de saúde reprodutiva há 12 anos.

Bárbara – 44 anos, bióloga, na clínica há 17 anos.

Valéria – 41 anos, auxiliar de enfermagem, há 12 anos na clínica.

Noely – 60 anos, médica, trabalhando na clínica há dois anos.

Larissa – 42 anos, enfermeira responsável pela clínica há 12 anos.

Sérgio – 29 anos, médico, trabalhando na clínica há cinco anos que na entrevista aponta seu receio de que as crianças geradas por mães lésbicas venham a ser discriminadas, receio esse compartilhado pelas demais funcionárias em suas entrevistas individuais.

Traduzindo as declarações das demais funcionárias da clínica estão as palavras da enfermeira Larissa: “Em relação ao homossexualismo, eu, como sou contra, não concordo, enfim... mas respeito, se tiver que vir um casal, eu vou atender, darei todas as informações, serei profissional”, Silva (2013, p. 84).

A pesquisa apontou que o exercício homossexual das escolhas efetivas das mulheres entrevistadas, trouxe para elas, elementos diferentes, considerando-se que “a revelação de sua condição sexual sugere um aparente apagamento – ao menos inicial – do feminino materno, tanto para si quanto para suas famílias de origem” (SILVA, 2013, p. 32).

No entanto, esse pensamento perde a força diante da concretização da maternidade quando compreendida como dispositivo fortemente articulado, construído e legitimado como constitutivo do feminino, do qual as entrevistadas não estão imunes, afirma Silva (2013, p. 40-41) que complementa: “antes mesmo de vir ao mundo como sexo feminino – ou com uma parte anatômica que a legitima como pertencente ao sexo feminino no momento do nascimento – , as meninas já são generificadas nas barrigas de suas mães [...]”.

Silva (2013, p. 61) também trata das relações entre a maternidade lésbica e a RA. Em sua exposição sobre esse assunto, destaca que, embora de um encontro sexual entre duas mulheres lésbicas, não ocorra uma gravidez, elas podem ter saúde reprodutiva perfeita. No momento do acesso ao procedimento da RA, a diferença entre elas e as mulheres que assumem prática heterossexual desaparece, estão sujeitas aos mesmos procedimentos e medicamentos. Elas misturam-se “numa massa homogênea de corpos femininos que se preparam para receber bebês”.

A prática médica, no campo da RA, cria tensões ao lançar olhar indiferenciado sobre pessoas que são diferentes. Nesse sentido, é preciso ter clareza de que quando mulheres lésbicas vão em busca desse procedimento, há um cenário singular. Não pensada originalmente para lésbicas, quando acessada por elas, a RA sofre a resignificação dessas demandas e exige outras reflexões.

Neste ponto de sua pesquisa, pautada pela discussão do poder sobre os corpos, Silva (2013) discorre sobre o conceito de biopoder desenvolvido por Michel Foucault enfocando a manipulação do corpo e de seus elementos pela ciência, mediante a RA e em seguida trata dos seus altos preços e da ação dos profissionais.

Para os profissionais, o receio de que as crianças sejam discriminadas é forte, o que os faz desconfiar da legitimidade da maternidade lésbica. Em contraponto, os depoimentos do casal Jaqueline e Nádia são reveladores.

Nádia: porque a gente já chegou expondo para o médico o nosso medo pelo fato de que ele não teria pai, né?

Jaqueline: não teria um nome.

Nádia: o nome do pai.

Jaqueline: e aí ele falou: “Olha meninas, daqui a vinte anos, isso vai ser igual a filhos de pais separados há vinte anos atrás, eu faço tantas inseminações em casais gays e mulheres solteiras, que daqui a 20 anos, não ter o nome do pai, vai ser como ser filho de pais separados. Então, vocês fiquem tranquilas”. Ele foi bastante esclarecedor e acolhedor, nesse sentido, assim, (SILVA, 2013, p. 84).

Para a autora, o problema parece estar mais na sociedade que discrimina do que em uma família em que as responsáveis são lésbicas, famílias que não destoam substancialmente das famílias heterossexuais em suas organizações internas, é a sua conclusão diante das questões colocadas.

Outra proposta da pesquisa foi apresentar estratégias e negociações para a inclusão da segunda mãe. Nessa abordagem, entram elementos que visam dar conta de símbolos de pertencimento e laços consanguíneos. Entra, por exemplo, a preocupação em encontrar sinais físicos e não físicos do doador que aproximem-se das características da mãe que não terá o DNA compartilhado com a criança. O desejo é que filhas e filhos tenham características das duas mães.

A luta pelo reconhecimento da maternidade da segunda mãe mistura elementos que perpassam o reconhecimento legal dessa relação e sua incorporação nas relações sociais e familiares, o que solidificaria e legitimaria social e juridicamente esta maternidade que passaria a ser inquestionável.

A autora observou que um recurso utilizado por todas as suas entrevistadas que não deram a luz, com exceção da Nádia, foi a inclusão dos seus sobrenomes na certidão de nascimento da criança, apesar de não ser permitido. O argumento foi de que, embora isso não garanta reconhecimento legal da segunda mãe, esse recurso possui elevado valor para se reconhecerem na relação. Trata-se de inserção simbólica, assim como a escolha das características do doador anônimo de sêmen e as formas escolhidas de gestação. “Pois, se com a mãe que gerou, estes processos podem ocorrer de forma autorizada e naturalizada, aquela que não gerou, ao contrário, terá que construir meios para conquistar estas autorizações” (SILVA, 2013, p. 100).

O reconhecimento da segunda mãe tem o aspecto pessoal que passa pelo seu reconhecimento na relação, no entanto, há também a falta de reconhecimento legal das duas mães, o que coloca as famílias sob suspeita e configura uma barreira a ser vencida pelos casais.

Essas famílias, para as quais a autora utiliza a denominação homoparentais, figuram como as mais polêmicas e socialmente rechaçadas, uma vez que o exercício da sexualidade de mães e pais homossexuais, gera desconfiança e desconforto em vários segmentos sociais, sobretudo, naqueles ligados a grupos religiosos, explica Silva (2013). Ela ressalta que a homoparentalidade colabora para a desmistificação da composição nuclear, heterossexual, monogâmica, como única configuração possível.

Um ponto a ser destacado no estudo de Silva (2013, p. 111) é a referência à apropriação de discursos hegemônicos. Embora a interação heterossexual não seja a única possível, sabe-se que esse modelo é arraigado na sociedade brasileira, movendo-se ajustando-se no interior de outras formas de interação sexual que, por vezes, carregam o seu tom moral, do qual até mesmo “algumas abordagens científicas, filosóficas e sociais” não escapam.

Jaqueline: eu acho que a gente divide os cuidados, ela faz muito bem a função do pai, querendo ou não, essa divisão existe muito aqui. Ela faz a função do... da brincadeira, do levar para lá, levar para cá, do brincar, do vídeo game. Ela está sempre junto na hora da... e eu não, eu sou da comida, do remédio... (SILVA, 2013, p. 112).

Lembrando que Jaqueline e Nádia foram aquelas que declararam-se preocupadas pelo fato de que o filho não teria o nome do pai no registro de nascimento.

Como última leitura compreensiva está a dissertação *Nós já somos uma família, só faltam os filhos: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil*, Anna Carolina Hostmann Amorim (2013) apresentou três objetivos, tomando como base a ideia que manteve-se como evidente por longo tempo de que, às pessoas homossexuais e aos casais formados por pessoas do mesmo sexo, a possibilidade de reprodução estaria excluída. Uma ideia que tornava antagônica a relação entre ser lésbica e ser mãe, como propôs Anna Paula Uziel (2002).

O primeiro deles foi o de compreender as mudanças acarretadas pelo acesso à reprodução assistida, por mulheres lésbicas, um campo também entendido como de desorganização das antigas representações sociais e simbólicas sobre a família e filiação, na sociedade brasileira. Fazer uma reflexão sobre as tramas que envolviam a maternidade lésbica propiciada pelas novas tecnologias reprodutivas, foi o segundo objetivo. O terceiro objetivo foi investigar a maneira como lésbicas que procuravam por novas tecnologias estariam construindo, remodelando, classificando e pensando os modelos tradicionais de parentesco, parentalidade e família.

O eixo fundamental proposto para essa pesquisa foi o entrelace entre homoparentalidade de casais de mulheres e o acesso às tecnologias reprodutivas. Seu ponto de partida fundamentou-se pelo pensamento de que novas tecnologias reprodutivas viabilizam novas possibilidades familiares, permitindo uma expansão dos modos tradicionais de reprodução, serviu de base para as experiências de família, conjugalidade e parentalidade vividas por casais de mulheres auto identificadas como lésbicas e localizadas mediante reportagens em jornais de alta circulação e perfis nas redes sociais virtuais, nas cidades

brasileiras de Camboriú-SC, Natal-RN, Salvador-BA, São Paulo-SP, Jandira-SP, Osasco-SP, Goiânia-GO e Belo Horizonte-MG.

Camboriú-SC – Laura, 41 anos. Mãe de uma menina e um menino, gêmeos, frutos do relacionamento de 14 anos com Beatriz, de quem estava separada, e que no momento da entrevista estava com as crianças. Foi Laura quem engravidou por RA, em uma clínica de São Paulo porque queria passar pela experiência de gestar e amamentar.

Talvez por já ter tido a experiência de entrevistas, se soltou bastante e falou muito. [...]. Contou sobre sua adolescência, sobre sua família de origem, sua formação, seu relacionamento com Beatriz e as dificuldades e acertos frente a decisão da realização da reprodução assistida e a aprovação do registro de duas crianças com o sobrenome de Beatriz e Laura. Nossa conversa passou, deste modo, por temas centrais desta pesquisa como lesbianidade, conjugalidade, maternidade, família. (AMORIM, 2013, p. 34).

Salvador-BA – Mariana, 37 anos e Franciele, 32 anos. Ambas já haviam participado de entrevistas em um canal jurídico, de pesquisas para monografia e dissertação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do documentário *Família no papel* (2012). Um documentário que apresenta o cotidiano de casais homossexuais que em depoimentos referem-se às batalhas enfrentadas para tornarem-se, no papel, as famílias que são na vida real. Procura trazer à tona problemas reais, muitos deles relacionados ao preconceito e à discriminação, além de procurar desmistificar as concepções heteronormativas que circulam no Brasil como um todo, para classificar a família.

Foi Mariana quem engravidou para realizar o desejo de ser mãe porque Franciele afirmara que jamais engravidaria. São mães de um menino que tem a dupla maternidade em sua certidão de nascimento e que em sua participação no documentário (FAMÍLIA, 2012), Franciele relata as dificuldades para que o menino tivesse sua carteira de identidade porque no sistema de registro ainda constava como única opção, a filiação a partir dos nomes do pai e da mãe.

Nas conversas com Mariana e Franciele, Amorim (2013) teve a indicação para encontrar-se com o casal Tatiana, de 42 anos e Karinam de 33 anos. Juntas há 11 anos, haviam realizado a primeira tentativa para engravidar, em uma clínica de Salvador, que não fora bem sucedida, mas iriam tentar novamente.

Natal-RN – Paula e Vanessa, ambas com 35 anos, foram indicadas por Regine Marton, colaboradora do Grupo Afirmativo de Mulheres Independente (GAMI) com o qual Amorim (2013) entrou em contato para procurar suas interlocutoras de pesquisa.

No momento da entrevista relataram que vivenciavam a interrupção da gravidez de Vanessa, após nove semanas. Havia recorrido à RA em uma clínica de São Paulo na qual

Vanessa recebera óvulos de Paula. Mesmo sendo favoráveis à união estável e ao casamento civil e reconhecendo as implicações jurídicas do reconhecimento da dupla maternidade, viviam juntas há seis anos sem formalizar a união.

Jandira-SP – Nessa cidade, Amorim (2013) entrou em contato com um casal que conheceu via *Facebook*: Isabela, 26 anos e Andreia, 30 anos, vivendo juntas desde 2004 e mães de uma filha gerada por RA e gestada por Andreia devido a problemas de saúde enfrentados por Isabela. A história desse casal chegou ao conhecimento da pesquisadora por meio de uma reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo* em 2011, referindo-se ao reconhecimento jurídico da dupla maternidade. O casal comentou a repercussão positiva que ocorreu após a publicação da reportagem, gerando reconhecimento na cidade, entre pessoas amigas e familiares. Mãe²

Osasco-SP – Mônica, 31 anos e Estela, 30 anos são mães de um casal de gêmeos gerados por Estela que relatou como foi a gravidez, o parto, o cuidado com os filhos e o longo processo de reconhecimento da dupla maternidade que contou com a colaboração jurídica de Maria Berenice Dias (2014). A pesquisadora afirmou que trata-se de um casal bastante conhecido no meio da maternidade lésbica porque participou de inúmeras reportagens e vídeos, provavelmente, por ter sido o primeiro casal a expor a técnica da troca de óvulos entre mulheres.

São Paulo-SP – Priscila de 36 anos e Sandra de 33 anos são duas biomédicas indicadas para a entrevista por uma colega de Amorim (2013) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e que também apareceram em reportagem do dia das mães no jornal *Estado de São Paulo*. Elas residiram cinco anos nos Estados Unidos, onde casaram-se legalmente e recorreram às novas tecnologias reprodutivas em uma clínica especializada no atendimento de mulheres solteiras e populações LGBT. O casal ainda não dispunha do reconhecimento da dupla maternidade.

Outro casal de São Paulo foi aquele composto por Débora, 34 anos e Olivia, 44 anos, mães de uma menina que no período da entrevista, em 2012, tinha perto de anos de idade. Juntas desde 2004 viviam “em um bairro de classe média, em um sobrado localizado em um pequeno condomínio charmoso e arborizado”, segundo Amorim (2013, p.40).

Enquanto Débora dedicou-se mais ao cuidado da filha, Olivia não se intimidou e falou de situações que, embora tivessem sido abordadas por outros casais, não o foram com a mesma contundência.

É exemplo a questão dos altos custos do processo de reprodução assistida e a necessidade imprescindível dos casais homossexuais terem dinheiro para

poder conquistar algumas coisas e direitos, que aos casais hétero são acessíveis sem precisar passar pelo dinheiro. Contaram sobre os altos preços dos processos para a conquista da dupla maternidade, que elas ainda não têm e até mesmo para a conquista do casamento civil. (AMORIM, 2013, p.40).

Goiânia-GO – Cíntia, de 28 anos, grávida no período da entrevista e Gisele, de 34 anos, viviam juntas desde 2006. Estavam aguardando o nascimento da criança e preparando-se para o casamento civil que ocorreu em dezembro de 2012, com a presença da pesquisadora que, nessa ocasião observou:

[...] uma vasta teia de significados relativos a família e ao casamento que se formava nas reuniões, ensaios e refeições que toda a família fez junta neste dia. A importância do casamento e de se constituir uma família nuclear era evidente frente ao fato de todos os irmãos e primos de Cintia com as idades próximas a sua já estarem casados e com filhos. O valor dado a essas reuniões e as crianças ali presentes era sentido de longe e acredito que pesaram sobre Cintia e Gisele. O assunto das conversas parecia quase sempre girar ao redor das crianças, da maternidade ou dos comentários sobre os maridos/esposas. Cintia e Gisele pareciam intensamente felizes com a entrada definitiva no seio destas relações. (AMORIM, 2013, p.41).

Entre os resultados das observações apresentados na citação está a significativa importância do casamento e da constituição de uma família nuclear, como algo evidente nos comportamentos de Cintia e Gisele. Mas, concordar com o uso da expressão família nuclear para referir-se à formação familiar que Cintia e Gisele estavam formalizando através do casamento, significa aproximar-se do modelo heteronormativo de família: pai, mãe, filho/filha, do qual, o conteúdo exposto como resultado da pesquisa quer distanciar-se. O lugar em que a expressão foi colocada permite uma dúvida: teria sua utilização ocorrido pela força que ela tem como modelo heteronormativo?

Algo que precisa ser lembrado é que o casamento de Cintia e Gisele foi, no estado de Goiás, o primeiro entre duas mulheres, antecedendo a determinação do STJ para a realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo que ocorreria em maio de 2013. Para fundamentar sua legalidade e justificar sua realização, invocaram no convite o artigo 266, § 3º da Constituição Federal de 1988 que determina: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado e o Código Civil, em seu artigo 1.726: A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil, o que foi feito e a elas concedido pelo juiz.

Belo Horizonte-MG – a última colaboradora a ser mencionada foi Livia, uma enfermeira de 28 anos que vivia com uma companheira há cinco anos, sem contrato de união estável, foi convidada pela pesquisadora mediante contato virtual, inicialmente por um *Blog* e

na continuidade, por e-mail. Estava em fase de planejamento para ser mãe, utilizando o recurso de tecnologias reprodutivas.

Após a apresentação das interlocutoras de pesquisa a dissertação estrutura-se em mais três capítulos, sendo que o primeiro deles trata das lesbiandades, referindo-se às identidades e às trajetórias afetivas, com destaques para a relação entre Antropologia, como área de conhecimento na qual desenvolve-se o estudo, e sexualidade. Na sequência, discorre sobre maternidade lésbica, família, filiação, parentesco e novas tecnologias reprodutivas. Encerra abordando mídia, lei e maternidade.

Amorim (2013, p. 92), afirma que as mulheres lésbicas “assumem para si o controle de sua sexualidade, rachando com a premissa heterossexual e com a dominação patriarcal”, mas, lança a dúvida: “continuariam elas signatárias da união entre seu corpo e a função social da maternidade?”. A essa pergunta a resposta de Érica Renata de Souza (2005) é de que, independente da orientação sexual, as mulheres lésbicas permanecem culturalmente enclausuradas em um corpo feito para gestar. Nesse sentido, a maternidade lésbica não é totalmente subversiva por basear-se no discurso do instinto materno, por manter, mesmo que não absolutamente, a configuração familiar dentro dos limites da consanguinidade.

A concepção dos modelos biologizantes do parentesco, apesar de todos os esforços críticos a eles contrários, ainda vigora entre muitos lugares, da antropologia ao senso comum, inclusive, compondo sobremaneira as motivações das interlocutoras da pesquisa para a escolha da reprodução assistida, constata Amorim (2013, p. 101). Sendo essa a razão que respalda os casais, nas suas explicações para a procura por clínicas de reprodução assistida, na vontade de ter filhos seus, na vontade de partilha do sangue, como se essa partilha “fosse capaz de por ponto final nas possíveis inquietações sobre a validade da filiação em um casal lésbico”.

Eu quero ter um filho meu, com as minhas características, que se pareça comigo. Que você olhe e lembre de mim. (DEPOIMENTO *apud* AMORIM, 2013, p. 101).

Bom, primeiro vou falar sobre a questão dos filhos biológicos. Eu sempre quis ter filhos biológicos, e a minha esposa Paula também. Confesso que, no passado, a adoção chegou a passar pela minha cabeça, mas com o tempo acabamos decidindo ter nossos filhos por reprodução assistida. Talvez, depois que eu tiver meus filhos biológicos, eu sinta o desejo de adotar uma criança, mas não posso afirmar isso. Agora, os motivos dessa decisão são vários. O primeiro e mais óbvio é, realmente, o desejo de ter um filho meu. (DEPOIMENTO *apud* AMORIM, 2013, p. 102).

Em relação ao que foi expresso pelas interlocutoras, Amorim (2013) destaca que, em princípio, as famílias constituídas pelos casais lésbicos, assentam-se em concepções

inovadoras, mas podem, igualmente, assentar-se sobre concepções conservadoras quando há insistência sobre o biológico e, para esclarecer esse ponto, recorre à reflexão de Erica Renata de Souza (2005).

Em suma, estou sugerindo que o mecanismo conceitual binário pode exigir uma união para a reprodução da parentalidade, pode exigir o sexo, o amor conjugal, os relacionamentos, enfim, os pré-requisitos para a configuração do que se define por família. Não restringindo essa família ao modelo nuclear heterossexual, esse mecanismo permite que os arranjos conjugais lésbicos sejam reconhecidos como famílias, entretanto, esse mecanismo pode ser pernicioso caso reduza novas experiências a velhos papéis e esquemas (SOUZA, 2005, p.183).

Anna Carolina Horstmann Amorim (2013), reitera que constituir família para casais de mulheres lésbicas, não é apenas uma tentativa de assemelhar-se a um modelo vigente, é fazer parte de um processo complexo que precisa ser entendido uma vez que as práticas parentais resultantes, vão além dos valores do casal pois, estão sujeitas, diretamente, às pressões da rede familiar de origem, de pessoas amigas, vizinhas, colegas de trabalho, e indiretamente, da sociedade em sentido amplo. Quanto ao desejo por filiação, ele compõe uma estratégia coerente que visa dar, legitimidade perante a sociedade, à vida familiar dos casais que materializam um arranjo familiar com um recorte estigmatizado, nas palavras de Eleni Varikas no prefácio do livro de Virginie Descoutures (2010).

Para a parte final da dissertação, na qual trata das questões relativas ao reconhecimento da dupla maternidade no Brasil e o papel da mídia diante da maternidade como fonte de mudanças, está proposto o objetivo de “abordar diretamente os modos como as fronteiras rígidas de alguns pressupostos tradicionalistas e heterocentrados que influem nas questões mencionadas”, ao longo do texto, são borradas. Para isso, traz ao centro do debate a figura da mãe não biológica, por entender que é por meio dela e de suas reivindicações, pelo reconhecimento de seu lugar enquanto mãe, que entreve-se os lugares socialmente construídos da família, filiação e parentesco (AMORIM, 2013, p. 119).

Em destaque apontou que as particularidades da maternidade lésbica por RA, ligam-se à construção de um vínculo através de relações conjugais estáveis e de um projeto comum de família e filiação. Distingue-se de outros arranjos familiares nos quais as mulheres lésbicas envolvem-se, como aqueles em que tiveram filhos em relações heterossexuais anteriores à homoconjugalidade. Ressaltou que nos casos de RA expostos, a maternidade apresentou-se tendo como premissa a existência de duas mães. A filiação é planejada, como também o são a busca pelas clínicas de reprodução assistida e as decisões sobre quem engravidará, quem engravidará primeiro ou quem nunca irá engravidar. A biologia é negociada no processo

formação desse projeto de família homoparental. Para a autora, o trecho a seguir, explicita a noção de que a filiação é constituída da dualidade dessas maternidades, pensadas, criadas e vividas a duas.

Eu acho que esse ser já estava ancorado nessa família [...] Todas as ocasiões que eu tenha pra falar eu digo assim ó: eu poderia ter tido vários filhos com vários parceiros homens, até com outras mulheres, mas L é meu filho com Franciele e eu defendo isso até quando eu não poder mais, mesmo separada, seja como for eu vou lutar pelo direito que os dois tem de ter o outro (Grifos meus). (DEPOIMENTO *apud* AMORIM, 2013, p. 119).

Com base nesse pensamento, Amorim (2013) considerou que a biologia não tem participação em qualquer tipo de hierarquização das mães. O projeto da maternidade e o desejo comum sobressaem enquanto elementos de validação da relação, mais que a conexão genética.

Quanto ao papel da mídia, a autora concluiu que os casais lésbicos estão engajando-se em lutas e discussões, que tem impacto direto sobre os processos democráticos, relacionados à busca por direitos e que os engajamentos são de ordens diversas, sendo que destacou o universo virtual, por ser esse o espaço onde ocorrem conversas entre escritos e pessoas, mobilizações para encontros pessoais, circulação de ideias, sentimentos, amizades e discussões *online* e *off-line*.

Concluiu também que, voltada à discussão de algumas temáticas como lesbianidade, família, homoparentalidade, direitos homossexuais e lutas por igualdade de acesso ao casamento e à família, uma extensa rede de relações forma-se nesses espaços.

Trata-se, a meu ver, de uma rede de “militância” lésbica viva no ciberespaço, em prol da família, marcando acentuadamente processos de identidades lésbicas e lutas por direitos. Ainda que não se definam enquanto militantes, tais mulheres com certeza apregoam importância cidadã às informações, conversas e trocas que estabelecem nestes grupos. (AMORIM, 2013, p.125).

Defendeu o princípio de que reportagens e entrevistas concedidas a grandes veículos midiáticos teriam um poder transformador por informarem que as bases do parentesco e das relações familiares não estão fundadas somente na biologia. Logo, antes de mimese de relações biológicas, o parentesco e a filiação são relações sociais e simbólicas, passíveis, de transformações e resignificação. A visibilidade da dupla maternidade e dos processos de RA por lésbicas, somam-se à importante tarefa de desnaturalização de relações sociais instituídas no processo criativo que é a cultura.

Se podemos ter duas mãe reconhecidas legalmente perante o direito brasileiro significa que os campos da heteronormatividade já estão sendo minados e que os caminhos para a igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais avança, mesmo que lentamente.

Paradoxalmente a maternidade configura-se então como uma das grandes chaves para saída do armário destas e de tantas mulheres lésbicas. (AMORIM, 2013, p.131).

Encerrando para seguir em frente, mas, não sem antes expor algumas considerações

A leitura compreensiva das pesquisas nomeadas para revisão de literatura revelou as especificidades de cada uma delas e a convergência para a maternidade entendida como o direito de todas as mulheres, o sonho de algumas e a busca dos direitos à diversidade sexual.

Como o período entre 2005 e 2013, que abrangeu os estudos, teve várias reportagens publicadas, programas na TV, documentários envolvendo as primeiras reproduções assistidas que vieram a público, assim como as primeiras reivindicações para a dupla maternidade e as jurisprudências em razão de decisões favoráveis que ocorreram em vários estados brasileiros, as mulheres lésbicas que tiveram suas experiências expostas, com poucas exceções, foram as mesmas. Por este motivo, foram procuradas pelas pesquisadoras e suas histórias estão presentes em mais de uma das pesquisas. Situação igualmente vivenciada no decorrer desta pesquisa entre 2013 e 2015, em relação aos casais de mulheres lésbicas que procuraram os Cartórios de Registro Civil para casarem-se e foram objeto de reportagens, o que não passou despercebido na coleta de dados e viabilizou a participação de Jéssica e Julian, embora Lana e Luna também tenham participado de reportagens.

O período entre 2005 e 2013 convivia com a ausência de permissões para a união civil entre homossexuais e essa foi uma reivindicação frequente das entrevistadas. Algo compreensível visto que tratava-se de um período anterior à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que atribuiu o direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em maio de 2013. Sendo essa uma reivindicação frequente das entrevistadas, considerando-se que, embora o direito ao registro de união consensual tenha ocorrido a partir de 2011, ele não teve a mesma repercussão nas comunidades LGBTTTT que a determinação para que os Cartórios de Registros Cíveis realizassem o casamento civil, entendido como um instrumento que contribui para a visibilidade, uma questão cara para essas comunidades, por ser o casamento homoafetivo visto “como questão política porque ele ajuda nos processos de adoção e de fertilização, nos nomes dos dois pais e das duas mães”, nas palavras de Fabia e Gabi.

Reconhece-se que, algumas questões ligadas a reivindicações e necessidades de conquistas de direito, levantadas pelas autoras e pelas entrevistadas, mudaram de rumo no período em que esta pesquisa se realizava porque entre 2013 e 2016, o direito ao casamento

civil, a permissão para o uso das técnicas de RA para casais do mesmo sexo, o assentamento dos nomes de duas mães ou dois pais nos registros de nascimento por RA ou nos registros de adoção, foram alcançados. Eram reivindicações que estavam postas como fundamentais para a ação das mulheres lésbicas no exercício da maternidade e para a segurança familiar. Pode-se considerar que tratavam-se de subsídios para construções teóricas desestabilizadoras da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade. Por outro lado, na perspectiva desta pesquisa, dadas suas permanências, elas oferecem subsídios para a hipótese de que no processo de dar realce para as tensões entre a opção por tornar-se mãe e a função social da maternidade, estão os conflitos de difícil superação.

SEGUNDA PARTE



Figura 4: Joan Miró – Maternidade (1924)

VIVÊNCIAS LÉSBICAS E MATERNIDADES: INTERDEPENDÊNCIAS E DINÂMICAS

A tecnologia do silêncio
Os rituais, a etiqueta

O confundir dos termos
Silêncio não ausência

De palavras ou música ou mesmo
De sons selvagens

O silêncio pode ser um plano
Rigorosamente executado

o plano para uma vida

É uma presença
tem uma história uma forma

Não se deve confundir
Com uma outra ausência qualquer

(Adrienne Rich, fragmento do poema
Cartografias do Silêncio.)

Esta parte do estudo é um caminhar pelas vivências lésbicas e pela presença ou não da maternidade como possibilidades de escolha. Tem como objetivo expor aspectos da trajetória de mulheres lésbicas em elaborações teóricas sobre o definir-se lésbica e suas vivências nas sociedades Ocidentais onde prevalece a heterossexualidade como norma, circunstância que tanto para as teóricas quanto para ativistas na defesa de direitos, as mantiveram e mantêm circunscritas à invisibilidade.

Foi em decorrência de observações, reflexões e vivências que se deram as formulações teóricas sobre lésbicas. Esses resultados conceituais ocorreram no Ocidente a partir da década de 1970 atrelados às consequências do que vinha sendo realizado pelos movimentos feministas de modo amplo, sobretudo, na França e nos Estados Unidos da América (EUA), com repercussões efetivas no Brasil. Era o momento em que o movimento feminista ganhava força vinda da emergência da conscientização de mulheres que propunham uma luta fundamentada na confiança mútua e na espontaneidade. Sendo que havia articulações de diferentes grupos, tanto no interior desse movimento quanto fora, onde outros grupos feministas discutiam especificidades como as diferenças entre os sexos, a luta de classes, o

direito ao corpo, o lesbianismo, o aborto. Essa foi a base para que mulheres negras e lésbicas denunciassem a ausência de suas pautas nos movimentos feministas e passassem a reivindicá-las a fim de que se constituíssem em realidade.

As décadas de 1970 e de 1980 marcaram a entrada em cena de novos atores sociais: mulheres, lésbicas, gays, negras e negros, índias e índios em um contexto em que fluía o feminismo. Foi um momento e um movimento dos quais fluíram novas teorias necessárias para compor a compreensão das realidades desafiadoras que se descortinavam e que resultaram em reflexões de autoras como Adrienne Rich, Monique Wittig, Gayle Rubin, Judith Butler, Cheryl Clarke, Audre Lorde repercutindo no Brasil na obra de Tania Navarro-Swain, todas analisando a questão lésbica e tendo como marco a obra de Simone de Beauvoir (1980), *O segundo sexo*, como esclarece Judith Butler (RODRIGUES, 2014) ao explicar que embora não tenha uma posição sobre Beauvoir acha algumas de suas formulações extremamente úteis, como a sua ideia de que alguém torna-se uma mulher que abre a possibilidade de se tornar algo diferente de uma mulher, um homem ou talvez alguém que exija outra forma de nomeação. Para ela o que importa é que foi o trabalho de Beauvoir que tornou o seu possível, conclui.

O campo de estudos lésbicos e gays que deu origem a essas análises e outras tantas que foram deflagradas daí para frente já estavam em curso, especialmente a história e a antropologia lésbica e gay. De modo que esse campo, não surgiu apenas no início ou em meados da década de 1980 com a publicação dessas análises, mesmo porque elas se constituíram a partir de pesquisas mais remotas. É o caso de uma série de trabalhos sobre o assunto produzidos pelo movimento de liberação gay do início da década de 1970, nos Estados Unidos, que se constituíram considerando pesquisas mais antigas baseadas no movimento homofílico. O que ocorreu é que os trabalhos de erudição gay não se encontravam institucionalizados na academia e muitas das pessoas que os produziram na década de 1970 pagaram um alto preço em suas carreiras acadêmicas, lembra Gayle Rubin (2003, p. 190) exemplificando que, na obra de Michael Foucault, *A História da Sexualidade*, publicada no Brasil em 1977 e nos Estados Unidos em 1978, que se tornou emblemática do novo saber sobre o sexo, apresentando uma crítica ao entendimento tradicional da sexualidade como ânsia natural da libido para se libertar da coesão social, “se podem ouvir ecos de suas conversas com Lévi-Strauss e Lacan”.

Invisibilidade lésbica: uma prática define o ser?

A partir de meados da década de 1970, Adrienne Rich torna pública como pessoa, professora, escritora, como poeta, a importância das contribuições das lésbicas para o avanço do movimento feminista, sobretudo, no campo literário. É assim que com os objetivos de uma prática política e de desconstruir a naturalização das relações sociais, publica com sua companheira e escritora Michelle Cliff no periódico *Sinister Wisdom: a Multicultural Journal by & for Lesbians* que começou a ser editado em 1976 e se mantém há 40 anos, sendo considerado a mais antiga publicação nesse gênero.

A própria edição de um periódico nos moldes do *Sinister Wisdom: a Multicultural Journal by & for Lesbians* pode ser entendida como indício de uma nova fase de politização feminina centrada no questionamento do papel materno, da liberdade sexual, das reivindicações de afirmações profissionais, um contexto que ofereceu à Adrienne Rich a chave do tamanho para a escrita da obra *Of Woman Born*, sobre o valor da maternidade. Um livro contra a corrente, importante para o feminismo, que trata da experiência unificadora do período dos meses passados no ventre de uma mulher, um marco que todas as pessoas conservam ao longo da vida.

Em sua atuação intelectual, esclarece que seu compromisso vai além do individual, no sentido de tentar usar esse lugar para tornar visíveis as questões de interesse do conjunto de mulheres e dar voz às mulheres negras e às lésbicas numa cultura que as silencia. Recusava o lugar de feminista branca empenhada em educar-se sobre si mesma, educando-se também sobre mulheres negras e as diferenças entre – brancas e negras – por compreender ser este o caminho para a sobrevivência do movimento das mulheres (LORDE, 2014).

A partir do momento em que Adrienne Rich (2010) estabelece com a arte poética uma relação para retratar a realidade, incluindo a sua própria, aborda a importância de assumir-se e sua vida pessoal se refletirá também em sua arte. Dessa maneira, ela rompe o casamento e, em 1970, após a morte do ex-marido, assume publicamente sua existência lésbica, expressão que se transforma em categoria para as teorias sobre homossexualismo e heterossexualidade. Sua escrita ocupa-se de desmistificar o estereótipo das mulheres lésbicas e um dos recursos que utiliza é denunciar que elas estavam vivendo em um tempo em que a Igreja, os meios de comunicação e todas as forças dos Estados Unidos da América precisavam de um bode expiatório para desviar a atenção do racismo, da pobreza, do desemprego e da corrupção da vida pública.

Era o momento em que o homossexualismo masculino predominava sobre o feminino em uma escala de poder cultural e era mais aceito socialmente porque a vida dos homens era vista como cultura real, as lésbicas não tinham o poder econômico e cultural dos

homossexuais o que significava que, mesmo na questão homossexualidade, os homens tinham mais legitimidade. Neste contexto, as mulheres que se assumiam como lésbicas eram forçadas a viver entre duas culturas, ambas de domínio masculino e impedoras da descoberta do significado da homossexualidade para si: a heterossexista e a homossexual patriarcal. A primeira direcionando as mulheres para o casamento e para a maternidade através de mecanismos de pressão de ordem econômica, religiosa e legal. A segunda, tendo como base o domínio e a submissão.

Na continuidade de suas reflexões, mantendo os objetivos de uma prática política e de desconstruir a naturalização das relações sociais, outras categorias constituem-se junto à existência lésbica: *continuum* lésbico e heterossexualidade compulsória, em razão de seus questionamentos sobre a heterossexualidade encarada como compulsória e aplicada como uma categoria que nada teria a ver com doutrinação em relação à homossexualidade. São categorias que se constituíram da mesma forma que o privado é político, o pessoal é político, marcos na epistemologia feminista, entendidos como indicadores da força instituidora das representações e imagens que constroem os papéis sexuais.

Com essas categorias, Adrienne Rich (2010) amplia os marcos teóricos acrescentando que a heterossexualidade também é política no sentido de que naturaliza os seres ao excluir o feminino construído como oposto, apresentando-o como complemento do masculino e inferior por ser diferente. Para ela, a diferença de sexos é a categoria fundadora da heterossexualidade compulsória porque carrega a ideia de que os corpos sexuais são determinantes do papel e do status social, de que a natureza define a importância dos seres humanos de acordo com sua biologia. Nessa medida a diferença de sexos é também política porque sela a desigualdade no social.

A heterossexualidade compulsória compõe um processo social mediante políticas familiares e educacionais, pela imposição de normas de submissão e devoção ao masculino de modo que se transforma em definidora da divisão de trabalho, da remuneração, da importância social e transforma o espaço público e os direitos de cidadania em um domínio reservado no qual os homens têm primazia, o privado é sinônimo de doméstico, de familiar e prevalece sua posse e autoridade sobre mulheres e crianças. Desse modo, fica a heterossexualidade entendida como fundadora da construção que assegura ao domínio masculino a posse do corpo, da mão de obra e da produção executada pelas mulheres.

Na relação heterossexual, a categoria mulher adquire materialidade e sentido a partir de uma função reprodutora ligada ao seu corpo e sexo e a ela é reduzida, uma vez que essa

função é a pedra fundamental do sistema de dominação das mulheres pelos homens e de sua exclusão sistemática do domínio público.

Adrienne Rich (2010) apresenta a heterossexualidade compulsória como uma instituição política com todas as questões que isto possa implicar nas esferas onde o masculino é mais valorizado que o feminino: na importância social, na estrutura de empregos, na divisão do trabalho e sua remuneração, no sistema produtivo em geral – público e privado, enfim, nas relações sociais de modo geral. Ficando assim, as mulheres relegadas a um destino biológico de matriz a ser fecundada, enquanto os homens reservam para si o papel de agente da sexualidade e da reprodução, relação perpetuada na heterossexualidade compulsória.

Ela chama a atenção para os meios de convencimento e de reiteração do que chama a ideologia do amor heterossexual, repetida nos contos de fada, na televisão, no cinema, na propaganda, nas canções populares, nas cerimônias nupciais etc. Uma ideologia que se reconstrói incessantemente mediante meios de convencimento, denominados por Tereza de Lauretis (1994) tecnologias do gênero, aquelas que transformam corpos sexuais em femininos. Já, Tania Navarro-Swain (2015) explica que a naturalização da heterossexualidade é parte das estratégias e da produção do saber na construção social do feminino, edificadas e representadas pelo e no discurso amoroso que permitem que os abusos, os excessos, as transgressões cometidas na relação heterossexual apareçam como naturais, estando aí as raízes do perdão, da aceitação, do assujeitamento a situações com um histórico de violências inenarráveis.

A naturalização da heterossexualidade coloca uma cortina de fumaça na sua perspectiva compulsória e impede o debate, permitindo a manutenção, a aceitação social de violências domésticas, de desigualdades sexuais, de preconceito e discriminação. Exemplos que ilustram essa situação: o ditado popular, em briga de marido e mulher não se mete a colher, que muitas vezes, impede a intervenção de pessoas vizinhas, amigas ou familiares, em casos de violência conjugal; a crença de que duas ou mais mulheres sem a companhia masculina estão à procura de um homem ou são lésbicas. Tudo isto remete ao entendimento de que mulheres de verdade estão sempre acompanhadas por homens, na mesma medida em que deverão ser mães e de que lésbicas são pessoas desviantes, patológicas e descompensadas em termos emocionais e sensuais, ou seja, tudo se passa em torno das necessidades masculinas reforçadas com base no poder dos homens.

Durante o período de três anos em que escrevi *Heterossexualidade Compulsória* – com uma energia mesclada de esperança e desejo – as pressões para o conformismo tornaram-se mais intensas em uma sociedade com atmosfera crescentemente conservadora. As mensagens da Nova Direita

dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião, o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal¹⁸, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura. (RICH, 2010, p. 34).

Como resultado dos três anos (1978, 1979, 1980) em que se empenhou para escrever *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*, Rich (2010, p. 34) estabeleceu que, caso as medidas formuladas para manter as mulheres nos limites sexuais masculinos fossem encaradas de modo crítico pelas feministas, a questão inescapável a ser tratada seria, sobretudo, “o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas”. Nessa ótica, destacar-se-ia a invisibilidade da possibilidade lésbica, “um continente engolfado que emerge à nossa vista, de modo fragmentado de tempos em tempos, para depois, voltar a ser submerso novamente”. Não encarar criticamente a heterossexualidade seria uma atuação contrária à libertação e ao empoderamento das mulheres como grupo e mantida apenas com base no apagamento da existência lésbica, na sua catalogação como doença ou no fato de ser tratada como algo excepcional e não como algo intrínseco, o que se constituiria em um obstáculo teórico e político para o feminismo, mas que ele encarou tomando posição crítica.

Ao apontar a heterossexualidade compulsória como uma instituição política, como o resultado de forças sociais, Adrienne Rich (2010, p.35) inaugura espaços de investigação, abre horizontes anteriormente bloqueados por certezas e verdades definitivas oriundas do desejo de poder, de uma hierarquia com a natureza e a reprodução como seus fundamentos, na qual o enaltecimento e a difamação ocorrem paralelamente, na desvalorização das mulheres e na elegia à maternidade. “Tomar passo a favor do questionamento da heterossexualidade compulsória” exige coragem, mas a recompensa é grande: “uma libertação do pensamento, a exploração de novos caminhos, a dissolução de um grande silêncio, uma nova claridade nas relações interpessoais.”

Para realizar seu trabalho intelectual, Rich (2010, p.36) opta por usar a categoria existência lésbica porque ela sugere tanto a presença histórica de lésbicas quanto o exercício de criação contínua do significado dessa existência. “A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida”, mas vai além, é um

¹⁸ Para situar teoricamente o conceito de patriarcado indica-se aqui duas autoras: Heleieth Saffioti. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004 e Beatriz Gimeno Reinoso. **Historia y**

ato de resistência que também inclui isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres.

E a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocada à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor. (RICH, 2010, p.36)

Outra forma de destituição da existência lésbica ocorre com a sua equação com a homossexualidade masculina, o que significa apagar a realidade feminina mais uma vez por serem as duas estigmatizadas e embora as lésbicas compartilhem a causa com homens homossexuais, há diferenças no privilégio econômico e cultural dos homens. Assim, para Rich (2010), a experiência lésbica pode ser entendida, tal como a maternidade, como uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares que não podem ser compreendidas quando agrupadas com outras experiências sexualmente estigmatizadas.

Para existência lésbica, a paixão física de mulher para mulher é central e, justamente, a sensualidade erótica tem sido apagada da experiência feminina. Desse modo, a dificuldade do poder de todas as mulheres em mudar as relações sociais entre os sexos e de cada uma libertar-se decorre da negação da realidade e da visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras mulheres como companheiras de vida e de comunidade. Sendo assim, não é de se estranhar que a população lésbica seja mais escondida do que a dos homossexuais masculinos. Nas palavras de Marisa Fernandes (2001), isso ocorre porque as lésbicas não têm a mesma visibilidade que eles e sua representatividade é menor. As lésbicas têm problemas de auto aceitação, desinformação sobre a própria sexualidade e sofrem uma invisibilidade que lhes é imposta pela família, escola e, sobretudo, pelos meios de comunicação e têm mais receio de sair do armário, o que não é sem razão, dada a alta taxa de violência e discriminação que sofrem, complementa.

De acordo com sua compreensão, o movimento feminista ainda incorpora de forma insuficiente, as reivindicações das mulheres lésbicas, o que é perceptível pelos apoios circunstanciais, pontuais. Não há uma constante que permita a todas as mulheres sentirem-se instrumentalizadas por se descobrirem lésbicas, por terem filhas lésbicas, alunas lésbicas, empregadas lésbicas. As lésbicas estão em todos os lugares, e nesse sentido, a manutenção da

invisibilidade, a ausência de tratamento das questões lésbicas transformam-se em pacto com a lesbofobia.

Adrienne Rich (2010, p. 36) situou a existência lésbica como a transgressão de um tabu e, ao mesmo tempo, a rejeição de um modo compulsório de vida, além de ser um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas, que ia muito além, pois incluía “isolamento, ódio pessoal, colapso, alcoolismo, suicídio e violência entre mulheres”. Uma existência vivida sem qualquer acesso a conhecimentos de tradição, continuidade e esteio social.

E como “o que a história não diz não existiu”, a regra geral é o silêncio, afirma Tania Navarro-Swain (2004, p. 13). Silenciar para melhor apagar, para melhor esquecer, para conjurar o perigo daquelas que escapam à norma de uma heterossexualidade tão naturalizada a ponto de, mesmo entre as feministas, demorar para ser questionada, ponto para o qual Rich (2010) chamou a atenção denunciando a disciplinarização sexual, a heterossexualidade compulsória, a desvalorização e o esquecimento do que caracterizou como *continuum* lésbico, um conjunto de experiências de identificação da mulher: o compartilhamento de uma vida interior mais rica, um vínculo contra a tirania masculina, o dar e receber apoio prático e político ao longo da vida de cada mulher.

O *continuum* lésbico é entendido como um termo que pode incluir um conjunto de experiências de identificação das mulheres que ocorre na vida de cada mulher através da história, uma gama de experiências do ser mulher e das relações afetivas mantidas entre as mulheres, sem que isto signifique necessariamente relações sexuais.

Para as mulheres, a necessidade e desejo de nutrir uma à outra não é patológica, mas sim redentora; e é dentro desse conhecimento que nosso poder real é redescoberto. Essa é a conexão real tão temida por um mundo patriarcal. Somente dentro de uma estrutura patriarcal é que a maternidade pode ser o único poder social acessível às mulheres. A interdependência entre mulheres é o caminho para uma liberdade que permita ao Eu que seja, não para que seja usado, mas para que seja criativo. Essa é a diferença entre o *ser* passivo e o ativo *sendo*. (LORDE, 2014, p. 22).

As relações de amizade, de companheirismo, de partilha, de comunhão de interesses e ações entre as mulheres têm sido sistematicamente apagadas da história, assim como o lesbianismo, pois de fato, quebram a hegemonia das relações hierárquicas na heterossexualidade. Faz parte da construção dos saberes e das estratégias de implantação da heterossexualidade compulsória a extinção da memória, dos traços das atividades das mulheres, em conjunto, ou individualmente, como assinala Adrienne Rich (2010). É assim que no imaginário, seja no ocidente ou no oriente, as religiões, as práticas institucionais e

científicas relegam as mulheres a um plano inferior, tanto do ponto de vista intelectual quanto da ação política. O *continuum* lésbico representa, então, a longa tradição de união sendo contrário aos paradigmas sobre as mulheres de que seriam concorrentes e rivais, pois, refere-se à amizade, a relações passionais, afetivas e/ ou eróticas. Seu significado mais evidente é aquele que chama a atenção para o fato de que as relações sociais nem sempre foram exclusivamente heterossexuais.

A junção de lésbico a *continuum* permite o questionamento de evidências patriarcais: Porque amor, amizade, paixão, afetos entre mulheres existiriam apenas em tempos mais recentes? O que se pode argumentar é que abalados os discursos mestres da ciência, a pluralidade das relações humanas torna-se mais visível, e em relação ao passado afirmar que elas apenas estavam ocultas. Aprofundar e ampliar o conjunto da existência lésbica e delinear um *continuum* lésbico é descobrir o erótico em termos femininos, descobrir que ele não está confinado ao corpo ou a qualquer de suas partes, é descobri-lo como uma energia não apenas difusa, mas onipresente, tal como descreveu Audre Lorde.

O erótico, para mim, acontece de muitas maneiras, e a primeira é fornecendo o poder que vem de compartilhar intensamente qualquer busca com outra pessoa. A partilha do gozo, seja ele físico, emocional, psíquico ou intelectual, monta uma ponte entre quem compartilha e essa ponte pode ser a base para a compreensão daquilo que não se compartilha enquanto não diminuir o medo das suas diferenças. (LORDE, 2014, p. 12)

A identificação entre mulheres é uma fonte potencial de energia e de poder feminino diminuído e contido pela heterossexualidade compulsória. Negar a realidade e a visibilidade da paixão das mulheres por outras mulheres, da escolha das mulheres por outras como suas companheiras de vida e de comunidade, obrigando que tais relações sejam dissimuladas ou mesmo desintegradas sob pressão representa uma perda incalculável do poder de todas as mulheres para mudar as relações sociais entre os sexos, escreveu originalmente Adrienne Rich em 1980.

Ao tratar da homossexualidade compulsória e da maternidade como experiência institucionalizada, sua proposta foi diminuir a distância entre feminismo e lesbianismo. Para isso, analisou o uso de discursos moralistas apresentados por instituições como a família, a igreja e o estado que, tradicionalmente estabelecem regras de comportamento para as mulheres. Fundamentou-se nessas razões para propor a politização da heterossexualidade compulsória, assim como a da maternidade a fim de que fossem reconhecidas e estudadas como instituições políticas – até mesmo ou, sobretudo, por aquelas pessoas que, em suas experiências pessoais, são as precursoras de novas relações sociais entre os sexos.

Invisibilidade social, visibilidade sexual

Em 1978, ao tempo em que Adrienne Rich escrevia sobre heterossexualidade compulsória, Monique Wittig, uma francesa que viria a ser radicada nos Estados Unidos, apresentava numa conferência em Nova York, *La pensée straight* publicado pela primeira vez em 1980, na revista francesa *Questions Féministes*. Nessa conferência, seu ponto de vista de que as lésbicas não são mulheres, causou perplexidade.

Desde o início do século XX, todo movimento de luta das mulheres tomou como fundamento a ótica das mulheres que nunca havia sido questionada até que o ponto de vista de Monique Wittig (2006), provoca questionamento teórico e político sobre algo que o feminismo não havia anteriormente criticado: a heterossexualidade.

Até então, o feminismo havia considerado o patriarcado como um sistema ideológico baseado na dominação da classe de homens sobre a classe das mulheres, mas as categorias homem e mulher não haviam sido questionadas e, justamente, diante dessa questão, Monique Wittig (2006) aponta que a existência das lésbicas cobra todo seu sentido, qual seja: se essas duas categorias não podem existir uma sem a outra e se as lésbicas existem por e para as mulheres, deve haver uma falha nesse sistema conceitual.

Este ponto de vista foi adotado por grupos de lésbicas e foi denominado de lesbianismo radical ocorrendo na França, e Quebec com mais intensidade, e colocando-se também nos Estados Unidos. O principal mote do movimento era derrotar o regime político da heterossexualidade, o que supunha transformar as categorias existentes para concretizar uma mudança real. Não se tratava de trocar a categoria mulher por lésbica e sim utilizar uma posição estratégica para destruir o sistema heterossexual: as “lésbicas são desertoras de sua classe, como foram os escravos americanos fugitivos quando escapavam da escravidão e se tornavam livres” (WITTIG, 2006, p.42). Ressaltando que Monique Wittig foi a mentora intelectual desse movimento, mas que, em momento algum, nele militou.

Enquanto Adrienne Rich (2010) vê a existência lésbica como um ato de resistência à heterossexualidade compulsória, Monique Wittig (2006) considera o lesbianismo como algo necessário politicamente e exterior ao regime político heterossexual. Para ela, falar de heterossexualidade compulsória é redundante e a consciência da opressão não é só uma reação contra a opressão, supõe total reavaliação conceitual do mundo social, sua total reorganização com novos conceitos.

Ter uma consciência lésbica supõe não esquecer nunca até que ponto ser ‘a mulher’ era para nós algo ‘antinatural’, algo limitador, totalmente opressivo e destrutivo nos tempos que antecederam o movimento de libertação das mulheres. Era uma restrição política e aquelas que resistiam eram acusadas de não serem verdadeiras mulheres. Então estávamos orgulhosas disso porque na acusação havia uma sombra de triunfo: o reconhecimento, pelo opressor, de que “mulher” não é um conceito tão simples porque para ser uma é necessário ser uma “verdadeira”. Ao mesmo tempo éramos acusadas de querermos ser homens. (WITTIG, 2006, p. 34-35)

Monique Wittig (2006, p. 35) destaca como característica de opressão às lésbicas, precisamente, o fato de que as mulheres ficam fora de seu alcance porque as mulheres pertencem aos homens. Assim, uma lésbica deve ser qualquer outra coisa, uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade e não da natureza porque “não há natureza na sociedade”. A heterossexualidade é um sistema de opressão política e o indivíduo inscrito nesse sistema deve agir para transformá-lo. Diante disso, ela propõe como estratégia política uma transformação e não uma transgressão. Trata-se de uma posição teórica, uma proposta filosófica, um questionamento das escolhas, das estratégias políticas dos grupos feministas e não uma resposta de como fazer.

A dinâmica da sociedade heterossexual é fundamentada na categoria de sexo da qual é produto. É a categoria de sexo que estabelece como natural a relação homem e mulher que está na base da sociedade – heterossexual – e através dela a metade da população, as mulheres, é heterossexualizada e submetida a uma economia heterossexual. Trata-se de uma categoria que impõe às mulheres a obrigação absoluta de reproduzir a espécie, o mesmo que reproduzir a sociedade heterossexual. Mesmo no início do século XXI,

(...) colocar em questão a heterossexualidade aparece como um desafio ao senso comum. A maternidade está ligada estreitamente à construção do gênero *mulher*, da representação social *mulher*, do sexo biológico *mulher*. Isso faz da prática heterossexual a chave do poder disciplinar: há um amálgama do sexo biológico, do papel social e da sexualidade potencial no quadro do “instinto sexual” reprodutivo. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 88)

Diante de uma sociedade heterossexual, o lesbianismo vem sendo tratado pela história e pelo discurso social como uma curiosidade ou como um estigma a ser revelado/escondido. Trata-se de uma sociedade em que o binário heterossexual permanece como norma, como já explicitado em análises anteriores, e na qual a ameaça do lesbianismo está na recusa do contrato sexual instituído pela heteronormatividade. Como tal ameaça pode ser traduzida? Para iniciar a resposta a essa pergunta, apresenta-se o QUADRO 1 que contém uma notícia cujo teor dá uma contundente dimensão do que ser lésbica e negra pode significar na vida dessas pessoas.

QUADRO 1 – “Nunca imaginei passar por tanto terror”

No dia 1º de março de 2014 no Distrito Federal, ocorreram agressões a quatro mulheres que receberam socos e chutes de, pelo menos três homens. O rosto de uma delas ficou com vários hematomas, demonstrando a violência empregada pelos agressores que embora identificados, não foram presos. Foram indiciados por lesão corporal, ameaça e injúria.

No local, bastante frequentado pelo público GLS, dois casais de lésbicas sentavam-se próximos à porta e a poucos metros havia uma mesa com seis pessoas, sendo três homens e três mulheres. Não se sabe como as agressões começaram, mas, durante a briga, uma das meninas foi xingada de “lepra da sociedade, puta, neguinha e sapatona”.

As agressões verbais evoluíram para agressões físicas. Daniela, 18 anos, levou murros no rosto, chutes na cabeça e desmaiou. A namorada dela, Maria, 21, tentou defendê-la e também acabou atacada. “As imagens não saem da minha cabeça. Já estou acostumada a agressões psicológicas pelo fato de ser lésbica, mas nunca imaginei passar por tanto terror”, contou Maria. “Foi uma violência gratuita”, reforçou Daniela.

Juliana Andrade Lima, 33 anos, dona do local disse que se sentia violentada em seu espaço de trabalho e declarou: “Não é possível que essa violência seja considerada algo normal, que essas pessoas saiam impunes e que os agressores responsáveis por espancarem a jovem, detidos e encaminhados pelas mãos do poder público sintam-se confortáveis para rir na nossa cara. Porque foi isso o que aconteceu. Mesmo com a polícia presente, continuavam a proferir termos agressivos com relação à sexualidade e à raça das vítimas. Mesmo após entrar na viatura, continuaram a proferir que elas eram uma doença e que eles tinham de matar todo mundo. Fomos à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher-DEAM e continuaram provocando as vítimas, falando que bateria na cara da ‘neguinha’. A pessoa não pode ser violentada por ser mulher, homossexual e negra. O Balaio Café é um território de liberdade de expressão e diversidade sexual. E, pelo resultado que vi na delegacia, sei que não vai dar em nada. Vão registrar apenas como uma lesão corporal. Enquanto não tivermos uma legislação ou um decreto que combata a homofobia, a impunidade, infelizmente, persistirá”.

Fonte: Adaptado de LACERDA, COSTA, ARAÚJO, FORTES, 2014, n. p.

O contexto do QUADRO 1 oferece uma possível resposta à questão apresentando uma cena cotidiana vivida por muitas mulheres, jovens e nem tão jovens, histórias de amor e emoção sufocadas pela heteronormatividade. Tania Navarro-Swain (2004) questiona: Quais sentidos habitam a violência das palavras, dos gestos? Quais sentidos percorrem os pesados silêncios sobre o amor entre as mulheres?

Existe, uma espécie de curiosidade, ou mesmo uma pressa em delimitar, definindo o que seria o lesbianismo, inclusive pelas próprias mulheres que se dizem lésbicas, mas, explicar, explicitar, traria maior realidade, maior credibilidade ou justificção para relações que são apenas parte da infinita possibilidade de agenciamento do humano? O que existe é uma profunda esquizofrenia social em torno do lesbianismo, tanto para obscurecê-lo ou negá-lo como prática corrente, quanto para desqualificá-lo enquanto mutilação do ser mulher. As conotações que acompanham o epíteto lésbica, são sempre negativas: mulher-macho, paraíba, mulher feia, mal amada, desprezada, conforme Navarro-Swain (2004), ou “lepra da sociedade, puta, neguinha e sapatona” conforme expresso no artigo (LACERDA, COSTA, ARAÚJO, FORTES, 2014). Nessas circunstâncias, as denominações revelam, ou uma caricatura do homem ou uma mulher frustrada que foge ao paradigma da beleza e da

feminilidade não conseguindo atrair os homens e, por esta razão, escolhendo a companhia feminina.

Desafiar os padrões, assumir a representação social da inversão e o nome dado às práticas desviantes, de certa maneira, legitima a norma que determina as zonas de exclusão. Em muitas situações, os casais de lésbicas reproduzem uma divisão naturalizada de papéis, em um mimetismo cujo efeito de espelho é uma *mise en abîme* da assimetria e da hierarquia. Outra face da exposição aberta de uma identidade invertida é seu aspecto performativo, como analisa Butler (2003), para quem a performance das *drag queens* ou *drag kings* desmascara os efeitos de homologia sexo/gênero, na medida em que demonstra com clareza o artifício que representa a aparência do ser mulher ou homem e seu caráter construído socialmente e arbitrariamente.

De todo modo, Tania Navarro-Swain (2004) considera que tentar traçar um perfil da lésbica ou das lésbicas é uma tarefa impossível pois não há substância à qual se prender, não há um bloco homogêneo e monolítico de coerência, não existe experiência que possa assumir o lugar de um referencial estável. Além disso, a própria noção de casal não é evidente, quer seja heterossexual ou homossexual: é a sexualidade que o define? O sentimento? A coabitação? Os laços institucionais? Nenhuma resposta positiva compreende em si a noção de casal e seu conjunto pode ser desdobrado em séries inumeráveis.

É possível definir o lesbianismo diante da teia de sentidos dominada pela heterossexualidade e pelas relações assimétricas de gênero? Práticas desviantes, ligadas à sexualidade, poderia ser uma resposta, ou seria: sentimentos que se dirigem às pessoas do mesmo sexo, ou ainda uma erótica particular. Seria o lesbianismo uma escolha política, como nos primeiros tempos do feminismo, as *heterodykes*? Ou seriam práticas de recuo e de frustração diante dos homens como aparece em Beauvoir (2011)? Não há, substancialmente, algo que possa definir o lesbianismo de uma forma homogênea, inclusive porque há lesbianismos em multiplicidades tão numerosas quanto as próprias mulheres, assim constituídas socialmente. Não há um referencial estável, uma prática única, sólida, partilhada por todas que se dizem lésbicas, reitera Tania Navarro-Swain (2004).

Se as classificações tentam definir um perfil para a sexualidade lesbiana, a tarefa é inglória. Não há UMA sexualidade lesbiana, pois não há um modelo a ser seguido, não há uma receita, não há mistérios; pressente-se uma busca e um conhecimento do próprio corpo que é utilizado no prazer de outrem e de si mesmo. Sua força e intensidade depende das pessoas, assim como em qualquer relação. A sedução, o contato, o namoro, o toque, o cheiro são desdobramentos da emoção. Humana emoção, troca de humores, erótica reinventada. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 86)

O ato de nomear é um movimento de criação: quando se diz lésbica faz-se aparecer uma personagem, e seu perfil obedece às características traçadas pelo momento de sua enunciação. Quando se enuncia lésbica, emergem os sentidos pejorativos que vem acompanhando esta palavra e é por este motivo que Tania Navarro-Swain (2004) declara que prefere usar a palavra lesbiana, capaz de conter outras representações e imagens. Para ela a palavra lésbica, utilizada para nomear relações fora de suas significações históricas, não passa de um anacronismo. As palavras e suas significações não escapam à historicidade na construção de seus sentidos, assim é que o que se compreende por lésbicas e por lesbianismo não é a mesma coisa que em outros tempos.

No Brasil dos primeiros anos do século XXI a militante lésbica e feminista Marisa Fernandes (2001) do Coletivo de Feministas Lésbicas apresenta um quadro geral do movimento lésbico em luta por visibilidade e reconhecimento de suas questões específicas na tentativa de dar visibilidade à sua existência. A luta está fundamentada nos objetivos dar visibilidade política às lésbicas, combater todas as formas de discriminação, preconceito e violência contra as lésbicas, defender a liberdade de orientação sexual, os direitos sexuais e os direitos humanos e promover cidadania.

Seu argumento para a luta é de que os direitos dos quais usufruem os heterossexuais não podem ser privilégios desta orientação sexual, os direitos são iguais. Para vencer os privilégios é necessário que vários problemas sejam resolvidos: omissão e invisibilidade; falta de legislação que criminalize a prática de discriminação contra lésbicas; o não reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo; estereótipo negativo; vinculação da homossexualidade à criminalidade e exclusivamente à prática sexual; demissões em emprego; agressões físicas; violência na família; tratamento médico hospitalar discriminatório; falta de capacitação do profissional de saúde, sobretudo ginecológica, no atendimento e tratamento das lésbicas; tratamento discriminatório nas delegacias – desqualificação do fato, extorsão, tortura, negligência/omissão na apuração dos fatos de violência contra homossexuais; desqualificação de testemunho nos processos judiciais ou colocação sob suspeita; direito de guarda dos filhos; discriminação no processo de seleção e habilitação de candidatas à adoção de crianças; tratamento da homossexualidade como patologia no sistema penitenciário.

De 2001, quando Marisa Fernandes expôs suas ideias, para 2016 observa-se que a conquista de um direito legal também pode não caracterizar o direito como esperam as pessoas mobilizadas em torno de uma causa, ou seja, a implementação de uma lei não é, necessariamente, garantia da eliminação de um problema em seu conjunto, neste caso, o

reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, que ocorreu, mas continua na pauta, porque as demais reivindicações estão em aberto e são estreitamente relacionadas.

Na pauta dos pensamentos expostos, devem ser incluídas as reflexões de Judith Butler (2003), apresentadas na obra *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade* que, publicada no início da década de 1990 nos Estados Unidos da América, tem tido, desde então, grande receptividade. Suas proposições sobre gênero como *performance*, suas críticas ao ideal identitário e sua abordagem sobre a normatividade de gênero disseminaram-se em diferentes campos de estudo: filosofia, antropologia, teoria feminista, teoria *queer*, o que significa que seu pensamento continua sendo traduzido em reflexões, ecoando em novas obras que procuram ampliar a questão de gênero no campo da heterossexualidade normativa e renovando a pauta feminista com questionamentos. Recusando classificações, ela problematiza a naturalização do desejo heterossexual, trata da identidade e da afirmação política, sem desconsiderar a sua condição de lésbica.

Estabelecendo a distinção entre uma crítica da identidade e uma crítica do humanismo, Butler (2003) explica que certos humanistas criticam a identidade porque algumas delas atrapalham a compreensão da humanidade, sendo assim, identidade e humanismo são dois projetos diferentes em sua obra. Quando se refere à uma crítica da identidade, não deseja livrar-se de toda e qualquer identidade, trata-se de interrogações das condições sob as quais elas se formam, as situações nas quais são firmadas e a avaliação da promessa política e dos limites que tais asserções implicam, nesse sentido, identificar-se como uma lésbica como base de visões políticas ou como base de compreensão de que as categorias são historicamente formadas estando portanto em processo, faz diferença.

Em entrevista a Carla Rodrigues (2014) ela afirma:

Então, minha perspectiva é a de que não é útil basear todas as demandas políticas de alguém em uma posição de identidade, mas faz sentido levantar, como uma questão política explícita, como as identidades foram formadas, e ainda são construídas, e que lugar elas devem ter num espectro político mais amplo. Por exemplo, as alianças tendem a ser descritas como a união de várias identidades, mas uma razão pela qual elas são dinâmicas, mesmo democráticas, é que as identidades são transformadas à luz dessa união e, muitas vezes, tornam-se menos importantes quando são constituídas com certos objetivos em mente, como a privatização, a homofobia ou o estado de violência. (RODRIGUES, 2014, n.p.)

Como as demais teóricas trazidas para este texto, um dos seus objetivos também é compreender o que ser uma lésbica pode significar, isto porque, segundo seus argumentos, embora assim seja chamada e chame-se em algumas ocasiões não tem certeza de que a

expressão a descreve como ser, sobretudo em momentos nos quais o discurso tem o poder de estabelecer o que eu sou ou o que você é.

Para trabalhar essa questão Judith Butler (RODRIGUES, 2014, n.p.) emprega formas desconstrutivas de leitura para demonstrar como a autoidentidade de categorias sociais revela-se mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Daí que, apesar de ser chamada de lésbica e de chamar a si própria assim, em algumas circunstâncias, ela afirma que reluta em instalar o lesbianismo na ordem do ser. Não porque as lésbicas não existam, mas porque é necessário serem cuidadosas sobre “aquilo que se quer expressar com o termo, deixando-o ser um campo de contestação e deixando-o como parte de uma situação histórica na qual ele se efetiva. Isso é diferente da ontologia, e a desconstrução nos ajuda a percebê-lo”.

As teorizações de Judith Butler (2003) sobre o ser lésbica, aproximam-se das reflexões coletivas de militantes da Marcha Mundial das Mulheres resultantes da oficina *O que é ser lésbica?* Para Célia Alldridge (2013), quando o grupo se fez a pergunta, o objetivo não era essencializar, encaixotar, reduzir, ao contrário, a ideia era compartilhar e debater a diversidade de experiências vivenciadas como lésbicas e bissexuais em casa, na rua, no trabalho, na militância.

No caso do Brasil, afirma Alldridge (2013), avanços importantes ocorreram em relação ao reconhecimento de alguns dos direitos formais, tais como o direito ao casamento civil homoafetivo no estado de São Paulo, desde o 1º de março de 2013¹⁹ e, ao mesmo tempo presencia-se uma crescente mobilização em favor dos direitos da população LGBT, como exemplo mais recente, a manifestação na Avenida Paulista na cidade de São Paulo de cerca de cinco mil pessoas, contra a eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, dado o seu posicionamento preconceituoso.

Nesse cenário de ofensiva moralista e conservadora, semelhante aos apresentados por Adrienne Rich (2010) e Cheryl Clarke (1988), a heterossexualidade continua sendo reforçada como um dos pilares que sustenta a sociedade patriarcal e capitalista. A sexualidade é padronizada conforme os papéis naturais de mulheres e homens, perseguindo e estigmatizando como minoria qualquer um/a que fuja desse padrão. Para Célia Alldridge (2013) são essas questões que fazem com que o grupo de lésbicas recuse o rótulo de minoria, por considerarem-se sujeitos políticos, protagonistas das próprias histórias e da construção do

¹⁹No dia 15 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ regulamentou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo como direito legal, em todo território brasileiro.

mundo que querem e rebeldes, questionando e desconstruindo a heteronormatividade na teoria e na prática. Diante disso, ser lésbica

[...] é antes de tudo, um ato político (reflexão unânime das participantes da oficina!). É ser revolucionária por se portar contra o padrão pré-determinado para você. [...] Ser lésbica e demonstrar isso, é remar contra a maré heteronormativa, que te julga – te culpa – te condena – te violenta – te massacra pelo simples fato de você querer exercer sua liberdade bem como todas as outras pessoas que o fazem diariamente”. (Depoimento de Jéssica Hipólito registrado durante a oficina por ALLDRIDGE, 2013, n. p.)

Trata-se de um grupo que recusa a redução da sexualidade às fantasias e fetiches masculinos ao entender que a sexualidade não deve ser construída em função dos homens, pois, as mulheres não são objetos sexuais e não precisam de um homem para sentir prazer. Além disso, a sexualidade não é uma opção, nem uma preferência, ela “é válida e lutamos para vivenciá-la com autonomia!”, diz Alldridge (2013, n.p.), esclarecendo que o ser lésbica é vivenciado de inúmeras maneiras porque faz sentido, é natural, é sentimento e emoção intensa, é ser livre, é um caminho diferente para cada uma, que começou na adolescência ou na fase adulta, desde sempre ou depois de um tempo de relacionamentos heterossexuais.

Ser lésbica é um caminho ao longo do qual experimenta-se o isolamento, a invisibilidade, a não-aceitação por parte de família, de amigas, amigos e colegas de trabalho. Experimenta-se também o preconceito no sistema de saúde, especificamente no atendimento de ginecologistas, pelo moralismo e falta de capacitação profissional, do que decorre um expressivo número de lésbicas que não vão regularmente ao ginecologista porque sempre que têm a coragem de dizer que se relacionam e/ou transam com mulheres, seguram o fôlego em preparação para o estranhamento e o momento de silêncio que geralmente seguem. Assim também, quando seguram a mão de outra mulher na rua, preparam-se para as reações – olhares curiosos, xingamentos, piadas machistas tais como: Está faltando alguma coisa? Precisam de ajuda? Além de ameaças (ALLDRIDGE, 2013).

A base de sustentação da vida de lésbica é o feminismo, afirma Célia Alldridge (2013, n. p.) uma vez que ele permite o vínculo entre cabeça e coração, dando sentido racional àquilo que se sente “fisicamente e emocionalmente, o tesão e o amor por outra mulher”. Acrescenta que o feminismo oferece explicações estruturais para a opressão por ser mulher e lésbica. Opressão baseada na divisão sexual do trabalho e na violência como ferramenta de controle das vidas, dos corpos e da sexualidade.

Na mesma medida, estão as razões de Cheryl Clarke e de Joana e Inês – em seus relatos orais para este estudo – para se nomearem lésbicas negras diante de uma cultura opressora que silencia e destrói mesmo aquelas lésbicas que não se chamam de lésbicas.

Eu me nomeei “lésbica” porque quero me tornar visível para outras lésbicas negras. Eu me nomeei “lésbica” porque não quero subscrever-me à heterossexualidade predatória e institucionalizada. Eu me nomeei lésbica porque quero estar com outras mulheres (e elas nem precisam se nomear “lésbicas”). Eu me nomeei “lésbica” porque é parte da minha visão. Eu me nomeei lésbica porque me identificar como mulher me manteve sã. Eu me chamo de “Negra” também, porque o negro é o meu ponto de vista, minha estética, minha política, minha visão, minha sanidade. (CLARKE *apud* ZABOTTO, 2015, n. p.)

Lesbianismo enegrecido: mulheres periféricas

Os fundamentos das ideias deste tópico estão na existência lésbica e negra. Estão pautados por duas teóricas, a brasileira Sueli Carneiro e a estadunidense Cheryl Clarke, ilustrados pelo contexto do QUADRO 2, Sobre ser lésbica e negra e complementados por relatos orais recolhidos em entrevistas. Trata-se de uma exposição que pretende apresentar aspectos que, embora distintos no tempo e no espaço, dizem respeito a uma mesma realidade observada pelo duplo viés de uma ótica desfocada: ser lésbica e ser negra.

QUADRO 2 – Sobre ser lésbica e negra

Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres Negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão sobre direitos dos negros, porque milhares de lésbicas são Negras e milhares de homens gays são Negros. Não existe uma hierarquia de opressão.

Dia desses me fizeram uma pergunta: O que você é primeiro? Lésbica ou Negra? Como se fosse realmente necessário escolher um "lado" para lutar por meus direitos ou me identificar, ou como se eu não fosse invisível em ambos os casos.

Mas se você me pergunta com qual comunidade eu me identifico, minha resposta seria a reprodução das palavras de Audre Lorde "Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica."

O único ponto que me incomoda é termos uma comunidade lésbica que luta contra a invisibilidade mas consegue invisibilizar as lésbicas negras com tamanha força. Na minha singela opinião é algo que não aceito pelo simples fato de não entender como alguém pode lutar por qualquer direito tirando o direito de outros?

Especificamente entre lésbicas que é nosso assunto aqui percebo uma falta visibilidade, reconhecimento, material informativo, sobre lésbicas negras.

Em 2010 me entendi como lésbica, e minha primeira atitude com relação a este meu entendimento foi me informar a respeito de um mundo que até aquele momento não era o meu. Busquei livros, informações na internet, pessoas, referências, imagens e em nada que eu encontrei me permitiu algum tipo de identificação. Eu não sou a lésbica novinha vestida de Shane, não sou a moça vegetariana que anda com os cabelos esvoaçantes na bicicleta e nem aquele casal simpático com o cabelo de uma trançado no da outra mostrando uma união infinita. Ficou na época e existe até hoje uma inquietude sobre porque tantos estereótipos em meio a uma comunidade já tão estereotipada?

Encontrei no meio das mulheres lésbicas os mesmos clichês de uma comunidade que vê a mulher negra como um objeto, um bundão e um peitão para sexo 24 horas por dia, encontrei meninas com "nojo" de mulheres negras, encontrei piadas sobre "cabelos duros".

Você que me lê agora é assim também? A cor da nossa pele te incomoda? Se apaixonar por uma mulher negra está fora dos seus "padrões"? Qual é o seu estereótipo de mulher negra?

Fonte: Adaptado de CASAGRANDE, 2013.

Joana e Inês²⁰ são duas universitárias que tiveram seus relatos orais recolhidos no decorrer de entrevistas formuladas a título de colaboração com este estudo. Como Maria Rita Casagrande, elas são lésbicas e negras, mas andam com os cabelos crespos esvoaçantes nas suas bicicletas, são jovens, veganas e circulam diariamente, no campus da Universidade, de mãos dadas, como ato político, adotando essa atitude que é objeto de construção e decisão mútua através de muitas discussões, como declaram.

Embora elas não se deparem abertamente com os estereótipos e clichês mencionados por Maria Rita Casagrande, provavelmente, têm obstáculos da mesma ordem a serem vencidos, uma vez que se encontram em um ambiente no qual a representatividade da população negra não se faz presente. Mesmo considerando os avanços educacionais brasileiros, após uma década da adesão de algumas universidades estaduais e federais aos sistemas de cotas sociais, os números apresentados para 2013 pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura são de que subiu de 2,2% para 11% a porcentagem de pardos e de 1,8% para 8,8% de negros que cursam ou concluíram um curso superior de um total de 6,3 milhões de universitários, num país que ainda precisa vencer 9,7% de analfabetos dentre seus 190 milhões de habitantes²¹.

Em seu relato, Joana diz que a Universidade pode ser considerada uma bolha na qual depois de quatro anos, nota que há pouco estranhamento pelo fato de duas mulheres andarem de mãos dadas. Os funcionários da universidade, da cantina e da faxina perguntam se são irmãs.

Saindo desse universo se nota outra postura que não é algo violento, mas, me incomoda porque é a realidade, os trabalhadores têm posturas diferentes dos trabalhadores da universidade. Não há preconceito manifesto quando estamos de mãos dadas. Naquele espaço nunca sofri preconceito direto. (Relato de JOANA)

Apesar da Universidade ser um espaço bolha a diferença é que os trabalhadores chegam a perguntar, mas o preconceito vem de outros lugares, como o fato de pertencermos ao NEGA – Núcleo de Estudos de Gênero de Araraquara, faz uma diferença. A identidade do curso que fazemos, porque no campus há pessoas que pensam que quem estuda Ciências Sociais é aquele que faz greve, faz artesanato e anda de chinelo. (Relato de INÊS)

As questões apontadas por Maria Rita Casagrande nas quais se refere à dupla invisibilidade de sua existência de lésbica e negra e aquelas que compõem os relatos de Joana

²⁰ Joana e Inês são nomes escolhidos pelas depoentes conforme o que ficou estabelecido no Consentimento Livre e Esclarecido assinado de comum acordo. Assim como ocorreu com as demais depoentes que escolheram os nomes pelos quais desejavam ser nomeadas neste estudo.

²¹ Dados do MEC – Ministério da Educação obtidos no **Portal Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/@@busca?SearchableText=analfabetismo+no+Brasil>. Acesso em 30 jun. 2015.

e Inês, retratam o que Sueli Carneiro (2011) apresenta como necessidade de enegrecimento, termo considerado aqui em seu sentido amplo, refletindo dimensões da necessidade de enegrecimento do feminismo, do lesbianismo, da educação, da saúde, enfim de todos os segmentos que compõem a vida em sociedade. Isso tendo em conta que, no Brasil, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação, resultam nas construções da identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial, que chegou às últimas consequências.

Traduzida por uma violência sexual, a violação colonial constituiu a pedra fundamental de todas as hierarquias de gênero e raça que negam às mulheres negras seu papel na formação cultural nacional e na qual elas tiveram uma experiência histórica diferenciada, não reconhecida pelo discurso clássico sobre a opressão das mulheres e não contemplada em relação à diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e continua tendo na identidade das mulheres negras. Embora adquira novos contornos e funções, as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão mantêm-se intactas.

Para fundamentar suas propostas, Sueli Carneiro (2011) procura respostas para três questões: A que mulheres nos referimos quando falamos do mito da fragilidade feminina que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres? Sim, porque as mulheres negras fazem parte de um contingente, possivelmente majoritário, que nunca se reconheceram nesse mito porque jamais foram tratadas como frágeis.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2011, n.p.)

Sueli Carneiro (2011) vai além com outro questionamento: A que mulheres nos referimos quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas? Certamente aí não estão incluídas as mulheres negras que não são rainhas de coisa alguma e que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira porque o modelo de mulher é a branca, responde lançando uma nova questão: Para que tipo de mulher se quer garantir emprego quando se fala em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho? Neste caso, também não se trata de garantias para as mulheres negras que compõem um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a exigência de boa aparência.

Mesmo onde as mulheres são apresentadas como um subproduto do homem porque foram feitas da costela de Adão as mulheres negras não se encaixam porque fazem parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura na qual Adão não existe, uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para essa cultura. São mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial impede a obrigatoriedade do registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação indispensável para a avaliação das condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois, a ciência já registrou que mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde, defende Sueli Carneiro (2011).

Considera, assim, ser necessária uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica que não esteja separada de outros eixos de opressão, o que não é possível em uma única análise porque, para liberar as mulheres, o feminismo deve enfrentar todas as formas de opressão. Diante desse ponto de vista,

(...) é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2011, n.p.)

Um ponto importante destacado por Carneiro (2011) em relação à necessidade de enegrecer o feminismo é o de que a unidade na luta das mulheres, no caso da sociedade brasileira, depende da capacidade de superação das desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina e da superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça tem desenhado novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira.

Apenas um novo olhar feminista e antirracista pode integrar as tradições de luta do movimento negro e a tradição de luta do movimento de mulheres firmando uma nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. Há movimentos sociais de mulheres negras que trazem para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, e ao procederem desse modo, promovem a

síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres, “enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro”, é o que propõe Sueli Carneiro (2011, n.p.).

Enegrecer o movimento feminista brasileiro significa demarcar e instituir o peso que a questão racial tem na configuração das políticas demográficas, na caracterização das violências contra as mulheres pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca. Significa chamar a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde e instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como o de boa aparência que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

Foi apenas ao final do século XX que o feminismo brasileiro afastou-se de sua inclinação eurocêntrica iniciando a contestação da democracia racial e do ideal de branqueamento, circunstâncias que evidenciaram a questão da raça como central nas hierarquias de gênero, não permitindo que daí para a frente valores de uma cultura particular, no caso, a ocidental continuassem a ser universalizados para o conjunto das mulheres, sem mediá-los tendo por base a interação entre brancos e não brancos. Na compreensão de Sueli Carneiro (2011), essas transformações permitiram que viesse à tona o distanciamento da realidade vivida pelas mulheres negras e a negação de uma história feita de resistências e de lutas na qual essas mulheres têm sido protagonistas, graças à uma memória cultural ancestral que em nada se aproximam do tipo de feminismo até então apregoadado.

A partir desse período, as mulheres negras brasileiras encontraram o caminho de autodeterminação política, soltaram as vozes, brigaram por espaço e representação e fizeram-se presentes em todos os segmentos de importância para que questões relativas às mulheres avançassem. Com isso, foi a temática da questão racial a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, o que se espera que seja definitivo. Esta é uma luta impulsionada pela crença

(...) “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos”. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a

diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. (CARNEIRO, 2011, n.p.)

As análises de Sueli Carneiro (2011) sobre a necessidade de enegrecimento do feminismo brasileiro encontram respaldo teórico naquelas realizadas por Cheryl Clarke (1988) sobre o lesbianismo, mesmo considerando-se que se trata de espaços e tempos diferenciados, porque se referem a denúncias da invisibilidade, do esquecimento, do apagamento, do silêncio em torno das existências das mulheres negras, das lésbicas negras; questões que, seja no Brasil ou nos Estados Unidos da América, ainda não foram superadas como um todo, portanto, não se trata de ideias datadas.

Como estadunidense, Cheryl Clarke (2015) inicia sua explanação afirmando que se nomear lésbica em uma cultura de supremacia machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista como a de seu país é um ato de resistência que deveria ser acolhido por forças progressistas em todo o mundo, não importando o modo como uma mulher vive seu lesbianismo, no armário, na assembleia do estado ou no quarto, pois, ao nomear-se lésbica rebela-se contra a fêmea heterossexual. A lésbica, que tomou uma mulher como amante descolonizou seu corpo, rechaçou uma vida de servidão que está implícita nas relações heterossexuais ocidentais e aceitou o potencial da mutualidade de uma relação lésbica, não obstante os papéis masculino/feminino ou *butch/femme* que as lésbicas às vezes adotam e que parecem refletir os papéis tradicionais de homem/mulher da relação heterossexual.

Historicamente a cultura ocidental identificou as lésbicas como mulheres que através do tempo têm uma série de relações sexuais e sentimentais com mulheres. “Eu mesma identifico uma mulher como lésbica quando ela diz que é lésbica”, pois, “o lesbianismo é um reconhecimento, um despertar da paixão das mulheres pelas mulheres” (CLARKE, 1988, p.2). Por este ângulo, o lesbianismo e o feminismo, dois movimentos impulsionados por mulheres, devem manter o objetivo de acabar com o mistério e o silêncio que envolvem o lesbianismo.

Assim como Tania Navarro-Swain (2004), Cheryl Ckarke (1988) reitera em suas análises que não há um único tipo de lésbica, não há apenas um comportamento lésbico e um só tipo de relação lésbica e também que não há uma única resposta diante das pressões que as mulheres sofrem para viver como lésbicas. A busca de uma visibilidade maior na sociedade não quer dizer que todas as mulheres que estão envolvidas com mulheres em relações sexuais-sentimentais chamem-se lésbicas nem que se identifiquem com uma comunidade lésbica específica. É o predomínio da homofobia que faz que muitas lésbicas relacionem-se com uma comunidade específica e que se passem por heterossexuais enquanto circulam entre inimigos. Outras podem ser politicamente ativas como lésbicas, mas temem expressar abertamente seu

lesbianismo quanto atravessam território heterossexual. Há também lésbicas que se colocam como bissexuais, uma denominação mais segura que a de lésbica porque sugere a possibilidade de uma relação com um homem e há a lésbica que está em constante e direta confrontação com a pretensão, o privilégio e a opressão heterossexual.

Como qualquer outra pessoa negra nos Estados Unidos, a lésbica experimenta a sujeição do racismo institucional e pode sofrer igualmente o sexismo homofóbico de sua própria comunidade, especificamente a comunidade “política” negra. Cheryl Clarke (1988, p. 101) explica que utiliza o termo descritivo “política” entre aspas porque este segmento da comunidade negra é o que aprova publicamente a homofobia em lugar de apoiar os direitos civis, sociais e pessoais das lésbicas negras e dos gays negros. Sendo assim, são muito problemáticas as relações da comunidade negra com as lésbicas negras e com os homossexuais negros. Ela vai além afirmando que, nos Estados Unidos, por muito tempo, a maioria das feministas negras estiveram de acordo com os homens negros, como grupo, mas alguns negros progressistas deram início à discussão sobre a opressão histórica das mulheres por homens e foi o pensador e escritor socialista Manning Marable que refletiu sobre postura de mudança propondo um desafio aos homens.

Para que haja possibilidade de que ocorram mudanças fundamentais, a luta contra a violência se têm que fazer por dentro de todos os movimentos sociais progressistas. Os homens teóricos, ou brancos, que não colocam a luta por direitos democráticos e humanos das mulheres no centro de seus postulados sócio transformativos estão simplesmente duplicando as práticas e os pensamentos predominantes da antiga sociedade civil, racista e capitalista. Através de um processo de autocrítica e de uma reeducação extensa os homens têm que romper com a lógica do que veio significando ser homem, para assim redefinirem-se a si mesmos e às suas relações com as mulheres. (MARABLE *apud* CLARKE, 1988, p.101-102)

Para explicar a violência no interior da comunidade negra, Clarke (1988) conta que depois que os negros tornaram-se ex-escravos, não pertencendo mais aos brancos, passaram a ter mais oportunidade para oprimir as negras, não precisando competir com os brancos para controlar os corpos das negras, podendo, então, assumir o papel de amo e tyrannizar as negras. E assim ocorreu, em seu papel de amo, o homem negro descarregou sua violência e hostilidade sobre a mulher negra e sobre a lésbica negra. Isto porque ele percebeu as lésbicas, que não se deixam manipular pelos homens, do mesmo modo que outros homens, ou seja, como caricaturas perversas da masculinidade que ameaçam sua dominação sobre as mulheres. Clarke (1988) lamentava que as noções ocidentais das relações mulher-homem que estabelecem a supremacia masculina, tivessem sido apoiadas pelo povo negro como uma imposição desejável. Ainda que a lésbica-feminista negra se constituísse como ameaça ao

controle masculino do homem negro sobre a negra, o propósito como ideologia filosófica e política era não aceitar a posição superior do homem negro ou de qualquer outro.

A lésbica negra, como qualquer outra lésbica nos Estados Unidos, estava presente em todos os lugares: no lar, na rua, recebendo a ajuda do governo, o seguro social, nas filas de desemprego, criando crianças, trabalhando na fábrica, nas forças armadas, na televisão, no sistema de escolas públicas, em todas as profissões, na câmara dos deputados do estado, no Capitólio, assistindo aulas na universidade ou continuando estudos numa pós-graduação, trabalhando na administração, etc. As lésbicas negras, como qualquer outra mulher não-branca e da classe operária e pobre nos Estados Unidos, não tiveram o luxo, o privilégio, nem a opressão de serem dependentes de um homem. Ainda que a contraparte masculina tenha estado presente, compartilhando o trabalho e a luta, as lésbicas nunca dependeram dos seus recursos para serem cuidadas. Clarke (1988) apresenta a ideia da necessidade dos homens cuidarem das mulheres como uma ilusão neurótica imposta para que pais, irmãos, amantes e maridos acreditem que devem cuidar das mulheres porque são mulheres: cuidar equivale a controlar. Mas, como tradicionalmente os negros e negras que se uniam e permaneciam juntos criavam filhos juntos e não tinham o luxo de cultivar uma dependência entre os membros de sua família, as lésbicas negras, como a maioria das negras nos Estados Unidos, foram criadas para serem autossuficientes, para não dependerem dos homens.

Para mim, pessoalmente, o condicionamento para ser autossuficiente e a predominância de mulheres exemplares em minha vida são as raízes do meu lesbianismo. Antes de me fazer lésbica, frequentemente me perguntava por que se esperava de mim não dar importância, ou evitar e fazer trivial o reconhecimento e o apoio que sentia das mulheres, a fim de perseguir o assunto tênue da heterossexualidade. Não sou a única. (CLARKE, 1988, p.103)

Em sintonia com as declarações de Cheryl Clarke (1988) explicando que as raízes de seu lesbianismo encontram-se no estímulo para a autossuficiência e a predominância de mulheres exemplares em sua vida, está uma perspectiva da vida de Inês a jovem lésbica negra que é universitária e vive no Brasil. Ao ser perguntada sobre como se reconheceu lésbica e se houve dificuldades, ela respondeu:

Sinto-me privilegiada. Nasci e me criei numa comunidade negra, numa região de escravos, na Vila dos Remédios [Osasco-SP], com minha mãe, minha avó, meu avô. Desde os 3 ou 4 anos já tinha preferência por meninas, nunca escondi, precisava contar, só não sabia que não podia. Minha mãe nunca me limitou. (Relato de INÊS)

Há também que se considerar a ótica de Nênis Vieira (2014) que amplia a perspectiva de lésbicas negras que resistem à cultura dominante que insiste em mantê-las invisíveis, fechadas em vários tipos de armários.

Uma coisa é ser lésbica. Outra coisa é ser uma lésbica periférica. A possibilidade de uma mulher lésbica ser espancada por mostrar seu amor à sua companheira é muito maior quando na periferia. Os espaços que nos são de direito são reduzidos enquanto periferia e é isto o que é debatido, conversado e exigido em encontros.

É mais do que necessário ocupar espaços periféricos para que as mulheres que residem na periferia e também mulheres moradoras de rua tenham conhecimento de seus direitos, tenham espaço para compartilhar seus relatos e, principalmente, possam estar seguras em um espaço de empoderamento, em um espaço onde elas são sempre bem vindas e serão sempre ouvidas. Mas é ainda mais importante saber que a periferia é um lugar com suas particularidades, essas que devem também ser respeitadas, para que não exista atrito e para que as vozes das mulheres lésbicas sejam ouvidas como um todo. (VIEIRA, 2014, n.p.)

Diante desses pensamentos é possível considerar com Clarke (1988) que, caso o feminismo e o lesbianismo pretendam-se antirracistas, anticlassistas e antiódio às mulheres que formam uma união mútua, recíproca e infinitamente negociável, uma união livre das antigas prescrições e proscritões da sexualidade, então, todas as pessoas que batalham para transformar o caráter das relações têm algo a aprender com as lésbicas.

Ao propor as conclusões para suas análises sobre o lesbianismo como ato de resistência, Clarke (1988) lembra que a mulher que toma outra mulher como amante vive perigosamente, ainda mais se escolhe como amante uma mulher que não é de sua raça. Lembra também que, nos Estados Unidos da América, o silêncio entre as lésbicas-feministas sobre as relações lésbicas entre mulheres negras e brancas atribui-se a um tabu de séculos e às leis contra as relações da gente de cor e da raça caucasiana.

Falando heterossexualmente, as leis e tabus foram um reflexo do intento do amo escravista patriarcal de controlar sua propriedade ao controlar sua linhagem através da instituição da monogamia (só para as mulheres), e ao justificar os tabus e as leis com o argumento de que a pureza da raça caucasiana teria de preservar-se (tanto como sua supremacia). Entretanto, sabemos que suas leis e tabus racistas tanto como raciais não se aplicavam a ele com respeito a sua relação com a escrava negra, assim como suas leis classistas e tabus a respeito da relação entre a classe dominante e os serventes obrigados pelo contrato, não se aplicavam a ele quando decidia violar sexualmente a sua servente branca. Os descendentes de qualquer uma das uniões entre amo branco da classe predominante e da escrava negra ou da serva branca não podiam legalmente herdar a propriedade nem o sobrenome de seu progenitor branco ou da classe predominante, somente herdavam a servidão de suas mães. (CLARKE, 1988, p. 104)

O tabu contra as relações entre a gente negra e branca fora da relação amo-escravo, superior-inferior propagou-se na América pra evitar que negras e negros, brancas e brancos que compartilham uma opressão em comum nas mãos do homem branco da classe predominante se organizem contra essa opressão. Nessa concepção, certos privilégios racistas foram dados para a brancura das mulheres e para os negros pelo fato de serem homens. Assim, as mulheres negras que não tinham nem a brancura nem a masculinidade sempre se viram à mercê da heterossexualidade manipulada por homens brancos e negros e como toda a gente pobre, tiveram seu trabalho explorado pelos homens brancos.

As análises de Clarke (1988) permitem considerações no sentido de que o painel traçado por ela em relação à existência lésbica negra na sociedade norte-americana, nas duas últimas décadas do século XX, possa ser estendido no tempo e no espaço até meados da segunda década do século XXI quando ainda é possível observar a presença do triplo viés – heterossexualidade, racismo e homofobia – que não permitiu e não permite às mulheres negras como um todo e às lésbicas negras de forma específica, nem mesmo o acesso às migalhas concedidas aos homens negros e às mulheres brancas. Assim, a união de negras e brancas, seja no campo político, emocional ou sexual é tida como traição à história. O tabu contra a intimidade entre a gente branca e a gente negra está internalizado, mas tem sido desafiado pelas lésbicas, pelo feminismo e por demais mulheres como Elly Bulkin, mulher branca e judia, citada por Clarke (1988) devido a publicação das razões que a levaram a efetuar mudanças em suas crenças.

Por certo, qualquer atenção que foi dada ao racismo pelas feministas brancas foi resultado de mais de uma década de trabalho de mulheres de cor que constantemente e ruidosamente exigiram que se atente ao racismo dentro e fora do movimento de mulheres. Ainda que eu tenha sustentado essa ideia por muito tempo, por exemplo, que o racismo tanto como outras opressões, eram injustiça, não tenho nenhuma ilusão de que eu teria começado a atuar sobre essa crença antirracista sem a presença das mulheres de cor. (BULKIN *apud* CLARKE, 1988, p. 104-105)

Não se pode negar o trabalho e a tenacidade de lésbicas feministas como Adrienne Rich mencionada por Audre Lorde (2014). Também, não se pode negar a luta das lésbicas feministas negras para obter visibilidade, para identificar formas relacionadas com o preconceito nos movimentos sociais das mulheres. Todas travaram e continuam travando uma intensa batalha para apagar o estereótipo do movimento feminista como “exclusivamente branco, de classe média, heterossexual, e dominado por mulheres entre as idades dos 25 e 35 anos, porque estivemos reclamando nosso território nele”, argumenta Clarke (1988, p. 105-106). Finalizando as análises, ela declarou que suas preocupações naquele momento eram

com o “entrincheiramento da direita radical” e “com as ameaças aos direitos” porque temia que o que estava em risco era a facilidade relativa de ser lésbica nos Estados Unidos, vista como uma liberdade tênue. Declarou ainda que estava consciente da existência de pessoas que não possuíam sequer as mesmas alternativas que ela e que tinham que “viver essas alternativas no armário”.

Mais de quatro décadas se passaram desde que se iniciou a exposição de ideias de Monique Wittig, Adrienne Rich, Gayle Rubin, Judith Butler, Cheryl Clarke e Audre Lorde e que resultou em muitos debates e obras sobre as vivências lésbicas, como a de Tania Navarro-Swain. Muitas das questões expostas continuam desafiadoras porque as ameaças aos direitos conquistados são ininterruptas. Então a luta por conquistas de direitos precisa ser mantida na mesma intensidade daquela para manter direitos conquistados, o que faz com que as preocupações de Cheryl Clarke (1988) reverberem no Brasil contemporâneo, mesmo considerando-se que são outros tempos nos quais as redes sociais têm um significativo papel no combate à invisibilidade lésbica, que há a proliferação dos *chats* na Internet, mediante o que a comunicação se faz instantânea, intercultural, internacional e as “experiências, ideias, discussões abrem-se de forma mais ampla, os encontros são mais fáceis e o isolamento quebra-se como por encanto”, explica Tania Navarro-Swain (2004, p. 65). Ressalta-se o contraponto do relato de Joana de que “atualmente há na Internet, nos Blogs, muitas discussões sobre ser lésbica, onde se discute a teoria da sexualidade e não a vivência da sexualidade. Há muitas teorias borbulhando, mas há problemas com as interpretações dessas teorias”.

As reflexões continuam mas pergunta “O que é ser lésbica?” pode permanecer, uma vez que se considere ser correto afirmar que a prática sexual nunca terá o mesmo perfil para todas as lésbicas, nunca responderá às mesmas expectativas, com os mesmos resultados. Quem sabe a emoção despertada possa ser um indício – emoção restrita ou plural – de um outro caminho livre de definições, propõe Tania Navarro-Swain (2004) complementando que não existem respostas fora do social.

Apenas um emaranhado de sentidos e representações que constituem o mundo: estratégia, opção, passagem, destino, recusa, cansaço, emoção. Cada qual seu desenho, sua fluidez. No horizonte, a subversão. A volatilização da essência é a libertação da norma, da disciplina, da exclusão. É a disseminação da identidade que pode mudar a ordem do mundo, a ordem do Pai, a ordem do falo. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p.95)

Polissemia das maternidades lésbicas

Adotando a perspectiva de Tania Navarro-Swain (2004) de que não existem respostas fora do social, para a continuidade das reflexões a pergunta “O que é ser lésbica?” vê-se ampliada pela possibilidade de ser lésbica e mãe, sendo então: O que é ser lésbica e mãe? As respostas podem começar por Audre Lorde e Adrienne Rich como lésbicas e mães.

Eu nasci Negra, e mulher. Eu estou tentando me tornar a pessoa mais forte. Eu posso voltar a viver a vida que me foi dada e ajudar em mudança efetiva em torno de um futuro vivível para essa terra e para minhas crianças. Como uma Negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças incluindo um garoto e membra de um casal inter-racial, eu usualmente acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a majoritariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo ‘errada’. Pela minha pertença em todos esses grupos eu aprendi que opressão e intolerância da diferença vem em todas formas e tamanhos e cores e sexualidades. [...]. Eu aprendi que sexismo (a crença em superioridade inerente de um sexo sobre todos outros e então, seu direito à dominância) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de um modelo de amor sobre todos outros e então, seu direito à dominância) são ambos nascidos da mesma fonte como racismo - a crença em superioridade inerente de uma raça sobre todas outras e então, seu direito à dominância. (LORDE, 2014, p.1).

Por ser negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças e compondo ou membra (como definiu no gênero feminino) de um casal inter-racial, Audre Lorde (2014) aprendeu que sexismo, heterossexismo e racismo nascem da mesma fonte que é a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros, de um modelo de amor sobre todos os demais, de uma raça sobre todas, daí derivando o direito à dominação. Entendeu que a sociedade a definia como desviante, difícil, inferior, ou apenas errada, decorrente do que aprendeu que opressão e intolerância à diferença vinham em todas formas e tamanhos, sexualidades e cores. Adrienne Rich (1996, 2010) também apresentou questões semelhantes, o que demonstra os desafios a serem vencidos na luta pela eliminação de todas as formas de opressão.

Adrienne Rich (1996) escreveu como lésbica o livro *Nacemos de mujer* – no original *Of Woman Born* – no qual discorre sobre as angústias da maternidade, ideias que expôs na década de 1970 e que provocaram polêmica e ainda provocam porque as raízes de sua concepção da maternidade como instituição heterossexual ainda podem ser encontradas, no Brasil por exemplo, desde que se entenda da mesma forma que ela que essa instituição permanece quando existe uma tensão peculiar entre um velho sistema de ideias que perdeu sua energia, mas, apoia-se na força acumulada do costume, da tradição e expressa-se poderosamente pela ação. Rich (1996) declarou que escreveu o livro, sobretudo por esse fato, constatar que várias ideias velhas coabitavam no enclave de seu *status* privilegiado: a superioridade dos povos europeus e cristãos; o direito da força como superior ao direito da

relação; o abstrato como modo mais desenvolvido ou civilizado que o concreto e particular; o destaque de um valor humano intrínseco mais alto para os homens do que para as mulheres.

O livro foi escrito em resistência a todas essas ideias, mas em especial à ideia do destaque de um valor humano intrínseco mais alto para os homens do que para as mulheres. Como ela declarou, foi escrito por uma pessoa concreta e particular que utilizou experiências concretas e particulares de mulheres, inclusive as suas, agindo desse modo, como Simone de Beauvoir (2011) que também refletiu sobre sua experiência a partir dos aportes da biologia, da psicanálise, da antropologia, de religiões, da literatura, dos mitos para fundamentar suas argumentações sobre as limitações da instituição maternal. Na continuidade de suas argumentações, estabelece-se a relevância de sua obra quando trata das possibilidades de romper o círculo dessa instituição. Adrienne Rich (1996) considerou que era a instituição maternal que havia imobilizado as mulheres quanto às decisões sobre suas vidas, alienando-as de seu corpo e subjugando-as às maternidades impostas. No entanto, sendo isso reconhecido, o caminho para a emancipação passaria por ressaltar e trazer à luz as potencialidades sexuais, reprodutoras e maternais das próprias mulheres.

Para chegar ao discurso emancipador sobre as maternidades que trata de remover os obstáculos para que as mulheres sejam pessoas com plenos direitos e, no caso da maternidade, decidam por si próprias que opções tomar, Adrienne Rich (1996) inicia sua análise por sua própria experiência como mãe e enfatiza a relação entre o que imaginou e o que se tornou real. Sendo que o imaginado fazia alusão ao papel que se esperava que desempenhasse na família que formou com o marido e três filhos, enquanto o real levou-a considerar criticamente suas experiências pessoais, o papel que desempenharam sua mãe e seu pai em sua vida, seu marido e suas experiências maternais com seus filhos, chegando a pensar que nunca deveria ter sido mãe.

As reflexões sobre a maternidade começaram a ser escritas em 1972, década que também marcou o começo de uma nova politização das mulheres, momento em que ela deu-se conta de que não havia quase nada escrito sobre maternidade. Havia sim, um clima de ideias, um movimento fermentando, o que fez parecer à Adrienne Rich (1996) que a desvalorização das mulheres e as pressões para que se valorizassem mediante a maternidade eram temas que mereciam ser investigados. Daí decorre sua vontade de examinar em termos feministas, a maternidade, inclusive a sua, no contexto social, inscrita em uma instituição política.

Em relação à maternidade lésbica, registrou que, de 1976, quando terminou de escrever o livro, para 1986 quando realizou sua revisão para nova publicação, a visibilidade e a variedade da maternidade lésbica eram maiores. Na década de 1970, pareceu-lhe importante

analisar a maternidade lésbica como parte integral da experiência da maternidade em geral, ou seja, não colocar as mães lésbicas à parte. As lésbicas que criavam filhas e filhos de casamentos anteriores, sozinhas ou com companheiras lésbicas, começavam a ser visíveis à medida que muitas mulheres, anteriormente identificadas como heterossexuais, começaram a deixar seus casamentos e a definir-se como lésbicas. Diante dessas questões, Adrienne Rich (1996) supõe que o tema mais doloroso e difícil na década de 1970 fosse o dos filhos, pois, muitas comunidades lésbicas tinham dificuldades a respeito do lugar dos filhos nos espaços físicos concretos ou nos interesses políticos da comunidade. No fundo, a disputa era entre a objeção a dar energia aos filhos, por mais jovens que fossem, e a esperança de que um filho criado em uma comunidade feminina politicamente consciente, converter-se-ia em um novo homem, esperança da qual Rich (1996) compartilhava.

Segundo suas análises, as primeiras questões que envolveram as mães lésbicas foram os embates jurídicos – 1970, uma década de litígios legais – pelo direito à custódia de suas filhas e seus filhos. A década de 1980 trouxe novas perspectivas e novos temas decorrentes da inseminação artificial como opção de lésbicas com parceiras ou não. Mulheres lésbicas que criam filhas e filhos, em co-parceria com mães lésbicas buscam seu reconhecimento como mães, incluindo direitos e custódia: assinar um boletim, visitar uma criança hospitalizada ou consentir em um tratamento médico na ausência da mãe transforma-se em tema de direitos legais para a companheira lésbica, diferente do que ocorre com uma madrasta ou um padrasto casados. Em situação de morte ou incapacidade da mãe biológica, o mais provável era que filhas ou filhos passassem para a guarda do pai ou de qualquer outro familiar sanguíneo, sem importar a duração e a qualidade do vínculo entre as mulheres que criam filhos em conjunto com as mães lésbicas e as crianças. Mas, acrescentou Rich (1996), em qualquer juízo por custódia, as mães biológicas lésbicas deveriam enfrentar prejuízos homofóbicos.

Ela cita em suas análises a pesquisadora Sandra Pollack que realizou pesquisa sobre maternidade lésbica tendo, na luta pela custódia, o grande aporte para suas considerações cuja ênfase esteve em se opor à ideia de que as mães lésbicas são iguais às outras mães. Ela apontou que nos tribunais onde as decisões sobre as custódias ocorrem, para se estabelecer a aptidão da criança são os estereótipos heterossexuais e tradicionais a respeito dos papéis sexuais tidos como norma que prevalecem. A filha de uma lésbica será considerada saudável e estável se usar vestidos, brincar com bonecas e não se mostrar afetada pelas decisões não tradicionais de sua mãe. Para essa autora, as mães lésbicas são diferentes, as diferenças são complexas e estão pautadas, em parte, pela homofobia social e seus efeitos – discriminação habitacional e laboral, temor em ser descoberta, invisibilidade lésbica – mas, também estão

pautadas por uma ausência de papéis sociais rígidos, por modelos de independência, autossuficiência, confiança em si mesma e pela diversidade cultural que existe nos espaços lésbicos.

De acordo com Rich (1996), Sandra Pollack promoveu uma pesquisa que teve como objetivos distanciar-se da homogeneização da maternidade lésbica conforme prega a heterossexualidade convencional e apontar as verdadeiras vidas e necessidades das lésbicas e suas filhas e filhos. Precisamente porque as lésbicas são diferentes, um sistema de valores que prescreve um conjunto limitado de possibilidades para as mulheres, não pode nem tolerá-las nem afirmá-las. A diferença é tão poderosa – se bem que aquela pessoa que é diferente pode carecer de poder – que as torna alvo de ameaças, perseguição, violência, controle social, genocídio.

O poder da diferença é o poder da própria plenitude da criação, a estimulante variedade da natureza é uma afirmação de Rich (1996) para quem, cada criança que nasce é testemunha do quanto são intrincadas e amplas as possibilidades inerentes à humanidade. Porém, na maioria dos lugares e dos grupos sociais, desde o nascimento, ensina-se às crianças que apenas algumas de suas possibilidades são visíveis, ensina-se a ouvir somente certas vozes dentro de si próprias, a sentir apenas aquilo no que crê o grupo de pertença, a reconhecer somente certos outros como humanos. Ensina-se ao menino a depreciar e odiar os lugares de si mesmo em que se identifica com as mulheres; ensina-se à menina que existe apenas um tipo de feminilidade e que as partes incongruentes de si mesma devem ser destruídas. A repetição ou reprodução dessa versão restrita da humanidade que uma geração transmite à seguinte é um ciclo cuja ruptura constitui a única esperança, escreveu Adrienne Rich na década de 1970.

Ela acreditava que, sendo possível o livre exercício por parte de todas as mulheres de suas opções sexuais e procriativas, ele catalisaria enormes transformações sociais e isto poderia acontecer apenas junto com – nem antes, nem depois de – o alcance de outras reivindicações que às mulheres e a certos homens foram negadas durante séculos: o direito a ser pessoa; o direito a compartilhar de forma equitativa do produto do trabalho; o direito de não ser usada como um instrumento, um papel, um útero, um par de mãos; a participar plenamente das decisões nos locais de trabalho, na comunidade; o direito de falar por si mesmas, por direito próprio.

TERCEIRA PARTE



Figura 5: Pintura de Nuit, maio de 2007. Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). In: Amar é arriscar. Tudo. **Nossa Família Colorida.** Publicado em 16 fevereiro 2014. Disponível em: <http://nossafamiliacolorida.blogspot.com.br/>. Acesso 22 jan. 2015.

EXPLORANDO DIMENSÕES DAS MATERNIDADES LÉSBICAS

Uma grande parte do que consideramos ‘natural’ na maternidade, de modo algum é natural, mas um produto da cultura. (Sheila Kitzinger, *Mães - um estudo antropológico da maternidade*, 1978; p.18)

Apresentar uma proposta para estudos envolvendo maternidades lésbicas não é uma tarefa fácil porque sua característica requer abordagens interdisciplinares, o que significa abrir espaços para a interlocução, quebrar fronteiras disciplinares e, para que a quebra de fronteiras resulte em avanços efetivos, ela não deve limitar-se à defesa do interesse do enfoque próprio de uma tradição disciplinar, no caso deste estudo, a sociologia. É preciso considerar, também que, assim proposto, o estudo que envolve maternidade vê-se ampliado pela interlocução com questões centrais do movimento feminista e, sendo assim, é necessário reconhecer os desafios do duplo olhar: estudos e pesquisas de gênero e esfera das práticas feministas.

A caracterização e a definição da relação entre cada um desses campos não se faz sem problemas porque o feminismo é um movimento plural. São diferentes associações com diferentes visões sobre o caráter da luta a ser empreendida e das estratégias que devem ser postas em ação em cada contexto político-social. No entanto, há elementos unificadores assim nomeados pela pesquisadora Debert (2005):

- Pela defesa da igualdade ou pela oposição às formas de hierarquia entre os sexos, seja na defesa do direito à igualdade ou do direito à diferença;
- Pelo reconhecimento que a condição da mulher é socialmente construída e, portanto, possível de ser contestada e redefinida;
- Pela identificação das mulheres como grupo social oprimido e na luta pela libertação da condição de opressão.

Mas, a transformação das mulheres em sujeitos políticos exige o estabelecimento de um elo social capaz de uni-las apesar das diferenças e é justamente a especificidade desse elo que abre um campo de debates e diferenças entre os movimentos feministas. Por exemplo, em que contextos pode esse elo alterar entre as mulheres as diferenças econômicas, socioculturais, etárias e geracionais, étnicas e raciais?

Ao explicar sobre as atividades do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Debert (2005) esclarece que as mulheres negras e as

mulheres lésbicas iniciaram o movimento de contestação do pressuposto de que as mulheres poderiam ser entendidas como um coletivo social. As mulheres negras demonstraram com veemência que a retórica das feministas brancas tendia a ser etnocêntrica na sua análise da experiência de gênero e de opressão. As mulheres lésbicas, por sua vez, argumentaram que essa retórica baseava-se na experiência das mulheres heterossexuais. A teoria feminista, inspirada na desconstrução filosófica, alimentou a suspensão da categoria mulher iniciada pela exigência de diferenciação política dos movimentos sociais, suspensão essa que se tornou uma das pedras de toque do campo plural dos estudos de gênero.

O que faz a diferença entre estudos de gênero e estudos da mulher? O que quer dizer gênero? Quais são os temas a serem pesquisados e os instrumentos conceituais a serem adotados na pesquisa? O que estes estudos podem dizer de novo para as Ciências Sociais?

Um ponto fundamental nos estudos de gênero é o interesse de não se restringirem à descrição do que as mulheres fazem ou fizeram em outros períodos históricos para que os estudos concentrados nas experiências de mulheres possam resultar em um retrato muito mais rico e complexo de outros momentos e de outras sociedades, no passado e no presente.

A categoria gênero foi promovida pelo feminismo para criticar e rejeitar a definição tradicional da natureza da mulher através do sexo biológico. As diferenças biológicas não proporcionam uma base universal para a elaboração de definições sociais. Não há mulheres que não sejam frutos de significados históricos e sociais. Confluindo com esse pensamento Corrêa (1998) argumenta que

[...] ao desessencializar a categoria mulher, isto é, ao torná-la plural, num primeiro momento, e justamente a partir do reconhecimento das fundas desigualdades entre brancos e negros [...] passou-se a reivindicar a existência de maneiras distintas de ser mulher, reivindicação que não escapou de início, às armadilhas do dualismo – algo como, todas nós, mulheres de cor, contra todas elas mulheres brancas. [...]. (CORRÊA, 1998, p.52-53)

Nesse sentido, constituiu-se um distanciamento da noção universal de mulher e iniciou-se um questionamento de substratos políticos fundamentais dos movimentos feministas e também da coerência das teorias sociais. É assim que a formulação inicial do termo gênero propôs uma distinção entre atributos culturais alocados a homens e mulheres em oposição ao sexo como dimensão natural, dimensão anátomo-fisiológica dos seres humanos. Distinção que fica sob fogo cruzado quando a naturalidade do sexo é posta em questão diante da concepção de que a diferença entre os sexos é uma invenção histórica e culturalmente constituída. Concepção essa que tornou possível novos questionamentos nos debates em torno das oposições natureza/cultura e universalidade/particularidade, sobretudo, nas Ciências Sociais.

Scavone (2008) chama a atenção para o fato de que na Sociologia contemporânea autores de diferentes matizes como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, concretizaram com suas teorias importantes rupturas como a desconstrução da dicotomia indivíduo *versus* sociedade. Ao romperem com essa separação e ao buscarem soluções para realizar uma sociologia que apreendesse a realidade social no duplo movimento proposto por Sartre: interiorização da exteriorização e exteriorização da interiorização, esses pensadores abriram o campo para o estudo da diferenciação social. Ressaltando que esse processo ocorre concomitantemente à desconstrução de outras dicotomias clássicas: particular x universal; sujeito x objeto; natureza x cultura; mente x corpo; razão x emoção e dá lugar nas Ciências Sociais a um processo de transição de paradigmas e de abordagens não totalizantes.

A partir da concepção de que também os movimentos feministas foram contemporâneos dessas rupturas teóricas pode-se questionar: houve contribuições do feminismo na produção teórica das Ciências Sociais? Em relação à experiência da maternidade, tema de interesse nesta proposta, qual o papel dos movimentos feministas?

A contribuição do feminismo como uma corrente de pensamento nas Ciências Sociais é apresentada por Scavone (2001) como algo que se estabelece, inicialmente, com Simone de Beauvoir e a publicação em 1949 de *Segundo Sexo* que, ao contestar o determinismo biológico ou destino divino, abre o capítulo Infância com a afirmação que se tornou célebre, ninguém nasce mulher: torna-se mulher.

Questionando a função da maternidade no contexto do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses deste livro sobre liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto, podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista para a fase do feminismo "centrado na mulher-sujeito", dando os elementos necessários para a *politização das questões privadas*, que eclodiram com o feminismo contemporâneo. Um dos elementos radicais desta politização relacionava-se à maternidade, isto é, refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. (SCAVONE, 2001, p.32)

Nas concepções de Simone de Beauvoir, os movimentos feministas encontraram subsídios para considerar a experiência da maternidade um elemento chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro porque para ela era o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação, cuidados necessários com as crianças – que as confinava ao espaço privado e à dominação masculina e determinava a sua ausência no espaço público.

Essas concepções dão a base para os objetivos propostos para esta etapa da pesquisa: reconhecer aspectos teóricos em torno da maternidade e apresentar resultados sobre significados do desejo de ser mãe e a opção por tornar-se mãe ou não, que são levados em conta em razão do que foi declarado pelas mulheres lésbicas que colaboraram com a pesquisa, mediante relatos concedidos em entrevistas.

Maternidade e maternidades lésbicas: conceitualizações norteadoras

O diálogo entre maternidades e feminismos, como propõe Lucila Scavone (2001), estabeleceu-se por meio de três momentos que se revelaram na prática social.

- A crítica feminista partiu da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a uma desvantagem e mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente;
- A recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas;
- A maternidade — com suas contradições, permanências e mudanças.

A maternidade foi concebida, inicialmente, como uma desvantagem porque era tida como uma condição que negava às mulheres seu papel criador, dada a ignorância da ovulação feminina, uma ignorância biológica capital que assim como outros desconhecimentos dos fenômenos biológicos interferiram sobre as concepções do papel e do lugar da mulher na sociedade, como explicou Evelyne Sullerot (1967).

É apenas a partir do momento em que a concepção pode ser recusada que a maternidade passa a ser compreendida como o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e tornar possível às mulheres a busca de uma identidade mais ampla, mais completa, e, também, para que todas suas outras potencialidades sejam reconhecidas: a luta política para obter a pílula contraceptiva, o aborto como direito político, o direito à livre escolha da maternidade. A aquisição desses direitos foi considerada fundamental para liberar as mulheres do lugar que ocupavam na vida privada, uma ponte para a condição de liberdade e igualdade sociais. Nos Estados Unidos, uma corrente feminista mais radical condicionava a libertação das mulheres à chegada dos bebês de proveta, supondo que, desse momento em diante, a gravidez não ocorreria mais no corpo das mulheres (SCAVONE, 2001).

Diante da possibilidade de recusa da maternidade, questões como: queremos ser definidas sem a maternidade? Aceitamos ser mutiladas de uma parte de nossa história, de nossa identidade? marcam um novo momento em que a maternidade passa a ser considerada

um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam. É o momento do diálogo com as ciências humanas e sociais que valoriza o lugar das mulheres na gestação, lembrando que o cordão umbilical, unindo o feto à mãe, é fonte de vida e poder. É o momento em que teses resgatam a experiência da maternidade como parte da identidade e poder femininos, analisam as manifestações culturais da maternidade e recuperam o saber feminino que está associado a ela.

Com relação a esse momento, Scavone (2001) chama a atenção para um contraponto sobre a contribuição de Foucault para quem todo saber tem sua gênese em relações de poder, o que significa que, ao resgatar o saber feminino associado à maternidade, a reflexão feminista dá visibilidade ao poder que as mulheres exercem na sociedade mediante este fenômeno bio-psíquico-social que é a maternidade.

O passo seguinte para a desconstrução da desvantagem das mulheres ocorre mediante a utilização do conceito de gênero pela reflexão feminista que, desse modo, contribui para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro ou fora da família, ultrapassando as interpretações sociológicas das décadas de 1960 e 1970. Então define-se que

[...] não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas, as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade. Esta argumentação coincide, também, com a expansão das Novas Tecnologias Conceptivas, as quais introduzem na reprodução humana (como todas outras tecnologias reprodutivas) a dúvida sobre um destino biológico inevitável. (SCAVONE, 2001, p.38)

Foram essas concepções que colaboraram para que as feministas trouxessem à tona a significação do conceito de gênero, contribuindo para a sua inserção nas Ciências Sociais e para fomentar o debate sobre a inadequação das teorias que até então fundamentavam as explicações sobre as desigualdades persistentes entre os homens e as mulheres – das quais decorre, também, a compreensão relacional entre maternidade e paternidade, no sentido biológico e social do termo.

Para Scavone (2001), foi a perspectiva de gênero que tornou possível abordar a maternidade em suas múltiplas faces e, a partir da ampliação da concepção de maternidade de um dado biológico para a concepção de maternidade social com componentes sociológicos e antropológicos, as implicações do ser mãe multiplicam-se. Uma delas, mencionada por Simone de Beauvoir (1980): dar a luz é assumir um compromisso que, caso não seja cumprido, a mãe comete um erro contra uma existência humana, contra uma liberdade. Trata-se de ideias que dão margem ao entendimento de que dessas concepções de maternidade não estão excluídas as mulheres que adotam crianças, adolescentes ou jovens, uma vez que, ao

adotarem constituem-se como mães de filhos e filhas, assumindo por eles a responsabilidade, uma das faces mais evidentes da maternidade, segundo Lucila Scavone (2004).

Há que se considerar, também, as questões culturais e subjetivas que envolvem a face da negação da maternidade através de possibilidades que as mulheres têm de dizer não, ou, ainda, de reconhecê-la

[...] tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo. Além disso, ela pode ser compreendida como constituinte de um tipo de organização institucional familiar, cujo núcleo central articulador é a família. (SCAVONE, 2001, p. 59)

É necessário reiterar que a concepção da maternidade como um símbolo histórico, cultural e politicamente construído, resultado das relações de poder e de dominação de um sexo sobre o outro, muito contribuiu para a compreensão da maternidade no contexto, cada vez mais complexo, das sociedades contemporâneas. Assim, compreender aspectos relacionados às maternidades lésbicas e aos significados dessas experiências demanda incursões por campos teóricos com a finalidade de se constituir o quadro teórico metodológico de conceitos norteadores. Para tanto, contribuem as teorias de gênero e da sexualidade, postuladas a partir da desconstrução das identidades fixas, da crítica ao binarismo apontadas por Adrienne Rich (2010), Monique Wittig (2006), Audre Lorde (2014), Cheryl Clarke (1988), Judith Butler (2000), Teresa de Lauretis (1994), Gayle Rubin (2012) e Tania Navarro-Swain (2004). São reflexões teóricas não datadas no sentido de que podem intermediar ações para romper a linearidade entre a maternidade e as experiências reprodutivas – gravidez, aborto – e a heterossexualidade compulsória, fundamentada em noções naturais do sexo biológico e do par homem/mulher, ainda existentes em diversificados ambientes sociais.

Na elaboração de linhas conceituais como homoparentalidade – com as quais Mirian Pillar Grossi (2003), Ana Paula Uziel (2002), Claudia Fonseca (2002) e Martine Gross (2009) dialogam para estabelecer as rupturas ou permanências nos significados e discursos sobre as configurações familiares, a perspectiva do feminismo é relevante, considerando-se que os significados dos papéis sociais atribuídos à maternidade estão associados à feminilidade e não correspondem, na mesma medida, à associação entre paternidade e masculinidade, no que se refere ao cuidado com filhas e filhos. Resultados de pesquisa com pais gays e mães lésbicas realizada por Uziel (2002) indicam que não há dados diferenciados em relação ao comportamento desses casais quando comparados com casais heterossexuais, mas há

diferenças na forma de como homens e mulheres lidam com a parentalidade e com a atenção às crianças.

Historicamente, a sexualidade feminina foi dirigida para fins reprodutivos, sendo normatizada através dos dispositivos da heterossexualidade compulsória como propõe Rich (2010). Para empreender o projeto de controle da sexualidade foram adotados vários mecanismos de disciplinamento dos corpos das mulheres, como a castidade e o tabu da virgindade, a proibição da masturbação, a medicalização dos sintomas da insatisfação com a opressão de gênero. Quanto à essa questão, em suas análises, Michel Foucault (1979) apresenta o exemplo do processo de institucionalização da loucura no século XIX que coincidiu com o maior disciplinamento dos corpos e relacionou a loucura feminina ao desejo sexual e à recusa à função materna, fazendo surgir o quadro nosológico da histeria, assim como outras queixas, como a frigidez feminina passaram a sintomatizar a sexualidade das mulheres, expressando o mal estar psíquico.

Quanto aos atributos de passivo e ativo relacionados, respectivamente, ao gênero feminino e masculino na vivência da sexualidade, na qual as mulheres representam lugar e os homens ação, há nos estudos de Schienbinger (2001) apresentados na obra *O feminismo mudou a ciência?* São explicações que têm como objetivo elucidar os porquês das imagens do feminino como receptáculo e sua posição passiva no ato sexual como projeção da inferioridade e da reprodução que se realiza com a penetração pênis-vagina como fim último da relação sexual, – entendida não como uma crítica restritiva a essa prática sexual, considerando-se que as práticas sexuais têm significados próprios nas vivências – estabelecerem-se cientificamente e serem mantidas em razão do mito da verdade científica.

Sob a ótica heteronormativa, a vivência sexual feminina foi dirigida para a satisfação dos desejos masculinos na construção das relações de gênero. A heteronormatividade e o controle da sexualidade feminina restringem o lugar para o desejo entre mulheres através de mecanismos que invisibilizam a lesbianidade. As práticas sexuais entre mulheres são negadas, punidas ou contidas na permissão da amizade entre mulheres cuja dimensão erótica é sublimada na imagem santificada da maternidade dessexualizada (NAVARRO-SWAIN, 2004). Ampliando a questão da sexualidade feminina na interface com a raça encontram-se códigos diferentes para a sexualidade das mulheres negras relacionados à ideia de sedução, devassidão e disposição sexual nata, e de acordo com Sonia Maria Giacomini (2006), longe de contradizer esses dispositivos, atuam na ordem binária das oposições para o reforço da moral para as brancas e castas.

Rubin (2012) abordou a questão dos privilégios concedidos aos atos sexuais de acordo com aqueles que mais se aproximam do modelo heterossexual. Apresentou e analisou a negatividade, a avaliação hierárquica das práticas sexuais e o pecado estabelecido pela tradição cristã como pressupostos ideológicos que regulam a sexualidade e o sexo. Representou as hierarquias estabelecidas na sexualidade em uma pirâmide em que no topo encontra-se o sexo considerado bom, normal e natural, que é heterossexual, marital, monogâmico reprodutivo, sem fins comerciais e que deve acontecer dentro da mesma geração, praticado em casa. Na base da pirâmide, está o sexo condenável, anormal, antinatural e perigoso como as práticas homossexuais, o sexo fora do casamento, não procriativo, comercial, sozinho ou grupal, casual, entre gerações distintas, em público, com pornografia, com uso de objetos, sadomasoquista.

As sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valor sexual. Os casais heterossexuais, ligados pelo casamento, estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Muito mais embaixo, nessa escala, estão os casais heterossexuais monogâmicos não casados, seguidos pela maioria dos outros heterossexuais. O sexo solitário oscila ambigualmente. O terrível estigma do século XIX sobre a masturbação continua em formas mais brandas e alteradas, como a ideia de que a masturbação é um substituto inferior para o encontro de parceiros. Casais estáveis, de lésbicas e de gays estão próximos da respeitabilidade, mas lésbicas de bares e homossexuais promíscuos estão pouco acima dos grupos que ficam na parte mais baixa da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas atualmente são os transexuais, os travestis, os fetichistas, os sadomasoquistas, os trabalhadores do sexo como prostitutas e modelos pornô e, abaixo de todos os outros, aqueles cujo erotismo ultrapassa as fronteiras das gerações. (RUBIN, 2012, p. 15-16).

No contexto da crítica aos universais, à essencialização do sujeito, aos binarismos de gênero e sexo, à perspectiva ontológica da identidade, Butler (2008) afirma a dimensão social do sexo, na medida em que este não existe a priori dos discursos que o elaboram e o definem, ordenados no campo cultural. Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo da organização das relações sociais, inseridas em um sistema de utilidade e regulação, operando através de discursos e práticas sociais diversas. O dispositivo, que pode ser dito e não dito, é um conjunto de discursos e práticas que permeiam as relações sociais, estabelecendo uma rede entre diferentes tipos de discursos. Para Butler (2008), a heteronormatividade tomada como dispositivo relaciona-se aos vários mecanismos de legitimação das práticas sexuais que convergem para o modelo de família heterossexual e produtivo economicamente, rejeitando as práticas não compreensíveis e os corpos abjetos. A heteronormatividade e seus códigos são retro alimentados pelo sistema sexista, racista e classista baseado na concepção de sujeito hegemônico e universal – homem branco, adulto, heterossexual e proprietário.

Na conceituação da heterossexualidade compulsória, Adrienne Rich (2010), apresentou mecanismos de dominação e de violência contra as mulheres para a manutenção da heterossexualidade nomeando características de poder masculino que reforçam a compulsoriedade e produzem desigualdade social e que, dadas as suas permanências, são aqui apontadas como indicadores da desigualdade de direitos e da manutenção do poder masculino.

1) *Negar a [própria] sexualidade das mulheres* [por meio da clitoridectomia e infibulação, de cintos de castidade, da punição, inclusive a morte, em razão do adultério, da sexualidade lésbica, da negação psicanalítica do clitóris, de restrições contra a masturbação, da negação da sexualidade da mãe e da mulher pós-menopausa, de histerectomias desnecessárias, de imagens pseudolésbicas na mídia e na literatura, do fechamento de arquivos e da destruição de documentos relacionados com a existência lésbica];

2) *Forçar* [à sexualidade masculina – por meio de estupro (inclusive o estupro marital) e agressão da esposa; do incesto pai-filha, irmão-irmã; da socialização das mulheres para que elas sintam que a “pulsão” sexual masculina consiste em um direito; da idealização do romance heterossexual na arte, na literatura, na mídia, na propaganda etc.; do casamento infantil; do casamento arranjado; da prostituição; do harém; das doutrinas psicanalíticas da frigidez e do orgasmo vaginal; das descrições pornográficas das mulheres a responder com prazer à violência sexual e à humilhação (em que a mensagem subliminar seria que o sadismo heterossexual é mais “normal” do que a sexualidade das mulheres)];

3) *Comandar ou explorar o trabalho das mulheres a fim de controlar sua produção* – [por meio das instituições de casamento e da maternidade como produção sem pagamento; da segregação horizontal das mulheres em trabalho assalariado; da criação de armadilhas para a mulher através de símbolos de ascensão social; do controle masculino do aborto, da contracepção, da esterilização e do parto; da cafetinagem; do infanticídio feminino, que rouba as mães de suas filhas e contribui para a desvalorização generalizada das mulheres];

4) *Controlá-las ou roubá-las de suas crianças* – [por meio do direito paterno e do “sequestro legal”; da esterilização forçada; do infanticídio sistemático; da apreensão legal dos filhos de mães lésbicas pelos juizados; da má conduta profissional de homens obstetras; do uso da mãe como “mediadora-simbólica da tortura” na mutilação genital ou, então, ao amarrar os pés da filha (ou sua cabeça) para adequá-la mais perfeitamente ao casamento];

5) *Confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos* – [por meio do estupro como terrorismo, excluindo-as das ruas; do uso de *pardah*; da correção dos pés, atrofiando as mulheres de suas capacidades atléticas; do uso de salto alto e de um código de vestuário “feminino” na moda; do uso de véu; do assédio sexual nas ruas; da segregação horizontal das mulheres no emprego; das prescrições de uma mãe atuar “todo o tempo” em casa; da dependência obrigatória forçada das esposas];

6) *Usá-las como objetos em transações masculinas* – [pelo uso das mulheres como “presentes”; pelo dote ou preço da noiva; pela cafetinagem; pelo casamento arranjado; pelo uso das mulheres como divertimento a fim de facilitar os negócios masculinos – em geral, a esposa como anfitriã ou a garçonete de coquetel vestida para titulação sexual masculina; garotas como acompanhantes e garotas de programa; como “coelhinhos”; gueixas; prostitutas Kisaeng; secretárias];

7) *Restringir sua criatividade* – [com a perseguição de bruxas e campanhas contra parteiras e curadoras e nos *pogroms* contra mulheres independentes

“não assimiladas”; a definição das buscas e intenções masculinas como mais valiosas do que as femininas em qualquer cultura, o que faz com que os valores culturais se tornem a corporificação da subjetividade masculina; a restrição da satisfação pessoal feminina apenas para o casamento e maternidade; a exploração sexual das mulheres por homens artistas e professores; a interrupção social e econômica das aspirações criativas das mulheres; o apagamento das tradições femininas] ;

8) *Retirá-las de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade* – [por meio da não educação das mulheres; do “Grande Silêncio” quanto às mulheres e, particularmente, da existência de lésbicas na história e cultura; do monitoramento por sexo como um fator para desviá-las da esfera das ciências, da tecnologia e de outras profissões “masculinas”; dos laços sociais e profissionais masculinos que excluem as mulheres; da discriminação das mulheres nas profissões] (RICH, 2010, p. 23-25).

Dentre essas características nomeadas como formas de controle do poder masculino que reforçam a heterossexualidade compulsória e produzem desigualdade social é possível encontrar em todas, condutas das quais as lésbicas não estão excluídas. Mas há situações específicas em que são vitimizadas, dentre delas, a negação da própria sexualidade lésbica e a exploração de imagens pseudolésbicas na mídia, também presentes na contemporaneidade em sítios nas redes virtuais, onde circulam apelos para a visualização de fotos, filmes e vídeos pornô nos quais, supostamente, as personagens seriam lésbicas e, como isso não pode ser confirmado, a questão fica no campo das suspeitas que alimentam especulações, circunstância que em nada favorece a quebra dos tabus sobre a sexualidade lésbica.

Forçar à sexualidade masculina por meio de estupro é outra característica que apresenta especificidade para a sexualidade lésbica, embora não tenha sido apontada por Rich (2010). Nela inclui-se o estupro corretivo, uma realidade vivenciada por lésbicas no Brasil de acordo com a pesquisa específica realizada por Tatiana Nascimento dos Santos; Bruna Pinheiro de Araujo e Luiza Rocha Rabello (2014) e denúncias em reportagem de Rachel Duarte (2013). Sendo essa, uma realidade que também atinge outras partes da América Latina e a África como denuncia Leire Ventas (2015) na reportagem *No Peru, lésbicas sofrem com estupros 'corretivos'*.

Trata-se de um tipo de violência de difícil constatação porque, mesmo se denunciada e registrada em boletim de ocorrência policial, ela não aparece especificada como pode-se constatar no Relatório (2015) sobre assassinatos da população LGBT no Brasil, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e nos resultados de pesquisa nacional, apresentados em *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais* (RECAMÁN, 2009).

Reiterando os resultados das pesquisas e das denúncias, circulou virtualmente no Canal *Youtube* verdadeira apologia ao estupro corretivo em referência à Ellen Page, atriz canadense que se declarou lésbica e que esteve no Brasil em março de 2016 para gravar parte de um documentário sobre vivências de lésbicas, gays, travestis e transexuais de vários países.

(...) Essa menininha, na boa, vamo ser sincero aqui. O dia que alguém, um cara, um macho de verdade juntar ela por esse cabelinho curto dela e dar um trato igual que foi dado na Daenerys no *Game of Thrones*, meu camarada, de verdade, aí ela para com essa frescura. Quem sabe ela acorda e vê que as coisas não são bem assim. (Transcrito de <<https://www.youtube.com/watch?v=ITEUFh4EdEg>>. Acesso em 12 mar. 2016).²²

Diante desse cenário e da luta instaurada contra toda forma de violência dirigida às lésbicas encontra-se a palavra de ordem na expressão lesbofobia, um conceito que abarca toda e qualquer violência imputada à uma mulher em razão de ser lésbica. Embora não tenha sido referenciada em momento algum pelas mulheres lésbicas participantes desta pesquisa, trata-se de uma expressão que ganha força política e social para dar mais visibilidade a uma velha intolerância e que, no Brasil, foi adotada nas redes sociais virtuais ligadas ao ativismo Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais (LGBTT) com objetivo de especificar as dimensões do significado de homofobia.

A ativista virtual Jéssica Ipólito (2013) lésbica, gorda e sapatão como se define, escreveu sobre os significados da lesbofobia, o que a diferencia da homofobia e sua importância na luta contra a invisibilidade da mulher lésbica.

Mulher lésbica é invisível. Ela não é legitimada, de nenhuma forma. Porque é mulher e porque é lésbica. Ninguém a reconhece; e quando há o pseudo-reconhecimento sempre vem atrelado à alguma desculpa preconceituosa, machista e sexista. As vontades da mulher lésbica são cerceadas de todas as formas e em todos os âmbitos.

Então é preciso que haja um entendimento das diferentes nomenclaturas dadas à tipos de violências diferentes. Não podemos achar que tudo é a mesma coisa, pois não é. Dessa forma só contribui-se para uma invisibilidade permanente da mulher lésbica. E não, nenhuma mulher lésbica tem que ser invisível! Nenhuma mulher lésbica tem que ser alvo de objetificação por sua orientação sexual. Elas existem. Eu, mulher, lésbica existo e não vou me calar diante das colocações errôneas que fazem. (IPÓLITO, 2013, n.p.).

No decorrer da definição de um quadro heteronormativo para uma pesquisa sobre o cotidiano de mães lésbicas na França, ao tratar das resistências e lógicas da visibilidade das

²² Assisti ao vídeo Bolsonaro vs Ellen Page no Canal *Youtube* no mesmo dia em que foi editado, 12 de março de 2016 e realizei a transcrição deste trecho. Em agosto de 2016, quando fazia revisão das fontes utilizadas na pesquisa, acessei novamente o vídeo e verifiquei que o trecho foi cortado. Mantenho-o com o sentido de

lésbicas, Virginie Descoutoures (2010) discorre sobre o conceito de lesbofobia. Considerou que uma das formas de explicar a dupla invisibilidade vivida pelas lésbicas – homossexuais e mulheres – é deter-se sobre a gênese dos conceitos que visem beneficiá-las. Um dos meios de ação da luta para o reconhecimento social é o de fazê-los aparecer como categoria sociológica, como uma categoria em si, quer dizer, legítima socialmente, o que significa ser inscrita no dicionário da língua francesa, testemunha da verdade. É o caso do termo homofobia que entrou no dicionário *Le Robert* em 1977 e que designa a atitude hostil de discriminação em relação aos homossexuais, à homossexualidade, ao contrário do termo lesbofobia que depois de anos de debates militantes ainda não figura em nenhum dicionário de língua francesa, mas aparece a partir de 2003, no *Dictionnaire de l'homophobie*.

Descoutoures (2010), esclarece que o conceito de lesbofobia nasceu do trabalho da *Coordination Lesbienne de France* (CLF) que o emprega desde 1999 e que significa: aversão relativa às lésbicas, que são discriminadas enquanto pessoa pertencente ao grupo social de mulheres e em razão de sua homossexualidade. A ação da CLF está voltada para manter a dinâmica de discussões em todo território francês e em sua decorrência o conceito de lesbofobia definido em 1999 foi revisto em 2010.

A lesbofobia – aversão ou desprezo pelas lésbicas manifesta-se pelos comportamentos de rejeição, de discriminação e de violência onde se conjugam homofobia e sexismo. Desse modo, a lesbofobia traduz-se pelo esfacelamento das relações amorosas entre as mulheres. Essa forma de sexismo que nega a sexualidade feminina conduz à invisibilidade das lésbicas. Quando ela se manifesta, a sexualidade entre mulheres é frequentemente considerada como secundária, acessória, fútil porque privada da referência considerada como imprescindível do falo. Ela é utilizada de maneira redutora e caricatural na pornografia como objeto de fantasia e de voyeurismo destinados aos homens.

A lesbofobia se traduz também pelo temor, o ódio e a condenação do lesbianismo e das lésbicas porque elas transgridem os papéis e quebram as estruturas de relações, de apropriação e de opressão dos homens sobre as mulheres. (CLF, 2013, n.p.)²³

Outra característica relacionada ao poder dos homens de controlar as mulheres ou roubá-las de suas crianças, também tem referências diretas às lésbicas em relação à apreensão legal pelos juizados quando há disputa judicial de filhos ou filhas de relações heterossexuais envolvendo mães lésbicas. Nestes casos, as decisões do poder judiciário podem ocorrer segundo o entendimento pessoal de juízes. Embora não se refira à disputa da guarda da filha, cabe aqui o exemplo do que vivenciavam Juliana e Jéssica, participantes desta pesquisa, no

promover a reflexão e a discussão, mas, não tenho mais a possibilidade de comprovar sua veracidade, mesmo porque não o gravei, apenas o transcrevi.

²³ Tradução livre da autora.

momento em que davam seus relatos orais e que se refere ao poder decisório e por que não arbitrário, que uma sentença judicial pode ter. Embora exista jurisprudência (ANEXO A), o juiz de Ribeirão Preto/SP, que julgou a causa, não permitiu que os nomes das duas mães constassem da certidão de nascimento da filha que nasceu da doação de óvulos de Jéssica para a gestação de Juliana. Elas recorreram diante da decisão e o caso estava em trâmite há um ano e meio, idade da filha.

Quanto à característica de retirar as mulheres de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade, traduzida pelo “Grande Silêncio”, particularmente, sobre a existência de lésbicas na história e na cultura, Rich (2010, p. 25) toca em uma questão central que continua afetando as vivências lésbicas como demonstram a reflexão de Jéssica Ipólito (2013) e o conceito de lesbofobia atualizado pela *Coordination Lesbienne de France* em 2010 (CLF, 2013).

Gayle Rubin (2003) afirma que as conquistas nas lutas pelo direito à diversidade sexual se concretizam apenas diante de práticas que se aproximem mais do que é aceito conforme representação na pirâmide das hierarquias estabelecidas na sexualidade, tais como as práticas heterossexuais, casais que vivem juntos sem se casar, relações homossexuais monogâmicas e estáveis que constituem famílias e que consomem bens. No entanto, transexuais, travestis, prostitutas e algumas práticas sexuais continuam na base da execração, enfatiza Rubin (2012).

Estudos lésbicos (FALQUET, 2006; NAVARRO-SWAIN, 2004) criticaram a assimilação e focaram na desconstrução da heteronormatividade, demarcando-a como um mecanismo de sustentação da heterossexualidade o que pode ser observado, inclusive no contrato social que regulamenta famílias e casamentos (WITTIG, 2006). Sendo assim, as características apresentadas por Rich (2010) continuam na pauta, sem desconsiderar que as lutas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros por cidadania e direitos humanos e a realidade das uniões homossexuais têm se concretizado em conquistas de reconhecimento e direitos sociais, fazendo emergir no campo social, político e legal questões como o casamento, a adoção, as famílias homoparentais e o uso de tecnologias reprodutivas.

Estudiosos da homoparentalidade apontam as resistências na sociedade, relacionadas ao fato de que ela desafia a repressão sexual e a heterossexualidade compulsória (MELLO, 2006). Famílias homoparentais contestam a ideia de que pai e mãe biológicos são os únicos seres aptos para ter e criar filhas e filhos, quebrando a circularidade entre relação de casal hétero, procriação e parentalidade e ampliando as possibilidades de desempenho dos papéis parentais (MEDEIROS, 2006).

Na condição inversa, aquela da construção da heteronormatividade como um mecanismo de sustentação da heterossexualidade compulsória, ainda pode ser encontrada a maternidade como algo datado historicamente, um lugar no qual as mulheres são colocadas ou se colocam mediante identificação com a função materna de forma a definir na maternidade, a única forma possível de ser mulher. Ao longo da constituição sociocultural da maternidade encontra-se uma alternância entre essa identificação com a função materna e a sua contestação, uma alternância que foi detectada a partir das reflexões de Simone de Beauvoir (2011), sendo ambas situações resultantes de processos sociais que reproduzem ou produzem significações do ser mulher e do ser homem.

Quando se trata de significações apoiadas no biológico e no instinto maternal que compõem os valores de uma dada sociedade, uma vez incorporadas, passam a ser subjetivadas e contribuem para manter o que se pressupõe uma disponibilidade nata das mulheres para engravidar, gestar e parir e uma capacidade de amar incondicionalmente. Para ilustrar essa questão, há uma referência de Eni de Mesquita Samara (1983), em relação ao Brasil Colônia que, no século XIX, organizou um projeto de moralização social da metrópole portuguesa no qual definiu a família como promotora da ordem e difundiu o ideal da boa mãe para instalar a regeneração social causada pelos vícios sexuais dos devassos, propagou a proteção e a segurança para a maternidade e a legitimação dos filhos, aliado à difusão da fé católica que assegurava o casamento como sacramento indissolúvel. Apregoou que as esposas deveriam ser devotadas aos maridos, a eles cabendo garantir o bem estar físico, econômico e espiritual da família e a vigilância da esposa e filhas.

Foram os resultados dos movimentos sociais feministas e a chegada da pílula anticoncepcional, a partir da década de 1970 que começaram provocar efeitos transformadores nos cenários até então estabelecidos para as mulheres. No caso da pílula anticoncepcional, por ser um medicamento mais seguro que os demais métodos até então existentes, permitiu a decisão das mulheres sobre o próprio corpo, sendo uma possibilidade de decisão que, no entanto, continuou sendo acompanhada de outras interferências que lutam para manter suas prerrogativas de âmbito masculinas de decidir sobre os corpos das mulheres: o Estado, a medicina, as religiões, o que faz com que a sociedade continue cobrando das mulheres a reprodução.

A pílula anticoncepcional foi um instrumento para que as mulheres se apropriassem de seus corpos dado que, até então, elas estavam vinculadas aos seus aparelhos genitais para a definição do feminino. Consideradas como desprovidas de razão, tinham seu destino traçado biologicamente para procriar e servir no âmbito do espaço doméstico. A gravidez sucessiva

era e continua sendo na afirmação de Tania Navarro-Swain (2011), uma prática patriarcal para manter as mulheres fora do espaço público, mantê-las sob seu controle e determinar os limites de sua atuação. Adotando-se essa concepção, pode-se entender que o acesso à pílula anticoncepcional permitiu às mulheres a apropriação do domínio de seus corpos sem renunciar à sexualidade e possibilidade de distanciamento do poder social conferido aos homens de exigir relações sexuais – com ou sem consentimento – com a finalidade de procriação. Assim, este mesmo instrumento, mais seguro que outros existentes, permitiu que as mulheres decidissem quando e se querem engravidar, ter e criar filhos e filhas.

As relações entre mulher e homem ficaram mais livre, mas, a heterossexualidade compulsória que força ou obriga a união entre mulheres e homens para que respondam às representações e normas de feminino e masculino no sistema social ainda estão presentes. Trata-se de uma heterossexualidade que institui os papéis sociais de forma hierárquica, bem como os comportamentos e as normas aceitáveis, constituindo a base do patriarcado, com o controle e a apropriação social dos corpos e do trabalho das mulheres, afirma Navarro-Swain (2011).

Como as mulheres continuam a ser definidas em relação à procriação e a sociedade cobra a reprodução, então, para algumas mulheres, ser mãe ainda é uma obrigação social e diante disso aquelas que não têm filhas ou filhos podem não se sentir como mulheres verdadeiras que são as esposas e mães. A força das representações sociais que incute nas mulheres a compulsão à maternidade e ao casamento como definição do feminino ainda se faz presente e impede que as estruturas familiares tradicionais sejam completamente rompidas e substituídas por variáveis múltiplas. Uma vez que as mulheres desfaçam-se da obrigação incontornável de casar e ser mãe, como essência de ser-no-mundo, elas passam a decidir a respeito de seus engajamentos e afetos, passam a decidir o que querem e pretendem fazer de suas vidas e de seus corpos.

Há mulheres que formam famílias monoparentais, mulheres que recusam-se ou se ausentam de relações permanentes fundamentadas em uma hierarquia familiar na qual o homem é depositário da autoridade, optando por atitudes que transformam as relações de hierarquia abrindo possibilidades para relações de caráter mais igualitário. Há, também, o direito de encarar a maternidade como parte das possibilidades de uma mulher, não como uma obrigação ou um elemento constitutivo do ser humano, o que desfaz a obrigação incontornável de casar e ter filhos como essência de ser-no-mundo.

Mas para que isso ocorra é preciso distanciar-se das representações sociais que incutem nas mulheres a compulsão à maternidade e ao casamento como definição do feminino e dessa

questão as mulheres lésbicas não estão excluídas a não ser que adotem a perspectiva de rebelar-se contra a heterossexualidade compulsória, ou a perspectiva de Monique Wittig (2006) para quem a lésbica não é uma mulher nem no sentido econômico, nem político, nem ideológico. Para ela, a lésbica é o único conceito que está além das categorias do sexo, pois, a lésbica recusa a heterossexualidade compulsória, sendo assim, mulher torna-se um termo estabelecido somente em relação binária com homem e heterossexual. Ela afirma que ser lésbica possibilita uma liberdade do sexo e das funções em nome desse sexo, minando a heterossexualidade, ser lésbica derruba a categoria sexo e seus efeitos. Com isso ela defende uma superação da categoria do sexo através do ser lésbica.

Virginie Descoutures (2010) cuja pesquisa sobre o cotidiano de mães lésbicas teve como propósito articular maternidade e homossexualidade, pautada pelo fato de que a homossexualidade é percebida socialmente como uma transgressão da norma do gênero, como ordem fundante da hierarquia dos sexos e das sexualidades, e a maternidade é percebida como um papel socialmente previsto para as mulheres, como um dos mais importantes pilares dessa ordem e da hierarquia da sexualidade e dos sexos, levantou a questão: maternidade e lesbianismo são duas realidades contraditórias?

Seus resultados levaram ao entendimento de que a contradição entre maternidade e lesbianismo é aparente e que estudar mães lésbicas inscreve-se em um vasto campo de reflexões sobre normas – homossexualidade/maternidade, sexualidades/sexo – sobretudo, do ponto de vista das mulheres. Além do que, é preciso ter em conta que análises teóricas são resultados de indagações e como referências devem provocar novas indagações. É assim que se surgem perguntas como: Quais as perspectivas de mulheres lésbicas em relação à maternidade? Quais os arranjos e as experiências de maternidade que permeiam as vivências lésbicas? Como é ser mãe quando se é lésbica? Como é a maternidade conjunta, isto é, quando a diferença entre sexos está ausente?

São questionamentos para os quais busca-se respostas levando em consideração as reflexões decorrentes das análises teóricas, os relatos orais coletados nas entrevistas junto ao grupo de lésbicas que se estabeleceu com a rede de indicações e que delineou a adoção, a inseminação artificial e a reconfiguração das maternidades lésbicas diante da relação heterossexual como formas vivenciadas do tornar-se mãe e as demais fontes de referências. Portanto, o próximo passo no caminhar da pesquisa, é expor as possibilidades de maternidades lésbicas delineadas pelo grupo das participantes.

Tornar-se mães

Para todo tipo de casal – hétero ou homossexual – o projeto de ter filhos e filhas e constituir família não ocorre solitariamente, o tornar-se mãe ou a sua recusa é parte integrante dos parâmetros da construção conjugal, do ajustamento às normas sociais. O tempo de vida em comum e o sentimento de ser casal, as conversações, as decisões compartilhadas fazem do desejo de ter filhos e filhas e do tornar-se mãe um processo relacional. Para Descoutures (2010), isso tem significado para os casais de lésbicas aproximar-se do quadro heteronormativo, sendo esse um ponto em comum com os resultados das pesquisas de Santos (2005), Souza (2005), Palma (2011), Correa (2012), Aires (2012), Amorim (2013) e Silva (2013) que demonstraram ser a maternidade lésbica também pensada como legitimadora e reivindicadora da normalidade das composições conjugais de lésbicas.

Eu e a Inês estamos juntas, somos companheiras, namoradas. Pensamos em formalizar para a vida social, pelos direitos. Uma poder acompanhar a outra, ser reconhecida como companheira. Moramos longe da família. Queremos ter filhos, sim. (Relato de JOANA).

Pensamos em adotar e vai ser pelo que sentirmos na hora, crianças deficientes, se tivermos condições. Ainda não discutimos se pode ser adolescente porque somos negras e veganas, isso pode dificultar para explicar para um ou uma adolescente. (Relato de INÊS).

Eu particularmente também sempre quis ser mãe. Embora não seja a mais maternal das criaturas, sempre soube e via em outras pessoas que essa experiência era transformadora. Sendo assim eu desejava passar por ela, pois sabia que ela me faria crescer muito como pessoa, afinal é um imenso exercício de viver a vida através do olhar e sentir do outro. Confesso que no início foi um pouco complicado. Sou uma pessoa muito “solitária” e sempre me bastei muito, isso inclusive é uma questão que me persegue no âmbito de relacionamentos. Porém, tivemos muita sorte com nossas crianças, eles sabem ser carinhosos na dose certa e a cada dia mais aprendem a valorizar seus momentos solitários também. Com o passar do tempo fomos nos ajustando e estar com eles para mim é um grande presente, pois me tira do meu isolamento e me traz novas e lindas perspectivas de mundo diariamente. (Relato de LUNA)

Antes de nos conhecermos eu tive uma experiência de casamento heterossexual que terminou com um divórcio. Nesse tempo minha opção já era que não seria mãe biológica, isso sempre foi muito claro pra mim. Eu não sabia como, mas eu achava que um dia na minha vida eu partiria pra uma adoção, queria viver essa experiência de mãe. Então, quando eu conheci a Doralice falei pra ela dessa minha vontade. Foi bacana porque ela também tinha esse desejo e isso facilitou pra mim. A gente amadureceu a ideia e depois de 4 ou 5 anos de relacionamento a gente decidiu concretizar. (Relato de CATIANE).

Desde mocinha eu soube que ia ser mãe. Também tive um casamento heterossexual antes de conhecer a Catiane e não tive filhos. Quando nos

conhecemos eu soube que ser mãe era possível porque eu teria uma companheira com quem dividir essa responsabilidade. (Relato de DORALICE)

Como eu percebi, com 17 anos, que iria me relacionar com mulheres passei a viver angustiada pensando em como poderia ser mãe. Em muitos momentos cheguei a desacreditar que as duas coisas pudessem ser possíveis juntas: gostar de mulheres e ser mãe. Pensei que teria que renunciar a uma delas, então, eu me atormentava por causa disso. Eu não conseguia entender como eu que queria tanto ser mãe gostava de mulheres. Olha, foi tanta angústia que no começo eu cheguei a pensar em ter um filho com ajuda de um amigo, mas, desisti e com o tempo fui procurando mais informações até chegar na inseminação artificial com o doador desconhecido. (Relato de ANA).

Eu também tinha vontade de ser mãe, mas não houve oportunidades no meu casamento anterior e, depois a Ana foi minha barriga. Pra falar a verdade fiquei meio assustada quando nos conhecemos porque de cara ela já disse que queria engravidar, ter filho. Depois de oito meses de namoro fomos morar juntas e algum tempo depois ela fez a inseminação. (Relato de NORMA).

Esses trechos apontam como o desejo de ter filhos está inserido no processo de construção conjugal, o seu teor também sugere que esse desejo pode ficar numa linha tênue porque a evocação da natureza para justificá-lo não está muito distante de apresentá-lo associado ao instinto maternal, conforme o define o senso comum, como um estado intrínseco às mulheres heterossexuais e que enraíza na natureza o fato das lésbicas não poderem ter filhos porque não são mulheres de verdade, confirmando a proibição da maternidade. A linha tênue aproxima ou distancia as maternidades lésbicas das não lésbicas?

Ela é tênue mas, permite distanciamentos da heteronormatividade. As mulheres lésbicas que desejam ser mães, mesmo que o desejo sempre tenha existido, como foi confirmado, precisam de muitas reflexões e negociações para realizá-lo porque a sua concretização depende de fatores que não estão postos para aquelas que não são lésbicas. Um deles é tensão subjetiva que diz respeito à difícil tarefa de desconstruir o pensamento corrente de que lésbica não pode ser mãe, muitas vezes, interiorizado mediante doutrinas religiosas. A partir do momento em que a desconstrução se concretize, o desafio das tensões sociais provocadas pela decisão de tornar-se mãe estará posto, e o que foi dito pela enfermeira Larissa para Silva (2013, p.84), dá sua dimensão: “Em relação ao homossexualismo, eu, como sou contra, não concordo, enfim... mas respeito, se tiver que vir um casal, eu vou atender, darei todas as informações, serei profissional”.

O que foi expresso em relação ao agir profissional, que subentende-se, seja um agir pensado como compromisso social com o outro, como propõem todos os códigos de formação profissional, não elimina o preconceito declarado. O depoimento indica que, sem questionar-

se, mantém-se a crença de que sua maneira de pensar não interferirá nas relações que precisar ter com casais de mulheres lésbicas que comparecem à clínica, o que pode ser colocado em questão.

As opções que antecedem a decisão ou a possibilidade de mudar de posição e que precisam ser encaradas pelas lésbicas que desejam ser mães, colocam-se entre as condições que afastam a maternidade lésbica do quadro heteronormativo.

Eu não consigo me imaginar sem filhos. Sempre quis engravidar, ter barriga, parir. Olha, cada vez mais ter filhos é uma escolha. Até algum tempo atrás não era uma escolha né, e eu acho que deve ter sido muito ruim pra quem não queria porque ser mãe é uma coisa muito intensa. Pra mim é muito difícil imaginar ter filhos sem querer ter filho porque ser mãe mudou tudo, minha vida mudou completamente. (Relato de ANA).

Foi uma produção independente. Queria ser mãe mas gosto de mulher. Sou mãe de um menino de 9 anos. (...) Não casei. O pai do meu filho é um amigo que embora tenha seu nome no registro, abriu mão da paternidade. (Relato de ALESSANDRA).

Gostaria de dizer como alguém que é mãe há pouco mais de um ano: filho muda tudo, todas as tuas perspectivas, todos os teus horários, todo teu dia a dia, teus compromissos, teu financeiro, então é preciso sim, preparo e para nós famílias homoafetivas mais ainda, temos que decidir. É preciso passar um tempo pensando sobre como vai ser o processo de maternidade ou paternidade. Como você vai decidir ser mãe, esse processo ser mãe e ser pai. Então, tem que amadurecer, ver se o casal está pronto, se o relacionamento está pronto pra isso. Se estão naquela fase que já se pode desfocar do casal porque os filhos fazem isso, vai desfocar do casal e a partir disso agente foca no filho e a partir daí a família se transforma. (Relato de LANA)

Na medida em que o projeto de ter um(a) ou mais filhos(as) é aceito pelo casal, outras questões para serem compartilhadas podem surgir. Como, por exemplo, qual o caminho que escolherão para serem mães? Caso o projeto de engravidar seja das duas mulheres, haverá necessidade de decidir quem será a primeira. Caso desejem a gravidez simultânea as idades das pretendentes possivelmente serão colocadas em questão pois esse tem sido um critério adotado pela medicina como regra para designar a possibilidade ou a impossibilidade de engravidar, embora existam exceções (ANEXO B). O critério da idade como escolha razoável pode conduzir a tensões conjugais, sobretudo, quando a mais nova não é aquela que manifesta o desejo de ter filhos. Tensões relacionadas ao fato de que o diagnóstico de quem tem mais condições de engravidar não coincide com o desejo daquela que deseja ficar grávida, podem marcar a história conjugal com sofrimentos.

As vivências relatadas por Jéssica que completou 26 anos no dia 30 de outubro e Julian que completou 30 anos no dia 22 de setembro de 2016 e estão juntas há 8 anos,

correspondem a essas tensões. Elas têm uma filha de 1 ano e 5 meses que nasceu de uma FIV a partir de óvulos da Jéssica e sêmen de um amigo gay, Julian foi a barriga de aluguel.

A gravidez foi acompanhada e correu tudo bem até a hora do parto quando apareceram complicações porque Julian teve uma pré-eclampsia²⁴ e quando o parto normal já estava ocorrendo precisou ser revertido para uma cesariana. Elas narraram que viveram momentos difíceis, com medo e Jéssica participando a distância, preocupada com as vidas de Julian e da filha que estava nascendo. “Olha, hoje você vê nós falando, não dá pra acreditar no que nós passamos”, diz Julian.

Outra situação desafiadora para a construção do tornar-se mãe têm sido as batalhas judiciais para que os nomes das duas mães constem das certidões de nascimento de suas crianças. Em relação a essa questão, os meios de comunicação de massa impressos, televisivos, radiofônicos ou virtuais apresentaram inúmeros casos de embate jurídico, dadas as diferentes posições tomadas por juízes nas diversas regiões, diante da mesma questão que é a solicitação da inclusão dos nomes das duas mães nos registros de nascimentos de crianças, pois, não há lei que determine que apenas a mãe biológica possa ter seu nome no registro como ocorre, por exemplo, na França. Dentre as participantes, de diferentes maneiras, mas pelo mesmo motivo, Catiane e Doralice, Norma e Ana, Jéssica e Julian depararam-se com esse problema. O caso de Norma e Ana teve uma solução, mas, para isso, Norma precisou apresentar-se como mãe adotante como meio de garantir o direito às suas crianças.

A gente pensa em adotar um irmão ou uma irmã para o nosso filho e nesse tempo a gente pensava: Como que a gente vai adotar outra criança se não conseguiu nem a certidão da primeira? Assim, pra gente sempre foi muito preocupante. Há dois anos a audiência final já ocorreu e temos o Registro Civil de Nascimento com nome das duas mães. Assim ficamos mais calmas e ainda estamos pensando em adotar outra criança. (Relato de DORALICE).

Quando as crianças nasceram ainda não tínhamos nos casado, então, os registros de nascimento saíram no meu nome, como mãe solteira. Com o tempo resolvemos isso nos casando e a Norma realizando a adoção unilateral, então agora há nomes de duas mães nos registros. (Relato de ANA).

Nós ficamos preocupadas nesse período que durou mais ou menos um ano, porque eu não podia viajar com as crianças, não poderia colocá-las em planos de saúde ou acompanhá-las em caso de doença. Por isso, comemoramos primeiro a aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo e depois a autorização para o casamento civil. (Relato de NORMA).

²⁴ Pré- eclampsia é o aumento significativo da pressão arterial na gestação, sem causas conhecidas.

Graças às pressões sociais, a abertura para atender novas exigências tem ganhado mais dinâmica no âmbito dos Direitos Civis, Políticos e Sociais, portanto constitucionais, embora mantenha-se em permanente atrito com a exigência da manutenção do *status quo* pela parcela da população que assim deseja ser representada. É o caso dos prós e contras ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo que passou a ser aceito em cartórios brasileiros a partir de 2013.

É o caso da mudança de rumos no registro civil de nascimentos de crianças geradas por técnicas de reprodução assistida que, por ação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2016), autoriza pelo Provimento nº 52, de 14 de março de 2016, a emissão da certidão de nascimento dessas crianças (ANEXO C) que até essa data ocorria apenas por meio de decisão judicial. Jéssica e Julian vivenciam esse problema uma vez que o nome de Jéssica não pode constar da certidão de nascimento da filha embora tenha cedido o óvulo porque quem gestou e deu a luz foi Julian e ainda não havia regras específicas para esses tipos de casos que referem-se ao direito mais básico de uma pessoa que é a certidão de nascimento.

A ação do CNJ (BRASIL, 2016) estabelece que, quando se tratar de certidão para filhas e filhos de casais homoafetivos, o documento deverá ser adequado para que seus nomes constem sem distinção quanto à ascendência paterna ou materna, deve constar apenas a expressão filiação. Por determinação desse documento os oficiais que lavram as certidões ficam proibidos de recusar o registro das crianças geradas por reprodução assistida, sejam filhas ou filhos de heterossexuais ou de homossexuais.

A mudança de posição quanto à decisão: ser ou não ser mãe? faz parte do processo de construção conjugal Fábria, por exemplo, que não tinha esse desejo, declarou que, depois que se apaixonou, mudou de pensamento e passou a preparar-se para ser mãe conjunta com Gabi que quer fazer inseminação artificial. Mônica e Marta também não têm filhos, ainda, mas o desejo da maternidade foi manifestado por Mônica que sempre cultivou o sonho de ser mãe e Marta que, embora nunca tivesse tido esse sonho, mudou de ideia quando começou a namorar com a Mônica. Há também quem está em uma situação que pode ser considerada mais transgressiva pela perspectiva heterossexual, portanto mais conflituosa, ser lésbica e criar filhas e filhos sozinha.

Sou mãe de um menino de 9 anos. Amo meu filho. (...) Estou vivendo agora o que considero meu primeiro relacionamento. Então, é a primeira vez que meu filho se relaciona com uma namorada minha e eles estão se dando muito bem. Aos poucos contei pra ele porque acho que preciso dar exemplo. A gente precisa lutar sempre pra poder ser respeitada sendo quem se é. (Relato de ALESSANDRA).

Eu tenho uma filha de 6 anos. Moro sozinha com minha filha. (...). Agora não tenho namorada. Tive uma experiência que não foi boa porque acho que minha namorada não gostava da minha filha. Ela queria toda minha atenção e isso criava um problema para eu cuidar da minha filha. Era uma disputa pela minha atenção, eu ficava completamente dividida e ela não conseguia entender que eram coisas diferentes. Não deu pra continuar. (Relato de MARINA).

Criar filha ou filho sozinha é uma condição adversa para as mulheres, a criação precisa ser partilhada, o apoio social é fundamental. Isso não significa, necessariamente, a presença de um homem – embora o pensamento heterossexual assim estabeleça. Todas as mulheres mães precisam contar com uma rede de apoio para dividir as tarefas de criar, seja de pessoas mais próximas, familiares, sejam espaços de educação infantil acessíveis onde as crianças possam ser cuidadas na ausência das mães, sem o que as dificuldades aumentam ou tornam-se intransponíveis. O que diferencia a mãe que é lésbica das demais mães, nessas circunstâncias, é a sua orientação sexual quando vista de forma preconceituosa. As pesquisas realizadas por Santos (2005), Souza (2005), Palma (2011), Correa (2012), Aires (2012), Amorim (2013) e Silva (2013), apontaram que a maior preocupação manifestada pelas pessoas em relação à maternidade lésbica diz respeito à educação das crianças. Por outro lado, os resultados de Santos (2005) indicaram que as mães lésbicas tinham maior preparo psíquico e socioeconômico para a chegada de uma criança, em especial quando o desejo de ter filhos ocorria após a tomada de consciência da homossexualidade e/ou a formação do vínculo conjugal homossexual.

O processo de construção conjugal para a transformação do desejo de ser mãe em tornar-se mãe mostrou-se frequente no grupo de participantes da pesquisa, no entanto, ele também ocorreu entre duas mulheres que ao se unirem como casal, já chegaram com esse desejo constituído, elaborado em seu passado conjugal ou não, particularmente porque uma das duas ou as duas podem ser mães, casos dos casais Zélia e Ana Rita, Julian e Jéssica que poderão vir a ser como Alessandra e Marina.

Contrariamente à evidência veiculada socialmente, ser mãe não é algo dado em si. Todas as entrevistadas compreendem o tornar-se mãe como um processo que se realiza com a criança, com a companheira e com outras pessoas. É um processo de aprendizagem prática e não só em relação aos cuidados com o papel de mãe, mas também em relação a integrar novos conhecimentos concernentes à alimentação, à saúde, à educação. Trata-se também da aprendizagem sobre um outro ser.

Olha, todo início é difícil. Por mais claro que você tenha em sua cabeça o que você quer, para mães de primeira viagem é surpreendente. Então é tipo assim: no início foi bem difícil, pra mim, porque eu não tinha a menor noção

do que era uma criança. Para ter esse conhecimento eu parti para a situação pensando que tudo era novidade. Olha, até eu saber porque tava chorando, se tava com fome, com isso com aquilo, nos primeiros meses foi uma verdadeira batalha. Mas, aos poucos eu fui me acostumando, respirando com mais calma e o conhecimento foi chegando, aos poucos, é verdade, mas chegou. (Relato de CATIANE)

Meu Deus do céu! Mudou tudo. Até porque pra gente em especial que passou por uma adoção tardia, a gente passou três meses indo ao encontro dos nossos filhos, na cidade em que eles estavam no abrigo. No abrigo durante esse período a gente fez várias viagens, várias vezes, até que chegou o dia de trazer nossos filhos para a nossa casa.

Foi muita mudança ao mesmo tempo. Foi todo um reaprender familiar de como o corpinho deles funciona, dessa nova realidade, horário deles, das necessidades deles, vivências deles, das nossas construções enquanto família. Está sendo um processo de muita mudança, então mudou tudo mesmo. Por isso que eu falo, quando você for ter filho tem que ser pensado se o casal tá pronto para essas mudanças. (Relato de LANA).

A construção do conhecimento, o reaprender familiar referenciados nos trechos dos depoimentos não se relacionam ao fato de se tratar de mães lésbicas, mas ao fato de ser mãe tanto quanto de ser pessoa. Se a questão de ser fora da norma coloca-se no momento do projeto de ter filha(o), parece que ela não está presente – pelo menos não foi mencionada pelas participantes – na maneira de encarar o papel de mãe. As participantes não se sentem mais ou menos aptas para serem mães porque são lésbicas. Trata-se sim, da descoberta de ser mãe, da descoberta do poder de reposicionamentos diante da novidade: uma pessoa adulta responsável por si própria tendo a seu cargo a responsabilidade de uma criança e a necessidade de encarar a dificuldade de não se sentir confiante em si mesma como possibilidade. É o momento em que a mãe descobre que ela é mãe. Mas, no exercício da maternidade, talvez a especificidade de ser lésbica tenha vantagem sobre as mães heterossexuais no sentido de ser possível dividir a responsabilidade, a experiência e a vivência com outra mulher, quando esta dispõe-se a ser mãe igualmente.

Em relação ao projeto de querer ou não querer filhos ou filhas, a diferença está em se considerar que as lésbicas teriam mais controle sobre a fertilidade de seus corpos, embora motivações subjetivas ou a decisão pela RA indiquem que esse controle não ocorre sem contradições. Os casos de Mônica e Marta e de Fabiana e Gisela servem como exemplos. Depois de dois anos morando juntas, casaram-se em 2014 e decidiram oficializar a união porque já pensavam na gravidez da Mônica, embora até o momento da entrevista em 2015, isso ainda estivesse fora de cogitação, dada ausência de condições objetivas de colocá-la em prática porque estavam fazendo os acabamentos da casa onde moravam para depois pensar numa maneira de gerar economias com a finalidade de pagar a RA.

Já pensamos, mas não definimos nada. Às vezes, brincamos, imaginando. Não é uma realidade palpável. A gente mora juntas, mas, não mora. Estamos esperando definir a nossa vida. (Relato de FABIANA)

Acho que não quero adotar. Acho que é um capricho. É para atender um capricho. (Relato de FABIANA).

Inseminação não faria. Se fosse adotar uma criança, seria como: caiu no meu colo. (Relato de GISELA)

No entanto, caso prevaleça a ideia de Santos (2005) de que a maternidade lésbica é algo, tanto incentivado quanto esperado – considerando-se o quadro heteronormativo –, tem-se que a lésbica, independente da performance de gênero, está enclausurada em um corpo denominado de feminino, dotado de capacidade reprodutiva. Tem-se também a possibilidade de que as maternidades lésbicas tenham mais aceitação do que as paternidades gays.

Em uma das análises sobre os relatos das mães lésbicas que entrevistou, Silva (2013) ponderou que a busca da maternidade acrescentava ingredientes interessantes às relações consigo, com suas companheiras e com suas famílias extensas.

Para estas mulheres, a maternidade precedia a sexualidade exercida, neste caso, a homossexualidade. Precedia, inclusive, demais escolhas e buscas pessoais, como a escolha profissional, por exemplo. Dito de diferentes formas, ouvimos muitas vezes que a maternidade era uma certeza que antecedia escolhas, descobertas e relações – quase colada a uma condição inata de mulher que respirariam desde o nascimento. (SILVA, 2013, p. 30).

Essas questões abrem espaço para a afirmação de Amorim (2013), de que, mesmo havendo tentativa de enquadrar-se em um modelo estabelecido de família e da mulher/mãe, fruto de uma naturalização da família e da maternidade, enquanto núcleos estruturantes da vida social – naturalização que decorre da noção de que a família e a relação estreita entre mulher e maternidade são universais, concepção compartilhada por Lucila Scavone (2001) e Martine Gross (2009) – a homoparentalidade desorganiza o que é entendido como natural, no que tange à reprodução e à realidade dos corpos sexuados que acabam escapando à norma.

Decorrente dessa ideia ela propôs uma discussão referente às bases de um modelo biológico da reprodução pautada pela premissa de que:

[...] se a lésbica escapa de uma normatividade no que tange a sua orientação sexual envolve-se em outra que pesa sobre seu corpo, entendido, muitas vezes como “naturalmente reprodutivo”. É a essencialização de sua função reprodutiva que a insere em um mundo marcado pelo imperativo da maternidade em um contexto devedor da heteronormatividade [...]. (AMORIM, 2013, p.91).

Para sustentar a discussão recorre a Marlene Tamanini (2012), a Anna Paula Uziel (2002) e a Erica Renata de Souza (2005) que reiteram que a cultura heterossexual expressa-se

como um modelo englobador, tanto para as mulheres hetero quanto para as lésbicas, caso queiram ser mães. Quando a mulher é mãe, a heterossexualidde segue seu curso “natural” e a homossexualidade, revela-se, em parte “normal”, quando uma mulher lésbica dá a luz. Aquela que dá a luz é inserida como mulher nas representações que fazem a mãe na cultura heterossexual, é o que afirma Tamanini (2012, p. 126).

Para essas pesquisadoras, há mais de três séculos as mulheres têm sido *lócus* de investimentos para centrar seu destino em seu corpo. Consideram que desnaturalizar isso é uma tarefa complexa, que necessita de uma revisão do lugar da maternidade que gira em torno do sexo biológico naturalizado que nutre a conexão mulher/mãe.

QUARTA PARTE



Foto 1: Agnes, Honorata e Natalie em foto de Anna Liminowicz

Elas são lésbicas e têm uma família normal

Honorata tem 38 anos e é formada em Teologia. Foi catequista e todos pensavam que viria a tornar-se freira, até que um dia engravidou. Perdeu o contacto com o seu pai após o nascimento de Natalie e assumir a sua homossexualidade. Anna Liminowicz, a fotógrafa polaca que desenvolveu o projecto "In Between Blocks", cita Honorata: "Durante a minha vida procurei sempre a verdade e descobri-a em mim. Deus ajudar-me-á a viver em harmonia com os outros sem que tenha de esconder-me ou vestir a máscara de outra pessoa. Sou feliz." Agnes tem 28 anos e é licenciada em Gestão. É divorciada e é mãe de Anton, que tem cinco anos e vive actualmente com os avós que têm dificuldade em aceitar a homossexualidade da filha, anunciada há três anos. Ambas trabalham no departamento de reposição de um supermercado em Gdańsk, na Polónia. O casal e a filha Natalie vivem num pequeno apartamento na periferia da cidade e conseguiram, recentemente, um empréstimo para comprar um apartamento com três quartos, com o objectivo de acolher Anton. A lei polaca ainda não permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo — a última proposta de lei pró casamento homossexual foi rejeitada em 2013 — e foi com prazer que o casal se deixou fotografar, na esperança de alavancar algum tipo de mudança. "Querem apenas mostrar que são felizes. Agnes e Honorata querem ser aceites", diz a fotógrafa ao P3. A exposição nos meios de comunicação social polacos, no entanto, não foi bem recebida pelas famílias de ambas, que se recusam a comentar sobre os artigos e publicações. "Este é um assunto difícil na Polónia." (MAIA, Ana. Elas são lésbicas e têm uma família normal. **P3 - Público**, Lisboa-Portugal, 30 de abril de 2015. Disponível em: <http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/16524/elas-sao-lesbicas-e-tem-uma-familia-normal>. Acesso 27 mai. 2015.)

DELINEAMENTOS DAS MATERNIDADES LÉSBICAS: ENTRELAÇAMENTO DO CONJUGAL, DO SOCIAL, DO POLÍTICO

Ou a diferença sexual é pensada em termos de complementaridade, e a mulher se torna um *alter ego* do homem, dividindo com ele um prazer carnal e um papel social; ou é inferiorizada, e a mulher é classificada em uma espécie de zoológico: monstro, andrógina, lésbica, prostituta; ou é idealizada, e a mulher se torna um suplemento, heterogêneo à ordem simbólica: a louca, a mística, a virgem. (Elisabeth Roudinesco, 2003, p. 117).

Em relação à diferença sexual, as mulheres lésbicas, como anuncia a epígrafe, são pensadas em termos de inferioridade e classificadas em uma espécie de zoológico. Em relação às maternidades, são percebidas socialmente como transgressoras em uma escala que pode ir do desviante ao inaceitável porque provocam a não compreensão no sistema heteronormativo ao produzirem experiências maternas que rompem com o dualismo, baseado em lugares determinados de mulheres mães e homens pais, definidos pelo sistema de gênero. Rompem com a identidade baseada na suposta essência feminina traz como consequência a existência de um desejo heterossexual.

São esses os pressupostos a partir dos quais colocam-se os objetivos de tratar dos modos como as maternidades lésbicas constituem-se e identificar referências do aprender a ser mãe e do sentir-se mãe, considerando o que foi exposto por Françoise Héritier (2000):

[...] os sistemas de filiação (que consagram o pertencimento a um grupo socialmente definido), os sistemas de parentesco (que determinam o modo pelo qual classificamos e denominamos nossos parentes consanguíneos e aliados), as modalidades de aliança matrimonial e os modelos da família são dados eminentemente sociais. E o que quer dizer isto? Se alguma dessas instituições fosse biologicamente fundada, e portanto natural e necessária, ela se apresentaria universalmente sob a mesma forma. Ora, este não é o caso para nenhuma delas. (HÉRITIER, 2000, p. 99).

Quando escreveu *A mulher do futuro*, Evelyne Sullerot (1967) registrou que haveria uma reviravolta de papéis e de sentimentos em relação aos papéis das mulheres em torno da maternidade e as gerações vindouras teriam de fazer frente a três facetas: a mãe que lega seu material genético; a que carrega consigo a criança dando-a à luz e a que cria a criança. Embora ela afirmasse serem as previsões perigosas porque prever é arriscar-se aos desmentidos dos fatos e às contradições de outros previsionistas, registrou que os aspectos

que prevaleceriam no futuro seriam aqueles favoráveis à mãe que cria a criança dando amor, alimento, desvelos, teto e segurança. Trata-se de uma previsão que permite verificações em relação às bases nas quais as maternidades lésbicas estabelecem-se, levando em conta o que foi dito pelas participantes da pesquisa, 50 anos depois do texto de Sullerot (1967) ter vindo a público.

Nos relatos orais recolhidos estão presentes os três modos pelos quais as entrevistadas realizaram o desejo de ser mãe: adoção, Reprodução Assistida – RA e relação heterossexual. Dois casais, Lana e Luna, Doralice e Catiane adotaram com a intermediação da Vara da Infância e da Juventude através do Cadastro Nacional de Adoção. Norma e Ana, Jéssica e Julian são os dois casais que tiveram filhas e filho pela FIV, tanto com doador anônimo como com doador conhecido, caso de Jéssica e Julian que convidaram um amigo gay.

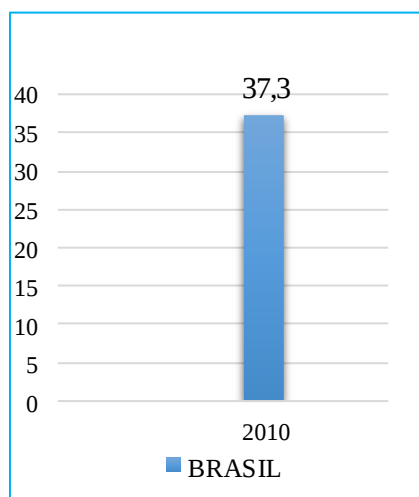
Alessandra, Marina, Zélia e Julian tiveram filhas e filhos nascidos de relação heterossexual em diferentes circunstâncias. Alessandra teve seu filho mediante o que classificou de “produção independente”, Marina teve sua filha “por acaso, foi um descuido” num momento de sua vida em que mantinha relações heterossexuais e ainda não se identificava como lésbica. Zélia é divorciada, teve um casamento heterossexual período em que se tornou mãe de uma filha e um filho. A história de Julian é que quando completou quinze anos passou a querer muito ser mãe, embora já soubesse que não tinha afeição por homens: “Na vontade de ser mãe procurei um homem bem mais velho para ter relação sexual e engravidar, hoje ele é falecido e meu filho não tem o seu nome no registro de nascimento”.

A vida conjugal dessas mulheres lésbicas e o nascimento de suas filhas e filhos configuraram formas de organização familiar que não eram visíveis até estabelecer-se o debate em torno das reivindicações de direitos legais ao casamento civil entre os homossexuais, descritas por Luiz Mello (2005). Sendo assim, não é possível identificar sua existência anterior em registros censitários, mesmo considerando o acompanhamento dos dados relativos às famílias monoparentais chefiadas por mulheres que no Brasil, compõem uma realidade histórica, conforme propõe Eni de Mesquita Samara (2002), ao referir-se à família brasileira do primeiro Censo do Brasil, em 1872, quando aponta a porcentagem de 29,84% das mulheres entre 35 e 59 anos, como mantenedoras e chefes de suas famílias.

Os índices mais elevados estão em Minas Gerais, onde era marcante a presença de mulheres como chefes de domicílios, sendo responsáveis pelas economias domésticas e por várias atividades na manufatura, especialmente de algodão e tecidos. [...]. No entanto, pouco ainda sabemos sobre quem eram essas mulheres quanto a origem, raça e condição, o tipo de família que lideravam e o seu modo de vida. (SAMARA, 2002, p. 44).

No censo brasileiro de 2010 (IBGE, 2010), os índices mais elevados de mulheres mantenedoras de famílias concentram-se na Região Nordeste. No Brasil como um todo, foi registrado que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres representaram a proporção de 37,3% dos 57,3 milhões de domicílios, conforme ilustra o GRÁFICO 1.

GRÁFICO 1: Proporção de Famílias com Mulheres Responsáveis pela Família do total de 57, 3 milhões de domicílios brasileiros – 2010



Fonte: Gráfico gerado pela pesquisadora no decorrer da pesquisa, a partir de dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/diversidade-das-mulheres/lbt/dados/dados>.

O ritmo das dinâmicas sociais aponta a necessidade da inserção constante de novos marcadores. Foi assim que, nas *Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico – 2010* (IBGE, 2014), incluiu-se marcadores relativos à diversidade de organizações e de formas entre as famílias brasileiras, em razão de mudanças atribuídas aos novos tipos de união, ao aumento de mães solteiras, de separações e divórcios e aos novos padrões de sociabilidade e relações de gênero. Como tratam-se de marcadores que ampliam as perspectivas de análise, cabe a pergunta: Estariam inseridas nesse universo quantitativo famílias de mulheres lésbicas? Lembrando que as famílias das participantes desta pesquisa estão excluídas da pergunta porque formaram-se a partir de 2010 e que a pergunta é um indicador dos desafios que podem ser postos para pesquisadoras e pesquisadores em suas pesquisas.

As estatísticas mais recentes sobre as mulheres brasileiras mostram que, cada vez mais, elas estão presentes no mercado de trabalho e com níveis de

escolaridade mais elevados do que os homens. Estas mudanças influenciam o comportamento social das mulheres tanto no âmbito público como no privado. Independentemente de se tratar de casal sem filhos ou casal com filhos, houve um aumento considerável da proporção de mulheres responsáveis pelos núcleos familiares entre 2002 e 2012. No caso dos núcleos formados por casal sem filhos, a proporção de mulheres passou de 6,1% para 18,9%, nos casais com filhos de 4,6 % passou para 19,4%. Nas monoparentais, as mulheres sempre foram maioria, proporção que se mantém no período. (BRASIL, 2013b, p. 63).

Os dados censitários não falam por si sós, pedem reconhecimentos constantes e cuidadosos, pedem cotejamento com resultados de outras pesquisas quantitativas e qualitativas para que a constatação de Samara (2002), de que pouco ainda se sabe sobre quem eram essas mulheres quanto à origem, raça e condição, o modo de vida e o tipo de família que lideravam, ocupe cada vez menos espaços entre as faltas de respostas para questões sociais relativas às mulheres em suas especificidades de família e de vida, inclusive, como subsídio para a aprovação de leis e implantação de políticas públicas que correspondam às suas necessidades, sobretudo, àquelas relativas aos grupos mais fragilizados pelo difícil acesso aos bens básicos como moradia, educação, saúde, trabalho.

Uma das características das mulheres lésbicas participantes é que não estão próximas dessa realidade. Com exceção do casal Jéssica e Julian que estava desempregado no período da entrevista, tendo declarado que sua família passava dificuldades em relação à administração do ganho de Jéssica para todas as despesas, apenas Lana fez menção à importância dos cuidados com o financeiro em função das mudanças que a maternidade provoca nos orçamentos familiares. Lembrando que Jéssica e Julian realizaram a fertilização *in vitro*, que é um procedimento médico de alto custo, utilizando o serviço do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – HC que oferece parte do tratamento gratuito, sendo os medicamentos pagos por pacientes.

As participantes da pesquisa, que são mães, nomearam três modos para a concretização do desejo de ser mãe que serão objeto de exposição nos próximos tópicos. O critério adotado para a sequência é a ordem em que apareceram nos relatos: adoção, Reprodução Assistida – RA e relação heterossexual. Todos esses modos remetem a distinções que ampliam as tensões nos âmbitos sociais e políticos, dadas as novas demandas que provocam, sendo essa uma questão que, por diferentes ângulos, aflige não apenas as lésbicas que vivem no Brasil onde o casamento civil, a adoção e a Reprodução Assistida – RA são permitidos, mas também aquelas que vivem em outros espaços geográficos nos quais há impedimentos para a união legal de casais do mesmo sexo, de adoção por homossexuais e de RA para lésbicas (ANEXO F).

O uso da expressão, opção pela maternidade, para as abordagens relativas aos modos pelos quais as entrevistadas definiram-se como mães, não refere-se a escolha de uma exposição restrita ao universo pessoal, dado o contexto político e social que envolve as maternidades e que está expresso no conceito de Françoise Collin e Françoise Laborie (HIRATA *et al.* 2009), aqui retomado: a maternidade constitui, ao mesmo tempo, uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida – uma função social em nome da qual reivindica direitos políticos ou direitos sociais e uma das fontes de opressão.

Vias legais e grupos de apoio: aspectos da adoção no Brasil

O título do item anuncia a existência de vias legais e de grupos de apoio como aspectos da adoção no Brasil e são essas as circunstâncias que envolveram as participantes que adotaram. Mas, há outros aspectos que se circunscrevem na adoção e que estão inseridos na chamada adoção à brasileira, um conceito tratado por Claudia Fonseca (2002) na pesquisa que realizou sobre dinâmicas familiares em grupos populares brasileiros e que, mesmo não fazendo parte da abrangência desta pesquisa, merece ter destaque porque levanta a questão em relação à ideia da priorização de laços consanguíneos, anunciada nos caminhos da metodologia, projetando-se para a distinção entre filiação biológica e filiação social constituída pela adoção. Uma questão que dá margem à hipótese de que: se há priorização de laços consanguíneos, estará na pauta de filhas e filhos adotados a tensão social entre a filiação legítima e a ilegítima, dependendo dos moldes em que as relações sociais ocorram, mesmo havendo papel passado, ou seja, o registro de nascimento.

Na adoção à brasileira, a tensão social poderá ampliar-se para outras ordens. Por exemplo, o apelo de mães e pais biológicos para, em algum momento, fazer valer seus direitos querendo reaver filhas e filhos, pois, sabem quem adotou, já que realizaram a transferência, embora ela seja irrevogável porque integra a criança à nova família e, um processo para tentar reverter a situação apenas será possível se houver reconhecimento de que houve o crime. No Brasil, uma criança apenas pode ser entregue à adoção depois que a mãe declara ao Conselho Tutelar²⁵ de seu município, o motivo pelo qual não pode ficar com a criança. Quem adota nessas condições, registra a criança como se fosse nascida de si, fazendo que a distinção entre filiação biológica e filiação social seja ocultada.

²⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi aprovado em 1990 e estabeleceu a instituição dos Conselhos Tutelares como seus órgãos promovedores e fiscalizadores.

Poderá a tensão social ser também de ordem familiar com demarcação dos laços de sangue, disputa de patrimônio ou escolar, com a tramitação de documentos e pela pressão de colegas. O relato oral da cabelereira Nelly conflui para a adoção à brasileira e apresenta todos os pontos de tensões sociais mencionados. Ela foi adotada há 50 anos, sendo a nona filha de sua mãe biológica que morreu aos 43 anos de idade de doença de Chagas quarenta dias depois de seu nascimento. Moravam em uma fazenda e, uns dias antes de morrer, chamou Célia, moradora de uma fazenda vizinha, que era sua conhecida e pediu, na presença do marido, que se algo acontecesse era para ele dar a menina para a Célia que era casada, mas, não era mãe. Assim Nelly tornou-se filha da Célia e do Geraldo.

Aos oito anos, no segundo ano escolar, foi chamada pela direção da escola e informada de que havia erro em seu registro de nascimento. O erro apareceu porque todas as vezes em que o nome de sua mãe era mencionado na escola diziam Hilda e ela contestava: “Mas, minha mãe chama Célia”. Quando pegou o documento em mãos, leu que era filha de Geraldo e de Hilda e não reconheceu os nomes dos avós maternos.

Na escola, os comentários de colegas foram de que seu pai deveria ter tido outra mulher mesmo sendo casado. Ela afirmou que sofreu com isso. Como morava na cidade com sua avó Santa para poder ir à escola, chegando em casa, foi logo mostrando o documento e querendo saber. A avó respondia repetidamente: “Você tem dois pais e duas mães” e sua explicação não ia adiante. “Foi a chegada providencial da minha mãe que resolveu o problema porque ela contou toda a história e nessa hora eu entendi o que era ser adotada”. Nelly disse que aprendeu muita coisa com sua avó mas, sempre ouviu dela: “Você é filha postiça da Célia, você é minha neta postiça, na sua veia não corre o nosso sangue”.

Quando eu comecei a namorar o Bêla com 14 anos, é que ele foi ao cartório pra arrumar minha certidão. Ele conhecia muita gente, advogado, então ele conseguiu. Quando eu tinha 14 anos meu pai biológico veio me buscar, disse que queria me levar. Veio junto com um irmão meu. Mas eu não reconheci ele como pai. Minha mãe começou a chorar e dizer, filha, eles querem te levar. Eu falei pra ela: Mãe, porque você tá chorando? Quem te falou que eu quero ir? Aí ela aliviou. Eu tinha certeza do querer deles. A pessoa tem que querer ter um filho. (Relato de NELLY).

“Que essa adoção à brasileira é extremamente comum, ninguém duvida”, sendo indicativa do descompasso entre as práticas e a lei e apontando um paradoxo da sociedade de classes: “enquanto legisladores liberais tendem tacitamente a endossar esta apropriação popular da lei, outros, mais conservadores, chamam a atenção para o perigo desta tolerância tornar a adoção legal letra morta”, expôs Claudia Fonseca (2002, p. 129-130). O relato de Nelly e o conteúdo do QUADRO 3 com informações do registro de boletim de ocorrência

policial, apontam a permanência da adoção à brasileira e colocam interrogações sobre os limites entre a legalidade e a ilegalidade.

QUADRO 3 – Bebê vendido pela mãe é recuperado pela Polícia Civil catarinense no Paraná

Através de uma denúncia, recebida pelo Conselho Tutelar de Camboriú, os policiais da DIC iniciaram as investigações no final do mês de agosto. A mãe da criança, Jenifer Costa Capistrano, de 18 anos, foi localizada e interrogada, e, depois de efetuadas as devidas diligências, o delegado da DIC, Osnei Valdir de Oliveira, representou pela medida cautelar de busca e apreensão no imóvel do casal que estava com a criança e da própria criança. Após a medida ser deferida pela Vara Criminal da Comarca de Camboriú, uma equipe da DIC se deslocou até Palmas, onde localizou e resgatou o bebê e apreendeu os documentos relacionados ao caso. O Conselho Tutelar de Camboriú acompanhou a ação policial e ficou responsabilizado pelo transporte da criança até Camboriú.

A mãe, que no início da gestação era adolescente (no dia do parto era imputável), vendeu o próprio bebê em Camboriú e teria recebido R\$ 600 por mês durante o período gestacional. O pai da criança é um adolescente de 17 anos.

Moradora do bairro Monte Alegre, em Camboriú, ela quis abortar a criança, uma menina, mas houve uma intermediação entre uma mulher identificada como Leoci Aparecida Padilha, que acabou negociando o bebê para o irmão Jeferson de Alalanna, de 25 anos e a cunhada Ana Cláudia Schneider, de 25 anos, da cidade de Palmas.

O casal não poderia ter filhos, e, diante da possibilidade, mediante recompensa financeira, recebeu a menina logo depois do nascimento, restando configurada “a adoção à brasileira”.

A criança que completa, no dia de hoje, três meses de idade, foi registrada dois dias após o parto na cidade de Matinhos/PR, onde nasceu.

Jeferson e Ana Cláudia, que realizaram a adoção, Jenifer, a mãe biológica, e Leoci, que intermediou a venda da criança, ainda não foram detidas, visto que os mandados de prisão preventiva representados pelo delegado não foram decretados pela Justiça.

Oliveira ressalta que, em continuidade às investigações, os demais envolvidos serão interrogados no inquérito policial que apura o cometimento em tese dos crimes de tráfico de bebê, supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido, sem prejuízo de outros crimes que poderão surgir com a apuração dos fatos. A criança foi encaminhada a um abrigo e será disponibilizada para a adoção.

Fonte: BASAGLIA, 2015.

Paralelamente à adoção à brasileira, as vias legais mantêm-se em constantes tentativas de fortalecimento e mobilização social em função, tanto das pessoas que adotaram, quanto daquelas que querem adotar e também daquelas que participam dos trâmites dos processos de adoção, como juízes, assistentes sociais e psicólogos que compõem as equipes técnicas das Varas da Infância e Juventude (VIJ). Foi, dadas essas condições, que surgiram no Brasil os Grupos de Apoio à Adoção (GAAs), iniciativas voluntárias que organizam-se em prol da adoção, da prevenção do abandono, da preparação de quem deseja adotar, do acompanhamento de quem adotou, da ajuda na reintegração familiar, da conscientização sobre a legitimidade da família adotiva.

Ao lado dessas atividades, há uma atuação intensa para incentivar a adoção de quem está fora do perfil comumente desejado: crianças acima de 3 anos ou com alguma necessidade

especial e adolescentes, a chamada adoção tardia²⁶, caso em que se inserem as adoções feitas por Lana e Luna e Doralice e Catiane.

Em 1999, surge a Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD), uma associação civil, filantrópica, cultural e de defesa dos direitos de crianças e adolescentes com a finalidade de garantir o direito à convivência familiar e comunitária de toda criança e adolescente institucionalizado, na perspectiva de uma nova cultura de adoção, considerando-se um canal de fortalecimento do Movimento Nacional de Apoio à Adoção (ANGAAD, 2015). De acordo com essa Associação, todos os grupos têm em comum o objetivo de promover a defesa dos direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, no âmbito do que está proposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e para isso desenvolvem ações voltadas para:

- Adoções legais e vitalícias,
- A garantia do direito à família para todas as crianças e adolescentes,
- A legitimidade da família adotiva,
- Uma cultura de adoção na sociedade!

Com relação ao que se propõem esses grupos de apoio, o município de Araraquara-SP não fugiu à regra e, em 2009, algumas pessoas atenderam a um convite da Vara da Infância e da Juventude (VIJ) para refletir sobre a adoção e decidiram organizar o Grupo de Apoio à Adoção de Araraquara (GRUDAA).

As informações sobre o GRUDAA foram fornecidas em relato oral por Ana, uma das participantes desse grupo que desenvolvia suas atividades em encontros mensais com profissionais convidados: psicólogas (os), assistentes sociais, mães e pais adotantes, membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e grupos de apoio de outras cidades. O GRUDAA funcionou até 2013. Ana conheceu Lana e Luna durante o processo de adoção que vivenciaram e relatou que não viu problema algum no fato de um casal de lésbicas adotar. Acrescentou que, se dependesse de seu parecer ele seria totalmente favorável.

Durante seu funcionamento, o grupo priorizou a troca de experiências entre os adotantes e adotados e também preocupou-se em receber as pessoas que já estavam habilitadas no Cadastro Nacional da Adoção (CNA), mas ainda em espera por um filho (a).

Essa preocupação surgiu porque, depois de finalizado o procedimento visando a habilitação do pretendente que envolve: o pedido formal feito à VIJ com a entrega da

²⁶ Sobre adoção tardia consultar Henrique Munhos (2011), **A luta incansável pela adoção tardia**.

documentação; entrevistas feitas por profissionais de Serviço Social e Psicologia; passagem pelo Curso de Preparação, até chegar a uma sentença judicial, período que pode durar, no máximo, de 04 a 06 meses, as pessoas que desejam adotar passam de um estado inicial de euforia para um indeterminado tempo de espera. Uma fase de angústia e incertezas, sobretudo se a pretensão de adotar recai sobre crianças com idade entre de 0 a 3 anos, condição difícil de concretizar-se, embora seja a que mais aproxima-se do desejo dos adotantes, complementa Ana em seu depoimento. Nesse sentido, a adoção tardia tem maiores possibilidades de ocorrer, sendo menor também o tempo de espera.

Questionada sobre o motivo para o encerramento das atividades do GRUDAA, a explicação de Ana foi de que, houve uma mudança de concepção nos rumos do suporte oferecido pela VIJ até aquele momento, em decorrência de que o juiz em ação junto ao grupo foi transferido de Araraquara para outra cidade, prerrogativa que fez com que o grupo se sentisse impossibilitado de continuar, daí sua extinção em 2013. Ela complementa que, dessa data em diante, as pessoas que querem adotar continuam contando com os cursos de capacitação que a VIJ oferece por meio de sua equipe técnica, como deve ocorrer em todas as varas durante o procedimento de habilitação.

Acrescenta um comentário sobre a diminuição do número de crianças e adolescentes para serem adotadas, sobretudo no estado de São Paulo. Credita esse fato à origem da Nova Lei da Adoção, Lei 12010/2009²⁷ (BRASIL, 2009), resultante de alterações de alguns artigos do ECA. Explica que com essa lei ficou fixado um prazo máximo de 02 anos para que a autoridade judiciária competente, com base nos laudos técnicos de sua equipe, defina a situação da criança e do adolescente acolhido, ou seja, se há possibilidade de reintegração familiar. Todos os esforços serão voltados nesse sentido, uma vez que o direito da criança à convivência na família natural é um dos princípios norteadores da lei.

Caso isso não seja viável, e sendo determinada a destituição familiar dos genitores, a criança ou adolescente pode então ser colocada(o) em família substituta, mediante adoção, guarda²⁸ ou tutela. Esclarece que não é necessário esperar os 2 anos se completarem, pois, na

²⁷ Consulta à lista dos Grupos de Apoio à Adoção – GAAs do estado de São Paulo no sítio da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção – ANGAAD, apontou que a quantidade de grupos com data de fundação anterior a 2009 é menor e a maior concentração está em 2010, o que a criação da Nova Lei da Adoção talvez possa explicar. Disponível em: www.agaad.org.br/lista_gaad.html.

²⁸ Há dois tipos de guarda, a provisória e a definitiva. A guarda provisória destina-se a durar unicamente até que venha a ser substituída pelo poder familiar que nasce com a sentença concedendo a adoção aos novos pais e mães. A guarda definitiva em nada se refere à adoção. Só se concede guarda definitiva de uma criança ou adolescente a alguém que não seja seu pai ou mãe, a alguém que cuidará que será responsável, sem torná-lo filho com os direitos inerentes à filiação. Sendo assim, a pessoa que tem a guarda provisória tem como objetivo ser legalmente pai ou mãe e quem tem a guarda definitiva não poderá ser pai ou mãe legal de uma criança ou adolescente.

lei determina-se que de 6 em 6 meses deve ocorrer uma reavaliação, através das audiências concentradas. Estas visam agilizar os processos e podem, inclusive, acontecer nas próprias instituições de acolhimento, contando com a presença do magistrado, equipe técnica, promotor de justiça e membros dos grupos sociais acionados que atuam junto à família tais como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), assim como das próprias famílias, crianças ou adolescentes envolvidos.

A convivência familiar não precisa acontecer, necessariamente, com os pais biológicos. Mas a lei dá preferência muito clara aos genitores e ao que o Estatuto da Criança e do Adolescente chama de “família extensa ou ampliada”: tios, primos, avós ou qualquer parente com o qual a criança ou o adolescente conviva e mantenha vínculos de afinidade e afetividade. De acordo com a lei, a adoção é medida excepcional e só deve ocorrer quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. (PAGANINE; GUEDES; BRASIL, 2013, p.29).

Caso a criança ou o adolescente seja de fato encaminhado para a adoção, há três instâncias em que ela pode ocorrer. Inicialmente são procuradas pessoas pretendentes nos cadastros locais de adoção e, se resultarem negativas as consultas na própria Comarca, as buscas seguirão para o Cadastro Nacional de Adoção – CNA, sendo a adoção internacional a última opção. Todas essas etapas são acompanhadas pelas equipes técnicas das Varas de Infância e Juventude – VIJs que emitirão os pareceres sobre a adaptação das crianças e adolescentes às novas famílias, bem como a conveniência na continuidade da medida.

Um mapa, traçado a partir dos dados estatísticos do CNA (BRASIL, 2015), oferece uma ideia da distribuição quantitativa das adoções no território brasileiro. O número levantado de 625 adoções para 2015 está computado para os primeiros seis meses do ano.

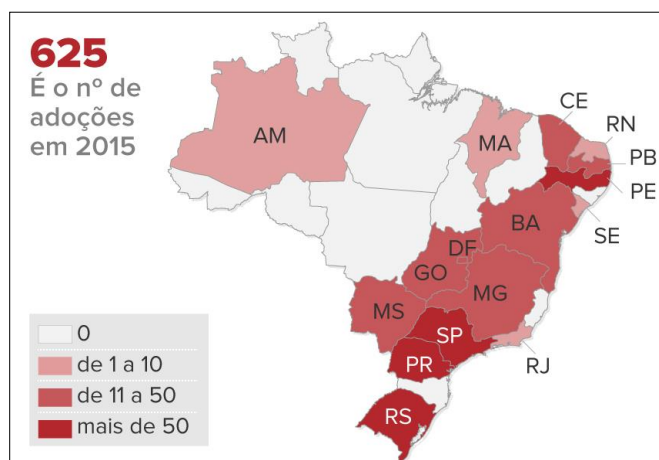


Figura 6: O retrato da adoção no Brasil. Fonte: G1. 29/06/2015. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/2015/o-retrato-da-adocao-no-brasil/>.

A instituição da Nova Lei da Adoção em 2009, provocou uma série de debates e ações como mostraram os resultados das audiências públicas no Senado Federal (PAGANINE; GUEDES; BRASIL, 2013), do Relatório da Infância e Juventude elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2013a) e do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (ASSIS e FARIAS, 2013).

O Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento realizado no decorrer de 2010, indica que nesse ano existiam 2.624 abrigos em 1.157 municípios do Brasil (20,8%). São Paulo apresentava o maior número: 362. Na lista dos estados que concentravam mais unidades de acolhimento, estavam Minas Gerais: 352, Rio Grande do Sul: 213, Rio de Janeiro: 173 e Paraná: 131 (ASSIS e FARIAS, 2013).

O Relatório da Infância e da Juventude (BRASIL, 2013a) indicou que 5.465 dos 44.585 acolhidos nos abrigos estavam aptos à adoção. A principal razão apontada para esses indicadores é de que, o abrigo acolhe temporariamente crianças ou adolescentes até que os familiares recuperem a capacidade de recebê-los em um ambiente considerado apropriado pela legislação. Consulta aos relatórios estatísticos do CNA, em 2015, aponta que 6.631 crianças e adolescentes estão aptos para serem adotados, o que indica um aumento em relação a 2013 e aqui as causas podem ser duas: aumento real de crianças e adolescentes nos abrigos ou melhor acompanhamento do poder público e agilidade para as deliberações dos juízes.

Quanto às pessoas pretendentes à adoção, o CNA (BRASIL, 2015), registra 33.877 (100%) pessoas, sendo que 78 delas pleiteiam a adoção pela Vara da Infância e da Juventude de Araraquara-SP. Do total de pessoas cadastradas, portando, habilitadas, há 736 (2,17%) pretendentes em processo de adoção restando, assim, 33.141 (97,83%) de pretendentes ativos. Os índices numéricos e percentuais são demonstrativos da dimensão do problema e, diante deles, é preciso ter cuidado para não correr o risco de traçar uma visão linear sobre as causas para uma criança ou um adolescente estar abrigado. Elas são complexas e conflituosas como mostra o depoimento oral dado por uma adolescente de 14 anos, na página de abertura da ANGAAD, e aqui transcrito:

Tenho quatorze anos, aí minha mãe me botou aqui desde 6 anos. Aí, me deixa aqui até hoje, 8 anos eu já estou aqui.
Aí, vêm várias pessoas gostam de mim quer me adotar, mas minha mãe não deixa eu ser adotada. Mas aí, eu fico com uma angústia no peito, fico às vezes no canto chorando porque minha mãe me deixou aqui desde 6 anos. Aí não dá pra (eu decidir, parece ser a expressão usada pela adolescente que chora nesse momento) porque eu não posso responder por mim mesma. (ANGAAD, 2015).

É nesse contexto que inscrevem-se as adoções concretizadas pelos casais Lana e Luna, Doralice e Catiane que formaram suas famílias tonando-se mães pela adoção: Doralice e Catiane adotando um menino de quatro anos e Lana e Luna adotando dois irmãos Yasmin de oito anos e Thiago de quatro anos.

Mulheres Lésbicas e a opção da maternidade pela adoção

Os múltiplos sentidos ou as múltiplas faces da maternidade indicam que as etapas do conceber, gestar e parir, embora plenas de vínculos sociais, estão mais relacionadas ao biológico do ser, enquanto o criar e o cuidar estão plenos de vínculos sociais que, em relação à face da maternidade lésbica por adoção, podem ser compreendidos como uma especificidade favorecedora para seu reconhecimento social. Isto é, caso entenda-se que essa maneira de ser mãe extrapola o conceber, gestar e parir, sendo viabilizada por vínculos sociais e relações de parentesco que não se fundam em laços sanguíneos e sim nos múltiplos sentidos que articulam-se com o contexto: trajetória de vida da mulher, sua sexualidade, seu desejo de maternidade, a construção de identidades e o reconhecimento social.

Em 2015, Lana e Luna completaram o primeiro ano ao lado dos filhos que haviam permanecido por quase três anos em um abrigo, sob a tutela do Estado, onde aguardavam por uma nova família após terem sido retirados do convívio dos pais biológicos. Mãe Lana e mãe Luna, como as crianças as chamam, continuam promovendo encontros entre as crianças e seus outros dois irmãos biológicos que foram adotados por outra família.

Do momento em que fizeram curso preparatório para a adoção até coletar os documentos, dar entrada, serem chamadas para a entrevista e receberem a assistente social (ANEXO D), foram exatamente 9 meses. Para Lana, foi quase uma gestação. Ela considera que a maternidade é transformadora e cabe à mãe deixar-se transformar.

Hoje, dia 06 de abril de 2015, faz exatamente um ano do dia em que eu e a Luna recebemos nosso telefonema-parto: há um ano atrás uma assistente social nos anunciava a existência de nossos filhos. A energia deles, o reconhecimento de que eles eram nossos foi imediato: um arrepiro único percorreu o meu corpo inteiro ao ouvir a assistente social falar deles no telefone. Uma menina e um menino. 8 e 5 anos. Yasmin e Thiago. E o tempo parou, como se uma bolsa de água estourasse e de repente entrássemos às pressas para o acontecimento que nos transformaria para sempre. Nunca mais fomos as mesmas desde aquele telefonema. O nosso mundo rodopiou - simbólica e literalmente - e nascemos juntos todos uma vez mais. E agora juntos para sempre. (Relato de LANA)

A opção pela adoção de uma criança também fez parte do processo de construção conjugal de Doralice e Catiane. Foi das conversas para decidirem se queriam ser mães que veio a decisão de adotar e, diante disso, foram à uma Vara da Infância e da Juventude para conversar e lá receberam orientações de um grupo de apoio às pessoas que pretendem adotar.

Como não eram casadas, uma delas fez a habilitação para adoção na modalidade monoparental, mas, desde o início afirmaram-se como casal homoafetivo no Fórum. Explicaram que em 2011, à época da habilitação para adoção, tiveram dificuldades no andamento processual caso pleitassem em conjunto a habilitação. Para Ana, a entrevistada que foi participante do GRUDAA: “[...] os números sobre a adoção por lésbicas são incertos porque até 2013 quando as mulheres faziam as habilitações para adoção como únicas pretendentes, havia espaço apenas para solteiras ou viúvas”.

Foi em uma das Varas da Infância e da Juventude da Capital de São Paulo/SP, onde residiam, que Doralice e Catiane receberam as orientações judiciais e inteiraram-se de que como pretendentes podiam habilitar-se (ANEXO E) somente na comarca de residência, mesmo que no momento da habilitação não houvesse crianças abrigadas para adoção na região, considerando-se que o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) tem alcance em todo território brasileiro. Nessas condições, no momento em que foram chamadas para a adoção viajaram para um município do interior do estado de São Paulo para buscar um menino de quatro anos que tornou-se filho de ambas.

Eu acompanhei todo o processo, fui a todos os encontros e depois a gente decidiu que era melhor as duas fazerem habilitação porque no primeiro momento eu não me habilitei. Eu tinha medo da decisão desfavorável do juiz, a gente tinha medo do juiz não aceitar duas mulheres mães da mesma criança. Mas com o tempo passando fui ficando mais à vontade, aquele medo de ser discriminada foi passando, eu não me senti em nenhum momento discriminada. Na verdade, a discriminação é uma coisa que acontece porque a gente é homossexual; porque a gente é negro; porque a gente é mulher; porque a gente é pobre; porque a gente é tanta coisa que eu não tenho nenhuma certeza de que isso nunca vai acontecer, mas, eu tenho a certeza de que eu vou saber enfrentar. Isso eu tenho. (Relato de DORALICE)

No início do processo de habilitação para adoção achei que seria melhor entrar uma só porque assim a adoção seria garantida e quem sabe mais rápida também. Nós duas pensamos que assim seria melhor então, eu me habilitei. Mas quando o processo foi caminhando a gente foi conversando e achou que seria melhor as duas fazerem a habilitação. Quando o nosso filho de 4 anos chegou a gente decidiu que iria juntas pra adoção. (Relato de CATIANE).

Ao tratar das motivações da mãe adotiva, Claudia Fonseca (2002, p. 94) argumenta que diante da pergunta por que uma mulher cria filho de uma outra? provavelmente, nas

respostas, haveria um motivo distinto para cada mãe adotiva, mas, todas contando com o “prestígio advindo de socorrer os necessitados e teoricamente a mãe adotiva se beneficia das vantagens que acompanham a maternidade, em particular, a eterna devoção de filhas e filhos”. Dado o contexto desta pesquisa, pode-se acrescentar que as mães adotivas contarão também com desafios decorrentes da orientação sexual que podem ser acrescidos pela visão de adoção mais ou menos favorável instalada nos ambientes de convivência familiar e social.

Com certeza tem gente que não concorda, já teve comentário de aluno. Aí vamos na escola e conversamos. O que sempre digo é que crianças não são preconceituosas, os pais são. Não dá pra dizer que não há preconceito. E as crianças são negras, adotadas, filhas de duas mães, e precisam estar preparadas para enfrentar o dia a dia.

Eu sou ativista, acho que falta representatividade, tem muita gente no armário porque há tanto a enfrentar. O primeiro preconceito que a gente sofre é em casa. As pessoas que nunca pensamos que virariam as costas para nós viram. Não é fácil. Quando existe alguém que se expõe, isso alimenta as pessoas que ainda estão precisando de forças. (Relato de LANA).

Meus pais são completamente apaixonados pelos netos, meu pai é de outra cidade, mas vem todo mês nos visitar e passa ótimos momentos com eles, anda de bicicleta, brinca, leva pra passear. Tenho um irmão 6 anos mais novo, este também adora os sobrinhos e sempre vem visitá-los. Minha mãe se mudou recentemente pra Araraquara e tem sido de ajuda essencial na criação das crianças. Almoçamos lá diariamente, ela é completamente apaixonada por eles.

Além disso tenho outros dois irmãos adotivos por parte de mãe, Gledson de 16 anos e Duda de 13. Eles adoram os sobrinhos e os 4 passam muito tempo juntos. Isso acabou sendo bom porque acaba suprimindo um pouco da falta que eles sentem dos irmãos. (Relato de LUNA).

A Opção da Maternidade pela Reprodução Assistida – RA

Tecnologia²⁹ é uma expressão utilizada para significar instrumentos, métodos, técnicas e promover modificações tendo em vista resolver problemas e satisfazer as necessidades humanas. Ou seja, a tecnologia em sua etimologia é o conjunto de conhecimentos, argumentos, razões em torno de uma arte, de um fazer determinado, cujos objetivos são resolver problemas e satisfazer as necessidades humanas. Assim entendida, compreende-se que haja tecnologia de diversas ordens para resolver problemas diversos e necessidades humanas que se renovam permanentemente.

No texto *A Coxa de Júpiter*, Françoise Héritiér (2000) explica como diversas sociedades utilizaram ao longo da história, possibilidades de filiação que podem ser

²⁹ A palavra tecnologia tem origem no termo grego *tékhnē* que significa arte, ofício, técnica, mais *logia* que significa conjunto de saberes. Fonte: DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Tecnologia. Disponível em: <<http://www.dicionarioetimologico.com.br/>>. Acesso em 27 jan. 2016.

compreendidas no âmbito das tecnologias reprodutivas, sendo essas, portanto, não tão novas. Aquelas identificadas como Novas Tecnologias Reprodutivas (NTRs) estão no campo das novidades na reprodução humana a partir de laboratórios e surgem em uma sociedade regida pela heteronormatividade, afastando-se, portanto, daquelas sociedades estudadas por Hérítier (2000). Nesse contexto, ao recorrerem à Reprodução Assistida (RA), casais de lésbicas abalam a ordem heteronormativa a partir da apropriação de um aparato pensado como auxílio para casais heterossexuais diante da impossibilidade involuntária de gerar filhas ou filhos e as consequências vão além da resolução da infertilidade masculina ou feminina.

As lésbicas que dirigem-se à RA pretendem constituir uma família fundamentada nos desejos de conceber e criar juntas e nos vínculos consanguíneos. Trata-se de um casal que instaura uma diferença a partir da maternidade consanguínea que é valorizada e reforçada pela sociedade e reiterada pela propaganda da RA através da fertilização *in vitro*. No entanto, este projeto pode ser problemático quando visto pelo ângulo de que a concretização da maternidade, de um lado, não resulta, necessariamente, na entrada em parentesco de outro, como ocorre com o casal heterossexual. As situações relacionadas às lutas jurídicas pela legalização de duas mães e consequentemente a inserção dos nomes dos avós registrados na certidão de nascimento, oferecem uma dimensão das questões a serem superadas.

A percepção da maternidade mantida como algo sagrado e realizado através de um par heterossexual que detêm o poder da reprodução biológica e social, configura-se como o modelo socialmente aceito para dar origem a descendentes. Diante dessa percepção, a homossexualidade coloca-se como uma aberração contrária às leis naturais, divinas e à moral de parcelas significativas das sociedades. Assim sendo, os casais de lésbicas acabam por constituir uma contravenção à ordem ao reunir o que o senso comum e as normas sociais separam: homossexualidade e maternidade. Essa forma de conceber interfere nas maneiras de ser mãe e na constituição familiar?

Para as lésbicas, recorrer à RA como opção para engravidar e gestar significa, em princípio, insurgir-se contra os seus propósitos iniciais que foram idealizados para solucionar a infertilidade humana, compreendida pela medicina como um problema de saúde, com implicações médicas e psicológicas. Mas, dada a coordenada de que o avanço do conhecimento científico permite solucionar vários casos de problemas de reprodução humana (CFM, 2015), pode-se supor que a visão dessa insurreição, no caso da sociedade brasileira, seja cada vez mais amenizada, restando para aquelas que escolheram esse procedimento, os novos desafios colocados pela criação porque, como foi enunciado por Françoise Hérítier (2000), não deve ser essa opção que interfere nos sistemas de filiação, de parentesco, nas

modalidades de aliança matrimonial e nos modelos da família, que são dados eminentemente sociais.

Em abril de 2015, o Conselho Federal de Medicina (CFM) (2015, p. 4) considerou que o STF, em 2011, havia reconhecido e qualificado como entidade familiar a união estável homoafetiva e, em face disso, adotou novas normas éticas para a utilização de reprodução assistida e declarou: “fica permitido o uso das técnicas de RA para relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras, respeitando o direito da objeção de consciência do médico”, resolução tomada para que as normas éticas

[...] “sejam – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudarão a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos – tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.013/13. (CFM, 2015, p. 1).

Embora o enunciado do documento refira-se à preservação da observância aos princípios éticos e bioéticos, ao estabelecer que o direito da objeção de consciência do(a) médico(a) deve ser respeitado, deixa uma brecha para a dúvida sobre, de que ordem seria o direito da objeção de consciência e qual o seu limite diante de pessoas em relacionamentos homoafetivos e solteiras. Resposta de difícil formulação porque está restrita aos acontecimentos que ocorrem nos ambientes clínicos.

Na pesquisa que realizou, Maria Eduarda Cavadinha Correa (2012) constatou casos de preconceito por parte de profissionais da saúde quando casais de lésbicas buscaram o serviço de reprodução assistida. Ela registrou entre os relatos das lésbicas que entrevistou, denúncias de um médico que se recusou a fazer o serviço por questões religiosas e de outro que chamou de gala-rala a companheira de uma das mulheres que queria engravidar. Gala-rala é uma expressão utilizada no nordeste brasileiro para significar pejorativamente um homem infértil.

Quando a Resolução do CFM foi publicada em 2015, Jéssica e Julian já haviam passado pelo processo da RA. Mantinham um relacionamento há quatro anos e Jéssica fazia tratamento para resolver problemas no útero, no Posto de Saúde Pública do Bairro onde moram em Ribeirão Preto/SP. Como Jéssica teve o diagnóstico de que seria difícil engravidar, condição que desejava, recebeu orientação para ir ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/SP (HC) onde Julian e ela foram informadas de que poderiam engravidar. A chance para ela seria de 3% e de 98% para Julian.

Aceitaram a experiência e pediram ajuda para um amigo gay na doação de espermatozoides. Os óvulos de Jéssica foram recolhidos, foi realizada a fertilização *in vitro* e, depois de um mês de testes, Julian viu-se grávida.

Nesse ponto, abre-se um parêntese para colocação pontual. Pelo acordo estabelecido no Consentimento Livre e Esclarecido, ficou definido que as participantes seriam nomeadas da forma que desejassem. Assim foi feito. Um tempo depois de realizada a entrevista, mas mantendo contato com o casal Jéssica e Juliana, esta comunicou à pesquisadora que adotara o nome social de Julian e que o artigo para defini-la seria masculino, portanto, o Julian. Seu pedido foi acatado, sem dúvidas, conforme explicação dada nos caminhos da metodologia. Porém, neste ponto da escrita, surge uma interrogação: como encarar a necessidade para a grafia do substantivo feminino aliado ao artigo definido masculino, o Julian ficou grávida? São problematizações que se colocam diante de situações novas decorrentes de novas relações sociais, novas identidades de gênero, para as quais a sociologia e outras áreas das ciências sociais tentam organizar definições e conceituações que contribuam para a compreensão das realidades sociais, sobretudo, aquelas que dizem respeito à construção social de identidades. Para ter-se uma ideia da dimensão do problema, ao tornar pública a orientação transexual com a mudança de nome, Julian adentra em um espaço de embate político e social que se expande no Brasil em 2016 com a publicação do Decreto Nº 8.727 (BRASIL, 2016) relativo ao direito do uso do nome social em todas as esferas públicas federais. De qualquer modo, esta não é uma questão social de fácil solução, trata-se de um ponto que veio à tona dentre as inúmeras questões submersas relativas às relações sociais de modo amplo e às constituições das identidades de gênero de modo específico.

Quanto à sua gravidez, Julian relatou que, embora estivesse na situação, levou um susto porque ficou sabendo do resultado positivo quando foi fazer o exame médico demissional para a empresa onde trabalhara até então, o que não pode concretizar-se porque a legislação trabalhista não permite que grávidas sejam despedidas.

Ela ia no ginecologista no posto do bairro. (Relato de JULIAN).

Eu tinha problema de menstruação. (Relato de JÉSSICA).

E como ela teve relacionamento com homem, ela apanhou muito e não se cura. Não adianta. Aí ele explicou tudo. Nós pedimos pra um amigo nosso. O que ajudou foi que minha mãe era enfermeira e a enfermeira chefe do posto também era do HC. Aí fizeram uma reunião e ninguém tinha essa vontade. Ele falou assim: eu vou arrumar pra vocês. Aí ele pegou e fez. (Relato de JULIAN).

A gente pagou os medicamentos. Ele queria fazer em mim, só que eu fiquei com medo de não segurar. (Relato de JÉSSICA)

Ele falou: ela tem 3% de chances e você tem 98%. (Relato de JULIAN)

Eu não precisei fazer esforço algum. (Relato de JÉSSICA)

Aí eu engravidei. Eu tinha começado a trabalhar, eu tava na experiência. Porque olha, lá, até então, eles falavam que não tinha dado certo, aí eu comecei a trabalhar. Ficaram um mês fazendo testes e não deu certo. Eu comecei a trabalhar e quando foi pra me mandar embora eu tava grávida. Mas, pra mim, até então, achei que não ia dar certo. Lógico que levei um susto, depois de treze anos você grávida de novo. (Relato de JULIAN)

No começo da gravidez eu fiquei revoltada, enciumada. Nossa! (Relato de JÉSSICA)

Embora a opção pela maternidade mediante a Reprodução Assistida – RA, aproxime Ana e Norma de Jéssica e Julian, as suas vivências lésbicas e maternais diferenciam-se como demonstram os depoimentos.

Tudo começou quando fomos ao ginecologista para conseguir a indicação de um médico especializado em reprodução assistida. Nós queríamos um médico que não tivesse preconceitos. Quando fomos ao consultório e contamos o que queríamos ele perguntou:

— Qual das duas vai engravidar?

Depois dessa conversa ele indicou o banco de sêmen e disse que o nosso caso seria fácil porque não se tratava de uma procura de inseminação porque tinham dificuldade em engravidar como era o caso da maioria das mulheres que iam à clínica. A gente fez a fertilização *in vitro* de um doador anônimo mas, olha, a história da escolha do doador foi difícil porque são muitas coisas em jogo, se o doador tem ou não alguma doença, se ele ficaria no anonimato ou havia alguma chance de querer descobrir quem eram os filhos. A gente queria filho fisicamente parecido com nós duas: pele branca, cabelos e olhos castanhos e pretos, então eliminamos negros e orientais. Daí recebemos uma lista de doadores brancos e fomos escolher entre as várias características que aparecem: raça, religião, tipo de sangue, RH, altura, peso, cor e tipo de cabelos lisos ou ondulados, cor dos olhos, pele, ascendência familiar. Aí, vem países de origem dos pais e avós, profissão e hobbies. (Relato de ANA).

Nos casos dos dois casais, as aproximações nos modos pelos quais tiveram filhas e filhos não se aplicam aos aprendizados da maternidade ou às experiências familiares que, dadas as condições econômicas mais ou menos favoráveis, são muito distantes.

Os gêmeos, uma menina e um menino, nasceram em São Paulo. Como temos uma condição financeira boa eles nasceram bem. Há pouco tempo mudamos porque a Norma foi transferida no trabalho. Nossa casa é confortável, com quintal e plantas, mas há uma diferença, na nossa família não se usa a palavra pai, há sim, um doador desconhecido e duas mães, então, as crianças têm duas mães mesmo elas tendo crescido numa barriga só. (Relato de ANA).

O contrato em si (União Consensual), você tem que mostrar pro juiz. Igual eu e a Jéssica não caberia porque a gente morava com a minha mãe, entendeu? Então, pra essa união ser aceita eu tinha que ter alguma coisa com ela. Então seria muito difícil. (Relato de JULIAN).

Quando minha mãe ia começar ajudar, ela caiu doente. (Relato de JÉSSICA).

Assim como na família de Norma e Ana, na de Jéssica e Julian também não se usa a palavra pai, são duas mães. Jéssica, relatou que embora conviva com o filho de Julian há quase dez anos – nascido de uma relação heterossexual – há pouco tempo ele perguntou se poderia chamá-la de mãe, ao que ela respondeu que sim, pois, era algo que aguardava e desejava que fosse possível acontecer, mas, não interferiu. Disse que deixou para o menino decidir.

Optar por ser mãe mediante reprodução assistida sendo lésbica coloca-se no rol das preocupações que ganham destaque ao se considerar as interpelações desse conjunto de técnicas e seu potencial de transformação da vida humana. Entre estas preocupações está, não obscurecer os estudos sobre reprodução humana que mostram as transformações de impacto que já ocorreram – os limites da concepção humana e as relações de parentesco que foram redesenhados com o advento das técnicas de reprodução humana assistida. Não obscurecer o preconceito que essa escolha gera ao contrariar a natureza, o biológico, o social, o sexual, enquadrados na heteronormatividade, além de contrariar o religioso. São avanços que geram embates diante dos quais, sobretudo, a saúde pública não pode se furtar, contexto onde também situam-se a importância das pesquisas em todas as áreas de conhecimento a ela compatíveis, a elaboração de legislação brasileira sobre o tema e políticas públicas que contemplem o tema da reprodução humana.

Maternidade entre Lésbicas com Filhos de Relação Heterossexual

Julian tem um filho de 12 anos que nasceu quando ela ainda era adolescente. A história que contou foi de que, a partir dos quinze anos, passou a ter uma vontade incontrolável de engravidar a qualquer custo. Teve relações heterossexuais com um homem bem mais velho que é pai de seu filho embora seu nome não conste do registro de nascimento do menino. Mesmo tendo vivenciado essa experiência, declarou que sempre gostou de mulheres. Quando conheceu sua companheira, há oito anos, já era mãe.

Com a Zélia a situação foi outra. Casou-se com um homem, teve uma filha e um filho e, quando eles eram adolescentes descobriu-se lésbica. Entre terminar a relação e divorciar-se contou que viveu um processo doloroso, de muito sofrimento.

Passado um tempo conheci a Ana Rita, senti que eu estava apaixonada e que ela retribuía. Foi tenso assumir para mim mesma, mas, acho que depois que isso aconteceu tudo caminhou naturalmente e decidimos morar juntas. No

começo não dei muitas explicações pra ninguém, mas, nunca deixei de conviver com meus filhos.

Chamei meus filhos, sentei e contei tudo. Eu acho que eles foram percebendo e quando eu contei que ia morar com a Ana Rita minha filha perguntou:

— Mas ela não é só sua amiga, né mãe?

Eu respondi, não filha, ela é mais do que amiga. Foi só. Como eles já moravam fora, no lugar de ir à minha casa passaram a ir na nossa casa. (Relato de ZÉLIA).

Alessandra e Marina também tiveram filho e filha mediante relação heterossexual, mas, em condições bem diferentes de Zélia, pois, não mantiveram convivência com os homens com quem relacionaram-se. Marina relacionou-se com homens quando era mais nova e em um desses relacionamentos engravidou, mas, o homem em questão sequer imagina que ela engravidou e deu a luz a uma menina. Alessandra fez acordo com um amigo para que ele colaborasse com seu desejo de ser mãe, sendo lésbica, e abrisse mão da paternidade, o que de fato se mantém há 9 anos.

Agora me identifico como lésbica, mas já tive experiências com homens. [...]. Não casei. O pai do meu filho é um amigo que embora tenha seu nome no registro, abriu mão da paternidade. (Relato de ALESSANDRA).

Olha, eu me identifico mais como lésbica do que bi, pois, apesar de já ter namorado homens, quando era mais nova, prefiro as mulheres porque a gente se entende melhor. Moro sozinha com minha filha. Vim para Araraquara em 2006. É uma cidade onde tô bem e onde tenho trabalho. Vim morar aqui porque foi aqui que me descobri lésbica. A minha filha veio por acaso, foi uma relação por acaso, mas não me casei com homens. Eu achei muito difícil quando vi que estava grávida. Eu tenho uma filha de 6 anos. Não me casei com homens. (Relato de MARINA).

É possível que as experiências heterossexuais: relação sexual, namoro, noivado, casamento, maternidade, antes de assumirem-se como lésbicas, antes de terem alguma experiência sexual, afetiva e/ou amorosa lésbica, mesmo não desconhecendo essa condição, possam ocorrer em razão da falta de possibilidades, da falta de estrutura emocional, social, para enfrentar os desafios que a revelação pode apresentar.

No que refere-se às experiências de viver em relação familiar, aprender a ser mãe e sentir-se mãe, a divisão de tarefas entre Jéssica e Julian não apresentou-se equitativa no momento em que ocorreram as conversas em função da entrevista.

Julian, mãe biológica de um filho de relação heterossexual e de uma filha fruto de reprodução assistida e Jéssica, que doou os óvulos mas, não é reconhecida legalmente como mãe da filha que tiveram juntas, estavam com dificuldades de conciliar as tarefas, pois, Jéssica entrava no trabalho ao entardecer e voltava para casa depois da meia noite, período em que Julian ficava com a responsabilidade da casa e dos filhos.

Embora Julian estivesse fora do mercado formal de trabalho, tentava conciliar o cuidado das crianças com o trabalho informal de vendas/trocas nas redes virtuais, usando um telefone celular para realizar transações de objetos eletrônicos e ganhar comissões pelas vendas. Seu filho, permanece em casa no período da manhã e à tarde frequenta a escola pública em outro bairro, para onde vai de ônibus circular. Para Jéssica e Julian a preocupação foi matricular o menino em uma escola melhor do que a do bairro onde vivem. A filha de um ano e meio, ainda não está matriculada em nenhuma escolinha de educação infantil dispendendo, portanto, cuidados durante todo o dia.

Durante a entrevista, Jéssica contou que, quando o casal tem alguma discussão, ela diz para Julian: “toma que a filha é sua”. Em seguida, declarou dizer isso em tom de brincadeira. De certa forma, essa brincadeira pode ser um reflexo de que as mães biológicas, ao assumirem uma relação lésbica, têm a atribuição de um papel de mãe principal, mãe primária, se assim é possível pensar, assumindo suas companheiras, papéis secundários e de apoio em relação à maternidade. Trata-se, inclusive, de circunstâncias que os trechos dos relatos destacados deixam entrever.

[...] é a primeira vez que minha filha se relaciona com uma namorada minha e elas estão se dando muito bem. (Relato de MARINA).

Tive uma experiência que não foi boa porque minha namorada não gostava do meu filho. Ela queria toda minha atenção e isso criava um problema para eu cuidar do meu filho. Acho que parecia uma disputa pela minha atenção, eu ficava completamente dividida e ela não conseguia entender que eram coisas diferentes. Não deu pra continuar e por enquanto estou sozinha. (Relato de ALESSANDRA).

Pra falar a verdade não me considero madrastra dos filhos da Zélia, até brinco com isso. Eu considero que somos amigos, nos damos bem. Porque quando a gente se conheceu eles eram adultos, não moravam mais com ela. (Relato de ANA RITA).

Em relação ao contexto familiar em que convivem, a diversidade de modos que as mulheres lésbicas elegeram para serem mães aparecem como importantes aspectos que colaboram para o desenrolar da maternidade, indicando que os papéis assumidos por cada uma delas devem ser descritos de forma singular, evitando-se generalizações a esse respeito.

Maternidade Conjunta: Aprender a ser mãe e sentir-se mãe

Embora prevaleçam no senso comum significados da maternidade que remetem aos padrões tradicionais, a maternidade entendida como algo mais envolvente do que a

paternidade porque as mulheres doam-se para os filhos; como uma realização e uma dádiva que só elas têm ou como componente natural de suas identidades, pois, ao se tornarem mães, tornam-se completas, o sentido da abordagem sobre o aprender a ser mãe distancia-se desses significados. O aprender a ser mãe e o sentir-se mãe aqui referidos, relacionam-se aos desafios que precisam ser vencidos no cotidiano das mulheres que, neste caso, são lésbicas. Não é a maternidade que proporciona crescimento e amadurecimento para as mulheres, para as lésbicas inclusive, as identidades das mulheres não passam, necessariamente, pela maternidade.

Tornar-se mãe, seja por que modo for, não dispensa a necessidade do aprendizado que significa aprender a ser mãe de diferentes maneiras. Para aquelas que adotaram, por exemplo, impõe-se a questão de reconhecer e considerar a história vivida pela criança ou pelas crianças que chegam como filhas e filhos.

Quando mães e/ou pais trazem o(a) filho(a) novo(a) para casa tudo tem que ser reaprendido. A vida nova é nova para todos e o crescimento é em conjunto. Quando estamos falando em adoção tardia, isso é ainda mais verdadeiro. Uma vez que houve a vida do "antes". Houve o que foi experienciado por nossos filhos - vivências essas muitas vezes de dor e de abandono. (Relato de LANA).

Primeiro a gente soube alguma coisa da história dele pela psicóloga. Depois, lendo o processo soubemos que tem mais irmãos e sofreu um abandono. Eu penso que a mãe dele não fez isso por maldade, acho que não tinha condições psicológicas, tinha problemas, enfim, seja lá o que a levou a fazer isso, não acho que tenha sido vontade própria. Talvez uma questão de extrema pobreza. Penso assim pelo que li no processo, mas, acho que prefiro esquecer o que li. O que eu sei é que ela nunca mais apareceu. Agora, eu não sei como a gente vai passar isso pra ele se ele quiser saber. Agora ele tá com quase 8 anos e vai indo bem. (Relato de CATIANE).

Da minha parte também achei melhor tentar esquecer o que li no processo e o que soube pela psicóloga. (Relato de DORALICE).

O preconceito é outro desafio que pode ampliar-se da condição de ser lésbica para a condição de ser lésbica e mãe. O relato de Lana faz essa referência e demonstra como cada situação educacional tem sua peculiaridade na convivência familiar, na forma de vivenciar a maternidade, de criar filhos e filhas.

A gente vem construindo isso sempre, né. A psicóloga do abrigo foi muito legal nesse sentido porque quando a gente encontrou nossos filhos, quando a gente marcou de vê-los pela primeira vez, ela já pegou os dois e levou pra casa de uma outra criança que tinha sido adotada também nesse abrigo, por duas mães. De forma que eles puderam ver como era essa realidade. Então, isso já veio preparado.

No nosso primeiro encontro a gente virou pra eles e falou:

— Vocês sabem porque a gente tá aqui?

Aí eles balançaram a cabecinha (Lana faz o movimento de sim com a cabeça).

— E aí a gente quer ser a mamãe de vocês, vocês querem que a gente seja a mamãe de vocês?

Eles balançaram a cabecinha (novamente ela faz sinal de sim com a cabeça) e aí depois a gente falou:

— Mas a gente é um casal, não vai ser um papai e uma mamãe. Vão ser duas mamães, tudo bem assim? E aí eles falaram tudo bem. E aí a minha filha falou:

— Vocês beijam na boca?

E aí a gente começou a rir e disse:

— Sim, a gente beija na boca.

E aí meu filho pegou e falou:

— Mas vocês beijam na bochecha também?

A gente falou sim, a gente beija na bochecha também. Por isso ficou, então.

E foi muito natural:

— A gente beija na bochecha também. (Relato de LANA).

O desenrolar dos relatos de Alessandra e Marina durante a entrevista deu margem para a pergunta: As lésbicas que são mães, sofrem preconceito de um jeito diferente do que as lésbicas que não têm filhos?

Eu acho que sim porque quem tem filho tem que conviver com professoras, com outras mães, com gente da saúde e, infelizmente, as pessoas que não aceitam essa condição, usam isso pra atingir a criança e a sua mãe. (Relato de ALESSANDRA)

Acho que sim, mas ainda não sofri esse tipo de preconceito. Na escola ainda não tive problema. No trabalho não falo da minha vida pessoal. Tenho amigas lésbicas que têm filhos e não ouvi elas falarem que sofreram algum preconceito. De qualquer forma, acho que as pessoas têm que respeitar a opção de cada uma. (Relato de MARINA).

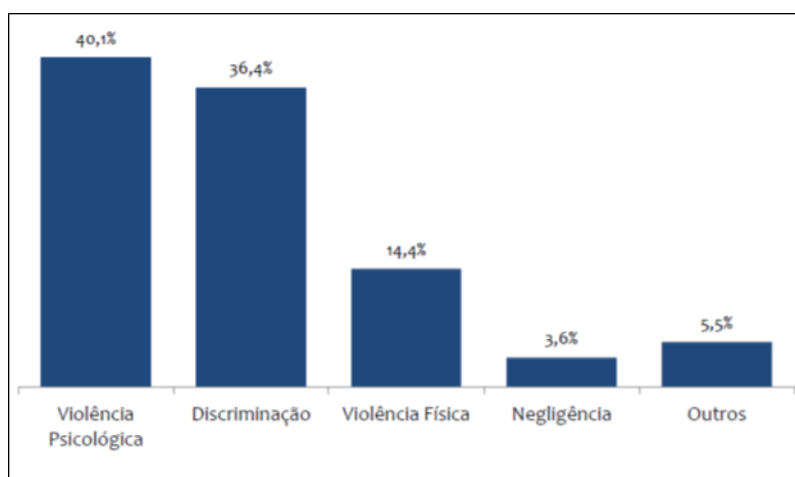
O teor da resposta de Marina correspondeu ao que mais fluiu nos relatos sobre a questão do preconceito, possivelmente, por não considerarem a rejeição familiar algo preconceituoso e darem relevância ao lado positivo do tornar-se mãe. O preconceito não apareceu como uma vivência sistemática e direta, ele perpassou todos os relatos como algo presenciado e temido, mas não vivido, embora seja um ponto relevante porque indicadores sociais demonstram que o grupo LGBT está, comprovadamente, sujeito à várias formas de violência que nada mais são do que consequências da visão preconceituosa da sociedade. No caso das lésbicas, há a ampliação do problema por serem mulheres e se forem negras a amplitude da vulnerabilidade diante da violência será maior ainda, pois ficam expostas a toda e qualquer forma de violência imputada à uma mulher em razão de ser lésbica, atitude definida como lesbofobia, mas que não foi dessa maneira mencionada pelas entrevistadas em nenhum momento. Utilizaram as expressões discriminação e preconceito, conceitos que também expressam formas de violência não menos graves.

Em 2013 foi publicado no Brasil um relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra as mulheres, que recebeu do movimento de mulheres lésbicas relatos da prática da lesbofobia por instituições públicas e privadas. As denúncias estabelecem que é comum serem expulsas de estabelecimentos como restaurantes, clubes e bares e, por discriminação, terem dificuldades de registro da ocorrência. Também foram narradas dificuldades no atendimento, sobretudo, no sistema público de saúde.

No campo das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres essa dimensão da discriminação não tem sido atendida. A ausência dessas políticas específicas demonstra a dificuldade de incorporar-se o enfrentamento à lesbofobia, situação que viu-se refletida no Relatório Final (BRASÍLIA, 2013), diante da pouca informação sobre as políticas de enfrentamento à lesbofobia nos estados brasileiros.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, também com dados de 2013 (SDH, 2016), elaborou o Relatório de Violência Homofóbica³⁰ no Brasil, tomando como base as denúncias do Disque Direitos Humanos – Disque 100 que, apesar da subnotificação e de ser apenas um ponto da transversal que perpassa as vivências da população LGBT, indicou 1.695 denúncias de 3.398 violações, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos. Os tipos de violações aparecem no GRÁFICO 2.

GRÁFICO 2 - Distribuição dos Tipos de Violações – 2013



Fonte: Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos – SDH/PR (SDH, 2016)

As violências psicológicas foram as mais reportadas dentre os tipos de violações homofóbicas, um índice que talvez possa ser pensado como hipótese para explicitar o fato de

³⁰ Homofobia: conjuntos de emoções negativas, tais como desconfiança, aversão, desprezo, ódio, medo, em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Para ampliar reflexões sobre o conceito de homofobia consultar JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**. Vol. 1, Nº 1. Jul./Dez. 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.

que as entrevistadas referiram-se ao preconceito como algo velado, ou seja, elas dão-se conta de que ele existe e têm medo, embora não esteja explícito.

As formas de violência psicológica não são facilmente identificáveis, podem aparecer diluídas e, como consequência, não serem reconhecidas como tal. Podem ocorrer em ambientes públicos ou privados, lembrando que foi a literatura feminista que cunhou o termo violência psicológica doméstica como parte da luta das mulheres para tornar pública a violência, cotidianamente sofrida por elas na vida familiar privada, como explicam Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (2001). Trata-se de uma violência silenciosa, um silêncio pleno de palavras, acusações, cobranças, gestos, olhares, sarcasmo, piadas.

O preconceito tem, as pessoas podem não falar, eu sei que tem. [...]. Já passei coisa assim, tipo assim:

— Aí, você tá no banheiro feminino, não pode!

— Mas eu sou mulher!

— Ai! Desculpa!

Não tem nada a ver. Eu hoje se vou num lugar, já não vou ao banheiro porque eu já passo vergonha. Eu morro de vergonha. Eu morro de medo da pessoa fazer um escândalo, porque a pessoa quando quer, fica pior. A maioria acha que é um macho pelo jeito que a gente fala. (Relato de JULIAN).

Ainda em relação ao preconceito, prevalece no Brasil o termo dupla maternidade para referir-se à maternidade lésbica conjunta, condição que todas as mães precisam alcançar para garantir direitos de filiação e evitar constrangimentos ou discriminação no ir e vir familiar, havendo para isso leis, orientações estatutárias – Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA – e jurisprudência, o que não significa que o empenho esteja dispensado porque, ter a dupla maternidade reconhecida em documento não garante, necessariamente, a tranquilidade na hora de interagir com a escola, por exemplo, uma instituição próxima que também terá sua parcela de demandas de aprendizado para as mães. Na escola, a situação pode figurar-se incerta, a receptividade nem sempre está garantida quando a configuração familiar da criança é comunicada.

Logo que os adotamos fizemos uma pesquisa de referências na cidade sobre escolas que abarcariam nosso contexto com certa tranquilidade, visitamos alguns colégios e algumas experiências foram bastante frustrantes pois percebemos o quanto os profissionais de ensino ainda estão despreparados para lidar com a diversidade.

Foi quando encontramos a Escola Natureza, logo que ligamos, dissemos que éramos um casal homoafetivo com dois filhos adotivos e negros e questionamos o como eles lidariam com essa questão.

A então coordenadora disse que seria um imenso prazer ter nossos filhos lá e que eles incentivavam a diversidade. Contaram que tinham um programa de

inclusão de crianças especiais e que também tem um desconto para crianças que vem de escola pública.

Desde que chegaram eles estudam lá, já aconteceram algumas questões, mas nós gostamos da forma como eles conduziram.

Por exemplo: Coleguinhas do Thiago disseram que as mães dele eram sapatões, a professora explicou que não poderiam utilizar esse termo e as brincadeiras de mau gosto pararam.

Para mim, Luna, a escola tem se portado de maneira bastante satisfatória diante de questões e problemas apresentados. Acredito que nenhum lugar é “perfeito”, pois são formados por pessoas e pessoas tem momentos bons e ruins. Mas num balanço geral das coisas, a escola tem se mostrado uma boa escolha. (Relato de LUNA).

Agora, no processo de vida mesmo, de cotidiano, do dia a dia, surgem situações, surgem situações. Há um tempo atrás, na escola do meu filho, um menino virou pra ele e disse que as mães deles eram sapatões e apontou o dedo e ficou rindo, né.

Então, a gente cria nossos filhos de maneira que eles também saibam conviver com isso, né. E que não pode:

— Ah, você é negro, ha, ha, ha! Ah, você é gordo, ha, ha, ha! Ah, você é lésbica, ha, ha, ha! Ah, você é sapatão.

Não é assim, tem que saber se impor. Tem que saber se impor, valorizar sua história, sua vivência, né. Tem que tomar pra si a sua própria identidade e se impor. (...) Eu acho que tem que enfrentar. Então, casais homossexuais, sejam dois meninos, sejam duas meninas, não podem temer a paternidade, a maternidade por conta do preconceito social. (Relato de LANA).

Minha maior preocupação é com a escola porque tem muita escola inviável. As crianças estão numa escola bacana. É comum a criança ser curiosa, principalmente das crianças mais velhas. Um dia fomos buscar nossos filhos e uma perguntou:

— Você é mãe dele? Falei, sou.

— E a outra? Respondi, também é mãe dele.

— Ele tem duas mães? Falei, têm sim.

— Legal, heim?

Mas, tudo tem que ser às claras. Quando saímos para passear com nossos filhos sempre alguém pergunta:

— Quem é a mãe?

— As duas. Quando damos essa resposta já estamos numa luta do dia a dia contra o preconceito. (Relato de NORMA).

A escola sabe, nós conversamos. Precisava explicar. Então assim, essa questão vai bem. A escola é ótima. Não sei se todas as escolas são assim, mas essa pelo menos, é boa, não vejo ele sendo tratado com diferença, e nem a gente, ao contrário. Quando ele trouxe um recado dirigido ao pai e à mãe, eu fui até a escola e expliquei que na nossa família é mãe e mãe, não tem pai. Aí a escola colocou responsável ou responsáveis que podem ser os avós, o pai, a mãe, tios, padrinhos. (Relato de DORALICE).

No primeiro dia das mães veio um bilhete da escola pedindo dinheiro pra fazer a lembrancinha. Aí chamaram para uma reunião e eu fui e expliquei pra professora que eram duas mães, então eu pedi pra fazer duas lembrancinhas, mas eu expliquei:

— Vocês pediram foto da mãe, meu filho tem duas mães, então ele vai trazer uma foto com duas mães.

Depois de uns dias quando voltei lá ela contou meu filho pegava a nossa foto e mostrava apontando a gente e falando que tinha duas mães. Quando foi para fazer a lembrancinha do dia dos pais eu fui na escola e pedi pra fazer pro padrinho dele. A gente acha que ele precisa da referência masculina. (Relato de CATIANE).

Quanto ao sentir-se mãe, trata-se de uma condição que implica entrelaçamento do conjugal, do social e do político, aí residindo as dificuldades que precisam ser vencidas, sobretudo, pelas lésbicas que, na composição do casal, não são as mães biológicas e ainda não alcançaram o lugar jurídico da legalidade. São circunstâncias que podem contribuir para que ao interdito jurídico associe-se o interdito social do não reconhecimento de duas mães do mesmo sexo, mesmo não havendo no Brasil leis contrárias ao reconhecimento da dupla maternidade.

O estatuto jurídico pode ter uma influência considerável sobre o sentimento de uma mãe que, ao não ser reconhecida legalmente, não se sente uma mãe por inteiro, legítima em seu papel e em seu lugar de direito diante da sociedade e de si mesma. Mas isso em parte somente, pois, na esfera da intimidade, encontram-se outros aspectos que podem apoiar ou contrariar a lógica heteronormativa ao legitimar um sentimento: a mãe não reconhecida legalmente é designada e nomeada como mãe por sua criança, por exemplo.

Ao ocuparem um lugar na família em que não são reconhecidas legalmente, essas mães estão sujeitas a interrogações sob o ângulo do conjugal, do social e do político, sobretudo, em momentos nos quais as relações sociais colocam questões que precisam ser respondidas, decisões que precisam ser tomadas. Nesses momentos, muitas vezes cobertos de tensões, as mães que criam e que são as responsáveis por suas crianças e adolescentes podem não ter o direito de responder como mães, visto não terem o estatuto da legalidade.

A questão do reconhecimento legal situa-se, eminentemente, na instância social e passa pelas atribuições políticas do Estado que deve responder juridicamente às suas urgências, embora, possa haver reconhecimento social de uma condição ou situação sem que ela recubra-se de uma dimensão jurídica. Sendo assim, o fato de haver mães que criam e não são legalmente reconhecidas, não significa que elas não possam ter o lugar social de mães, inclusive, na instituição escolar onde os cuidados materno-conjugais efetuam-se cotidianamente. Esse reconhecimento faz-se, igualmente, na convivência com a mãe legal e na partilha de atribuições familiares. Entretanto, do ponto de vista legal, por não terem seus nomes no registro de filiação, elas não dispõem de nenhum reconhecimento oficial e, diante disso, qualquer situação que saia do controle será objeto de disputa jurídica.

No caso das companheiras das mães biológicas, Souza (2005) registrou a dificuldade, no contexto canadense, para as mães e para as crianças entenderem que tipo de papel uma segunda mulher pode exercer na família. O questionamento é feito em relação à exigência ou não do exercício da maternidade. Nesse sentido, estudiosas da maternidade lésbica no Canadá (Souza, 2005, p. 123 não menciona os seus nomes), dedicam-se à questão das segundas mães que buscam seu lugar na família à qual se agregou, “um lugar associado ao desejo de exercer a maternagem ou maternidade”.

Em relação aos casos brasileiros, a autora considerou que as companheiras das mães biológicas procuravam um lugar na estrutura familiar pré-existente, mas não necessariamente o de mãe.

[...] o lugar dentro dessa família em que a companheira da mãe vai se definir depende de uma teia de relações, específica de cada caso, a partir de vários elementos como: a aceitação ou não da companheira da mãe por parte dos filhos, o lugar que os filhos alocam essa segunda mulher na estrutura familiar, a iniciativa da maternagem (ou falta dela) por parte da companheira da mãe, as expectativas da mãe biológica sobre sua companheira e o próprio projeto de vida dessa mulher. (SOUZA, 2005, p. 124)

Na comparação entre Brasil e Canadá, ela observou a preferência entre as lésbicas da inseminação artificial – não apenas as entrevistadas, mas, também de acordo com os resultados da *moms-list* internacional que acompanhou por três anos e pelas notícias veiculadas pelos meios de comunicação desde a década de 1990 – por pais ou doadores gays, em relação à reprodução. Via de regra para evitar problemas de homofobia por familiares ou de amigos do pai/doador, embora tivesse notado no contexto internacional, uma substituição dessa tendência pelas tecnologias reprodutivas para evitar futuros vínculos com o doador do sêmen.

Quando a “negociação” se dá via internet e não há mediação de uma instituição (um banco de esperma) as partes envolvidas costumam assinar um contrato, garantindo o status comercial da compra/venda do sêmen, como pude notar ao observar recentemente mais de 150 anúncios dos classificados, de um site norte-americano, dedicado ao comércio de material genético. (SOUZA, 2005, p. 122)

No Brasil, o comércio de material genético é inconstitucional. A doação de gametas e pré-embriões é definida como um contrato gratuito, formal e confidencial, realizado entre o doador ou a doadora e o centro autorizado, sendo que há três requisitos para a doação conforme consta no maior e praticamente o único banco de sêmen, o Pro-seed na capital de São Paulo: Gratuidade: a doação é um ato gratuito e altruísta. A doação nunca poderá ter caráter lucrativo ou comercial. Formalidade: o contrato entre os doadores e o centro

autorizado deve efetuar-se por escrito. Anonimato: a doação é anônima, devendo garantir-se a confidencialidade dos dados de identidade dos doadores, explica Vera Beatriz Fehér Brand (2015).

O cadastro dos doadores do banco de sêmen fica disponível para as Clínicas de Reprodução Humana sem os nomes dos doadores, somente com numeração para a identificação. Os filhos nascidos de inseminação artificial têm o direito de por si próprios ou através dos seus representantes legais obter informações gerais dos doadores tais como a altura, o peso, o grupo sanguíneo, mas essas informações jamais incluirão a identidade do doador ou doadora. No entanto, a legislação brasileira não tem impedido que o comércio via Internet ocorra, sendo os acordos feitos caso a caso.

Um ponto comum entre os casos canadenses e brasileiros foi “um referencial tradicional e essencialista de maternidade segundo o qual a mãe biológica prevalece sobre qualquer outro tipo de mãe”, um estereótipo pleno de expectativas de “dedicação integral à vida dos filhos”, em detrimento de autonomia sexual e/ou profissional, concluiu Souza (2005, p. 195).

Em relação à questão da mãe não reconhecida legalmente, Virginie Descoutures (2010, p. 204), em pesquisa sobre mães lésbicas realizada na França, nomeou duas categorias de estatuto parental para as entrevistadas: mães legais ou estatutárias e mães sem estatuto ou não estatutárias. Ela explica que na França, as mulheres lésbicas estão submetidas à interdição do reconhecimento de duas mães legais entre casais do mesmo sexo, sendo também impedidas legalmente ao acesso à Reprodução Assistida – RA e à adoção pelo casal. Segundo suas palavras, a existência de mães lésbicas que definem-se como tal e não têm o estatuto oficial despertou seu interesse mais particular porque: “Parece-me que essas mulheres revestem-se de uma especificidade no sentido de que o lugar que elas ocupam na família permite interrogar a noção de estatuto sob o ângulo do jurídico, do social e do íntimo”.

Em decorrência do exposto, considera-se que o lugar que as mães não reconhecidas legalmente ocupam é específico mas, de difícil definição porque, se o fato de ser mãe reveste-se de filiação, de função maternal e pode revestir-se de função conjugal e laço biológico, dificilmente elas serão descritas como mães por inteiro, serão descritas de maneira hierarquizada como as segundas mães.

De qualquer modo, a mãe lésbica não reconhecida legalmente, compõe as formas do tornar-se mãe, do aprendizado de ser mãe, do sentir-se mãe, condições sociais que não são mecânicas e que exigem redefinições no dia a dia. São redefinições que abrangem as relações sociais amplas e aquelas restritas nas quais estão inseridas as famílias que originaram-se a

partir da união de mulheres lésbicas e da existência de seus filhos e suas filhas e as suas famílias de origem.

A continuidade e as formas de relações mantidas com as famílias de origem que podem ser receptivas ou inóspitas, estão relacionadas às circunstâncias que marcaram a revelação da orientação sexual, muitas vezes, provocando situações de difícil solução, como anunciaram as participantes desta pesquisa. Em relação a esta questão, em sua tese de doutorado *Famílias Homoafetivas Femininas no Brasil e no Canadá: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco*, Amanda Zauli (2011) fez duas constatações. A primeira de que vivências de preconceito e discriminação foram mais relatadas pelas participantes brasileiras do que pelas canadenses. A segunda de que o relacionamento dos casais de lésbicas com suas famílias de origem é muito valorizado no Brasil, o que leva à procura da aceitação, enquanto é pouco valorizado no Canadá. Para cotejar com essas constatações pode-se acrescentar que as famílias originadas pelos casais de lésbicas estão sob influência direta das relações com as suas famílias de origem, seja para articular aproximações ou distanciamentos, o que é menos desejável no Brasil, como asseguram os resultados obtidos por Zauli (2011).

Sendo assim, entende-se que as relações entre as famílias de origem e as famílias formadas pelos casais de mulheres lésbicas estão entre os matizes das configurações familiares desses casais.

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: RESSIGNIFICAÇÃO E MULTIPLICIDADE DE LAÇOS FAMILIARES ENTRE CASAIS DE MULHERES LÉSBICAS

Existem infinitas possibilidades de famílias formadas por lésbicas e que merecem ser reconhecidas: mulheres que assumiram a lesbiandade após relacionamentos heterossexuais; mulheres que são lésbicas desde que se entendem por gente e resolvem criar filhos sozinhas, lésbicas que procuram a inseminação artificial, mulheres que se casam com companheiras que têm filhos de outros relacionamentos, e outras tantas formações. (Amanda Vieira *in* Blogueiras Feministas, 2012).

Na interface da maternidade e das maternidades lésbicas estão as configurações familiares resultantes da opção pela vida em comum de lésbicas e pela escolha de criar filhas e filhos, como complementares das significações das maternidades no contexto, cada vez mais complexo, da sociedade brasileira contemporânea. Diante desta questão apresenta-se o objetivo de, neste texto, apreender matizes das configurações familiares de mulheres lésbicas, sendo este um objetivo desafiador considerando-se as questões enunciadas no título e também as palavras de Amanda Vieira (2012).

O conceito de configurações, está pautado na concepção de Norbert Elias (2014), para quem essa ideia ilustra a complexidade de laços que unem uma pessoa ao lugar social no qual ela vive e age. O termo configuração evoca formas variáveis. Tratar de configurações é apreender o social sob o ângulo das relações, do movimento, das tensões e dos conflitos. Quanto à complexidade, o autor afirma ser ela útil para ter-se uma ideia de qual é a tarefa da sociologia, o que não pode ser feito sem dar atenção

[...] para a opacidade e para o caráter consequentemente incontável das teias entrecruzadas de relações, formadas pelas pessoas. [...]. Uma pergunta a que dificilmente se dá a resposta é até que ponto estamos habitualmente conscientes de que formamos uma relação funcional que se estende pelo mundo e que, embora seja composta por pessoas, é muito pouco controlável e compreensível. Há também a questão de saber até que ponto a situação é distorcida pelas habituais fórmulas explicativas que atribuem todos os acontecimentos às pessoas individuais ou a sistemas sociais de crenças hostis. Talvez os índices de complexidade [...] possam ajudar a que os assuntos quotidianos surjam como algo de estranho. (ELIAS, 2014, p. 112).

Pensar as famílias das mulheres lésbicas, no contexto de configurações familiares, é aceitar a complexidades de laços que unem uma pessoa ao todo social no qual ela vive e age.

É deparar-se com desafios de compreensão que vão da realidade das relações entre os sexos percebidas e apresentadas por Simone de Beauvoir (1980) na obra *O Segundo Sexo*, às dificuldades conceituais e de léxico, considerando-se as situações em que não havia ou não há palavras dispostas na linguagem para designar os variados tipos de famílias que se apresentam quando se faz inserção nesse campo.

As famílias de origem e as filhas lésbicas

Para o sistema familiar heterossexual, a revelação da homossexualidade de uma filha – situação extensiva também à sua condição de irmã, neta, sobrinha, prima – é perturbadora. A questão é conflituosa, mas pode chegar à violência, porque as famílias concebem que ali estão aglutinadas as únicas pessoas que, de fato, conhecem aquela filha. Por esta razão, elas não concebem revelações que chocam-se com essa concepção e quando isso ocorre o equilíbrio familiar de todas as pessoas envolvidas fica fragilizado. É habitual a reação de pais, mães, irmãs, irmãos ser de choque, sentimento de culpa e agressões, mas também podem demonstrar vergonha ou negação afetiva. Há casos de expulsão de casa, atos de violência psicológica, verbal ou física. O caso extremo é a aplicação do estupro corretivo.

Em seu estudo, Maria Eduarda Cavadinha Correa (2012) constatou que havia três níveis de aceitação familiar à homossexualidade: aquelas que aceitavam bem, as que aceitavam razoavelmente e as famílias que não aceitavam. No entanto, ao verem aquela que declarava-se lésbica, grávida, a reação de alguns familiares era de acreditar que ocorrera uma cura. Neste caso, a homossexualidade é encarada como uma doença e a gravidez, sua cura, uma crença que pode explicar o teor dos relatos das mães lésbicas que afirmaram que depois que suas filhas ou filhos nasceram, as avós e os avôs foram muito receptivos com as netas e os netos.

O processo de revelação da orientação sexual ocorre de acordo com o grau de proximidade emocional entre a filha e seus familiares. Nos relatos de Fabiana, Gisela, Luna, Alessandra e Marina estão presentes, em diferentes graus, as tensões e as crises decorrentes da revelação à família. Aparece também o namoro heterossexual como uma estratégia adotada para ocultar a orientação sexual dos familiares.

Com 14 namorei o Jean, namoro de adolescente mas, o namoro terminou porque eu estava morando fora, por conta da venda da fazenda e nessa outra cidade percebi que estava gostando da minha amiga de escola igual eu gostava do Jean e aí foi a crise e a crise máxima foi saber que era recíproco da parte dela.

Todos os meninos babavam naquela menina e ela namorava um menino. Depois de um tempo eu comecei perceber que era recíproco e aí eu pensei: - Estou podendo. Aí enrolamos um tempão porque ninguém tinha consciência desse modo de gostar e a família dela era muito católica. Igual da Gisela. Acabamos namorando por uns anos. Ninguém podia saber. Minha mãe e a mãe dela não tinha o que discutir. O nosso acordo era o seguinte:

— A gente ia levando até onde suportasse, mas sempre sabendo que era impensável assumir. Na verdade ela, porque eu tinha certeza, mas, não tinha coragem de chegar para minha mãe. Hoje minha mãe levanta a bandeira, mas quando caiu a ficha foi um drama. O restante da família, uma parte aceitou porque tinha que acostumar, a outra foi bola pra frente. Minha avó paterna e meu avô que sacou, tiveram que se acostumar. Minha avó materna apoiou tanto que falava que se a gente não tivesse espaço para namorar podia ir namorar na casa dela. Para o meu pai eu contei porque ele sempre me apoiou em tudo e a casa dele era um lugar onde eu sempre podia ir com a Gisela:

— Pai, queria te contar um negócio que acho que você vai curtir, você vai me apoiar.

— Ah, então vamos comprar uma cerveja para comemorar.

Discriminação não é declarada, mas tem, eu percebo algo velado. Meus tios agora, têm um filho de 10 anos que tem jeito de ser gay. Pra eu não contaminá-lo, um dia o menino perguntou:

— Você é menino ou menina?

— Eu sou eu, o que você acha que eu sou? O pai disse:

— Para de perguntar isso. Fora da família frequento ambientes alternativos. (Relato de FABIANA)

O que a Fabiana viveu há muitos anos com a Adriana, eu estou vivendo agora com minha família. Eles não questionam, mas, não dão abertura para falar. Meu pai já verbalizou que de mim ele não vai estranhar nada, mas pediu para eu não assumir nada se eu não tiver certeza. Minha mãe tem crises ela quer fantasiar que a Fabiana é só minha amiga. Minha mãe sabe porque ela vive fazendo promessas, porque ela tem uma filha que vive em pecado. Ela vive rezando pela união da família. Ela liga para mim e fala que está rezando pela conversão da família. Ela acha que a culpa também é dela porque ela permitiu que eu fosse estudar fora.

Isso para mim é inseguro. Eu tento lidar com isso, já fiz terapia, mas um dia a gente vai ter que lidar com isso, vai ter que ter um conflito maior. Porque senão, a gente vai viver à sombra do medo. Toda vez que meus pais vêm para minha casa é um sofrimento. É muita pressão. (Relato de GISELA).

A minha família não se mete muito na minha vida, mas, se eu arrumar alguma namorada, com certeza já saberei a opinião deles porque eles não admitem que eu já namorei uma mulher. Eles falam que é uma doença. (Relato de MARINA).

Minha família sabe. Tenho a sorte de ter uma mãe que me apoia. Alguns irmãos não apoiam, os dois mais velhos que eu, então dá pra imaginar. Mas eles só vão até onde eu permito, não deixo que eles se metam. O pai do meu filho nunca se meteu nessa área da minha vida. (Relato de ALESSANDRA).

Agora o legal também, que eu não esperava, foi a aceitação da família. Eu tinha receio por ser um casal homossexual adotando uma criança, um modelo de família completamente diferente. Mas acho que o nosso filho conquistou todo mundo. Ele é uma criança muito bonita e agradável,

risonha. Então ele ganhou a família toda, avós, tias, tios, primos, primas. Ele é paparicado por todo mundo. Aquele medo que eu tinha com relação à minha família não existe mais. Na verdade, acho que minha família desconhecia e achava que nada seria normal, nunca tinham vivido isso. Mas, acabou se tornando normal, pelo menos dentro da minha família. (Relato de DORALICE).

No ano de 2008, Lana, que ainda não tinha revelado à família a sua orientação sexual, criou o *Blog Sapatilhando* sob o pseudônimo de Helena Paix – a associação entre os dois nomes que foi assumida publicamente em 2013 – e postou uma *Carta à mãe* na qual registra:

Você não sabe disso.
Sua princesa jamais poderia gostar de mulheres.
Esse seria o pecado máximo. A ironia máxima.
E eu confesso que, no meio de todo o caos e angústia, ainda consigo rir da ironia que é tudo: Sua filha perfeita carrega o que seria, para você, a pior imperfeição. (PAIX, 2008, n.p.).

Em 2009, ela declarou às leitoras que, após a revelação e muito sofrimento, iniciava-se um processo de reconciliação que deveria ser longo e penoso. Sugere que, para lidar com essa situação, a família deveria buscar informações sobre a homossexualidade, não tratar o assunto como um segredo de família e participar de grupos de apoio.

Há uma tendência de que, mesmo aquelas famílias que reagem muito negativamente no início, tornem-se mais receptivas com o passar do tempo, mas não é uma garantia. Santos (2005) constatou nos relatos das pessoas colaboradoras de sua pesquisa que as situações de preconceito quanto à homossexualidade e ao exercício da parentalidade nas famílias de origem, no trabalho e entre amigos diminuíram com a convivência e o reconhecimento das situações vivenciadas. A aceitação e o apoio familiar aparecem como dados importantes e, muitas vezes, ao assumirem a identidade lésbica, as filhas não conseguem ter essas necessidades preenchidas por sua família de origem e, menos ainda, que sua relação amorosa seja aceita.

Se nossos pais não nos aceitam, por exemplo, não podemos depositar nessas crianças: Ah! Depois que eu for mãe que eu tiver uma criança em jogo eles vão me aceitar porque eles vão se comover com as crianças. Nem sempre, eu sei que a gente sempre tem esperança de que nossos pais evoluam, de que chegue aquele momento tão esperado da aceitação, mas, infelizmente, nem sempre chega.
A gente luta todos os dias enquanto pessoas que estão à margem do que é aceito pela sociedade. Por isso mesmo é que a gente precisa se fortalecer. A gente tem que se fortalecer para essa grande estrutura que não nos aceita. Não temos redes de apoio que casais heteros têm. (Relato de LANA).

A constatação de Amanda Zauli (2011) de que, entre os casais de lésbicas brasileiras, por ela entrevistados, a preocupação com a manutenção do relacionamento com a família de

origem mostrou-se muito valorizada, também transpareceu nos relatos das entrevistadas para esta pesquisa, sobretudo, quando houve referências à necessidade de, em algum momento, revelar-se e ser aceita e à expectativa de que, o que está incerto nas relações familiares, seja resolvido. Mas, como ficam essas questões considerando-se a existência de laços com as famílias de origem e a existência de novos laços com as famílias que formaram? A formulação da resposta ou das respostas a esta pergunta, pode oferecer bases para apreender-se outros matizes das configurações familiares de mulheres lésbicas.

As famílias formadas por casais de mulheres lésbicas e os termos para sua designação

Em 1996, Pierre Bourdieu registrou no texto *Des familles sans nom* a dificuldade de encontrar vocábulos para significar o fluxo de termos utilizados para designar a posição ocupada pelos protagonistas das novas formas de união e as famílias que delas resultam. Uma dificuldade que, de fato, não se restringe aos vocábulos, ela traduz os lugares da legitimidade e ilegitimidade das novas formas de união e estende-se às conceituações.

A balança entre legitimidade e ilegitimidade de famílias constituídas por casais do mesmo sexo, no Brasil, mantém-se em desequilíbrio, mesmo depois da autorização para o casamento civil. Os recursos para a legitimação familiar são procurados ou criados e são de todas as ordens, alguns deles, realizam manobras complexas na pretensão de instituir formas de legitimação para deslegitimar outras.

Enquanto este texto estava sendo escrito, em 2015, circulava uma polêmica nos meios de comunicação social e nas redes virtuais, gerada pela proposta do projeto de lei em prol do Estatuto da Família, de autoria do deputado federal Anderson Ferreira (PR-PE). O projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados mas que até 2016 não fora sancionado, apresentou-se com o propósito de definir família apenas como a união entre homem e mulher. Negando, portanto, aos casais formados por pessoas do mesmo sexo o reconhecimento como família e qualquer direito advindo desse reconhecimento. Sua base tem uma visão restrita à família nuclear, imutável, não sujeita a transformações sociais, excluindo assim, as possibilidades de legitimação de famílias que escapem da heteronormatividade.

Não se trata de um projeto que tem a pretensão de reconhecer a diversidade das configurações familiares existentes, pelo contrário, está entre as tentativas da repressão e controle de ganhos sociais e políticos das populações LGBT. Anderson Ferreira (PR-PE)

compõe a bancada evangélica³¹ e como membro da Igreja Assembleia de Deus, em 2013 já havia atuado contra essas populações, em favor do que ficou popularmente conhecido como cura gay, uma proposta que pretendia interferir, erroneamente, nas decisões do Conselho Federal de Psicologia (CFP)³² alegando proteger profissionais de psicologia quando procurados por pessoas com sofrimento psíquico causado por sua orientação sexual.

A apresentação desses projetos – e as reações que provocaram e os levaram para a gaveta, mostrou, de um modo geral, as igrejas têm procurado explicar a homossexualidade com argumentos religiosos, mas não dizendo que ser homossexual é pecado e sim utilizando argumentos pseudocientíficos da medicina, da psicologia, para camuflar o viés religioso de ações pautadas pelo preconceito. Afora esse viés, é importante destacar que há, no Brasil, preocupação social com os estatutos das famílias e suas novas configurações, embora essas ações e mesmo a homologação de leis mantenham a questão, voltada para a especificidade desta pesquisa: Como se manifestam as reações sociais diante de leis constitucionais que homologam as famílias formadas por casais de lésbicas?

Entre as reações contrárias está a de uma equipe de especialistas responsável pelo Dicionário Houaiss que considerou que a comissão especial que discutiu o Estatuto da Família e aprovou que o termo família significa apenas a união entre um homem e uma mulher, não levou em conta que família vai muito além disso. Em abril de 2016, essa equipe decidiu redefinir o significado da palavra no dicionário, com base em sugestões recebidas através das chamadas expostas em vídeo no *Youtube*, e criar uma definição sem preconceito e limitações, em resposta ao Estatuto da Família. Diante da pergunta: O que significa família? Milhares de sugestões foram recebidas e baseando-se nelas, foi criada a nova definição para aparecer no Dicionário Houaiss. “Uma definição mais inclusiva. Mais contemporânea. Livre de preconceito” (HOUAISS, 2016).

Antes, a definição de família" era assim: "Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (especialmente o pai, a mãe e os filhos) [...]". Agora, o Houaiss adota o seguinte conceito para o verbete: "Núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária". (HOUAISS, 2016, n.p.).

³¹ A discussão sobre a existência de fato de uma bancada evangélica na Assembleia Legislativa e no Senado não é recente. Os textos de MARIANO, Ricardo. Islâmicos e evangélicos na arena pública. Revista Veredas. Belo Horizonte, v.1, p. 49-63, ago. 2000 e de PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. Ciências Sociais Hoje. São Paulo, n. 11, p.104-132, 1989, apontam para essa e outras questões relativas ao assunto.

³² CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Nota de esclarecimento**. Publicado em 05 de 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/nota-de-esclarecimento/>>. Acesso em 23 set. 2016.

O verbete foi concebido com a justificativa de que era preciso levar em conta os depoimentos das famílias consideradas não tradicionais e com o objetivo de que as novas gerações possam conhecer um significado de família mais democrático e sem preconceitos. A interação com as famílias ocorreu através de propaganda veiculada no vídeo Todas as famílias, publicado em 11 de abril de 2016 e o resultado final veio a público no dia 09 de maio de 2016 no programa Fantástico da Rede Globo de televisão.

No verbete família, escrito para o Dicionário Crítico do Feminismo, Anne-Marie Devreux (2009) chama a atenção para o fato de que a crítica que a sociologia feminista realizou sobre as conceituações de família, antes de levar à uma definição de família, conduziu à contestação do pensamento em torno de um modelo estático e único de família por se tratar de um campo, um espaço social, que não pode ser compreendido sem considerar-se suas articulações com outros campos. A autora destaca que no exame crítico da família, a Sociologia tem contado com as contribuições impescindíveis de estudos feministas, de historiadoras, etnólogas, economistas, assim como da crítica feminista do direito.

Para ela, apreender a dinâmica social na qual a família está envolvida, significa considerar, simultaneamente, as dimensões familiares e a trajetória das mulheres, suas vidas cotidianas, suas atividades pessoais e profissionais. Nessa perspectiva, levanta um ponto de destaque quando faz a crítica rejeitando a negociação conjugal entendida como negação da opressão das mulheres, uma visão que, para ela, aproxima-se do padrão da família conjugal proposto por Talcott Parsons (1955), cujo conceito de família exerceu forte influência no pensamento sociológico na década de 1950 e, embora muitas atualizações de suas ideias tenham ocorrido pelas revisões de sua teoria, o padrão de família conjugal por ele proposto ainda tem lugar nas teorizações.

O pressuposto do modelo democrático de família de Parsons (1955) referia-se a um modelo padrão, hegemônico, sendo as transformações desse modelo consideradas desvios ou crises. Ele defendeu a tese da universalidade do modelo familiar tomando o modelo estadunidense como padrão universal mais avançado dentre as sociedades industriais modernas, desenvolvido a partir dos processos de industrialização e urbanização. Sua análise referenciou-se na experiência da classe média urbana dos Estados Unidos da América da década de 1950 e, o modelo de família dessa classe social constitui-se como a referência a ser alcançada por outros modelos considerados menos desenvolvidos.

Anne-Marie Devreux (2009, p. 99) explica que, mantendo-se a perspectiva de Parsons (1955), as possibilidades de redefinição de papéis na vida doméstica serão ignoradas, uma vez que ele propôs que tais modificações não afetariam a divisão sexual entre mulher e homem no

interior da família, negando a força das relações sociais de sexo³³ e da opressão das mulheres. Para distanciar-se da negociação conjugal compreendida segundo o padrão de família de Parsons (1955), ela propõe a noção de redes familiares, que atenuaria as carências analíticas do conceito de família nuclear porque ela traria “à luz as solidariedades no seio das linhagens femininas” e faria todo sentido no contexto das famílias monoparentais, das recomposições familiares, das famílias que estão fora do casamento e, por que não acrescentar, das famílias compostas pelas mulheres lésbicas?

Refletindo com Devreux (2009), sobre as linhagens femininas e lembrando do *continuum* lésbico de Rich (2010) constata-se que há, de fato, um distanciamento em relação à constituição familiar pautada pela tríade mãe-pai-filhas/filhos, como testemunham as famílias monoparentais e as famílias recompostas após separação, divórcio ou viuvez, que pela realidade estatística brasileira têm, majoritariamente, a mãe como única responsável.

Cabe aqui retomar algumas colocações de Palma (2011) quando apresenta a família homomaterna e discorre sobre os significados e a importância da linguagem para as relações sociais, expondo usos da nomenclatura sexista nas gramáticas das línguas de origens latina e anglo-saxônica e explicando porque criou a expressão família homomaterna, para significar a família constituída por um casal de mulheres e suas filhas e filhos.

Argumentou que a utilização de uma linguagem não sexista contempla a equidade social, em contraposição às práticas de reprodução da ideologia androcêntrica. O uso da linguagem sexista reforçaria comportamentos estereotipados que incidiriam na cultura e na formação de homens e mulheres, os quais continuariam reproduzindo essas ideias não se rompendo, desse modo, com a cadeia sexista e patriarcal.

Em relação ao termo *homoparentalité*, usado na França e traduzido para o português como homoparentalidade, Palma (2011) considerou que, ao ser traduzido, deixou de ser neutro porque parentalidade deriva da palavra pais, uma forma sexista de linguagem, o que a levou a criar o termo homomaternidade por considerá-lo uma maneira não-sexista de referir-se às famílias constituídas por mulheres lésbicas. Para ela, trata-se de um termo que dá visibilidade às mulheres, não as coloca em lugar de subordinação e sugere outras maneiras de como ser uma família de mulheres que cuidam de seus filhos e filhas e que não são referidas através do masculino.

³³ Relações sociais de sexo, refere-se a uma formulação elaborada em um contexto francófono. Trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres. São grupos que estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões. Sendo assim, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema, a divisão sexual do trabalho tem o *status* de *enjeu*, do que está em disputa, do desafio das relações sociais de sexo. (KERGOAT, 2009, p. 71).

Fazendo eco a essas questões é que, no Brasil, acrescentou-se no Questionário Básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (BRASIL, 2009b), um conjunto de categorias de parentesco que deverá oferecer dados quantitativos relativos às dinâmicas das famílias, estando aí incluídas as monoparentais, as recompostas e aquelas formadas por casais do mesmo sexo. Lembrando que o censo de 2010, pela primeira vez, identificou um conjunto de 67 mil casais do mesmo sexo no Brasil enquanto em países onde essa investigação já existe há algum tempo, os dados revelam quantidades muito maiores (BRASIL, 2013d).

Na França, por exemplo, os dados de 2011 apontaram 200 mil casais do mesmo sexo (BUISSON; LAPINTE, 2013). Nos Estados Unidos, os levantamentos do *Census Bureau*, registraram em 2012, 640 mil casais do mesmo sexo (AMERICAN, 2013). São números muito discrepantes se comparados aos resultados brasileiros. As hipóteses para essa discrepância podem ser: a) a estruturação do levantamento não esteve adequada às realidades a serem verificadas; b) os casais que eram foco desse levantamento específico não se declararam.

As configurações familiares compostas por casais do mesmo sexo, sobretudo, após a deliberação da união consensual seguida do direito ao casamento civil, ficaram sob os refletores dos meios de comunicação de massa. Artigos, testemunhos nas redes virtuais, documentários, fotografias, reportagens, debates, passaram a chamar a atenção para a existência dessas famílias denominadas por Martine Gross (2007), não conformes, constituídas de um casal formado por duas pessoas do mesmo sexo.

Em relação à existência das famílias de mulheres lésbicas e os holofotes dos meios de comunicação colocando em evidência as maternidades, há o caso da disputa da guarda do filho de 8 anos da cantora Cássia Eller após a sua morte em 2001, bem retratado por Érica Renata de Souza (2005), para quem foi na década de 1990 que o tema da homossexualidade passou a repercutir na imprensa brasileira, enquanto a maternidade lésbica teve impacto em 2001 com a morte de Cássia Eller, na cidade do Rio de Janeiro, onde vivia há 14 anos com Eugênia e o filho Chicão.

A disputa judicial pela tutela do menino mobilizou ativistas das causas lésbicas, políticos cariocas e a escola por ele frequentada, em favor de Eugênia, em uma decisão que dependia da interpretação do juiz, uma vez que, naquele momento não era permitida a adoção por casais homossexuais, pelo Código Civil Brasileiro, que estabelecia que dada a ligação jurídica ou de sangue, a guarda da criança caberia aos avós maternos. Mas, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o desejo e o bem-estar da criança, um sujeito de direitos, deveriam ser priorizados e, neste caso, ela escolheria com quem ficar. Em termos

jurídicos, esse foi o primeiro caso no Brasil em que uma mulher requereu a tutela do filho de sua companheira e obteve êxito, pois a decisão do juiz recaiu sobre o ECA.

No entanto, Souza (2005) chama a atenção para o fato de que, embora ilustrativo, o caso Eller-Chicão, único no Brasil, não permitia generalizações sobre a boa aceitação da maternidade lésbica. Inclusive, porque após a decisão judicial favorável à Eugênia e à alteração do Código Civil que estabeleceu o direito de adoção aos casais do mesmo sexo, matérias favoráveis e contrárias à união civil, à adoção ou convivência de crianças com esses casais, foram publicadas. As reportagens contrárias estavam fortemente apoiadas na defesa de valores cristãos, com destaque para os católicos apresentando nesse contexto, o cristianismo como mecanismo regulador da sexualidade, onde a heterossexualidade é valorizada.

Os discursos fundamentado pela religião, não têm favorecido os direitos das pessoas homossexuais, as suas conquistas têm sido mais pontuais no âmbito jurídico, que tem considerado as transformações sociais e pautando-se pela Constituição Federal tem proposto o debate e apresentado soluções, o que demonstram duas obras: *União Homossexual: o preconceito e a justiça*, escrita por Maria Berenice Dias (2000) e *União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos*, de Fernanda de Almeida Brito (2000), que deram respaldo jurídico para que a expressão família homoafetiva fosse adotada no Brasil, reconhecendo a família como afetiva e não exclusivamente consanguínea. Uma expressão que passou a ser utilizada por profissionais da magistratura, do ministério público e da advocacia nas suas ações e que também foi adotada pelos meios de comunicação de massa, para referir-se às famílias compostas por casais do mesmo sexo.

Adriana Tito Maciel e Munira Kalil El Ourra foi outro casal de mulheres lésbicas que permitiu sua exposição nos meios de comunicação em nome da ajuda que outros casais poderiam ter com o exemplo do que elas viveram e também para reafirmar que famílias como a delas existem, para evitar dúvidas e acabar com o preconceito é o que declaram. É uma história que está registrada no espaço virtual do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e foi contada no documentário *Eu vos declaro* (2014).

Elas são mães de um casal de gêmeos gerados por Adriana que relatou como foi a gravidez, o parto, o cuidado com os filhos e o longo processo de reconhecimento da dupla maternidade que contou com a colaboração jurídica de Maria Berenice Dias (2014). O casal ficou conhecido pela exposição intencional de trazer a público em 2009 a gravidez pela FIV e em 2011 com o direito do registro da dupla maternidade das crianças. No documentário *Eu vos declaro* (2014), elas expõem que as duas são chamadas de mãe e que as crianças vão

aprendendo essa realidade com naturalidade. Confirmam que há grande espanto das pessoas quando declaram que as duas são mães das mesmas crianças.

Como membro do NEGA_r, acompanhei o caso desse casal pela imprensa, até 2011, quando houve a autorização judicial para registrar as crianças com os nomes das duas mães. O interesse surgiu em 2009, quando a coordenadora do Núcleo, professora Lucila Scavone, foi convidada pelo jornalista Euclides Santos Mendes (2009, p. 3), para dar entrevista à *Folha de São Paulo*, tratando da questão da dupla maternidade, em reportagem que sairia em um domingo 10 de maio, comemorativo do dia das mães. Nessa oportunidade ela afirmou que, “as duas mulheres poderiam ser consideradas mães do ponto de vista psíquico-biológico-social: uma doou os óvulos, a outra carregou e alimentou em seu ventre essas crianças. Nesse ponto, os limites entre o social e o biológico são tênues”. Declarou também que, as novas tecnologias conceptivas permitiriam uma configuração diferente da maternidade e abririam novas possibilidades de filiação e de parentesco, como propôs também, Miriam Pillar Grossi (2003).

Mais um caso de repercussão foi a participação do garoto André Lodi, 14 anos, no programa Altas Horas da Rede Globo de Televisão no dia 02 de abril de 2016. Ele nasceu por meio de inseminação artificial, sendo filho de Ana Lucia Lodi de 50 anos, que declarou ter sido a primeira lésbica brasileira a fazer inseminação artificial com doador anônimo. O assunto reverberou intensamente nas redes sociais, tornando-se assunto obrigatório por alguns dias.

Ana Lucia era casada com Ana Claudia, quando decidiram juntas que teriam uma família, então ela, que sempre desejou ser mãe, engravidou e quatro anos depois do nascimento de André, Ana Claudia fez o mesmo procedimento para engravidar com o sêmen do mesmo doador e deu à luz a Anna Laura. Até o momento em que estiveram no programa de televisão havia um processo de reconhecimento da maternidade porque o filho e a filha estavam registrados apenas com o nome de uma das mães.

O impacto que o posicionamento de André provocou veio de sua interação com a plateia.

Garoto da plateia: Quando você descobriu que tinha duas mães foi um choque pra você ou aceitou numa boa?

André: Eu não descobri, eu sempre tive duas mães. Eu não era de outra família e cheguei numa família nova.

Garoto da plateia: Mas quando você percebeu que realmente tinha duas mães...

André: posso fazer uma pergunta: seu núcleo familiar como ele é formado?

Garoto da plateia: Normal, uma mãe, um pai.

André: Normal? Então a minha não é normal?

Garoto da plateia: Desculpa. É que eu vejo hoje uma família normal aquela que tem uma mãe e um pai. Não que eu tenha algum preconceito, porque eu não tenho. Só que eu, na minha visão, é normal ter uma mãe e um pai.

André: Então você tá dizendo que a minha família não é normal? Não, mas tudo bem. Repete sua pergunta de início, por favor.

Garoto da plateia: Quando você realmente percebeu que tinha duas mães, foi um choque ou você aceitou numa boa?

André: Quando você percebeu que tinha um pai e uma mãe?

Diante dessa pergunta do André o garoto apenas fez sinal de que entendeu do que tratava-se e os aplauso da jovem plateia foram muitos. A exposição nos meios de comunicação é a eles conveniente porque estão sempre à procura de assuntos polêmicos. Entende-se que mais do que trazer a público, provocar reflexão, diálogo, debates, o objetivo é ter leitores, ter telespectadores, ter internautas acompanhando a polêmica. Mas isso pode trazer aos participantes a oportunidade que esperavam para compartilhar a experiência com ganhos para quem a expõe e quem dela inteira-se. São ações e reações que trazem à tona as incontáveis tensões, muitas delas gerando conflitos que são retratados mais pela imprensa do que pelas participantes, seja desta pesquisa, seja daquelas desenvolvidas por Santos (2005), Souza (2005), Palma (2011), Correa (2012), Aires (2012), Amorim (2013) e Silva (2013) que também trataram de maternidades lésbicas.

Em relação às famílias que formaram e às experiências vivenciadas, uma questão que permeou todos os depoimentos foi a necessidade de terem mais referências. Mesmo considerando todos os meios de comunicação possíveis, sobretudo, as redes virtuais que estão disponíveis, a falta de referência familiar foi exposta como uma das dificuldades do dia a dia. Sendo esse mesmo motivo que levou um casal de lésbicas, que criava dois filhos adolescentes do casamento heterossexual de uma delas, a fundar em 2002 o grupo Famílias Alternativas (FALT). Sendo consideradas alternativas as famílias compostas por minorias que convivem com a diversidade no lar e entendendo que ficaria mais fácil discutir e propor soluções para problemas comuns. Os argumentos para a fundação do grupo foram dados por Maria Rita Lemos (2005).

Sabemos que muitos casais homossexuais, muitas famílias homoafetivas, criaram redomas para se protegerem da discriminação e preservarem seus relacionamentos, e tem tentado viver isoladas, criando seus filhos da melhor maneira que sabem. [...]. Mas também sabemos o quanto é importante para todos nós, para nossos filhos, encontrarmos modelos positivos, encontrarmos pessoas com realidades parecidas para que possamos trocar experiências e crescermos juntos. (LEMOS, 2005, n.p.).

O grupo deixou de ser ativo nas redes, embora as razões pelas quais foi fundado permaneçam, como comprovam os depoimentos. Mesmo tendo direitos legais que permitem

que mulheres lésbicas, caso desejem, possam ser reconhecidas como casal pelo casamento civil e formem famílias, o recurso da proteção do preconceito e da discriminação por meio do isolamento mediante convivência restrita, existe.

A gente ouve falar tanta coisa. Então, eu, pessoalmente só tive problemas com minha família quando me assumi lésbica depois de ter sido casada com um homem e ter filhos. Agora, conviver, conviver mesmo, só com quem aceitou a situação, mas eu sei mais como está a outra parte porque milito no movimento LGBT. Acontece que a gente procura se proteger e cria uma espécie rede de proteção, tentando se relacionar mais de perto só com as pessoas que aceitam. (Relato de ZÉLIA).

A gente tem que lutar. Eu me reocupo muito com aqueles de nós que aceitam marteladas. Não admito que sintam vergonha de mim. Esse é um tópico muito forte para nós lésbicas, faltam modelos para nós na sociedade. Nos falta representatividade. Dentro dos nossos relacionamentos a gente também não tem exemplos, faltam comparativos. Como não temos exemplos os caminhos terão que ser construídos. Os casais heteros têm vários olhos. Vários olhos. Nós, não, as nossas realidades ainda são muito enclausuradas. (Relato de LANA).

Essas ideias conduzem ao pensamento de que é quando as famílias compostas por lésbicas assumem publicamente a sua condição, que colaboram, voluntária ou involuntariamente, para a sua compreensão e aceitação social. A partir do momento que crianças vivenciam essas realidades, os ambientes escolares, em toda sua abrangência, serão forçados a refletir, não podem ignorá-las; a vizinhança também passa a confrontar-se e precisa refletir, os familiares têm suas relações transformadas e chances de movimentar-se em direção a novas formas de compreender as situações em que estão envolvidos; o mesmo pode ocorrer no ambiente de trabalho. Tudo sem pretender que as tensões não existam, elas estão presentes, mas precisam ser confrontadas.

Em algumas ocasiões a gente sente sim, pelo olhar das pessoas. Elas podem não falar, mas a gente percebe. Mas a gente não vai desistir. Nossa preocupação maior é com o nosso filho. Mas, eu sempre tive medo e continuo tendo, porque eu acho que as pessoas não estão preparadas pra isso não e a gente, às vezes, sente alguma diferença. (Relato de DORALICE).

Eu não faço questão de ver muito não, eu tento agir naturalmente. Na escola não percebi nenhuma discriminação não, isso eu faço até questão de dizer. Agora, a Doralice é muito mais atenta a isso do que eu. Outro dia a gente tava numa loja fazendo compra pra ele. Na hora de pagar a moça do caixa perguntou pra mim:

— Ele é seu filho? Eu respondi:

— Não, é nosso, meu e dela. Me pareceu que a reação dela foi natural. (Relato de CATIANE).

Para Silva (2013), o registro é de que, para as mães que compuseram sua pesquisa, a maternidade lésbica por RA, foi uma opção que envolveu negociações, lutas, gastos

financeiros, desgastes emocionais e também composição de estratégias para que suas famílias, nascidas sob suspeita, sejam reconhecidas e respeitadas. Para essas mulheres, a falta de informação também constitui-se em um dos principais motivos para pensamentos e atitudes homofóbicas. Nesse sentido, elas entenderam que participar da pesquisa foi um ato político e com ele esperavam oferecer ferramentas para um futuro menos homofóbico e intolerante.

Pesquisadores e pesquisadoras também têm contribuído na constituição de novas respostas diante de novos problemas. Os problemas familiares nunca são velhos, têm sempre uma nova faceta desafiadora por falta de respostas que a tornem compreensiva. A própria falta de termos para denominá-la, como propôs Pierre Bourdieu (1996) em *Des familles sans nom* é um bom indicador para se ter uma dimensão da questão.

Dinâmicas sociais familiares

Sílvio Manoug Kaloustian (2005) retrata a família como o espaço da garantia da proteção integral e da sobrevivência das pessoas, independente da forma em que se baseie. Para ele, as modificações pelas quais ela passou e continua passando não representam seu enfraquecimento.

Apesar da existência de novas configurações familiares, a família nuclear mantém-se como ideal as famílias que encontram-se longe ou fora desse contexto acabam sendo consideradas como famílias desestruturadas e recebem a culpa por problemas emocionais, problemas de comportamento, fracasso escolar e delinquência de filhas e filhos. Há também o fato de que, os laços consanguíneos não garantem os laços afetivos entre pais e filhos.

Não existem, até nossos dias, sociedades humanas que sejam fundadas unicamente sobre a simples consideração da procriação biológica ou que lhe tenham atribuído a mesma importância que a filiação socialmente definida. Todos consagram a primazia do social, da convenção jurídica que funda o social, sobre o biológico puro. A filiação não é, portanto, jamais um simples derivado da procriação. HÉRITIER, Françoise. A coxa de Júpiter. Reflexões sobre os novos modos de procriação. **Estudos Feministas**. Ano 08, 1º sem. 2000. p. 98.

Dada essa compreensão, não se pode identificar a família como um modelo ideal e único a ser seguido, haja vista as diferentes formas mediante as quais ela vem se constituindo; e nem podemos estabelecer papéis a serem exercidos nas diferentes configurações familiares. Novos arranjos familiares trazem consigo novas responsabilidades para cada indivíduo que compõe a família, contudo, estas funções serão definidas a partir da particularidade de cada

família, e não baseadas em funções pré-determinadas ou práticas tradicionalmente delegadas ao homem e a mulher. São papéis que se modificam e são definidos e redefinidos no processo das transformações e modificações constante da sociedade e as famílias de mulheres lésbicas são provas disso.

Coisas do tipo, ver meu filho chateado por causa de crianças que não vieram na festinha de aniversário dele, e eu sabendo por que foi. Pessoas da família sempre dizendo que eu não posso expor ele a esse tipo de coisa, ou até olhares tortos, na escola. e coisas do gênero. Mas, olha, também tenho grandes pessoas comigo e com meu filho que me ajudam muito. Nunca quis e não quero fazer disso um drama porque não é nem quero que meu filho ache que seja. Tiramos de letra e somos felizes. (Relato de ALESSANDRA).

Enfrento vários. É difícil encontrar com minha família, então minha filha não tem essa convivência. Os meus amigos gays se afastaram de mim, quase não falo com eles. No trabalho, ninguém sabe que sou lésbica. Na escola, minha filha fica sendo motivo de piadas, mas estou tentando dar um jeito nisso, tenho ido à escola. (Relato de MARINA).

A modificação de papéis traz consigo outros fatores, como a necessidade de políticas destinadas a família como um todo. Para Kaloustian (2005)

(...) a família, enquanto forma de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Por esta razão, ela demanda políticas e programas próprios, que dêem conta de suas especificidades (...). (KALOUSTIAN, 2005, p. 12).

Mas é preciso ressaltar que as generalizações que aqui foram feitas sobre as famílias e alguns de seus matizes contemporâneos, resultam de pesquisas relativas às sociedades ocidentais e são apresentadas em razão do que têm em comum com o que ocorre no Brasil. Nesse sentido, as duas primeiras décadas do Século XXI depararam-se, com o debate sobre a crise da família, acalorado pelas novas configurações familiares propiciadas pelos efeitos da generalizada aceitação social do divórcio com e os arranjos familiares que dela resultam e com a formação das famílias das pessoas homossexuais. Essas têm sido as duas situações mais marcantes do que é chamado pelo senso comum de desestruturação familiar resultando em crise. Tudo isso resultando no que Roudinesco (2003) classificou em suas análises de desordem na família, no sentido de família fora da ordem natural onde deseja-se que ela esteja sempre colocada, lembrando o diálogo apresentado sobre o que é natural e o que não é para ser família, travado entre André Lodi e outro garoto durante um programa de televisão para jovens.

Enquanto há estudos que indicam que delineia-se o enfraquecimento da família, há outros que sugerem que os novos modelos familiares reafirmam sua importância. Novos

modelos, em geral, caracterizados pelas mudanças nas relações entre os sexos e as gerações, tais como: controle mais intenso da natalidade, autonomia relativa da sexualidade referente à esfera conjugal – a atividade sexual deixa de estar circunscrita à esfera do matrimônio – inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, questionamento da autoridade paternal, atenção ao desenvolvimento das necessidades infantis e dos idosos.

Pontos em comum, não similaridades nas suas formas de ser, que estabelecem-se entre a família no passado – até meados do Século XX – e a família contemporânea, onde insere-se a configuração familiar das mulheres lésbicas, consistem em contribuir para a função da reprodução biológica e social da sociedade, e procurar melhorar a posição da família no espaço social de uma geração a outra. A partir da segunda desse século, observam-se relações menos hierarquizadas, entre os casais, entre mães, pais, filhas e filhos, todas elas sendo acompanhadas dos olhares de estudiosos, profissionais de várias áreas – psicologia, assistência social, advocacia – sem que os conflitos deixem de existir no contexto familiar.

A diversidade das formas familiares e a menor estabilidade da vida conjugal não devem induzir a um diagnóstico errôneo, o ideal da vida conjugal ainda se faz presente para um grande número de pessoas. Contrariamente ao celibato ou à vida solitária, a vida conjugal ainda é aquela que atrai maior número de pessoas. No Brasil ainda não há produção de dados suficientes para se traçar uma evolução das configurações familiares existentes. Diante de uma realidade que flui na vida das pessoas, o censo demográfico nacional com dados oficiais, apenas em 2010 instituiu a possibilidade dos casais do mesmo sexo manifestarem-se e serem considerados como um núcleo familiar e apenas nesse mesmo censo pode-se identificar que as mulheres são maioria nas configurações familiares de pessoas homossexuais e que existem crianças com dupla maternidade ou dupla paternidade.

Levando-se em conta essas ideias compreende-se que a emergência de famílias constituídas por casais de mães lésbicas torna-se, como as maternidades lésbicas, um campo social de pesquisas e estudos obrigatórios porque ambos apresentam novas demandas que pedem a desconstrução de certezas dadas. Para a Sociologia isso torna-se obrigatório mas, essa obrigatoriedade estende-se às Ciências Sociais em sua abrangência.

As questões que as maternidades lésbicas e as famílias que as abrigam colocam, expõem a necessidade de revitalização de corpos teóricos através do acompanhamento de suas dinâmicas.

A condenação generalizada da homossexualidade que persiste na sociedade brasileira na contemporaneidade, com forte influência religiosa, pode ser considerada o principal empecilho à visibilidade das mulheres lésbicas e às famílias por elas formadas, porque são

configurações consideradas atentatórias ao caráter sagrado da família. Trata-se de uma concepção que toma a ordem tida como natural – a heterossexualidade – como apoio e torna inaceitável qualquer outra configuração de família que não seja a composta por pai-homem, mãe-mulher e filha/filho, ou seja, aquela em que prevalece o ideal do modelo nuclear.

CONCLUSÕES

E, certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos. Mas minha filha, quando falei de nosso tema e de minhas dificuldades, me disse: “Fala para elas de como nunca se é uma pessoa inteira se guardas silêncio, porque esse pedacinho fica sempre dentro de ti e quer sair, e se segues ignorando-o, ele se torna cada vez mais irritado e furioso, e se nunca o deixar sair um dia diz: basta! e te dá um soco dentro da boca”. (LORDE, 2014, p. 18)

Diante desta pesquisa procurei despir-me de ideias preconcebidas, familiarizar-me com as teorias científicas pertinentes ao problemas, como define a obrigação para quem faz pesquisas, assim como procurei integrar-me à comunidade de destino comunidade que me propus. Não fui para o campo esperando ser iluminada pelos fatos, fui consciente de que o material científico não oferece verdades absolutas, oferece hipóteses que se modificam a cada necessidade de defrontar-se com as realidades. Daí ser ilusório tentar estabelecer regras sobre comportamentos sejam eles relativos às maternidades lésbicas ou às famílias de mulheres lésbicas.

Assim sendo, nestas reflexões finais esclareço que o que se propôs no decorrer da pesquisa foram explicações possíveis para as questões que se apresentaram, contando com as possibilidades de que contribuam para dar mais visibilidade às vivências lésbicas e provoquem necessidade de novas análises sobre o tema.

Quando Luiz Mello encerrou seu livro *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo* em 2005 registrou no último parágrafo:

Quando o Congresso Nacional aprovar e a Presidência da República sancionar uma lei de parceria civil registrada, a sociedade brasileira terá dado um passo decisivo para a ruptura com o heterocentrismo e para o reconhecimento da liberdade de orientação sexual e do exercício da conjugalidade como direitos fundantes das sociedades democráticas. Todavia, enquanto não se aprovar legalmente a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo, a desigualdade na esfera pública entre relações homo e heterossexuais será expressão do preconceito e da discriminação que atingem gays e lésbicas na sociedade brasileira. (MELLO, 2005, p. 213-214).

Não foi via Congresso Nacional, mas o passo rumo à abolição da desigualdade na esfera pública entre relações homo e heterossexuais, como expressão do preconceito e da discriminação que atingem gays e lésbicas na sociedade brasileira foi dado em 2013, justamente o fato e o ano que esta pesquisa tomou como marco temporal: o advento do casamento civil, precedido pelo direito da união consensual entre pessoas do mesmo sexo em 2011. As palavras de Luiz Mello (2005), encontraram eco na voz de Joana: “Pensamos em formalizar para a vida social, pelos direitos. Uma poder acompanhar a outra, ser reconhecida como companheiras”.

Sendo esse um pensamento que expressa a necessidade de harmonia entre a vida social e os direitos adquiridos para o reconhecimento da existência de casais formados por lésbicas, das maternidades lésbicas, de filhas e filhos que tenham ou venham ter, das famílias que formarem. Essa é a luta que está registrada em todos os depoimentos oferecidos, tanto para esta pesquisa, quanto para todas aquelas que foram trazidas para este texto e que marca a primeira década e meia de 2000. Uma luta que foi sendo aglutinada no campo jurídico que tem intermediado grande parte das ações de ativistas das causas lésbicas, de modo específico e das causas LGBT, em sua amplitude e diversidade. Há, portanto, uma tendência à judicialização, observada na procura pelo respaldo jurídico, na garantia de reconhecimento legal dessas existências.

Mas, essa busca da legalidade não significa uma aproximação irrestrita com os modelos familiares heteronormativos, fundamentados na heterossexualidade compulsória. Ela, de fato, apresenta-se como elemento desestruturador das bases da família heterossexual. Frisando que a existência da lei não tem garantido a eliminação de preconceitos e discriminações veladas ou expressadas com violência, pensamento ao qual, as palavras escritas por Simone de Beauvoir (2011, p. 164), em março de 1949 quando redigia *O Segundo Sexo* e tratava da hierarquia dos sexos, das conquistas e direitos das mulheres e do andamento feminista ao redor do mundo, oferecem outra conotação que amplia a perspectiva da compreensão: “os países latinos, como os países orientais oprimem a mulher pelo rigor dos costumes mais do que pelo rigor das leis”.

Os patamares das lutas estão sempre mudando, o desafio de superá-los continua posto em todos os níveis, desde aquele situado no âmbito da vida privada, familiar, até aqueles que perpassam o local de trabalho, a vizinhança, os locais de passeio e lazer.

É preciso superar os preconceitos e discriminações para que o medo deixe de rondar o cotidiano das mulheres lésbicas, sejam elas mães ou não, embora seja possível que ele amplie-se diante da condição de maternidade. O medo foi e continua sendo uma questão muito

presente na existência lésbica, dado que são pessoas que têm suas ações colocadas sob suspeita pela sociedade. E essa sensação de eventual perigo é bem colocada por Gisela: “Isso para mim é inseguro. Eu tento lidar com isso, já fiz terapia, mas um dia a gente vai ter que lidar com isso, vai ter que ter um conflito maior. Por que senão a gente vai viver à sombra do medo”. Mas, estava posta, conforme anuncia a epígrafe: “E, certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos” (LORDE, 2014, p. 18). Portanto, lutar para que o medo seja dissipado é reivindicar visibilidade pelo alcance de direitos.

As vivências lésbicas foram e continuam sendo marcadas pela censura e Natacha Orestes (2016), apresenta a censura literária como metáfora da censura histórica e ilustra seu argumento com a retirada de circulação dos livros da autora lésbica Cassandra Rios no período da ditadura militar no Brasil e, com os poucos registros de literatura das mulheres que quebraram as regras heterossexuais e afirmaram-se assumindo a identidade lésbica. A história lésbica, junto com a existência dos corpos lésbicos, tem sido silenciada pela política inquisitória.

Daí a importância de falar-se sobre visibilidade lésbica, pois, por serem as lésbicas e escaparem ao domínio sexual masculino, suas existências e histórias precisam ser apagadas por representarem uma ameaça às heteronormatividade, por não submeterem-se aos padrões masculinos do que é ser mulher. Tomo a palavra de Natacha Orestes (2016), educadora, lésbica e mãe para afirmar que referir-se à visibilidade lésbica é referir-se à resistência.

Como fruto dessa resistência os anos de 2015 e 2016 marcaram duas conquistas pontuais para as maternidades lésbicas. As normas éticas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em 2015, que regulamentaram com mais exatidão as condutas dos profissionais em relação à Reprodução Assistida (RA). Em 2016, foi a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que dispôs sobre o registro de nascimento e a emissão da certidão de filhas e filhos nascidos por reprodução assistida. Trata-se de conquistas porque são marcadores de dificuldade encontrada pelas lésbicas para exercer o pleno direito à maternidade diante da falta de uma legislação reguladora para os casos em referência.

São documentos que regem as condutas de juízes, profissionais da saúde e cartórios, evitando que cada um aja da forma que decidir como vinha ocorrendo: As clínicas não aceitem realizar o processo de reprodução, fazendo com que as lésbicas precisem procurar o serviço como solteiras. Os cartórios não aceitem que a criança tivesse o sobrenome das duas mães.

Em síntese, os resultados do estudo em busca de fundamentações para análises da temática das maternidades lésbicas, considerando as tensões políticas e sociais que as envolvem, procurou privilegiar como essa temática tem sido tratada através dos estudos acadêmicos, como é vivenciada pelas mulheres lésbicas que são mães e como tem sido reivindicada pelas ativistas, com mobilizações em torno de direitos legais e reconhecimento social.

No caminho trilhado para alcançar os objetivos propostos foi definindo-se a ideia de que as maternidades lésbicas são percebidas socialmente como transgressoras na medida em que provocam a não compreensão no sistema heteronormativo, por produzirem experiências maternais que rompem com o dualismo mulheres mães e homens pais e com a identidade fixa de gênero, baseada na suposta essência feminina de um desejo heterossexual.

As maternidades lésbicas, as famílias de lésbicas são temas que, a partir de 2000, passaram a atrair o interesse dos meios de comunicação por serem polêmicos. Sendo assim, em relação a eles há um forte ativismo virtual favorável e na mesma medida, surgem as reações contrárias, o que leva a afirmar que, mesmo não tendo sido enfatizado nos depoimentos das 20 mulheres lésbicas que participaram da pesquisa, o preconceito é real e a discriminação ocorre entre os mínimos e os extremos graus de violência. No entanto, é preciso considerar que isso não significa que elas estejam ignorando o preconceito e sim, dando mais relevância para o lado positivo do tornar-se mãe, entendido como a apropriação de um direito que lhes é negado por serem lésbicas.

Em decorrência da luta pelo direito de tornar-se mãe e constituir família, os casais lésbicos e também os gays, realizaram e realizam grandes mobilizações. Pesquisas nesse campo ocorrem e, no campo das maternidades lésbicas, reflexões sobre adoção, impacto das novas tecnologias de reprodução para as mulheres lésbicas que desejam ser mães, maternidade lésbica por meio de relação heterossexual, configurações familiares de casais lésbicos e suas filhas e filhos, apresentam-se como temas que, não apenas têm produzido um diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores como têm suscitado novas incursões acadêmicas, ampliando, desse modo, o rol de referências, sem fazer com que estudos pioneiros percam sua importância como fonte de pesquisa. Essa dinâmica toda tem trazido as vivências lésbicas, em toda sua amplitude, para o campo de debates, sacudindo a sua invisibilidade.

Enfim, foram muitas as questões levantadas no decorrer da pesquisa e nem todas foi possível responder, o que sugere uma continuidade ou um recomeço, algo que a produção do conhecimento científico não despreza e que temas como maternidades, lesbianismo, famílias, exigem.

Por último:

Para quem escrevemos, é necessário examinar não só a verdade do que falamos mas também a verdade da linguagem em que o dizemos. Para outras, se trata de compartilhar e difundir aquelas palavras que significam tanto para nós. Mas em princípio, para todas nós, é necessário ensinar com a vida e com as palavras essas verdades que acreditamos e conhecemos mais além do entendimento. Porque só assim sobreviveremos, participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento. (LORDE, 2014, p. 19).

REFERÊNCIAS

- AIRES, Lídia Marcelle Arnaud. **Gestando afetos, concebendo famílias**: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju-Se. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Aracaju-Sergipe. São Cristóvão, 2012. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/bitstream/tede/548/1/LIDIA_MARCELLE_ARNAUD_AIRES.pdf>. Acesso em 09 ago. 2015.
- ALLDRIDGE, Célia. O que é ser lésbica? **Marcha Mundial das Mulheres**. São Paulo, 13 de Março de 2013, s/p. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2013/03/13/1414/>. Acesso em 04 mar. 2015.
- AMERICAN community survey data on same sex couples. Washington, DC: U.S. **Census Bureau**, 2013. Disponível em: <<http://www.census.gov/hhes/samesex/files/sssex-tables-2012.xls>>. Acesso em 13 jun. 2015.
- AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Nós já somos uma família, só faltam os filhos**: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106913>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ANGAAD – Associação Nacional de Apoio à Adoção. Recife-PE. Disponível em: <http://www.angaad.org.br/index.html>. Acessado 17 mai. 2015.
- ASSIS, Simone Gonçalves de, FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). **Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf. Acessado 20 dez. 2014.
- AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência psicológica doméstica**: vozes da juventude. São Paulo: Lacri - Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001.
- BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira Basaglia. Sociologia econômica: articulações entre economia e feminismo. In: JARDIM, Maria Chaves (Org.). **Mercados**: nem sagrado, nem profano. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2015, p. 119-138.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, Ecléa. Cultura de Massas e Cultura Popular. Leituras de Operárias. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (organizador). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucite/UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Introdução à uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Des familles sans nom. Bourdieu Pierre. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 113, juin 1996. La famille dans tous ses états. p. 3-5. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1996_num_113_1_3177>. Acesso em 15 out. 2015.

BRAND, Vera Beatriz Fehér. **Pro-seed – São Paulo-Capital**, 15 de dezembro de 2015. Disponível em: http://www.proseed.com.br/doacao/como_funciona. Acesso em 15 dez. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 8.727, de 28 de abril de 2016a**. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/anexos/normatizacao/155_82f8bf948c66c75c8be6487ac07a64f3.pdf>. Acesso em 27 mai. 2016.

_____. Corregedoria regulamenta registro de criança gerada por reprodução assistida. **CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. Corregedoria Nacional de Justiça. Publicado em 15 de março de 2016b. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81780-corregedoria-regulamenta-registro-de-crianca-gerada-por-reproducao-assistida>. Acesso em 03 abr. 2016.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Cadastro Nacional de Adoção – CNA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acessado em 17 jul. 2015.

_____. Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, 2014a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2015

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. **Diversidade das Mulheres: Dados**. Presidência da República. Publicado em 16 de setembro de 2014b. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/diversidade-das-mulheres/lbt/dados/dados>>. Acesso em 23 set 2014.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013a. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/relatorio-unidades-acolhimento.pdf>. Acessado 16 jul. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica – número 32, 2013b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Resolução no 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, DF: CNJ, 2013c. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf. Acesso em 10 jan. 2015.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2013d**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.stm>. Acesso em 10 jan. 2015.

_____. **LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009**. Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília/DF, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em 12 mai. 2014.

_____. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD. **Síntese de Indicadores 2008**. Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42672.pdf>. Acesso em 19 ago. 2015.

BRASÍLIA. Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência Contra a Mulher no Brasil. **Relatório Final**. Brasília/DF, julho de 2013.

BRITO, Fernanda de Almeida. **União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos**. São Paulo: LTR, 2000.

BUISSON, G.; DAGUET, F. Qui vit seul dans son logement? Qui vit en couple? **INSEE Première**, Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, n. 1392, févr. 2012. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1392/ip1392.pdf>. Acesso em 20 nov. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **GELEDÉS**, 6 mar. 2011. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em 6 jun. 2015.

CASAGRANDE, Maria Rita. Sobre ser Lésbica e Negra. **GELEDÉS**, 31 Julho 2013. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/20156-sobre-ser-lesbica-e-negra>. Acesso em 12 jun. 2015.

CFM. Conselho Federal de Medicina. **RESOLUÇÃO CFM nº 2.121/2015**. Brasília, 16 de julho de 2015. Publicada no D.O.U de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117. Disponível em: http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/CFM/2015/2121_2015.pdf. Acesso em 27 out. 2015.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Nota de esclarecimento**. Publicado em 05 de de 2013. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/nota-de-esclarecimento/>>. Acesso em 23 set. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Vol. 16, Nº 002. Universidade do Minho-Braga, Portugal, 2003.

CIPRIANI, R. Biografia e cultura – da religião à política. In: SIMSON, O.M. von (org.) **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

CLARKE, Cheryl. El Lesbianismo: Unacto de Resistencia. In: MORAGA, Cherrie; CASTILHO, Ana. **Esta Puente, mi espalda**. Voces de lastercermundistasenlos Estados Unidos. ISM Press: San Francisco, 1988, p. 98-107. Disponível em: <<https://we.riseup.net/radfem+spanish/lesbianismo-un-acto-de-resistencia-cheryl-clarke>>. Acesso em 02 fev. 2015.

CLF – Coordination Lesbienne de France. La lesbophobie, un terme pour nommer, des actions pour l'éradiquer ici et dans le monde. **Intervention CLF sur la lesbophobie**. 10 oct. 2013. Disponível em: <<http://www.coordinationlesbienne.org/spip.php?article263>>. Acesso em 14 nov. 2015.

COLLIN, Françoise e LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CONJUR – **Consultor Jurídico**. Adoção à brasileira gera graves consequências. São Paulo, 9 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-fev-09/pratica-ainda-comum-adocao-brasileira-gera-graves-consequencias>. Acessado 20 dez. 2014.

CORRÊA, Maria Eduarda Cavadinha. **Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade**. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-29042012-124625/>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

CORRÊA, Mariza. "Uma pequena voz pessoal". **Cadernos Pagu**, nº 11, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 1998.

CUNHA, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (organizadores). **Direito de Família e o Novo Código Civil**. 4.ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

DEBERT, Guita Grin. Os estudos de gênero na Unicamp. In: Quartim de Moares, Maria Lygia *et alii*. **Gênero nas fronteiras do sul**. **Cadernos Pagu**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2005.

DESCOUTURES. Virginie. **Les mères lesbiennes**. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

DEMARTINI, Zeila de Brito. Relatos orais: nova leitura de velhas questões educacionais. **Revista Portuguesa de Educação**. n. 8, p. 5-20. Universidade do Minho-Braga, Portugal, 1995.

_____. Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. **Textos CERU/USP**, 3, 2ª série, p.42-60, 1992.

DEVREUX, Anne-Marie. Família. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIAS, Maria Berenice. Família Homoafetiva. **Bagoas**, n. 03, 2009, p. 39-63. Disponível: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03art02_dias.pdf> Acesso em 20 dez. 2014.

_____. **União Homossexual**: o preconceito e a justiça. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2000.

DINIZ, Debora e MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência & Saúde Coletiva**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva/Abrasco. 15 (Supl. 1), 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8123> Acesso em: 10 jan. 2016.

DUARTE, Rachel. 'Estupro corretivo' vitimiza lésbicas e desafia poder público no Brasil. **SUL 21**. Porto Alegre/RS. 4 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/estupro-corretivo-vitimiza-lesbicas-e-desafia-autoridades-no-brasil/>. Acessado 27 set. 2015.

DOSSIÊ. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES LÉSBICAS, BIS E TRANS. **Instituto Patrícia Galvão**. Disponível me: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/>>. Acesso em jun. 2016.

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Subseção IV: **Da Adoção**. Arts. 39 a 52. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em mar. 2016.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2014.

_____. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FALQUET, J. **De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Brecha lésbica, 2006.

FERNANDES, Marisa. Visibilidade Lésbica. **Jornal Fêmea**, nº 100, maio de 2001. Editado por CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Visibilidade Lésbica Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=425:visibilidade-lesbica&catid=83:numero-100-maio-de-2001&Itemid=129. Acesso em 10 jun. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Brasileira**. Rio de Janeiro: Folha de São Paulo/Editora Nova Fronteira, 1995.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOSTER, Gustavo. Bolsonaro diz que não teme processos e faz nova ofensa: "Não merece ser estuprada porque é muito feia". **ZERO HORA NOTÍCIAS**, Porto Alegre, 10 dez. 2014.

Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-4660531.html>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortêz, 1989.

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Catálogos S.R.L. Buenos Aires-Argentina, Quinta edición, Diciembre de 2001. Disponível em: <https://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2014/12/galeano_eduardo-las_palabras_andantes.pdf>. Acesso em 03 jan. 2015.

GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. **Revista Estudos Feministas**. V.14. n.1. Santa Catarina: UFSC, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: MELUCCI, Alberto, **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas em Ciências Sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROISMAN, Serginho. **Altas Horas**. Programa da Rede Globo de Televisão. Rio de Janeiro, 02/04/2016.

GROSS, Martine. Quand et comment l'homoparentalité est-elle devenue un object "legitime" de recherche em sciences humaines et sociales? **Socio-logos**, nº 2, 2007. Disponível em: <<http://socio-logos.revues.org/document803.html>>. Acesso 27 jun 2015.

_____. **L'homoparentalité**. Paris: Le Cavalier Bleu, 2009

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**, nº 21, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2003.

HÉRITIER, François. A coxa de Júpiter. Reflexão sobre os novos modos de procriação. **Revista Estudos Feministas** – REF. Ano 8, 1º semestre, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1417/heritier_jupiter.pdf?sequence=1>. Acesso em jan. 2015.

HERMANN-GREEN, L. **Brochure d'information: Familles Arc-en-ciel**. Suisse, 2010.

HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOUAISS. **#todasasfamilias**. Publicado em 11 de abril de 2016. Disponível em <<http://todasasfamilias.com.br/>>. Acesso em 30 abr. 2016.

HOMO BABY BOOM. **Documentário**. Direção: Anna Boluda. 27 min. Catalunya, 2008. Associació Famílies de Lesbianes i Gais – FLG. Disponível em: <http://www.familieslg.org/cas/>. Acesso em 21 jan. 2016.

IPÓLITO, Jéssica. Lesbofobia não é igual a homofobia! **Revista Vírus Planetário**. Editado em 12 de março de 2013. Disponível em: <http://www.virusplanetario.net/lesbofobia-nao-e-igual-a-homofobia/#ixzz4F0pOievE>. Acessado 29 out. 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**. Vol. 1, Nº 1. Jul./Dez. 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf. Acesso em 20 jan. 2016.

KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: CORTEZ; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KITZINGER, Sheila. **Mães** – um estudo antropológico da maternidade. Lisboa: Presença, 1978.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 44).

LACERDA, Marina, COSTA, Rodolfo, ARAÚJO, Saulo Araújo; FORTES, Breno. "Nunca imaginei passar por tanto terror". **Correio Brasiliense**. 01 de mar. 2014. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/03/01/interna_cidadesdf,415378/nunca-imaginei-passar-por-tanto-terror-diz-jovem-vitima-de-agressao.shtml. Acesso em 3 jun 2015.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses** – O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242. Disponível em: <http://issuu.com/heloisabuarquedehollanda/docs/tendenciaseimpasses>. Acesso em: 5 jan. 2014.

LEPERA, Micaela. Mulheres lideram os casamentos gays em Ribeirão Preto. **Jornal A Cidade**. Ribeirão Preto, 9 dezembro de 2014.

LORDE, Audre. Textos Escolhidos. **Difusão Herética**, Zine Edições Femininas e Lésbicas Independentes, 2014. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/AUDRE-LORDE-leitura.pdf>. Acesso em 15 mai. 2015.

MACIOTI, M.I. Vida cotidiana. In: SIMSON, O.M. von (org.). **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

MANUAL PARA O USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM. Publicação elaborada a partir do manual da **Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe** - REPEM-LAC. Tradução de Beatriz Cannabrava. Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul Secretaria De Políticas Para As Mulheres. Edição Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Disponível em:

http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em 12 dez. 2015.

MARIANO, Ricardo. Islâmicos e evangélicos na arena pública. **Revista Veredas**. Belo Horizonte, v.1, p. 49-63, ago. 2000.

MAYER, Lawrence S. and MCHUG, Paul R. Sexuality and Gender. **The New Atlantis**. Number 50 – Fall 2016. Disponível em: http://www.thenewatlantis.com/docLib/20160819_TNA50SexualityandGender.pdf. Acesso em 26 ago 2016.

MEDEIROS, C. P. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**. V. 14 N. 2 Florianópolis: UFSC/. 2006.

MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. V.14, N. 2. Florianópolis: UFSC, 2006.

_____. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MENDES, Euclides Santos. Mães coragem. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 de maio de 2009.

MENDONÇA, Bernardo. Quando as famílias são arco-íris. **Revista do Expresso**. Portugal, 25/mai/2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Sistema Judicial Brasileiro e a Definição do Melhor Interesse da Criança. **RES - Revista Estudos de Sociologia**. Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, v. 19, n. 36, 2014.

MOTT, Luiz. O jovem homossexual: noções básicas de direitos humanos para professores, professoras e adolescentes gays, lésbicas e transgêneros. **Revista do Mestrado em Educação**, nº 7, p. 95-102, 2003.

MUNHOS, Henrique. A luta incansável pela adoção tardia. **Diário do Grande ABC**. Santo André, 15 de março de 2011. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/112334/a-luta-incansavel-pela-adocao-tardia>. Acessado 20 dez. 2014.

NAVARRO-SWAIN, Tania. A busca do feminino sem a maternidade. Entrevista com Anelise Zanon. **IHU – Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 359, Ano XI, 02 de maio de 2011. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3819&secao=359. Acesso em 10 ago. 2015.

_____. O Normal e o abjeto: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. **Revista LABRYS** n. 6. 2004. Disponível em <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/index.html>. Acesso em 03 abr 2015.

_____. **Desfazendo o “natural”**: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lésbiano. Disponível em: <http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/rich.htm>. Acesso em: 02 jan. 2015.

_____. **O que é lesbianismo**, São Paulo, Brasiliense, 2004.

NUBIA. Sobre lesbofobia e como denunciar. **SAPATOMICA** o Blog da Mulher Lésbica. Disponível em: <http://sapatomica.com/blog/2013/07/24/sobre-lesbofobia-e-como-denunciar/>. Acessado 28 set. 2015.

NEUMAM, Camila. Importação de sêmen estrangeiro aumenta 500% no Brasil em um ano. **UOL Notícias, Ciência e Saúde**, 17 de junho de 2015. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2015/06/17/importacao-de-semen-de-estrangeiros-aumenta-500-no-brasil-em-um-ano.htm>. Acessado em 15 dez. 2015.

NUNES, E.O. (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Ronaldo. Muitos casais encontram a forma de driblar a Lei da Adoção. **Correio Brasiliense**, 13 de maio de 2010. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/24/interna_cidadesdf,194034/muitos-casais-encontram-uma-forma-de-driblar-a-lei-da-adocao.shtml, Acessado 20 dez. 2014.

ORESTES, Natacha. Ser mãe e lésbica é ser invisível duas vezes. **HuffPost Brasil**. Publicado em 29 de agosto de 2016. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/natacha-orestes/lesbica-invisivel-mae_b_11764284.html. Acesso em 29 ago. 2016.

PAGANINE, Joseana; GUEDES, Sylvio e BRASIL, Thâmara. Lei enfrenta desafios de má estrutura e questão cultural. **Em Discussão!** Revista de Audiências Públicas do Senado Federal. Ano 4-Nº 15-maio de 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/a-nova-lei-da-adocao-2009-desafios-ma-estrutura-cultural.aspx>. Acessado em dez 2014.

PALMA, Yáskara Arrial. **Mamãe e ... Mamãe? Apresentando as famílias homoparentais**. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/742>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PARSONS, Talcott *et al.* **Family, socialization and interaction process**. Glencoe: The Free Press, 1955.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, n. 11, p.104-132, 1989.

PRADO, Danda. **O que é família**. 2. Ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre as técnicas de gravador no registro de informação viva. Coleção Textos. São Paulo: CERU/ FFLCHUSP, n. 4, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O.M. von (org.) **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.

RECAMÁN, Marisol (coord.). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais**. Fundação Perseu Abramo/Fundação Rosa de Luxemburgo Stiftung, junho de 2008 a janeiro de 2009. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/PESQUISA_COMPLETA_Apres-LGBT-Total-mai09.pdf. Acesso 30 set. 2015.

REINOSO, Beatriz Gimeno. **Historia y Análisis Político del Lesbianismo**. Espanha, Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

RELATÓRIO 2015. Assassinatos de LGBT no Brasil. **Grupo Gay da Bahia – GGB**. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/0046502188e8a65b8c3e2>. Acesso em 2 dez. 2015.

RICH, Adrienne. **Cartografias do Silêncio**. Tradução de Ana Gabriela Macedo. Universidade do Minho. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4240.pdf>. Acesso em 03 jun. 2015.

_____. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, nº 06, 2010, p. 17-44. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf>. Acesso em 23 jan. 2015.

_____. **Nacemos de mujer**. La maternidad como experiencia e institución. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/304703177/Nacemos-de-Mujer>. Acesso em 23 set. 2015.

ROCHA, Cristina. **Casos de Família**. Filha: eu queria um genro e não uma nora. TV Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. São Paulo, 03/02/2016. Disponível em: http://www.sbt.com.br/casosdefamilia/casos/casos_todos.asp. Acesso em 03 fev 2016.

_____. **Casos de Família**. Prefiro uma periguetete a uma lésbica na família! TV Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. São Paulo, 29/05/13. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Tol-2FXko8>. Acesso em 04 jul. 2014.

_____. **Casos de Família**. Minha Filha Precisa de um homem, não de uma mulher. TV Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. São Paulo, 04/07/14. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ch8nPw6oHc0>. Acesso em 04 jul. 2014.

_____. **Casos de Família**. Tenho medo que minha mulher volte a gostar de homem! TV Sistema Brasileiro de Televisão – SBT. São Paulo, 03/09/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7MwlLmZqwj8>. Acesso 03 set. 2014.

RODRIGUES, Carla. A filósofa que rejeita classificações. **Revista CULT**. Edição 185, 2014. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/a-filosofa-que-rejeita-classificacoes-2/>. Acesso em 02 jun. 2015.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico Sexual. Entrevista com Judith Butler. **Cadernos Pagu**, n. 21, Campinas/UNICAMP, 2003a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332003000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 jan. 2015.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**. n. 21. Campinas/UNICAMP, 2003b. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pen-sando_o_sexo.pdf?sequence=1. Acesso em 17 out. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53500/57500>. Acesso em 22 jan. 2015.

_____. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANDERS, Gary L. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: IMBER-BLACK, Evan (Org.). **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SANTOS, Claudiene. **A parentalidade em famílias homossexuais com filhos**: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-18042005-081841/>. Acesso em: 13 dez. 2015.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos; ARAUJO, Bruna Pinheiro de e RABELLO, Luiza Rocha. Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. **Bagoas**. V. 8, n. 11, 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6545/5075>. Acesso 27 set. 2015.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? In: _____. **Revista Estudos Feministas – REF** vol.1 n. 1 Florianópolis, Jan./Apr. 2008.

_____. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, nº 16, Campinas: Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, 2001.

SCHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Edusc, 2001

SILVA, Daniele Andrade da. **Enfim mães! Da Experiência da Reprodução Assistida à Experiência da Maternidade Lésbica**. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6663. Acesso em: 13 dez. 2015.

SOUZA, Erica Renata de. **Necessidade de filhos**: maternidade, família e (homo)sexualidade. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000327818>. Acesso em: 13 dez. 2015.

STEREN DOS SANTOS, Tania. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, nº 21, jan./jun. 2009, p. 120-156. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000200007&script=sci_arttext. Acesso em jan. 2015.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Relações homoafetivas podem ser reconhecidas juridicamente**. Brasília, 19 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/noticias/noticias/%C3%9Altimas/Rela%C3%A7%C3%B5es-homoafetivas-podem-ser-reconhecidas-juridicamente. Acessado em 10 jan. 2015.

SDH – Secretaria dos Direitos Humanos. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2013. **SDH**, 2016. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em jun. 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (coordenadora). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481. Acessado em 21 jun. 2015.

SULLEROT, Evelyne. **A mulher no futuro**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1967.

THURLER, Ana Liési. **Em Nome da Mãe**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

TRIGO, M.H.B.; BRIOSCHI, L.R. Interação e comunicação no processo de pesquisa. In: Reflexões sobre a pesquisa sociológica. **Textos CERU/USP**. Série 2, n. 3, p. 25-32, 1999.

UZIEL, Anna Paula. **Família e Homossexualidade**: velhas questões, novos problemas. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000249903&fd=y>>. Acesso em 23 jun. 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.) **A Aventura Sociológica**: Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENTAS, Leire. No Peru, lésbicas sofrem com estupros 'corretivos'. **BBC Mundo**. 23 de agosto de 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150821_violencia_lesbicas_peru_rb. Acesso em 27 set. 2015.

VESTIDAS DE NOIVA. **Documentário**. Direção: Fabia Fuzeti e Gabi Torrezani. Brasil (SP). 50 min, 2015.

VIEIRA, Amanda. Famílias formadas por lésbicas: elas existem! **Blogueiras Feministas**. Postado em 29 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2012/08/familias-formadas-por-lesbicas-elas-existem/>>. Acesso em 20 jan. 2016.

VIEIRA, Nênis. O feminismo negro é, principalmente, periférico. **Blogueiras NEGRAS**. Postado em 9 julho de 2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/07/09/o-feminismo-negro-e-principalmente-periferico/>. Acesso em 02 fev. 2015.

WITTIG, Monique. **El Pensamiento Heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial EGALES, S.L., 2006. Disponível em: http://www.academia.edu/7033112/El_Pensamiento_Heterosexual-Monique_Wittig. Acesso em 20 mai 2015.

ZABOTTO, Thamires. O erótico, a sexualidade e o amor na escrita de Cheryl Clarke. **Escamandro**: poesia, tradução, crítica, 26 de março de 2015. Disponível em: <https://escamandro.wordpress.com/2015/03/26/o-erotico-a-sexualidade-e-o-amor-na-escrita-de-cheryl-clarke-por-thamires-zabotto/>. Acesso em 10 jun. 2015.

ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.

ZAULI, Amanda. **Famílias Homoafetivas Femininas no Brasil e no Canadá**: um estudo transcultural sobre novas vivências nas relações de gênero e nos laços de parentesco. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de Brasília – UNB. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10002/1/2011_AmandaZauli.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Consentimento Livre e Esclarecido

TITULO DO PROJETO

MATERNIDADES LÉSBICAS: CLIVAGEM ENTRE AS TENSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DO TORNAR-SE MÃE NA CONTEMPORANEIDADE

Estou desenvolvendo um estudo relacionado às maternidades lésbicas em suas vertentes em torno da adoção, da inseminação artificial, da recomposição familiar. Para ampliar a compreensão sobre essas perspectivas da maternidade contemporânea, solicito sua colaboração no seguinte sentido. Gostaria de dialogar com lésbicas que optaram pela maternidade, para isso precisarei entrevistar aquelas que se dispuserem, sendo assim, solicito sua colaboração que será muito importante para dar voz àquelas pessoas que vivenciam a experiência lésbica, são mães ou desejam ser.

A sua participação é voluntária e a sua colaboração é indispensável. Caso você concorde precisaremos de um encontro no qual responderá questões relacionadas às suas vivências lésbica e materna. Esclareço que nosso encontro poderá ser presencial em local de sua escolha, ou mediante a rede virtual *Skype*, caso essa forma facilite nossa conversa que será gravada mediante sua autorização.

Afirmo que se trata de uma atividade que não traz riscos nem exposição. Você não será identificada a não ser pela forma que escolher. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo das informações e você terá uma cópia do texto que for gerado com suas ideias. Esclareço também que não haverá qualquer tipo de despesa com atividades ou material de sua parte e que sua participação não será remunerada.

A qualquer momento poderá desistir da participação neste estudo, sem nenhum prejuízo. Terá direito de pedir esclarecimentos sobre suas dúvidas, assim como de receber a resposta.

Agradeço a sua colaboração.

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a pesquisadora Claudete Camargo Pereira Basaglia, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE, em participar do mesmo.

Assinatura da participante

Data: ____/____/____

Eu, Claudete Camargo Pereira Basaglia, declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo à participante. Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com:

Nome: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Endereço: Avenida José Bonifácio, 1857

Bairro: Santana

Cidade: Araraquara/SP

Celular: (016) 99262-1045

APÊNDICE B – Roteiro de Questões para a Entrevista³⁴

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Nome pelo qual quer ser chamada
2. Localidade de nascimento
3. Ano em que nasceu
4. Cor pela qual se identifica
☐ branca ☐ parda ☐ negra ☐ amarela ☐ vermelha ☐ outra
5. Escolaridade
6. Profissão

VIVÊNCIAS

1. Tem algum acontecimento da infância ou juventude que marcou sua vida? Por quê?
2. Quando e como você percebeu que tinha interesse por mulheres?
3. Você se identifica como lésbica?
4. Contou para seus familiares? Qual foi a reação que tiveram?
5. Você viveu alguma forma de discriminação por ser lésbica?
6. Como conheceu sua companheira?
7. Por que decidiram viver juntas? Isso foi há quanto tempo?
8. Qual a forma de união que escolheram para viver juntas? A decisão foi das duas?

MATERNIDADE E ADOÇÃO

1. Quando e por que você sentiu vontade de ser mãe?
2. Como surgiu a decisão de ser mãe pela adoção? Houve decisão conjunta?
3. Antes dessa decisão você chegou a pensar em outra forma de se tornar mãe?
4. Como, quando e onde pleiteou adoção?
5. Procurou algum Grupo de Apoio à Adoção ou outro tipo de ajuda?
6. Passou por dificuldades ou discriminação ao pleitear a habilitação para a adoção?
7. Como os profissionais que conduziram o processo de habilitação lidaram com o fato de ser um casal de mulheres?
8. Houve algum obstáculo de ordem jurídica para a concretização da adoção?

³⁴ Esclarecendo que o roteiro, em determinados momentos das entrevistas, precisou passar por adaptações

- 9.Como ficou decidido se a adoção seria simples ou dupla?
- 10.Como se estabelece a função de cada uma como mãe?
- 11.Você recebeu ou recebe visitas da Vara da Infância?
- 12.Você sabe algo a respeito da história da(s) criança(s)?
- 13.Como é ser mãe de uma maneira que não atende ao modelo heterossexual (considerado normal)?
- 14.Qual foi a posição dos familiares com relação à adoção?
- 15.Os familiares convivem com a(s) criança(s)?
- 16.Como foi a matrícula escolar da(s) criança(s)?
- 17.Como tem sido as reações na escola em relação à família da(s) criança(s)?
- 18.A(s) criança(s) tem amiga(s) e amigo(s)?
- 19.Como é a relação com a vizinhança?
- 20.Agora que a família está formada, vocês sofrem alguma discriminação por serem lésbicas?
- 21.Quais os problemas que você enfrenta como mãe lésbica: com a família, com amigos, no trabalho, na escola?
- 22.Há alguma pergunta que eu não fiz e que você acha importante que seja feita? Qual é?

MATERNIDADE E INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

- 1.Quando e por que você sentiu vontade de ser mãe?
- 2.Como surgiu a decisão de ser mãe pela inseminação artificial? Houve decisão conjunta?
3. Antes dessa decisão você chegou a pensar em outra forma de tornar-se mãe?
- 4.Como foi decidida como seria a doação de esperma?
- 5.Como chegaram à decisão de quem engravidaria?
- 6.Passaram por dificuldades ou discriminação ao pleitearem a inseminação artificial?
- 7.Como os profissionais que conduziram o processo, lidaram com o fato de serem duas mulheres pleiteando a inseminação?
- 8.Houve algum obstáculo de ordem jurídica para a concretização da inseminação?
- 9.Como é ser mãe de uma maneira que não atende ao modelo considerado normal?
- 10.Como se estabelece a função de cada uma como mãe?
- 11.Qual foi a posição dos familiares com relação à maternidade?
- 12.Os familiares convivem com a(s) criança(s)?
- 13.Como foi a matrícula escolar da(s) criança(s)?

decorrentes das necessidades que apresentavam-se na medida em que os depoimentos iam acontecendo.

14. Como têm sido as reações na escola em relação à família?
15. A(s) criança(s) tem amigas e amigos?
16. Como é a relação com a vizinhança?
17. Agora que a família está formada, vocês sofrem alguma discriminação por serem lésbicas?
18. Quais os problemas que você enfrenta como mãe lésbica: com a família, com amigos, no trabalho, na escola?
19. Há alguma pergunta que eu não fiz e que você acha importante que seja feita? Qual é?

MATERNIDADE E RELAÇÃO HETEROSSEXUAL

1. Quando e por que você sentiu vontade de ser mãe?
2. Como surgiu a decisão de ser mãe por meio de uma relação heterossexual?
3. Antes dessa decisão você chegou a pensar em outra forma de tornar-se mãe?
4. Como foi reconhecer-se lésbica tendo se casado com um homem?
5. Como o casamento foi desfeito? Qual foi a reação do marido?
6. Como foi a reação de filha(s) e filho(s)?
7. Qual foi a posição dos familiares com relação aos acontecimentos?
8. Como é ser mãe de uma maneira que não atende ao modelo heterossexual (considerado normal)?
9. Como se estabelece a função de cada uma como mãe?
10. Os familiares convivem com a(s) filhas, o(s) filhos?
11. Como foi a matrícula escolar?
12. Como têm sido as reações na escola em relação à família?
13. E em relação a amigas e amigos das filhas e filhos, o que você pode dizer?
14. Como tem sido o relacionamento de sua(s) companheiras/namorada(s) com seu(s) filho(s)/sua(s) filha(s)?
15. Você acha que as mães lésbicas sofrem mais preconceito da sociedade do que as lésbicas que não têm filhos?
16. Como é a relação com a vizinhança?
17. Agora que a família está formada, vocês sofrem alguma discriminação por serem lésbicas?
18. Quais os problemas que você enfrenta como mãe lésbica: com a família, com amigos, no trabalho, na escola?
19. Há alguma pergunta que eu não fiz e que você acha importante que seja feita? Qual é?

ANEXO

ANEXO A – Juiz Autoriza Duas Mães em Certidão e Mudança de Identidade de Gênero

As relações humanas e suas modificações desafiam o Poder Judiciário a um novo pensar que se torne adequado à realidade, interpretando a norma e os princípios de maneira extensiva, para concretizar a Justiça. A reflexão partiu do juiz Marcelo Malizia Cabral, diretor do Foro de Pelotas, na Metade Sul do Rio Grande do Sul, ao proferir duas sentenças incomuns relacionadas ao registro civil.

A primeira analisou pedido de um casal de mulheres que fez inseminação artificial para ter um filho. Como o casal vive junto há muitos anos, inclusive com a união civil reconhecida, queria que seu filho tivesse o nome de ambas na certidão de nascimento. O juiz disse que o artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal era aplicável ao caso — o dispositivo veda quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Com isso, determinou que o registro de nascimento do filho constasse com o nome de ambas as mães.

Identidade de gênero

A segunda sentença tratou da alteração de registro civil quanto ao nome e ao sexo (no tocante à definição do gênero no documento) da parte requerente. Embora nascido mulher, o autor do pedido vê-se como homem, tendo interesse de fazer cirurgia para alteração de sexo. O juiz reconheceu que o seu nome de registro não alcança o modo pelo qual se percebe como ser humano. “O registro é um, o sentimento é outro”, observou. Aliás, segundo a sentença, não se fazia necessária a cirurgia da mudança de sexo.

Para Cabral, o conceito de dignidade não pode limitar-se a uma cirurgia de implantação da genitália masculina. “Deve assegurar sua integridade psicofísica no âmbito doméstico, profissional e social, a fim de que possa exercer plenamente os direitos civis que dele decorrem”, complementou na sentença. “A Justiça precisa, cada vez mais, se aproximar dos cidadãos, e com os olhos bem abertos, percebendo que tem de acompanhar os avanços sociais. Deixar de prestar esse tipo de serviço à população é negar-lhe Justiça”, concluiu o juiz nos documentos. Os processos tramitam sob sigilo de Justiça e contam com a fiscalização do Ministério Público estadual.

REFERÊNCIA

CONSULTOR JURÍDICO. Juiz autoriza duas mães em certidão e mudança de identidade de gênero. **Boletim de Notícias ConJur**. Publicado em 6 de fevereiro de 2016. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2016-fev-06/juiz-autoriza-duas-maes-certidao-mudanca-identidade-genero>. Acesso em 26 mar. 2016.

ANEXO B – Como a Ciência Explica Mulher Grávida de Quadrigêmeos aos 65 Anos

Se a gravidez seguir conforme o esperado, Raunigk será considerada a mulher mais velha a dar à luz quadrigêmeos – ela não será, porém, a mulher mais velha a dar à luz, já que esse "recorde" pertence a Maria del Carmen Bousada Lara, que teve gêmeos na Espanha em 2006 aos 66 anos. Alguns ainda dizem que o recorde de 'mãe mais velha do mundo' é de Omkari Panwar – acredita-se que ela tinha 70 anos quando deu à luz gêmeos na Índia em 2008.

Mas como essas gravidezes "de 3ª idade" são possíveis? Entenda os fatores que explicam esses casos:

Óvulos doados: Mulheres que já estão na menopausa não conseguirão mais ficar grávidas sem ajuda médica. Elas precisarão usar óvulos de uma doadora – ou os próprios óvulos dela congelados – para poderem engravidar. Para mulheres, a fertilidade diminui com a idade, em um ritmo relativamente rápido a partir dos 35 anos – isso varia um pouco de mulher para mulher. Mas tudo depende dos óvulos.

Mulheres já nascem com todos os óvulos que elas terão na vida e, depois do período da puberdade, elas começam a perder um a um, na menstruação. Quando elas chegam aos 40 anos, a quantidade de óvulos de boa qualidade é cada vez menor.

Hormônios: Antes de receber um óvulo fertilizado de uma doadora, os médicos precisarão confirmar se o útero da mulher está pronto para a tarefa. As mulheres, nesse caso, podem ser submetidas a uma terapia de estrogênio, para engrossar o revestimento do útero e preparar o ambiente para o embrião. Uma vez que o óvulo fertilizado é colocado no útero, a mulher precisará tomar mais hormônios para sustentar a gravidez – diferente de mulheres mais jovens, que têm os ovários em pleno funcionamento, as mais velhas não conseguem produzir todos os hormônios de que vão precisar.

A especialista em fertilização do Centro de Fertilização da Mulher de Birmingham, Sue Avery, explica que "o processo é o mesmo utilizado para uma mulher mais jovem que, por alguma razão, precisou retirar os ovários."

Acompanhamento de perto: Segundo ela, "futuras mamães" que são mais velhas vão precisar de um acompanhamento especial e cuidadoso, porque elas correm mais riscos de ter complicações relacionadas à gravidez, como por exemplo pressão alta ou diabetes gestacional. No entanto, quando o óvulo vem de uma doadora jovem, isso pode mudar algumas coisas. "Apesar de a grávida ser mais velha, o fato de os óvulos virem de uma mulher jovem faz com

que a gravidez seja como a de uma mulher mais jovem, porque tudo tem a ver com hormônios", explica a especialista.

Um estudo nos Estados Unidos feito com 101 grávidas mais velhas descobriu que o risco de complicações na gravidez para mulheres acima de 50 anos que engravidaram por doação de óvulos era parecido com o risco de mulheres mais novas que engravidaram dessa maneira. Acima de tudo, isso está ligado ao estado físico da mãe, e não apenas com a idade dela.

Na verdade, o maior fator de risco no caso da gravidez de Raunigks é o número de bebês que ela está carregando, segundo Avery.

Gravidez múltipla – gêmeos, trigêmeos, quadrigêmeos ou mais – são sempre consideradas de maior risco por médicos. Esse tipo de gestação aumenta a possibilidade de parto prematuro, os bebês tem mais chances de nascerem com peso abaixo do normal, e há mais riscos de complicações para a mãe, incluindo pressão alta e pré-eclâmpsia.

Cesárea: Grávida de quatro bebês, é muito pouco provável que Raunigk, aos 65 anos, consiga ter parto normal e, provavelmente, ela dará à luz com uma cesareana.

A alemã já é mãe de outras 13 crianças – a mais nova nasceu dez anos atrás. O médico dela, Kai Hertwig, disse à TV alemã RTL que gestações de quadrigêmeos costumam ser mais tensas, mas garantiu que tudo está indo muito bem para a paciente.

Após o nascimento: Nos primeiros meses, como é o caso com a maioria das mães, Raunigk terá de enfrentar o desafio de conviver com muito cansaço, poucas horas de sono e muitos "cochilos". Por causa da sua idade, ela não poderá amamentar os quatro novos bebês que vêm por aí. Depois, será preciso planejar o futuro deles. "Se ela tem quatro filhos aos 65 anos, ela logo vai precisar correr atrás de quatro crianças. Boa sorte para ela!", deseja Sue Avery. "Mesmo se você está extremamente saudável e em forma, você não tem a mesma energia aos 45 que tinha aos 25. Não vamos nem falar aos 65."

REFERÊNCIA

ROBERTS, Michelle. Como a ciência explica mulher grávida de quadrigêmeos aos 65 anos. **BBC BRASIL**. Publicado em 15 abril 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150413_gravida_quadrigemeos_65_rm. Acesso em 20 mai. 2015.

**ANEXO C – Disposição Sobre o Registro de Nascimento e Emissão da Respectiva
Certidão dos Filhos Havidos por Reprodução Assistida**



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

ANEXO C

PROVIMENTO Nº 52, DE 14 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.

A CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA, MINISTRA NANCY ANDRIGHI, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 227, § 6º, da Constituição Federal, e no art. 1.609 do Código Civil;

CONSIDERANDO as disposições do Provimento nº 13/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como da Resolução nº 175/2013 deste Conselho;

CONSIDERANDO o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 05/05/2011, no julgamento conjunto da ADPF nº 132/RJ e da ADI nº 4277/DF, em que foi reconhecida a união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, com eficácia erga omnes e efeito vinculante para toda a Administração Pública e os demais órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o acórdão proferido pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 25/10/2011, no julgamento do REsp 1.183.378/RS, que garantiu às pessoas do mesmo sexo o direito ao casamento civil;

CONSIDERANDO a Resolução nº 2.121/2015, do Conselho Federal de Medicina, que estabelece as normas éticas para o uso de técnicas de reprodução assistida, tornando-a o dispositivo deontológico a ser seguido por todos os médicos brasileiros;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização em todo território nacional do registro de nascimento e da emissão da respectiva certidão para os filhos havidos por técnica de reprodução assistida, de casais heteroafetivos e homoafetivos.

RESOLVE:

Art. 1º. O assento de nascimento dos filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, será inscrito no livro "A", independentemente de prévia autorização judicial e



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

observada a legislação em vigor, no que for pertinente, mediante o comparecimento de ambos os pais, seja o casal heteroafetivo ou homoafetivo, munidos da documentação exigida por este provimento.

§ 1º. Se os pais forem casados ou conviverem em união estável, poderá somente um deles comparecer no ato de registro, desde que apresentado o termo referido no art. 2º, § 1º, inciso III deste Provimento.

§ 2º. Nas hipóteses de filhos de casais homoafetivos, o assento de nascimento deverá ser adequado para que constem os nomes dos ascendentes, sem haver qualquer distinção quanto à ascendência paterna ou materna.

Art. 2º. É indispensável, para fins de registro e da emissão da certidão de nascimento, a apresentação dos seguintes documentos:

I – declaração de nascido vivo – DNV;

II – declaração, com firma reconhecida, do diretor técnico da clínica, centro ou serviço de reprodução humana em que foi realizada a reprodução assistida, indicando a técnica adotada, o nome do doador ou da doadora, com registro de seus dados clínicos de caráter geral e características fenotípicas, assim como o nome dos seus beneficiários;

III – certidão de casamento, certidão de conversão de união estável em casamento, escritura pública de união estável ou sentença em que foi reconhecida a união estável do casal.

§ 1º. Nas hipóteses de doação voluntária de gametas ou de gestação por substituição, deverão ser também apresentados:

I – termo de consentimento prévio, por instrumento público, do doador ou doadora, autorizando, expressamente, que o registro de nascimento da criança a ser concebida se dê em nome de outrem;

II – termo de aprovação prévia, por instrumento público, do cônjuge ou de quem convive em união estável com o doador ou doadora, autorizando, expressamente, a realização do procedimento de reprodução assistida.

III – termo de consentimento, por instrumento público, do cônjuge ou do companheiro da beneficiária ou receptora da reprodução assistida, autorizando expressamente a realização do procedimento.

§ 2º. Na hipótese de gestação por substituição, não constará do registro o nome da parturiente, informado na declaração de nascido vivo – DNV.

§ 3º. Nas hipóteses de reprodução assistida *post-mortem*, além dos documentos elencados acima, conforme o caso, deverá ser apresentado termo de autorização prévia específica



Conselho Nacional de Justiça
Corregedoria Nacional de Justiça

do falecido ou falecida para o uso do material biológico preservado, lavrado por instrumento público.

§ 4º. O conhecimento da ascendência biológica não importará no reconhecimento de vínculo de parentesco e dos respectivos efeitos jurídicos entre o doador ou a doadora e o ser gerado por meio da reprodução assistida.

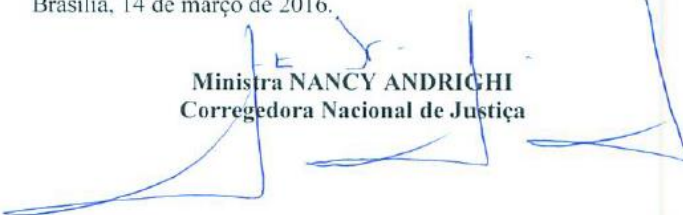
Art. 3º. É vedada aos Oficiais Registradores a recusa ao registro de nascimento e emissão da respectiva certidão para os filhos havidos por técnicas de reprodução assistida, nos termos deste Provimento.

§ 1º. A recusa prevista no *caput* deverá ser comunicada ao respectivo juiz corregedor para as providências disciplinares cabíveis.

§ 2º. Todos os documentos referidos no art. 2º deste Provimento deverão permanecer arquivados em livro próprio do Cartório de Registro Civil.

Art. 4º. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de março de 2016.


Ministra NANCY ANDRIGHI
Corregedora Nacional de Justiça

ANEXO D – Passo a Passo da Adoção

Para conquistar o filho tão aguardado, veja o passo a passo da adoção.

1) Eu quero – Você decidiu adotar. Então, procure a Vara de Infância e Juventude do seu município e saiba quais documentos deve começar a juntar. A idade mínima para se habilitar à adoção é 18 anos, independentemente do estado civil, desde que seja respeitada a diferença de 16 anos entre quem deseja adotar e a criança a ser acolhida. Os documentos que você deve providenciar: identidade; CPF; certidão de casamento ou nascimento; comprovante de residência; comprovante de rendimentos ou declaração equivalente; atestado ou declaração médica de sanidade física e mental; certidões cível e criminal.

2) Dê entrada! – Será preciso fazer uma petição – preparada por um defensor público ou advogado particular – para dar início ao processo de inscrição para adoção (no cartório da Vara de Infância). Só depois de aprovado, seu nome será habilitado a constar dos cadastros local e nacional de pretendentes à adoção.

3) Curso e Avaliação – O curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção é obrigatório. Na 1ª Vara de Infância do DF, o curso tem duração de 2 meses, com aulas semanais. Após comprovada a participação no curso, o candidato é submetido à avaliação psicossocial com entrevistas e visita domiciliar feitas pela equipe técnica interprofissional. Algumas comarcas avaliam a situação socioeconômica e psicoemocional dos futuros pais adotivos apenas com as entrevistas e visitas. O resultado dessa avaliação será encaminhado ao Ministério Público e ao juiz da Vara de Infância.

4) Você pode – Pessoas solteiras, viúvas ou que vivem em união estável também podem adotar; a adoção por casais homoafetivos ainda não está estabelecida em lei, mas alguns juízes já deram decisões favoráveis.

5) Perfil – Durante a entrevista técnica, o pretendente descreverá o perfil da criança desejada. É possível escolher o sexo, a faixa etária, o estado de saúde, os irmãos etc. Quando a criança tem irmãos, a lei prevê que o grupo não seja separado.

6) Certificado de Habilitação – A partir do laudo da equipe técnica da Vara e do parecer emitido pelo Ministério Público, o juiz dará sua sentença. Com seu pedido acolhido, seu nome será inserido nos cadastros, válidos por dois anos em território nacional.

7) Aprovado – Você está automaticamente na fila de adoção do seu estado e agora aguardará até aparecer uma criança com o perfil compatível com o perfil fixado pelo pretendente durante a entrevista técnica, observada a cronologia da habilitação. Caso seu

nome não seja aprovado, busque saber os motivos. Estilo de vida incompatível com criação de uma criança ou razões equivocadas (para aplacar a solidão; para superar a perda de um ente querido; superar crise conjugal etc.) podem inviabilizar uma adoção. Você pode se adequar e começar o processo novamente.

8) Uma criança – A Vara de Infância vai avisá-lo que existe uma criança com o perfil compatível ao indicado por você. O histórico de vida da criança é apresentado ao adotante; se houver interesse, ambos são apresentados. A criança também será entrevistada após o encontro e dirá se quer ou não continuar com o processo. Durante esse estágio de convivência monitorado pela Justiça e pela equipe técnica, é permitido visitar o abrigo onde ela mora; dar pequenos passeios para que vocês se aproximem e se conheçam melhor. Esqueça a ideia de visitar um abrigo e escolher a partir daquelas crianças o seu filho. Essa prática já não é mais utilizada para evitar que as crianças se sintam como objetos em exposição, sem contar que a maioria delas não está disponível para adoção.

9) Conhecer o futuro filho – Se o relacionamento correr bem, a criança é liberada e o pretendente ajuizará a ação de adoção. Ao entrar com o processo, o pretendente receberá a guarda provisória, que terá validade até a conclusão do processo. Nesse momento, a criança passa a morar com a família. A equipe técnica continua fazendo visitas periódicas e apresentará uma avaliação conclusiva.

10) Uma nova Família! – O juiz profere a sentença de adoção e determina a lavratura do novo registro de nascimento, já com o sobrenome da nova família. Existe a possibilidade também de trocar o primeiro nome da criança. Nesse momento, a criança passa a ter todos os direitos de um filho biológico.

REFERÊNCIA

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA – CNJ. **Passo a passo da adoção.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adocao-cna/passo-a-passo-da-adocao>. Acesso em: 27 jan. 2016.

ANEXO E – Ficha de Cadastro de Pretendentes

(Os Dados Deverão Ser Preenchidos em Letra de Forma ou Digitados)

(*) Campos Obrigatórios

DADOS PESSOAIS DO PRIMEIRO PRETENDENTE

*Nome Completo: _____

*CPF: _____ *Data de Nascimento: _____

*Sexo: ()Masculino ()Feminino

*Estado Civil: ()Solteiro(a) ()Casado(a) ()Viúvo(a) ()Divorciado(a)

() União estável () Separado Judicialmente

*Nº RG: _____ * Órgão Emissor: _____

*Nacionalidade: _____

*Local de Nascimento: _____ * Estado: _____

*Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

*Escarlaridade: ()Analfabeto

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

☐ Ensino Superior Completo ☐ Ensino Superior Incompleto☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado

*Profissão: ()Empregado de Empresa do setor privado

() Empregado de organismo internacional ou organização não-governamental

() Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego

() Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular

()Membro ou servidor público da administração direta ou indireta

()Aposentado

()Outros

*Faixa Salarial: (☐) Até ¼ de salário mínimo (☐) De ¼ a ½ salário mínimo

() De ½ a 1 de salário mínimo

() De 2 a 3 salários mínimos

() De 5 a 10 salários mínimos () De 10 a 15 salários mínimos

() De 15 a 20 salários mínimos

() Mais de 30 salários mínimos () Sem rendimento

E-mail : _____

*Possui filhos biológicos: _____ Se sim, quantos: _____

*Possui filhos adotivos: _____ Se sim, quantos: _____

*Participa de grupo de apoio à adoção: _____

Raça/Cor: () Preta () Branca () Amarela () Parda () Indígena

ENDEREÇO RESIDENCIAL (*) Campos Obrigatórios

*Endereço: _____

*Bairro: _____ *CEP: _____

*Cidade: _____ *UF: _____

*Tel 1: _____ Tel 2: _____ Fax: _____

ENDEREÇO PROFISSIONAL

Nome da Empresa: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Tel 1: _____ Tel 2: _____ Fax: _____

SEGUNDO PRETENDENTE (*) Campos Obrigatórios

*Há um segundo pretendente: _____

DADOS DO SEGUNDO PRETENDENTE (*) Campos Obrigatórios

*Nome Completo: _____

*CPF: * Data de Nascimento: _____

*Sexo: () Masculino () Feminino

*Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a)
() Divorciado(a) () União estável

*Nº RG: _____ * Órgão Emissor: _____

*Nacionalidade: _____

*Local de Nascimento: _____ * Estado: _____

*Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

*Escolaridade: () Analfabeto

- () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto
() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto
() Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto
() Especialização () Mestrado () Doutorado

*Profissão: ()Empregado de Empresa do setor privado

- () Empregado de organismo internacional ou organização não-governamental
- () Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego
- () Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular
- () Membro ou servidor público da administração direta ou indireta
- () Aposentado
- () Outros

*Faixa Salarial:

☐ Até ¼ de salário mínimo	☐ De ¼ a ½ salário mínimo
☐ De ½ a 1 salário mínimo	☐ De 1 a 2 salários mínimos
☐ De 2 a 3 salários mínimos	☐ De 3 a 5 salários mínimos
☐ De 5 a 10 salários mínimos	☐ De 10 a 15 salários mínimos
☐ De 15 a 20 salários mínimos	☐ De 20 a 30 salários mínimos
☐ Mais de 30 salários mínimos	☐ Sem rendimento

E-mail : _____

*Possui filhos biológicos: _____ Se sim, quantos: _____

*Possui filhos adotivos: _____ Se sim, quantos: _____

*Participa de grupo de apoio à adoção: _____

Raça/Cor: () Preta () Branca () Amarela () Parda () Indígena

DADOS PROCESSUAIS (*) Campos Obrigatórios

*Número do Processo: _____

*Estado: _____

*Data do Pedido de Habilitação: _____

*Data da Sentença de Habilitação: _____

Data do Trânsito em Julgado: _____

Ocorrências: _____

PERFIL DA CRIANÇA/ADOLESCENTE DESEJADA**DADOS GERAIS (*) Campos Obrigatórios**

*Quantas crianças deseja adotar: _____

*Faixa Etária: de _____ anos e _____ meses a _____ anos e _____ meses

*Sexo: () Masculino () Feminino () Indiferente

*Aceita adotar de outro estado: _____

*Selecione os estados:

() AC () AL () AM () AP () BA () CE

() DF () ES () GO () MA () MG () MT

() MS () PA () PB () PE () PI () PR

() RJ () RN () RO () RR () RS () SC

() SE () SP () TO () Selecionar todos estados

*Raça/Cor: () Preta () Branca () Amarela () Parda () Indígena () Indiferente

*Faz restrição a: () Doença tratável () Doença não tratável

() Deficiência física () Deficiência Mental

() Vírus HIV () Não faz restrição

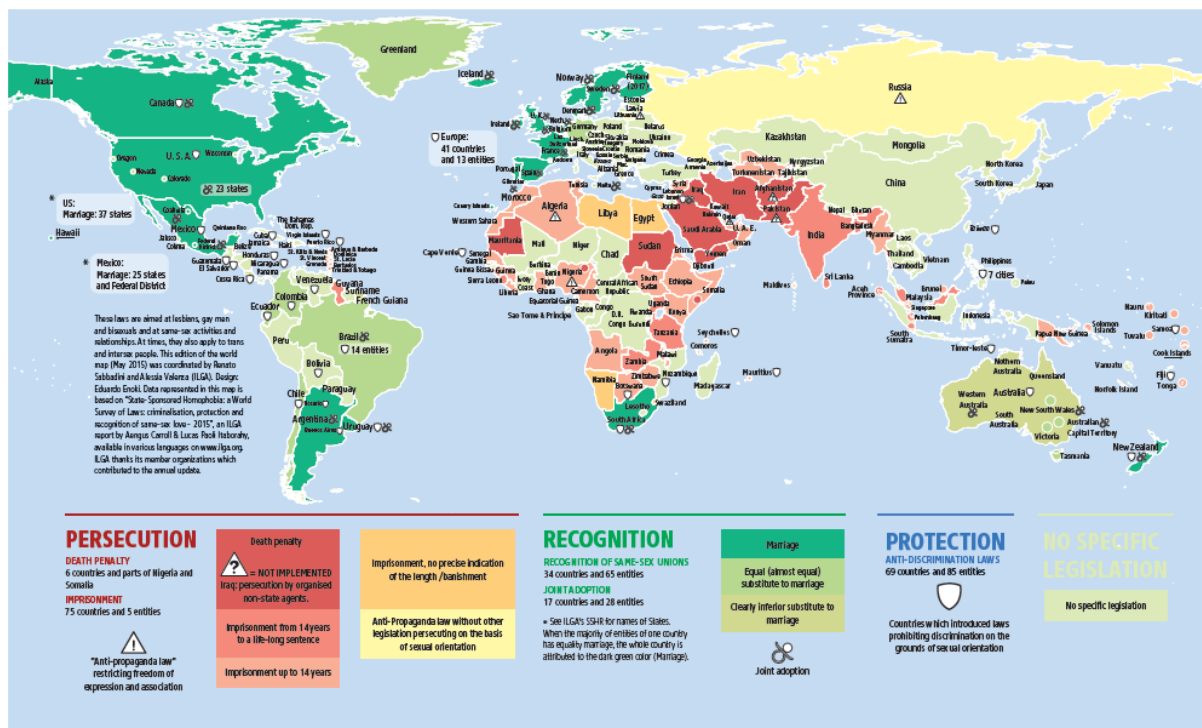
ANEXO F – The Lesbian, Gay and Bixesual Map of Words Laws



THE LESBIAN, GAY AND BISEXUAL MAP OF WORLD LAWS

ILGA, THE INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION

MAY 2015
WWW.ILGA.ORG



ILGA is a world-wide network of local and national organizations dedicated to achieving equal rights for Lesbian, Gay, Bisexual, Trans, and Intersex (LGBTI) people everywhere.

Founded in 1978, ILGA enjoys consultative status at the United Nations where it speaks and lobbies on behalf of 1200 member organisations.

ILGA's vision is of a world where the human rights of all are respected and where everyone can live in equality and freedom; a world where global justice and equity are assured and established regardless of the people's sexual orientations, gender identities, gender expressions and bodily diversities.

To become a member and/or to support our work by making a donation, write to membership@ilga.org

ILGA
20 Rue Rothschild - 1202 Geneva - Switzerland
+41 22 731 3254
www.ilga.org
information@ilga.org

